

ZELOI MARTINS DOS SANTOS

**VISCONDE DE GUARAPUAVA:
UM PERSONAGEM NA HISTÓRIA DO PARANÁ.**

CURITIBA

2005

ZELOI MARTINS DOS SANTOS

**VISCONDE DE GUARAPUAVA:
UM PERSONAGEM NA HISTÓRIA DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos.

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

ZELOI APARECIDA MARTINS DOS SANTOS

VISCONDE DE GUARAPUAVA: UM PERSONAGEM NA HISTÓRIA DO PARANÁ

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos
Departamento de História, UFPR

Prof.^a Dra. Helenice Rodrigues dos Santos
Departamento de História, UFPR

Prof.^a Dra. Maria do Carmo S. Di Credde
Departamento de História, UNESP

Prof.^a Dra. Zulmara Clara Sauner Posse
Departamento de Antropologia, UFPR

Prof. Dr. Flamarion Laba da Costa
Departamento de História, UNICENTRO

Curitiba, 27 de junho de 2005

Para meus filhos e marido

René José, René Neto, Livia e Emmanuel

Meus pais

Dalva e Israel (em memória)

AGRADECIMENTOS

Às diversas pessoas que colaboraram ao longo da elaboração desta tese de doutoramento, gostaria de expressar meus agradecimentos.

Em especial ao Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, pela orientação da pesquisa, pelas observações cuidadosas, pela paciência e dedicação em ler e corrigir as diversas versões desse trabalho, por me fazer compreender as sutilezas do discurso historiográfico.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação de História da UFPR

Aos colegas da turma de Doutorado de 2001 de UFPR, em especial, Zeca e Suely.

Quero agradecer também à banca de qualificação: Prof^ª. Dra. Zulmara Clara Sauer Posse, Prof^ª. Dra. Benilde Lenzi Motim e Prof. Dr. Carlos Roberto dos Santos, pelas orientações e observações que me permitiram corrigir as falhas, mas especialmente pelo estímulo para a finalização da tese.

À banca de defesa composta pelos professores: Prof^ª. Dra. Zulmara Clara Sauer Posse (UFPR), Prof.^a Dra. Maria do Carmo Sampaio Di Credde (UNESP), Prof.^a Dra. Helenice Rodrigues dos Santos (UFPR), Prof. Dr. Carlos Antunes dos Santos (UFPR), Prof. Dr. Flamarion Laba da Costa (UNICENTRO) pelas arguições, reflexões e observações a respeito da tese.

À professora e amiga Rosi Mariana Kaminski, pela correção e ajuste efetuado no texto e especialmente pelo carinho e palavras de incentivo durante o período de elaboração do trabalho.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná - Divisão Paranaense, do Arquivo Histórico de Guarapuava, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Guarapuava, do Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém, do Arquivo da Matriz Nossa Senhora da Conceição da Palmeira, aos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, aos colegas do Departamento de História da UNICENTRO - Guarapuava, as funcionárias do setor de Pós-Graduação de História da UFPR, Luci e Doris, pela presteza, atenção e carinho com que sempre fui atendida.

*Prepare o seu coração prás coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar
Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo, a morte e o destino, tudo
Estava fora do lugar, eu vivo prá consertar*

*Boiadeiro muito tempo, laço firme e braço forte
Muito gado, muita gente, pela vida segurei
Seguia como num sonho, e boiadeiro era um rei
Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E nos sonhos que fui sonhando, as visões se
clareando
As visões se clareando, até que um dia acordei*

Geraldo Vandré – Disparada

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
1 A IMAGEM DO VISCONDE DE GUARAPUAVA E A HISTÓRIA DO PARANÁ	19
1.1 A IMAGEM DO VISCONDE DE GUARAPUAVA: “PROGRESSISTA ENTUSIASTA-DESTEMIDO BANDEIRANTE”	19
1.2 HISTORIOGRAFIA PARANAENSE: O TEMPO VIVIDO PELO VISCONDE	24
1.3 UM “LUGAR DE MEMÓRIA” PARA O VISCONDE DE GUARAPUAVA NA CAPITAL DO PARANÁ	28
1.4 VISCONDE DE GUARAPUAVA: “PROGRESSISTA ENTUSIASTA-DESTEMIDO BANDEIRANTE”	36
2 O NÚCLEO PARENTAL DE ANTÔNIO DE SÁ E CAMARGO: A OCUPAÇÃO DE TERRAS NO PARANÁ	46
2.1 A FAMÍLIA SÁ E CAMARGO E A OCUPAÇÃO DE TERRAS NO PARANÁ.....	46
2.2 A UNIÃO DOS MARCONDES DE SÁ COM OS CAMARGO: NASCIMENTO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA	61
3 ANTONIO DE SÁ E CAMARGO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM	71
3.1 O PODER FUNDIÁRIO NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA	71
3.2 ANTONIO DE SÁ E CAMARGO – LIDERANÇA, PRESTÍGIO E CARISMA	95
3.3 O CASAMENTO E O DRAMA NA VIDA DE ANTONIO DE SÁ E CAMARGO.....	100

4 VISCONDE DE GUARAPUAVA: UM HOMEM DE PRESTÍGIO NA	
PROVÍNCIA DO PARANÁ	119
4.1 O PODER LOCAL, REGIONAL E NACIONAL: A ARTE DAS	
ARTICULAÇÕES.....	119
4.2 A POLÍTICA LOCAL E A INTERMEDIÇÃO COM O NACIONAL: “O	
MOÇO REPUBLICANO E O VELHINHO MONARQUISTA”.....	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS.....	183

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA - CURITIBA-PR	35
FIGURA 2 - BUSTO VISCONDE DE GUARAPUAVA - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	35
FIGURA 3 - BUSTO VISCONDE DE GUARAPUAVA - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA.	36
FIGURA 4 - MAPA DAS PROVÍNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, SÃO PAULO SÉCULO XIX.....	52
FIGURA 5 - MAPA DA FREGUESIA DA PALMEIRA -1854.....	55
FIGURA 6 - ÁRVORE GENEALÓGICA DOS AVÔS MATERNOS DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	59
FIGURA 7 - ÁRVORE GENEALÓGICA DOS AVÔS PATERNOS DO VISCONDE DE GUARAPUAVA	63
FIGURA 8 - ÁRVORE GENEALÓGICA DO NÚCLEO FAMILIAR DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	64
FIGURA 9 - MAPA DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA.	74
FIGURA 10 -MAPA DA DIVISÃO DA SESMARIA PELO PADRE CHAGAS – 1821.....	78
FIGURA 11 -MAPA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - FAZENDA BOA CRIA	85
FIGURA 12 -MARCA DE GADO DA FAZENDA RINCÃO COMPRIDO.....	90
FIGURA 13 -MARCA DE GADO DA FAZENDA BOA CRIA.....	90
FIGURA 14 -MEDALHA DA ORDEM DE CRISTO	138
FIGURA 15 -MEDALHA DA ORDEM DA ROSA	138
FIGURA 16 -RETRATO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	159

RESUMO

VISCONDE DE GUARAPUAVA: UM PERSONAGEM NA HISTÓRIA DO PARANÁ

O objeto deste estudo é a investigação da trajetória de vida de Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava, 1807-1896, por meio da análise dos extratos de textos coletados nos vários discursos produzidos pelos memorialistas a respeito da imagem construída de Antonio de Sá e Camargo e da documentação selecionada em diversos arquivos que compreende uma gama de fontes significativas para a pesquisa histórica. O estudo partiu da premissa de que a imagem do Visconde de Guarapuava, construída no século XIX e rememorada no século XX, mostra-o como um homem que vem sendo lembrado, celebrado e homenageado, na memória dos paranaenses, como referência de um modelo na construção da identidade paranaense. A partir daí questões foram formuladas: quais elementos foram identificados pela comunidade para concebê-lo deste modo? A análise da sua trajetória pela história é capaz de revelá-lo? O objetivo deste trabalho é evidenciar que a análise realizada no âmbito das concepções da micro-história, ao abrir espaço para o indivíduo, permite revelar os elementos sociais e culturais que o levaram a ser percebido como um modelo. Abrindo espaço para o individual e descortinando novos territórios que permaneciam abandonados, permite revelar, através de um nome (Antônio de Sá Camargo), de uma comunidade (Guarapuava), a complexidade das redes de relações e de suas práticas culturais, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inserem. Perceber o social como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação. Apresenta-se inicialmente a imagem construída pelos memorialistas do IHGEP para celebrar e rememorar o Visconde de Guarapuava. Na sequência, a ênfase recai sobre o núcleo parental, evidenciando a estruturação no território paranaense a partir do século XVIII e a ocupação dos Campos de Guarapuava, no século XIX. Em seguida, procura-se demonstrar como indivíduos com histórias e estratégias diferentes formaram um grupo social, uniram-se e construíram uma povoação, a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, e compartilharam lealdades. Dentro dessa comunidade, houve muitos diferenciais, mas foi a partir desses diferenciais que se traçaram estratégias de sobrevivência, na vida cotidiana. Por último, o estudo revela o indivíduo que soube representar os papéis que lhe foram atribuídos ou determinados e conquistados, tornando-se um homem de prestígio na Província do Paraná e no Império brasileiro.

Palavras-chave: Indivíduo, micro-história, redes de relações, práticas culturais, imagem.

ABSTRACT

THE VISCOUNT OF GUARAPUAVA: A PERSONAGE IN THE HISTORY OF PARANÁ

The object of this study is an investigation of the life trajectory of Antonio de Sá e Camargo – Viscount of Guarapuava, 1807-1896, by means of the analysis of excerpts from texts collected from the speeches recorded by memoirists with respect to the image constructed of Antonio de Sá e Camargo and from documentation selected from various sources which comprise a series of favourable founts for historical research. The study began from the premise that the image of the Viscount of Guarapuava, constructed in the nineteenth century and remembered in the twentieth, show him as a man who has become remembered, celebrated and revered in the memory of the folk of Paraná, as a reference for a model in the construction of *Paranaense* identity. From this, questions were formulated: Which elements were identified by the community that drove them to understand him as such? Can the analysis of his life trajectory reveal him? The objective of this study is to show that the analysis based on the concepts of micro-history, opening space for the individual, permits revealing the social and cultural elements that caused his being perceived as a model. Opening space for the individual and revealing new areas that had remained abandoned, the study reveals, through a name (Antonio de Sá e Camargo), a community (Guarapuava), the complexity of the networks of relationships, and their own cultural practices, the multiplicity of spaces and of times in which they are placed. It recognises the social climate as comprising a set of variable inter-relations within configurations in constant adaptation. It initially presents the image constructed by the memoirists of IHGEP to celebrate and remember the Viscount of Guarapuava. In the sequence, the emphasis falls on the parental nucleus evidenced by the formation of the Paraná territory from the eighteenth century on, and the occupation of the fields of Guarapuava in the nineteenth century. Following, it attempts to demonstrate how individuals with different histories and strategies formed a social group, got together and built up a village, the Freguesia de Nossa Senhora do Belém, and shared loyalties. Inside this community there were many differences, but it is from these differences that survival strategies of daily life were traced. Finally the study reveals the individual that understood how to play the roles given or assigned to him, as well as those acquired by him, making him a prestigious man in the Province of Paraná and the Brazilian Empire.

Key-words: Individual, micro-history, network of relationships, cultural practices, image.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a trajetória de vida de um personagem da história paranaense: o Visconde de Guarapuava. Mas, o que chama atenção em relação a esse indivíduo, a ponto de, também, torná-lo tema de uma tese? O que é instigante? História e personagem se confundem e se entrelaçam.

Respondendo a essas questões, pode-se dizer que foi tanto a idéia de trabalhar com a história do Paraná, como, ao mesmo tempo, a de revelar o que este indivíduo – Antonio de Sá e Camargo, Visconde de Guarapuava, realizou de tão significativo para sua comunidade, sua província e para o Brasil, a ponto de ser lembrado e celebrado pelos paranaenses, mais de 100 anos após sua morte.

No ano de 2004, dois fatos reforçam o interesse pelo personagem em análise: um artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, de 02-04-04, escrito pelo acadêmico Luiz Romaguera Netto, evidenciando o indivíduo Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava como: “O maior homem do Paraná”, gerando novas discussões a respeito do personagem. Uma outra homenagem, foi a proposição do 26º Grupo de Artilharia de Guarapuava de homenageá-lo como patrono da unidade.

Durante o século XX, o momento de maior destaque foi o ano de 1946, quando se celebraram os 50 anos de sua morte (anexo 1): Tais celebrações foram conseqüências da discussão da comunidade curitibana em torno da permanência do seu nome em uma das principais avenidas da capital do Paraná – Curitiba -, que resultaram em textos escritos pelos memorialistas do IHGEP - Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, construção de busto, afixamento de placas e outras.

Em relação ao episódio de demarcação deste “lugar de memória”, uma avenida na capital paranaense, para lembrar o personagem, o que se ressalta para a percepção do historiador é a disputa que se deu entre um homem do século XX, de prestígio pessoal e político em âmbito nacional – um presidente do país, Getúlio Vargas -, e um homem do século XIX, Antonio de Sá Camargo, também de prestígio local, habitante de uma pequena comunidade do período provincial. Aqui,

potencializa-se o interesse de quem foi este homem, qual o seu alcance e o papel que desenvolveu como um paranaense.

Nesse sentido, este estudo partiu da premissa de que a imagem do Visconde de Guarapuava, construída no século XIX e rememorada no século XX, mostra-o como um homem que vem sendo lembrado, celebrado e homenageado, na memória dos paranaenses, como referência de um modelo na construção da identidade paranaense. Que elementos foram identificados pela comunidade para concebê-lo desse modo? A análise da sua trajetória pela história é capaz de revelá-lo?

O objetivo deste trabalho é evidenciar que a análise realizada no âmbito das concepções da Micro-História, ao abrir espaço para o indivíduo, permite revelar os elementos sociais e culturais que o levaram a ser percebido como um modelo.

A proposta é recuperar a trajetória de vida de Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava - e analisar como ele construiu essa trajetória, sua relação com o poder local, regional e central, em quais condições se tornou um homem público e quais foram suas ações para ser homenageado e celebrado por representantes da intelectualidade paranaense, no século XIX e na primeira metade do século XX.

Com relação aos trabalhos que fazem referência ao Visconde de Guarapuava, podemos destacar o de Luiz Romaguera Netto, biógrafo da família Sá e Camargo, que se preocupou em especial com o irmão do Visconde, José Antonio de Camargo e Araújo (padre Camargo). Ao escrever a genealogia descritiva do padre Camargo, **Gertrudes e o padre Camargo**, faz uma breve referência ao Visconde de Guarapuava. O trabalho segue a abordagem dos sócios do IHGEP - Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, como os textos publicados no Boletim do Instituto dedicado ao Visconde de Guarapuava por Eurico Branco Ribeiro, Loureiro Fernandes, David Carneiro, Francisco de Lacerda Werneck, Dulcídio Tavares de Lacerda, que serão evidenciados ao longo do trabalho, em que procuram eternizar os fatos memoráveis e salvaguardar o nome dos “filhos ilustres” pela descrição de episódios e dos méritos pessoais na produção dos seus textos.

Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001, p.148, e p.152), na sua análise sociológica, **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no**

Paraná, 2001, ao analisar as relações entre estruturas de poderes e estruturas de parentesco, no Paraná, evidencia Antonio de Sá e Camargo como o representante de Guarapuava na primeira Assembléia Legislativa do Paraná, recuperando, no seu trabalho, o que Francisco NEGRÃO (v.1, 1926, p.346) escreveu sobre Antonio de Sá e Camargo.

Inexiste, na historiografia paranaense, um trabalho de análise específico a respeito do indivíduo Antonio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava. As referências encontradas abordam, em determinados momentos, sua descendência, sua atuação nas questões política, econômica e o episódio da Guerra do Paraguai. Mas tais abordagens são feitas de forma muito genérica. Esses trabalhos seguem uma linha factual, preocupados em descrever e apresentar ao público seus “méritos”, em ações pontuais da história do Paraná.

O espaço no qual teve lugar e atuou Antonio de Sá e Camargo, a Freguesia, depois Vila de Guarapuava, no século XIX, foi o de uma sociedade em formação. O crescimento econômico da localidade em que viveu e agiu deu-se através da organização das “fazendas de criar”. Era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência.

Foi nesse contexto que as formas de entrelaçamento entre famílias da sociedade campeira se tornaram significativas como um dos elementos estratégicos para a criação de uma certa estabilidade em um espaço a ser colonizado. Pois as incertezas das relações sociais, da ocupação do espaço e do sistema de comunicação eram constantes e difíceis de serem superadas. Assim o entrelaçamento entre as famílias funcionou como garantia de manutenção do poder e adaptação ao espaço conquistado.

Para se consentirem as necessárias e contínuas adaptações dessa comunidade campeira, na ocupação do espaço desejado e a hierarquização do poder, criaram-se normas flexíveis que tornavam previsível o comportamento de cada indivíduo em relação a todos os outros, pois as relações que se estabeleciam na comunidade eram provenientes da consangüinidade e das alianças de poder. Entretanto, isso foi apenas um dos aspectos que podem ser analisados.

A multiplicidade dos interesses muitas vezes foi superada quando o interesse comum se sobrepunha, por exemplo, na constituição da Câmara de Vereadores da vila de Guarapuava e na indicação do indivíduo Antonio de Sá e Camargo como membro da Guarda Nacional. Significava que a comunidade se politizava reivindicando suas necessidades, propiciando aos líderes comunitários se sobreporem, nascendo seus representantes políticos. Configura-se dessa maneira um poder real pelas pessoas que compõem a comunidade.

O recorte temporal do presente trabalho abrange o nascimento de Antônio de Sá e Camargo, em 1807, na cidade de Palmeira, até seu falecimento, em 1896, na cidade de Guarapuava. O período da pesquisa está centrado, portanto, no período Imperial, numa conjuntura marcada por muitas transformações sociais, entre as quais evidenciam-se: abertura de caminhos para o interior do país, intensificação do comércio interno entre as províncias, ampliação do comércio do gado, processo de imigração européia, aumento da produção nas fazendas de café, criação da Guarda Nacional, revoltas provinciais (Revolução Farroupilha, Revolução Liberal), emancipação político-administrativa da 5ª Comarca de São Paulo, criando a Província do Paraná, ocupação e delimitação dos territórios, Lei de Terras de 1850, Guerra do Paraguai, abolição dos escravos, proclamação da República. Esses acontecimentos permeiam e marcam a trajetória histórica de Antonio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava.

Pretende-se privilegiar o espaço para o individual, para o descortinamento desse território da pesquisa histórica e, através da redução da escala de observação, revelar o nome Antônio de Sá e Camargo e de uma comunidade, Guarapuava, inserida na complexidade das redes de relações e de suas práticas culturais, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inserem, percebendo o “social como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação” (REVEL, 2000, p. 17).

Para acompanhar o protagonista da história, Antonio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava, pretende-se estudar o espaço geográfico e social, suas idéias, seus sentimentos, aspirações, decepções e as relações que estabeleceu com as pessoas

em seu entorno, suas escolhas, negociações, transações provisórias em Guarapuava e outras localidades da Província do Paraná. O modo de registrar a trajetória de vida do protagonista terá participação direta na construção do objeto de estudo e na sua interpretação. A metodologia histórica utilizada para interpretação da trajetória possibilitou a elaboração do objeto de estudo, com conseqüente problematização, seleção das fontes e do recorte bibliográfico. Nesse sentido, as relações sociais vividas servem de contexto no qual se inscreve sua trajetória. Faz-se necessário acompanhar o personagem nestas perspectivas: a reconstrução do contexto anterior ao seu nascimento, rememorando a chegada dos avôs maternos ao território paranaense; as relações com o núcleo familiar e de amigos; a chegada à cidade de Guarapuava, evidenciando seus hábitos de moradia, residência na fazenda e na Vila; as alianças que realizou pelo casamento e pelo compadrio; as articulações político-partidárias - local, provincial, imperial; as redes de dívidas e de créditos e dos investimentos econômicos.

O propósito da pesquisa é de analisar uma época através da atuação de um homem, seguindo os pressupostos teóricos e metodológicos evidenciados em Giovanni Levi, Carlo Ginzburg, Jacques Revel, Plínio Gomes, Eduardo Silva, entre outros.

Pauta-se a discussão em torno do objeto desta pesquisa na proposta das concepções da micro-história. Segundo os teóricos historiadores, Carlo GINZBURG, Enrico CASTELNUOVO, Carlo PONI (p.177/178),

a análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.

Pretende-se mostrar, a partir do jogo das estratégias individuais e familiares, e de suas interações, a comunidade da qual fez parte o personagem principal desde estudo, Antônio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava, abordando o universo cultural dessa comunidade: a vida familiar, a posição no meio hierárquico, a distribuição do poder local entre os homens, sob a perspectiva da vida desse personagem.

A abordagem da micro-história emerge no momento de crise das concepções teóricas, entre várias alternativas que surgiram para a prática da pesquisa histórica, no fim dos anos 70 (momento de crise do marxismo e do estruturalismo).

A crise do marxismo e do estruturalismo, as duas concepções metodológicas que foram marcantes na segunda metade do século XX, como paradigmas explicativos dos contextos analisados pelos historiadores e cientistas sociais, fez com que se perdessem as certezas, até então inabaláveis, da escrita da História. A complexidade do conhecimento impôs a busca de novos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa histórica, caminhos esses nunca definitivos, mas sempre renovados pelos diferentes modos de ver e contar o que se passou.

Nesse momento de crise, emergem outras abordagens históricas em países como Itália, Estados Unidos, Alemanha que contestavam a História social da Escola de Annales. Na Itália a riqueza dos arquivos sobre os séculos XVI, XVII e XVIII contribuiu para que uma equipe de historiadores se posicionassem contra o enfoque da macro-história, propondo a análise do individual, do local que seria a abordagem dos micro historiadores.

As conseqüências dessa crise não devem ser entendidas como negativas para a História, mas sim como possibilidade de problematizar o passado no sentido de reconstruir idéias e experiências propiciando a mudança. A partir desse contexto de crise, a História expande seu campo de conhecimento, caminhando em duas direções. A aproximação multidisciplinar com a lingüística, antropologia, filosofia e com a literatura encaminhou a História para novos temas, técnicas e métodos. A troca de experiências com áreas afins permitiu que novos caminhos fossem trilhados por meio da criatividade e competência do ofício de historiador, que sofre influências recíprocas das diferentes linhagens historiográficas e da própria ciência política.

Entendemos que os estudiosos da História estão inseridos em uma era demarcada por linhas indefinidas e por fronteiras intelectuais direcionadas para discutir o novo, o inesperado, na busca de um discurso de vozes compartilhadas e que, segundo Peter BURKE (2002, p23),

Vivemos uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante e, ao mesmo tempo, confusa. Podem-se encontrar referências a Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Fernand Braudel, Norbert Elias, Michel Foucault e Clifford Geertz nos trabalhos de arqueólogos, geógrafos e críticos literários, assim como de sociólogos e historiadores. O surgimento do discurso compartilhado entre alguns historiadores e sociólogos, alguns arqueólogos e antropólogos, e assim por diante, coincidem com um declínio do discurso comum no âmbito das ciências sociais e humanidades e, a bem da verdade, dentro de cada disciplina.

A intermediação da História com outras disciplinas resultou numa grande diversidade de estudos, com a incorporação de pensamentos por todas elas, e isso permitiu que diferentes conhecimentos e pontos de vista fossem explorados em uma iniciativa comum. A pluralidade de instrumentos, temas, abordagens e procedimentos, ocasionaram mudanças no território do historiador, descortinando novos campos para semear.

Para o historiador Jacques REVEL (1989, p. 5), o período de incertezas e pensamentos intelectuais aberto ao novo é considerado feliz e benéfico. Ao falar da experiência da sua geração, esclarece que o fundamental é a compreensão de que, a partir da “própria prática dos historiadores do social, nasceram reflexões e exigências que determinam hoje em dia, um pouco por toda a parte, uma viragem crítica”. O período de incerteza ao qual o autor se refere é justamente a crise vivida pela escola de Annales, pois esse momento rompeu com a certeza que caracterizava esse método de análise histórico.

O esfacelamento da história, segundo esse autor, se de um lado constitui um risco, por outro pode demonstrar o fato de que os historiadores centralizam suas ambições em objetos restritos e mais fáceis de serem intermediados, a partir de campos circunscritos, delimitados não mais por hábitos disciplinares ou técnicos, mediante conceitos preestabelecidos, mas sim pela prática do historiador. Esse tempo de recuo aparente pode ser interpretado como um momento de reconstrução do modo de entender a função do historiador.

Nesse contexto de esfacelamento, de mudanças da forma de praticar a pesquisa histórica, percebe-se um aumento da tendência para as histórias culturais, destacando-se o resgate das memórias coletivas e individuais, permitindo o desdobramento metodológico e proporcionando com isso, ao historiador, uma

diversidade de leituras do passado pesquisado essa diversidade surge a partir do rompimento das certezas científicas nas abordagens até então feitas. Tal mudança pode ser percebida no discurso da micro-história, da história local, da história individual, ou seja, da história que reconstrói identidades peculiares e individuais, sem, portanto, ignorar a macro-história.

Os historiadores precisariam inovar, recriar instrumentos metodológicos, para poder dar sentido aos fragmentos e buscar uma nova representação mais adequada para o passado estudado. Assim, essas possibilidades abriram caminhos para novas abordagens para revisitar o passado estudado, entre as quais a da micro-história.

A micro-história orienta-se para o estudo de caso, privilegiando as situações limites, atendo-se às estratégias individuais para a interatividade, para a complexidade dos interesses e para o caráter imbricado das representações coletivas e, dessa maneira, procura revelar a singularidade como entidade problemática definida.

A prática da micro-história, como procedimento prático de pesquisa, nasceu na Itália, no final dos anos 70, do século passado, a partir da troca de idéias de um grupo de historiadores italianos que escreviam artigos para a revista *Quaderni Storici*, entre eles, Carlo Ginzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, cuja preocupação inicial estava direcionada para a questão em torno do estilo de fazer história, ou seja, da prática do historiador.

A idéia de ver uma época através da trajetória de um homem é muito complexa, e tal propósito já foi exercitado por historiadores como Giovanni LEVI e Carlo GINZBURG. Giovanni LEVI (2000, p.47) estudou o povoado Piemontês de Santana, acompanhando a trajetória pessoal do indivíduo Giovan Batista Chiesa. Para o autor, o personagem revelou características que assumiram “conotações que envolveram o funcionamento concreto, em uma realidade específica, de leis gerais que permitirão a identificação de elementos constantes e elaboração de comparações”.

Carlo GINZBURG (1987) procurou analisar as idéias, sentimentos, fantasias e aspirações do moleiro friulano, Domenico Scandella, como via de acesso às mentalidades coletivas.

Os estudos a respeito de Giovan Batista Chiesa e do moleiro Domenico Scadella apontam diferenciais, uma vez que esses personagens viveram em épocas e locais diferentes, sendo então indivíduos diferentes entre si.

A metodologia de trabalho de pesquisa proposta pela micro-história, em especial com as questões que tratam das mudanças da escala de análise e da pluralidade dos contextos, “convida a uma outra leitura do social” (REVEL, 2000, p.16).

Ao trabalhar com a diferença de escala, deve-se esclarecer que não se trata apenas do resultado de um processo de construção do objeto, mas também de sua característica. Ao redirecionar a escala de observação do objeto de análise possibilitam-se universos diferenciados de interpretação e ação, e também deixa-se emergir uma pluralidade de vozes que compõem a realidade social pesquisada. Para Simona CERUTTI (1998, p.196), há outra consequência que se revelou importante com a mudança da escala de observação: “A adoção de uma pluralidade de níveis de análise ilumina laços entre processos que pertencem a campos de natureza diferente: o político e o econômico, por exemplo”.

A micro-história propõe construir a pluralidade dos contextos que são necessários para o entendimento dos comportamentos analisados. Segundo Jacques REVEL (1998, p. 27-28),

o trabalho de contextualização múltipla praticado pelos micro-historiadores parte de premissas muito diferentes. Ele afirma, em primeiro lugar, que cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos - e portanto se inscreve em contextos - de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe portanto hiato, menor ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é, e este é o segundo ponto, uma versão diferente.

Os adeptos da micro-história retomaram o interesse pela biografia¹, como, aliás, ocorre nas outras historiografias estrangeiras. A biografia ressurgiu com a mudança dos paradigmas intelectuais (valorização do sujeito e abandono das estruturas).

Partiram da perspectiva de que não é necessário o indivíduo representar um caso típico, ao contrário, experiências que fujam da média comum dos registros da vida dos “grandes homens” permitem análises singulares das especificidades do destino pessoal, e tais análises exemplificam adequadamente o cotidiano da sua comunidade. Ao trabalhar com a biografia, o historiador reconstrói um tecido social e cultural mais vasto, trabalhando a multiplicidade individual do seu objeto de estudo.

C. WRIGHT MILLS (1973) no artigo onde discute a importância da biografia, na história, para se estudar as estruturas sociais, evidenciou em especial que

A vida de um indivíduo não pode ser compreendida adequadamente sem referência às instituições dentro das quais a sua biografia se desenrola. Pois esta biografia registra a aquisição, abandono, modificação e, de forma muito íntima, a passagem de um papel para outro. ... Para compreender a biografia de um indivíduo, devemos compreender a significação e o sentido dos papéis que desempenhou e desempenha; para compreendê-los, devemos compreender as instituições de que são parte (1973, p. 46).

À medida que desenvolveu seu raciocínio, Mills esclareceu que, ao escrever uma biografia, a inter-relação dos vários cenários da vida do indivíduo e as possíveis transformações devem ser devidamente analisadas.

Quando compreendemos as estruturas sociais e as modificações estruturais que influem sobre os cenários e as experiências mais íntimas, podemos compreender as causas da conduta e sentimentos individuais, dos quais os homens, nos ambientes específicos têm consciência (1973, p. 47).

¹ A retomada do gênero biográfico, atualmente, ocasionou o aumento da produção a respeito do assunto. Deve-se isso à renovação historiográfica das últimas décadas. Além dos trabalhos citados, a indicação de outros autores consultados para a reflexão a respeito da biografia: BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In AMADO, J. e MORAES, M. de. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: 4 ed., FGV, 2001. **Revista Brasileira de História. Biografia, biografias**. ANPUH. São Paulo, Unijui, v.17 n. 33, 1997; LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.141-184.

Jacques LE GOFF (2002, p.20) informa, ao escrever a biografia histórica de São Luis, que “reencontrei quase todos os grandes problemas da investigação e da escrita histórica com os quais até então me tinha deparado. Certamente, confirmei a idéia de que a biografia é um modo particular de fazer história.” Na seqüência de suas observações a respeito da biografia evidencia a importância de focar a análise no personagem.

Ora, que objeto, mais e melhor que uma personagem, cristaliza em torno de si o conjunto de seu meio e o conjunto dos domínios que o historiador traça no campo do saber histórico? São Luis participa simultaneamente do econômico, do social, do político, do religioso, do cultural; age em todos esses domínios, pensando-os de uma maneira que o historiador deve analisar explicar - mesmo quando a busca do conhecimento integral do indivíduo em questão se torna uma “procura utópica”. É preciso, verdadeiramente, mais do que em qualquer outro objeto de estudo histórico, saber respeitar aqui as falhas, as lacunas que a documentação deixa, não querer reconstruir o que os silêncios de e sobre São Luis escondem, também as descontinuidades e as disjunções, que rompem a trama e a unidade aparente de uma vida. Mas uma biografia não é só a coleção de tudo o que se pode e de tudo o que se deve saber sobre uma personagem (2002, p.21).

Sabine LORIGA (1998, p.227) encaminhou sua discussão primeiramente tratando da análise atual a respeito da biografia, tecendo comentários sobre os textos de Jacques Le Goff, que reconstruiu recentemente a trajetória de São Luis, e também das considerações de Pierre Bourdieu, de Jean- Claude Passeron, ressaltando que “estamos aí diante de objeções complexas...”. Loriga observa que esses autores argumentam a respeito da biografia, evidenciando em seus enfoques pontos negativos e positivos de se trabalhar com o gênero biográfico. Na continuidade da análise, faz uma retrospectiva de três projetos biográficos, concebidos há 150 anos: “O herói de Thomas Carlyle, o homem patológico de Jacob Burckhardt e o homem-partícula de Hippolyte Taine” (1998, p. 228). Informa que o estudo do homem – herói encontra-se em crise profunda. Mas adverte: “A morte do herói não eliminou, contudo, a exigência de se estudar os indivíduos” (1998, p.244).

Loriga, ainda, esclarece que os estudos dos historiadores que trabalham com a perspectiva da micro-história deixam claro não ser necessário que o indivíduo represente um caso típico. “... o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado”. Através dos

“movimentos individuais” conseguir-se-á desfazer as “homogeneidades aparentes” na sociedade, para fazer emergir os “conflitos que presidiram a formação e a edificação das práticas culturais...” Esse tipo de discussão mostra que as práticas culturais auxiliam na observação de como se dá a interação do individual e do coletivo no contexto vivido, “...penso nas inércias e na ineficácia normativas, mas também nas incoerências que existem entre diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, ‘façam’ eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder” (1998, p.249).

Giovanni LEVI (2001, p.174) afirma: “Fascinados com a riqueza das trajetórias individuais e ao mesmo tempo incapazes de dominar a singularidade irreduzível da vida de um indivíduo, os historiadores passaram recentemente a abordar o problema biográfico de maneiras bastante diversas”. No seu estudo, classificou quatro tipos de biografias que vêm sendo produzidas: “prosopografia e biografia modal”, que procura trabalhar sobretudo com formas de comportamentos; “biografia e contexto”, que parte da idéia de construir o contexto e evidenciar o entorno do indivíduo; “biografias e os casos extremos”, citando como exemplo o trabalho de Carlo Ginzburg - O queijo e os vermes; e “biografia e hermenêutica”, relacionada com a antropologia, considerando significativo o próprio ato interpretativo e, sendo assim, a biografia pode assumir vários significados. Entretanto, na maioria das vezes, esses tipos combinam-se, dependendo da abordagem que o historiador quer dar à sua história.

Jean ORIEUX (1986, p.35), em suas considerações a respeito da arte do biógrafo, ressalta que “uma biografia é uma obra em que entra a colaboração espontânea e até o acaso”. Informa tratar-se de um trabalho solitário com a documentação levantada para dar conta do personagem analisado. “É dessa longa intimidade que nasce uma biografia. Uma espécie de confiança e de aliança póstuma... Esses senhores confiam-se, em silêncio, ao amigo que se introduziu na sua vida passada”.

Emmanuel Le Roy LADURIE (1986, p.49) diz que “a biografia é um domínio que a história social não absorveu. No entanto, a idéia de ver uma época através do

destino de um homem seria, sem dúvida, fecunda....”. A partir dessa consideração do autor, toma-se a biografia como uma espécie de desafio ao historiador, e entende-se que essas considerações ultrapassam a idéia do retorno a uma simples biografia factual e linear.

Carlos Antunes Roberto dos SANTOS (1997, p.81-82), ao realizar suas considerações a respeito da biografia esclarece,

A biografia hoje enquanto objeto da História, busca revelar através de uma vida privada ou pública de pessoas de influência, os limites das liberdades destas pessoas face ao jogo complexo do processo histórico, face às tramas da sociedade. A História dos homens de influência implica em abordar: a) o destino do seu nome; b) a sua ação na História enquanto um ator genial e após como espectador desolado; c) e a história do seu povo, da qual ele é um espectador privilegiado. Estes estranhos e enigmáticos homens de influência, que são pioneiros sob diversos aspectos, exercem enorme influência na realidade em que estão inseridos. Ao longo da História temos homens das armas, da política, das finanças, dos bancos, das artes, das letras, da imprensa, do comércio, da agricultura, e de outras áreas, que souberam ser mais livres que outros, prever novas alternativas, construir utopias, e gestionar com competência.

Como se observa, SANTOS, ao discutir a biografia, remete as personagens históricas para o teatro da vida, como costuma ser o procedimento prático da micro-história, que propõe a análise do indivíduo nos diferentes papéis que ocupa durante a vida. Assim, dependendo do contexto, o personagem da história pode ser “ator genial” ou “espectador desolado” ou “espectador privilegiado”, podendo prever “novas alternativas” e “construir utopias”.

As pesquisas efetuadas, privilegiando o gênero da micro-história, aparecem no Brasil em meados da década de 80. As traduções de especialistas vieram colaborar para que os pesquisadores brasileiros tomassem contato com as publicações a respeito da nova história cultural praticada pelos italianos e com a produção dos historiadores norte-americanos e ingleses.

Os pesquisadores no Brasil contam com uma produção bibliográfica teórica específica, orientada para o gênero da micro-história, destacando-se os textos de Ronaldo Vainfas e Astor Antônio Diehl, como alguns dos exemplos.

Ronaldo Vainfas, na obra **Os protagonistas anônimos da história: micro-história** aprofunda reflexões, analisando o gênero historiográfico produzido na Itália,

evidenciando que a micro-história opera com redução de escala, exploração exaustiva de fontes, descrição etnográfica e preocupação com a narrativa literária. Vainfas procura contribuir para uma adequada concepção da micro-história, que ora era vista como história cultural, ora confundida com a história das mentalidades e com a história do cotidiano. Realiza um diálogo com os estudos históricos do século XX, evidenciando a historiografia francesa e o movimento de Annales, para esclarecer “o que a micro-história não é”. Destaca as vertentes da micro-história, realizando um passeio pelos fundadores italianos e ressaltando a importância da revista *Quaderni Storici* e da coleção *Microstorie*. Faz considerações dos trabalhos elaborados pelos franceses, ingleses e norte-americanos. Discute o aparato conceitual utilizado pela micro-história, a escolha temática, a problemática da diminuição da escala, a delimitação dos objetos de estudo em termos de espaço e de temporalidade. Para finalizar seu trabalho, apresenta uma relação bibliográfica comentada a respeito do que já se publicou no Brasil sobre micro-história.

Outro trabalho que discute a abordagem da micro-história é a obra **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**, de Astor Antônio DIEHL, cuja análise da crise paradigmática dos modelos explicativos da História mostra que essa crise foi entendida de forma positiva, indicando que isso propiciou uma cultura de mudança, criando argumentos para a reconstrução da idéia de futuro que se tinha no passado. Enfatiza ainda que as mudanças nas formas de produção do conhecimento se tornam mais evidentes quando tomadas como referencial para o estudo. Suas discussões a respeito da micro-história tratam dos apontamentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa microanalítica, ressaltando-se “os limites e as possibilidades da cultura historiográfica regional como o *locus* das dimensões da memória, da identidade e das implicações de mudanças estruturais objetivas e culturais” (DIEHL, 2002, p.20).

Entre os historiadores brasileiros que realizaram estudos fundamentados nas teorias da micro-história pode-se destacar o trabalho de Laura de MELLO e SOUZA, **O diabo e a terra de Santa Cruz**, em especial o capítulo “Histórias extraordinárias: o destino de cada um”. O pesquisador Plínio GOMES realiza um estudo do personagem

Hennequim, na sua obra: **Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela inquisição.**

A pesquisa de Luiz MOTT centra sua atenção na construção da biografia de um personagem do sexo feminino, ex-escrava, ex-prostituta, no período colonial: **Rosa Egípcíaca: uma santa africana.** Eduardo SILVA trabalha com o século XIX, evidenciando o personagem de um rei negro no Rio de Janeiro: **D. Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** Dentro da vasta produção de Evaldo Cabral de MELLO destaca-se **O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial.**

Com relação às fontes históricas, pode-se destacar que a documentação selecionada é composta por uma tipologia documental variada, a saber: os textos produzidos pelos memorialistas, o retrato e o busto produzido por artistas e uma quantidade razoável de documentos manuscritos em diversos arquivos: a) na cidade de Curitiba: **Arquivo do Estado do Paraná e da Biblioteca Pública do Paraná;** b) em Guarapuava: **Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava, Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém, Cartório da primeira Vara Civil do Fórum de Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava e Arquivo Público Municipal;** c) no Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional;** e) e em São Paulo: **Arquivo do Estado de São Paulo;** f) na cidade da Palmeira: **Arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Arquivo do Cartório de Registro Civil da Palmeira, Arquivo do Cartório da Primeira Vara Civil do Fórum da Palmeira.**

No Arquivo Público do Paraná foram localizadas correspondências relativas tanto ao período em que Antonio de Sá e Camargo era vereador, 1853-1856, quanto ao período em que fez parte da Guarda Nacional.

Na Biblioteca Pública do Paraná, no acervo de documentos manuscritos que pertenceram a Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, foram localizadas correspondências que se referem ao personagem Visconde de Guarapuava.

No Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém, em Guarapuava, foram localizados os registros de terras ou “Registro do Vigário”, realizados pelo Cônego

Braga, de 1855 a 1857, entre os quais consta o registro da fazenda “Boa Cria” e dos terrenos em sociedade do Visconde de Guarapuava.

No Arquivo Público Municipal, também nessa cidade, encontram-se correspondências da Guarda Nacional, anos de 1865, 1866, 1867, inclusive as de responsabilidade de Antonio de Sá e Camargo quando comandava a corporação.

No Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava foram localizados os livros de atas do período compreendido de 1853 a 1889, quando atuou como vereador, os relatórios encaminhados aos presidentes da Província, de 1855 a 1883 e o livro de registro de ofício expedido pelo comando da Guarda Nacional de Guarapuava, de 1864 a 1893.

No Cartório da Primeira Vara Civil do Fórum de Guarapuava foi localizado o Testamento do Visconde de Guarapuava.

No Tabelionato de Notas de Guarapuava, encontramos a documentação que trata de compra e venda realizada pelo Visconde de Guarapuava.

No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, localizaram-se Livro de Registros da Guarda Nacional de Guarapuava, de 1855 a 1871, e registro das Graças honoríficas recebidas por Antonio de Sá e Camargo, em 1876.

No Arquivo do Estado de São Paulo, encontramos documentação manuscrita contendo informações da Expedição Colonizadora dos Campos de Guarapuava, de 1810; listas nominativas dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, elaboradas pelo Padre Chagas e pelo comandante Francisco da Rocha Loures; correspondências redigidas por Antonio de Sá e Camargo, quando esteve nos cargos de subdelegado de polícia, inspetor de primeiras letras, administrador da estrada da Mata, Major da Guarda Nacional. Pode-se delimitar o período dessa correspondência entre 1833 e 1853.

No Cartório da Primeira Vara Civil do Fórum da Palmeira foi encontrado o Testamento da Viscondessa de Guarapuava.

No Cartório de Registro Civil da Palmeira foi localizado o Registro de óbito da Viscondessa de Guarapuava.

No Arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira foram localizados os Registros de casamento do Visconde de Guarapuava, e batizado do seu filho Firmino.

As cartas e os títulos recebidos pelo Visconde de Guarapuava por menção honrosa, sob a guarda de João Carlos Prestes Taques Junior, em Guarapuava, serviram também para estudar a trajetória do personagem.

Entre as publicações elaboradas sobre Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava, foram selecionados alguns dos textos escritos pelos membros do IHGEP - Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, que referenciam o personagem Visconde de Guarapuava.

Com relação à estrutura da tese, no **primeiro capítulo, A imagem do Visconde de Guarapuava e a história do Paraná**, pretende-se, através dos textos selecionados e editados pelo Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense - IHGEP, publicados em abril de 1950, filtrar a imagem construída pelos discursos para celebrar e rememorar o Visconde de Guarapuava.

No **segundo capítulo, O núcleo familiar de Antônio de Sá e Camargo**, tratou-se da estruturação do grupo parental do Visconde Guarapuava, no território paranaense dos séculos XVIII e XIX, em especial na região de Guarapuava.

No **terceiro capítulo, Antonio de Sá e Camargo e a Freguesia de Nossa Senhora de Belém**, procurou-se demonstrar como indivíduos com histórias e estratégias diferentes formaram um grupo social, uniram-se e construíram uma povoação e compartilharam lealdades. Dentro dessa comunidade, houve muitos diferenciais, mas foi a partir desses diferenciais que se traçaram estratégias de sobrevivência, na vida cotidiana.

No **quarto capítulo, Visconde de Guarapuava: um homem de prestígio na Província do Paraná**, destacou-se o modelo coletivo valorizado pelos paranaenses, Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava, revelando o indivíduo que soube representar os papéis que lhe foram atribuídos ou determinados e conquistados, tornando-se um modelo, um homem de prestígio na Província do Paraná e no Império brasileiro. Ao longo de sua trajetória foi agraciado com as honrarias: Oficialato da

Ordem da Rosa (1861), Cavaleiro da Ordem de Cristo (1867) e com os títulos de Barão de Guarapuava (1870) e Visconde de Guarapuava (1880).

1 A IMAGEM DO VISCONDE DE GUARAPUAVA E A HISTÓRIA DO PARANÁ

Esse venerado ancião, morador da cidade de Guarapuava a longuíssimos anos, merece de toda a Província do Paraná o maior e mais justo respeito. Sempre que apelei para a sua generosidade, como presidente desta grande zona, encontrei-o pronto para concorrer com valiosos donativos a bem de benefícios morais e materiais. Dei por isso à sala de honra da Biblioteca Pública (de Curitiba) assim como a uma das sinuosidades do rio Iguaçu, o seu nome. Conhecido por inúmeros atos de virtudes, modesto, retraído e superior a todas as vaidades do mundo, tem sido esse ilustre paranaense incansável em promover o adiantamento da cidade que habita e que deve ufanar-se de ter em seu seio tão distinta e nobre personalidade. Pois o visconde de Guarapuava é um brasileiro que honra o Brasil inteiro. Com a maior satisfação aqui lhe fica prestada esta homenagem de elevadíssimo apreço e admiração, o seu nome é Antonio de Sá Camargo (TAUNAY, 1886, p.42-43²).

1.1 A IMAGEM DO VISCONDE DE GUARAPUAVA: “PROGRESSISTA ENTUSIASTA-DESTEMIDO BANDEIRANTE”.

As manifestações que celebraram o cinquentenário da morte do Visconde de Guarapuava, nos meados do século XX, foram indispensáveis para a construção de sua imagem. Expressões como “Ilustre paranaense”, “Progressista entusiasta - destemido bandeirante”, “Poderoso fazendeiro”, “natural entusiasmo suscitado pelo espírito de provincialismo”, “Modesto Visconde” e “Velhinho monarquista” são alguns exemplos que se destacam nos documentos da época.

Iniciar o trabalho a partir da imagem construída na história paranaense foi uma opção para estabelecer um diálogo possível entre o presente e o passado, sobre o indivíduo Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava. Para tal, foram selecionados os documentos editados pelo Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense - IHGEP, publicados em abril de 1950, cujo conteúdo são os textos escritos e os discursos proferidos nas celebrações do cinquentenário da morte do

² Em viagem realizada pelo Visconde Taunay para conhecer a navegação do rio Iguaçu, homenageou o seu amigo Antonio de Sá e Camargo dando seu nome a uma volta desse rio.

Visconde de Guarapuava, pelos sócios da Instituição. Tais publicações refletem o modo particular de fazer história nesse período no Brasil e, portanto, no Paraná.

O IHGEP foi fundado em 1900, seguindo as normas do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, formado por um quadro de sócios, considerados indivíduos de destaque dentro das hierarquias dos poderes públicos locais e das instituições sociais.

Faz-se necessário entender alguns dos intérpretes do Paraná em sua época, com suas problemáticas determinadas a partir das suas avaliações do passado e da projeção que idealizaram para o futuro. De uma maneira geral, percebeu-se que os trabalhos elaborados por esses intérpretes prezaram por um cunho agregador, emancipador e unificador, pois construíram seus discursos procurando evidenciar uma identidade brasileira, considerando que os indivíduos formavam uma unidade objetiva comum, justificada pela língua, pelo espaço territorial, pela cultura e por um passado histórico.

Em relação ao Visconde de Guarapuava, os memorialistas deram destaque à sua atuação como o indivíduo “branco” que lutou com coragem, enfrentando “índios bravos e degredados” nos campos de Guarapuava e que, através do seu “espírito de bandeirante” contribuiu para civilizar os habitantes do sertão paranaense.

Foram analisados os textos publicados pelos sócios do IHGEP, aqueles que construíram uma imagem do indivíduo Antônio de Sá e Camargo, para celebrá-lo e perpetuá-lo na história do Paraná, e foram utilizados, como base, os textos de Alfredo Escragnole de Taunay, Eurico Branco Ribeiro, Loureiro Fernandes, David Carneiro, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Dulcídio Tavares de Lacerda, Rocha Pombo e Romário Martins.

Destacam-se também os textos dos historiadores paranaenses: Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen, entre outros, que auxiliaram na reconstrução do contexto histórico da trajetória de vida do Visconde de Guarapuava.

Torna-se necessário compreender os textos dos autores citados, em sua contemporaneidade, para reconstruir a trajetória de vida do Visconde de Guarapuava e,

também, para atender à proposta deste trabalho; mas, procurando um novo sentido do seu mundo histórico, por meio de um ponto de vista apoiado nas metodologias contemporâneas da história.

A análise do discurso histórico praticado pelo IHGEP, que se ocupou da construção de uma identidade regional paranaense, até meados do século XX, seguiu o modelo do IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, criado em 1838, no Rio de Janeiro, (inspirado no “Institut Historique de Paris”), cujo objetivo era o de investigar, organizar e publicar documentos históricos a respeito do Brasil. Em ambos, evidencia-se o interesse pela dimensão territorial, pelas diferenças regionais, por uma abordagem histórica por região, pelos aspectos físicos e pela utilização de recursos da cartografia.

Esse modo de registro foi muito utilizado na elaboração das memórias histórico-descritivas das freguesias, vilas e províncias, no período imperial e republicano, na descrição de como se deram as constituições dos municípios e dos estados. Entretanto, o objetivo principal era o de eternizar os fatos memoráveis do país e salvaguardar o nome dos seus “filhos ilustres”. Vários dos textos escritos sobre o Visconde de Guarapuava seguem o modelo do discurso fundador, elaborado por Karl Philipp Von Martius, botânico e viajante alemão que visitou o Brasil no século XIX. Em 1840, o IHGB propôs premiar quem elaborasse o melhor projeto para escrever a história do Brasil. Von Martius foi o vencedor. Seu trabalho intitulado **Como se deve escrever a história do Brasil** foi publicado pelo IGHB, em 1845 e, nele, o autor determinou um projeto histórico para o Brasil.

Para Von Martius, a história brasileira deveria versar sobre miscigenação das raças, partindo do português, que se aventurou na conquista do território e deu garantias morais e físicas ao Brasil. As demais raças não deveriam ser esquecidas, mas o privilégio deveria recair sobre o branco, ou melhor, o português. Esse modelo deveria procurar enfatizar uma história da unidade do Brasil, centrada na figura do imperador. Propunha, ao historiador, que viajasse pelas províncias que constituíam o território brasileiro e fosse coletando a história de cada região, buscando pontos comuns no modo de viver em cada província. Tensões, contradições, exclusões,

conflitos, rebeliões e insatisfações deveriam ser amenizados, para diminuir as diferenças, já que seu projeto estava orientado para a construção de uma identidade nacional.

O IHGB tornou-se um dos grandes aliados do Imperador Pedro II, pois esse, para legitimar seu poder, precisava que a história do país fosse construída, registrada e consolidada.

Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações (REIS, 1999, p.25).

O imperador tornou-se o protetor dos homens que escreveram a história do Brasil, entre eles, Francisco Adolfo Varnhagen que, em 1850, escreveu a obra **História geral do Brasil** a qual reflete sua preocupação com a história do país. Seguindo o modelo do IHGB, Varnhagen incorporava “a visão iluminista de que o historiador era um homem esclarecido capaz de influir, com seu conhecimento, nos destinos do país” (ABREU, 1996, p.179). A obra deixou explícitos os fundamentos da identidade nacional brasileira, como herança da colonização européia, na qual o branco representava a civilização no novo mundo. Dessa maneira, índios e negros foram excluídos porque não eram “civilizados”.

Os memorialistas e historiadores do IHGEP construíram, por meio da biografia clássica, uma galeria de heróis nacionais, homens que representariam “bons exemplos” para gerações do futuro, encarregados de transmitir, pelas suas histórias, ensinamentos a todos os habitantes, dando um sentido homogêneo a uma sociedade constituída pela diferença racial, econômica e cultural.

Capistrano de Abreu, foi outro historiador que retratou a história do Brasil no período de transição entre os séculos XIX e XX. Em sua obra nota-se a preocupação com o desvelamento de documentos inéditos e com a tradução e publicação do material coletado. Transformou-se em modelo de uma geração de autores que se dedicavam à pesquisa e à construção da história brasileira, como foi o caso dos historiadores paranaenses que procuraram documentos referentes à ocupação do

território paranaense pelos homens ilustres. Várias genealogias das famílias colonizadoras foram produzidas e, entre elas, a da família Sá e Camargo³.

Muitas monografias ou memórias histórico-descritivas sobre reprodução de documentos a respeito do Paraná e de seus municípios foram produzidas pelos sócios, com aval do IHGEP.

Segundo Erivaldo Fagundes NEVES (2002, p. 70-71),

esse gênero memorialista estereotipava-se, nas monografias municipais, com descrições fisiográficas, exposições sobre flora, fauna, recursos minerais e acidentes físicos; relatos de produção agrícola, comércio e serviços públicos; narrativas de fatos relevantes, destacando atos oficiais eventos – efemérides- sociais, apresentando dados biográficos de personagens dos recortes espaciais objeto de estudo, apenas descrevendo episódios e suas circunstâncias, sem formulação de problemas através de hipóteses, nem abstração sobre o método ou elaboração de conceitos que o fundamentassem. Dissimulava as limitações metodológicas com suposta carência de dados. Enfatiza o individual, ressaltando méritos pessoais pouco se interessando pelos aspectos sociais. Geralmente, embasava-se mais em informações orais, sem crítica, nem rigor metodológico, que outras fontes da pesquisa histórica.

O autor apresenta uma série de modelos a respeito dos biógrafos. Essa forma de produção orientou-se também para a celebração da imagem de indivíduos que pertenciam às famílias tradicionais de Curitiba, Paranaguá, Lapa, Castro, Campos Gerais, Guarapuava e outras cidades do interior do Estado, que detiveram o domínio político local da região que habitaram.

Segundo José Carlos REIS (1999, p.9),

cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretção do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza.

Essas colocações evidenciam que se deve levar em conta o objeto temporal e a renovação teórico-metodológica de cada historiador que, ao escrever sua interpretação do objeto escolhido, produz uma visão parcial, uma compreensão elaborada no seu presente. O avanço do tempo, elemento presente na trajetória do historiador, faz com

³ Obra de Moisés Marcondes, “Pae patrono – Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá”. Conta a história da ocupação da Palmeira e de seus colonizadores, os Sá e Camargo.

que as proposições históricas mudem e sejam elaboradas novas interpretações sobre o mesmo assunto, em que o passado é revisitado por outras interrogações, que oferecem respostas diversas das anteriores, que, por sua vez, conduzem a diferentes perguntas e novas respostas e, assim, promovem um permanente movimento no modo de registrar o passado, pois “... todo o historiador é marcado por seu lugar social, por sua ‘data’ e por sua pessoa” (REIS, 1999, p.11).

Para realizar uma interpretação histórica, é necessário saber quem a produziu, pois as contradições existem, os olhares lançados sobre o mesmo tempo podem revelar representações diferentes. Portanto, há que se entender que cada interpretação da realidade está carregada de influências do meio social e do tempo vivido.

1.2 HISTORIOGRAFIA PARANAENSE: O TEMPO VIVIDO PELO VISCONDE.

Os trabalhos de releitura dos textos escritos sobre a história do Paraná já vêm sendo realizados especialmente pelos professores da Universidade Federal do Paraná: Carlos Roberto Antunes dos Santos, Francisco Moraes Paz, Ana Maria de Oliveira Burmester, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães⁴, e também por alunos da Pós-Graduação em História, como os trabalhos de Luís Fernando Lopes Pereira, Décio Roberto Szvarça, Gilson Leandro Queluz, Christiane Marques Szesz entre outros, que orientam suas análises para a temática do regional.

⁴ No artigo “O paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na Década de 50”, os seus autores, Francisco Moraes PAZ, Ana Maria de Oliveira BURMESTER e Marionilde Dias Brepohl de MAGALHÃES, analisaram as obras: **Um Brasil diferente**, de Wilson MARTINS, e **Paraná vivo**, de Temístocles LINHARES. A discussão levantada por esses autores procurou demonstrar, na visão dos intelectuais – paranistas, como o Paraná, na década de 50, foi contagiado pelo discurso do “espetáculo de progresso”, dos governadores Bento Munhoz da Rocha Netto e Moysés Lupion, visto que “foram estes intelectuais que viveram um novo surto de desenvolvimento” ... e que ao perceberem as aparências evidentes ou ocultas, as avaliaram e registraram”.

A posição dos intelectuais da década de 50, no que diz respeito à maneira de registrar a história, diverge. De um lado, Romário Martins e Walfrido Piloto eram vistos como escritores ufanistas e, do outro, Wilson Martins e Temístocles Linhares consideravam-se pautados pela seriedade do método científico.

Esses historiadores procuraram realizar uma releitura dos textos escritos pelos memorialistas, cronistas, romancistas e historiadores paranaenses do final do século XIX e primeira metade do século XX.

Para PAZ (1991, p.1), o trabalho do professor Brasil Pinheiro Machado, **Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná,**

pode ser visto como marco fundamental da historiografia paranaense, que influenciou trabalhos posteriores. Segundo o autor, Brasil Pinheiro Machado partiu dos pressupostos de Carlos Frederico von Martius e de João Ribeiro para propor um modelo explicativo da história do Brasil e, particularmente, do Paraná. Segundo o autor, a história do Brasil resulta de uma síntese de histórias sujeitas a múltiplos impulsos. Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo são células fundamentais que formam o “tecido social”, do Brasil colonial. A par das ações da Coroa, as populações foram se expandindo para o interior, incorporando novos territórios e formando subnúcleos de povoamento. Em condições propícias, alguns desses subnúcleos atingiram sua autonomia, passando a se constituir num novo núcleo. Esse é o caso do Paraná.

Segundo esse autor (1991, p.2), esse trabalho divide o Paraná em três regiões:

o Paraná tradicional, o Norte e o Oeste-Sudeste. O tradicional corresponde às primeiras regiões ocupadas – litoral e Campos Gerais, cuja história remonta aos séculos XVII – XIX. A essa se vinculam a mineração, o tropeirismo, a erva-mate, a madeira e a imigração européia. Já as outras duas têm uma história bem mais recente.

PAZ (1991, p.2) ainda ressalta a importância dos viajantes e cronistas do século XIX, que percorreram o território paranaense: A de Saint-Hilaire, R. Avé-lallemant, T. Bigg-Wither, Salvador Corrêa Coelho e Antonio Viera dos Santos, e acrescenta que “este último, ainda que cronista, pelas suas preocupações teórico-metodológicas e rigor acadêmico, chega a ser apontado como o primeiro historiador paranaense”.

Afirma também que alguns modelos explicativos foram elaborados, os estudos monográficos cresceram em várias direções, que o novo está sempre presente na teoria e na metodologia e o historiador tem certeza da necessidade de buscar sempre outros territórios para suas investigações.

A produção de José Francisco da Rocha Pombo já foi analisada, comentada e referenciada por Nestor Vítor e Valfrido Piloto. Este, em 1953, fez comentários a respeito do livro **Para a História, notas sobre a Revolução Federalista do Paraná,**

na época inédito. Esse trabalho foi retomado nos anos 80, pelo historiador SANTOS (1980), responsável pelos comentários introdutórios para a publicação da obra, e que evidencia o estilo narrativo de Rocha Pombo como exemplo da história do tempo curto que, lançando mão do seu próprio testemunho ocular, trouxe à tona a ideologia das forças envolvidas no conflito.

A obra constitui-se num verdadeiro depoimento de quem assistiu e sentiu humanamente as controvérsias de um período repleto de contradições da História do Brasil. E, ao longo do depoimento, vislumbra-se que Rocha Pombo tem como objetivo central denunciar, de acordo com sua visão dos acontecimentos, a intensidade dos erros, das injustiças e sacrilégios perpetrados na terra paranaense.

Para alguns, talvez, não seja a crônica a forma mais aconselhável de apresentação de um trabalho histórico. Entretanto, como testemunha dos acontecimentos, Rocha Pombo impôs a forma da narrativa, a fim de melhor serem preservadas as observações aí detectadas, revelando-se então um historiador engajado que, indignado, denuncia os atentados à liberdade humana, e a não vinculação dos valores éticos e morais nas relações entre vencedores e vencidos (SANTOS, 1980, p.11).

Em especial, esse trabalho de Rocha Pombo teve como missão, no seu tempo vivido, revelar “os agentes” envolvidos no episódio da Revolução Federalista no Paraná. A linguagem revela

as palavras, atitudes, comportamentos e atos contestadores... As idéias que alimentaram, os anseios de transformação, a crítica consciente e inconsciente propaladas a partir das denúncias e confissões... os princípios das facções políticas que defendem... revelando as ideologias que se colocam por trás desses sentimentos e atitudes (SANTOS, 1980, p.12).

QUELUZ (1998, p.1), no seu trabalho **Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)**, procurou mostrar a relação do autor com a modernidade, revelando a ligação da história e da literatura presente na produção do escritor. Para ele, a obra de Rocha Pombo resume-se,

... (n) a mescla encontrada em sua obra, de provincianismo e cosmopolitismo, anarquismo e conservadorismo, angústia pelas questões sociais e retiro ascético da sociedade. Como não simpatizar com o conflito de um autor que, determinista em boa parte de sua obra histórica, coloca em seus personagens romanceados o anseio pela liberdade plena? Como não se intrigar pelo mistério da existência em um mesmo autor, do produtor em série de manuais didáticos de história, no início do século, (XX) e de um criativo escritor simbolista?

O trabalho de QUELUZ evidencia as críticas de Rocha Pombo à sociedade moderna e as alternativas propostas por ele, nos romances **Petrucello** e **No Hospício**, nos quais expôs sua visão utópica da sociedade futura. Rocha Pombo foi um historiador que marcou seu lugar social, no seu tempo vivido.

PEREIRA (1998, p.8) informa que a historiografia regional do Paraná é marcada por um “forte cunho historicista e positivista”, sendo seus propagadores Romário Martins e Rocha Pombo, que privilegiaram, em suas obras, “o político, os grandes personagens e os grandes feitos que teriam marcado a história do Estado”. A obra de Romário Martins Pereira evidencia o modelo proposto pelo IHGB, ou seja: Martins destaca o meio físico, faz a descrição da situação geográfica do Paraná, das baías e dos portos, do litoral, dos rios e dos relevos e dos climas; relata a distribuição geográfica das tribos indígenas, a posse da terra, as reduções jesuíticas, os caminhos, a descrição da formação étnica do Paraná, as questões econômicas - tropeirismo, mineração, erva mate -, a elevação da Comarca à Província, a Campanha Republicana; e destaca personagens através de relatos biográficos, como fez com o registro da vida do Visconde de Guarapuava.

SZVARÇA (1998) também fez a releitura da obra de Romário Martins, mostrando que a trajetória de vida desse historiador se inter cruzou com o fazer histórico do modelo criado pelo IHGB, pois foi Romário Martins que presidiu a primeira reunião de criação do IHGP, em 1900. A história fundada por Romário Martins, como história de toda uma comunidade e suas relações com o meio, é uma história mítica.

Portanto, além de sua função propriamente mítica, ou melhor, através dela, a história de Romário Martins também participa de sua contemporaneidade. Em um momento de crise - real ou imaginária - na sociedade tradicional paranaense, com a chegada de grandes levas de imigrantes que precisavam ser incorporados à identidade regional e a ameaça e perda efetiva de parcela de seu território, Romário Martins participa da criação de mitos modernos... (SZVARÇA, 1998, p. 8).

Christiane Marques SZESZ (1996) realizou uma leitura dos diversos conceitos que construíram o Paraná como região, desnaturalizando a região, problematizando a sua invenção, buscando sua historicidade no campo das práticas dos discursos e das

representações, utilizando a produção literária e historiográfica de alguns intelectuais e historiadores paranaenses. A respeito de Romário Martins informa que:

Para Romário Martins um dos elementos possíveis para reelaborar a região e elaborar a idéia de modernização, e racionalidade, foi forjar uma representação simbólica do Paraná. Romário recuperou a região, tomando expressões da natureza paranaense como a figura do pinheiro, que passava a transfigurar o Paraná. O Paraná transfigurado no pinheiro tornava-se a imagem de integração, de todos que habitavam o Paraná e portanto, tornava-se o elemento de coesão da sociedade paranaense (SZESZ, 1996, p.301).

Romário Martins procurou forjar uma tradição, buscando no passado imagens para justificar a construção de um homem ideal, a criação de um marco zero para justificar a origem da sociedade paranaense, a visão idílica do território paranaense e criação de imagens, utilizando elementos da natureza, como o pinheiro e o mate, abundantes nas florestas do Estado, como símbolos que prevalecem até hoje.

Olhar a produção historiográfica dos intelectuais do século XIX e meados do XX é um exercício de compreensão, que se faz abrindo-se à sua contemporaneidade, aceitando dialogar com eles, entendendo que cada interpretação do vivido está carregada de influências do meio social. Muitas vezes, no momento da escrita da sua obra, deixaram-se influenciar pelo brilho, gestos, ações e discursos de outros sujeitos. Toda interpretação é uma atribuição de sentido ao vivido, que é produzida a partir de um ponto de vista do presente. O passar do tempo produz mudanças, e novas interpretações emergem, porque não existe um passado fixo que pode ser esgotado pelo historiador. Cada geração, em seu período, rememora o passado de modo original, produzindo uma visão diferenciada.

1.3 UM “LUGAR DE MEMÓRIA” PARA O VISCONDE DE GUARAPUAVA NA CAPITAL DO PARANÁ

Rememorar o passado significa buscar uma memória e não toda a memória de um tempo específico. Mais precisamente, buscam-se no presente caso aquelas referentes ao episódio de defesa do “lugar de memória” – Avenida Visconde de

Guarapuava -, determinado pelos paranaenses para homenagear Antonio de Sá e Camargo na segunda metade do século XIX. Faz-se necessário entender esse episódio ocorrido na trajetória de vida desse indivíduo escolhido para ser estudado, porque a partir desse acontecimento é que se desencadearam outras homenagens, realização de comemorações em órgãos públicos (escolas, bibliotecas, etc.), produção de textos a respeito do personagem, confecção de busto em praças públicas, entre outros.

Para Jacques LE GOFF (1994, p.423), “a memória como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Para o autor, a evolução das sociedades, nos meados do século XX, evidencia a importância do papel que a memória coletiva presta à “história como ciência” e como “culto público”. A memória, para LE GOFF (1994, p. 475), é o “reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico”.

As sociedades que conseguem alcançar o domínio da memória coletiva, tanto a oral quando escrita, a utilizam como um instrumento ou objeto de poder. A memória é também um elemento essencial para a “identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje...” (LE GOFF, 1994, p.476).

O historiador francês Pierre NORA (1993, p.8), ao problematizar a importância da memória nas sociedades “complexas”, constata que estas, diante da aceleração da sua história, levadas incessantemente pelas mudanças, são condenadas à ausência de lembranças, pois são destituídas dos mecanismos de transmissão oral da memória social, dos quais usufruíram as sociedades ditas primitivas ou arcaicas. Para tentar superar isso, vêm-se compelidas a criar “lugares de memória”. Segundo o historiador, a memória integra a vida social, enquanto a história integra um corpo específico de conhecimentos datados, teorias, métodos e instrumentos próprios. Todas as sociedades de todos os tempos são permeadas pela memória social. Ao analisar os diferentes lugares de memória, na França, observa que os lugares de memória

aumentam enquanto a memória coletiva se desintegra. A proliferação de profissionais preocupados com a área de preservação e de catalogação dos fatos da memória ocorre, então, para compensar a perda da capacidade de memorizar as experiências de passar de uma geração à outra as tradições e os costumes, nas sociedades modernas. A sociedade passa a rememorar seu passado por meio do trabalho realizado por técnicos, que selecionam as datas a serem comemoradas, os eventos mais importantes da história de um país que devem ser ritualmente celebrados, muitos dos quais já destituídos do seu sentido original.

Para Helenice Rodrigues da SILVA, na análise que fez a respeito de “rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória”,

nesses tempos de “crises” de valores e de referências, as comemorações nacionais tendem a demonstrar que o acontecimento “rememorado”, em razão do seu valor simbólico, visa, sobretudo, ao devir. Em busca de um consenso nacional, o poder político investe nas lembranças das grandes datas, de maneira a encontrar no passado uma legitimidade histórica que permite consolidar a memória coletiva. Por trás de todas as comemorações nacionais, encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta na sua relação com o passado da História e o presente da memória (SILVA, 2002, p.425).

A preocupação central da autora são as comemorações nacionais e o que isso representa para a coletividade. Exemplifica sua discussão com as comemorações dos 500 anos do Brasil, evidenciando a inexistência de uma reflexão crítica sobre o objeto comemorado. O trabalho segue com outras intervenções interessantes a respeito da questão sobre a memória, mas o ponto que traz contribuição para este trabalho é a distinção entre os conceitos de rememoração e comemoração. Nesse sentido, SILVA cita Paul RICOEUR: “A propósito, Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre ‘rememoração’ (parte de um processo de elaboração individual) e comemoração (trabalho de construção de uma memória coletiva)” (2002, p.428).

A relação entre memória individual e memória coletiva é a percepção de que a memória individual não se constitui independentemente da memória do grupo social no qual o indivíduo está inserido. Ao refletir sobre memória, a partir das perspectivas acima postas, evidencia-se que não se trata de algo fixo, mas de reorganizações de impressões passadas, constantemente entrelaçadas com o presente de quem escreve e com o passado de quem viveu. Desse modo, as comemorações representam formas

idealizadas, que rememoram indivíduos e coisas, símbolos que legitimam a tradição e se apresentam como modelos para o futuro de uma sociedade, e nação⁵.

A rememoração do passado vem sendo reorganizada, refeita, reconstruída e repensada a partir de um determinado acontecimento ou experiência vivida. Os textos analisados, neste estudo, foram escritos para denunciar o episódio da mudança do nome da Avenida Visconde de Guarapuava, em Curitiba - PR, para Avenida Getúlio Vargas. Esses textos encontram-se no Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP).

A homenagem teria sido prestada no ano de 1880, ao “ilustre paranaense”, que ainda estava vivo e morando na cidade de Guarapuava. Tal homenagem foi uma proposição de Manuel Negrão, em pleno período provincial. Mas, no século vinte (1941/42), a mudança do nome da avenida foi efetuada com o objetivo de prestar homenagem ao então presidente da República, o senhor Getúlio Vargas.

Para Euríco Branco RIBEIRO (1950, p.3), a mudança demonstrou que

contrariando as normas do bom senso, e mesmo dispositivos legais, freqüentemente se vê a substituição em logradouro público do nome de destacada figura do passado pelo de pessoa viva, momentaneamente em evidência e a quem se deseja testemunhar reconhecimento ou simplesmente demonstrar apoio e solidariedade. Passada a oportunidade de realce com a chegada de um ostracismo mais ou menos merecido, às vezes acontece que se reconsidera o ato iconoclasta e volta o nome do antepassado a figurar onde tinha sido colocado para perpetuar a memória de um cidadão que mui judiciosamente fôra considerado como exemplo para a posteridade.

Foi o que se deu, recentemente, com o visconde de Guarapuava: o seu nome havia sido substituído numa das principais ruas de Curitiba pelo de um político em evidência; com a mudança do nosso sistema de governo, o menosprezo pela personalidade do visconde foi posto em foco e as autoridades competentes, não tiveram dúvidas em repor o seu nome nas placas da importante rua da capital paranaense.

⁵ **Sociedade humana:** “totalidade ordenada de indivíduos que atuam como coletividade, baseada na tradição e num conjunto de ações padronizadas”. (DA MATTA, R. **Relativizando:** uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.48). **Nação:** coletividade representada por um corpo político moderno, um território soberano, isto, é um Estado Nacional” (DA MATTA, R. **Conta de Mentiroso:** sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.92). **Tradição:** “Um conjunto de escolhas que necessariamente excluem formas de realizar tarefas e classificar o mundo, significa mais do que viver ordenadamente certas regras estabelecidas, mas, vivenciá-las de modo consciente, colocando-as dentro de uma forma qualquer de temporalidade” (DA MATTA, R. **Relativizando:** uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.49).

E para Francisco Peixoto de Lacerda WERNECK (1950, p.54),

aqueles que estudaram a história do nosso Estado, que procuraram conhecer os vultos do seu passado, verificaram, com profundo sentimento de pesar a inominável ingratidão que se praticou, nos dias negros do Estado Novo, retirando daqui e relegando ao esquecimento, à humilhação das cousas inservíveis a placa com o nome do Visconde de Guarapuava.

Esta denominação, não tinha recebido, a bela avenida... por favoritismo pessoal, por insensação barata.

A avenida que ostentava o nome do Visconde de Guarapuava havia 58 anos, testemunhava a gratidão do Paraná a um vulto imperecível da história de nossa terra.

Pode-se evidenciar, nos dois textos selecionados, que a forma de elaboração dos discursos dos sócios do IHGEP mantinha-se fiel às regras da Instituição, guardiã da memória e da construção da identidade regional. Homenagear o Visconde de Guarapuava, para o Estado do Paraná, demonstrava um valor simbólico maior do que prestar homenagem a um ex-presidente da República brasileira.

Para David CARNEIRO (1950, p.27), a determinação do interventor Manoel Ribas era de que

Antonio de Sá Camargo fora, para o Interventor Manoel Ribas, um “*caboclo sem valor*”, segundo suas expressões características. E o Sr. Getúlio Vargas, aceitando o julgamento, interessado cúmplice dessa tremenda injustiça, ignorante de nossas coisas, tendeu a aceitar o veredictum, e achou conveniente fechar os olhos vaidosos à destruição de uma prova de venerante consideração que ao velho e útil servidor da Pátria, haviam dado nossos avós em tempo de livre manifestação das opiniões.

Era o presente ingrato e falso, insurgido, a tentar destruir o que o passado fizera.

Os discursos evidenciam que a mudança do nome da avenida que prestava homenagem ao Visconde de Guarapuava criou um mal-estar na capital do Paraná, sentimento esse que foi além da troca de nomes de uma rua da capital e revelou uma questão político-cultural.

As ações do interventor Manoel Ribas, ao governar o Estado do Paraná, no período do Estado Novo, foram julgadas negativamente, o episódio descrito foi visto como um agravo à memória dos paranaenses, pois, para David Carneiro e outros, o Visconde de Guarapuava era tido como um indivíduo que colaborou para a construção e consolidação da Província do Paraná e, também, para a identidade dos paranaenses.

A luta dos paranaenses para perpetuar a memória do Visconde e a homenagem a Getúlio Vargas, determinada pelo interventor no Paraná, levaram o poder público municipal de Curitiba, em 1947, a revogar as determinações do ex-interventor Manoel Ribas. E o prefeito municipal de Curitiba, Angelo Lopes, determinou o retorno do nome Visconde de Guarapuava (figura 1), à avenida que, no passado, fora escolhida para homenagear Antônio de Sá e Camargo.

Nessa disputa simbólica, Getúlio Vargas teve que ceder ao “ilustre paranaense” a avenida que já lhe pertencia por direito e outra avenida foi escolhida na capital para homenageá-lo, no Paraná.

Abriremos um parêntese para falar a respeito do mito a respeito de Tiradentes, que segundo o historiador José Murilo de CARVALHO (1995, p.55), ao trabalhar com a problemática em torno do mito da origem da república brasileira, estuda o conflito político surgido em torno da memória de Pedro I e de Tiradentes⁶. Esse conflito serve de exemplo para se perceber que a celebração da memória de um indivíduo tem que ter certas características, ou melhor, como sugere o autor, sintonias, “tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou comportamento que corresponda a um modelo coletivo valorizado”.

No caso do Visconde de Guarapuava, as sintonias selecionadas pelo autor citado podem servir de referencial para identificar características desse personagem, que o tornaram um dos antepassados escolhidos pelos paranaenses para ser rememorado.

Quais seriam as características do Visconde de Guarapuava que deram sustentação à decisão de celebrá-lo, no final do século XIX e no XX, como um dos personagens que fazem parte da memória dos paranaenses, tendo existido outros

⁶ O autor informa que o “primeiro conflito em torno da figura de Tiradentes ocorreu em 1862, por ocasião da inauguração da estátua de Pedro I no então largo do Rocio, ou praça da Constituição, hoje praça Tiradentes. A ocasião e o local eram a própria materialização do conflito. No lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenara à morte infame. Teófilo Otoni, o liberal mineiro líder da revolta de 1842, chamou a estátua de mentira de bronze, e a expressão virou grito de guerra dos republicanos. ...O conflito continuou após a proclamação, agora representando correntes republicanas distintas (CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.60-61).

personagens que, nas suas trajetórias de vida, prestaram também serviços relevantes à sociedade paranaense, como afirmaram os memorialistas do IHGEP, homens que lutaram e relutaram pelas causas da Província do Paraná.

Os elogios presentes nos discursos dos seus contemporâneos apontam pistas para identificá-lo como um indivíduo portador de características ou “sintonias” que respondem à “aspiração coletiva de um modelo valorizado”, como é o caso dos comentários feitos por Taunay, que o descreve como “um brasileiro que honra o Brasil inteiro”. Essa fala evidencia que o personagem ultrapassou as fronteiras da Província do Paraná, conseguindo projeção nos mais elevados círculos do governo imperial.

Outros indícios para refletir a respeito da celebração da memória podem ser encontrados no discurso do historiador David Carneiro, ao denunciar, no episódio de 1941-42, que se estava retirando o “lugar de memória” escolhido pelos antepassados, que “havia dado nossos avós em tempo de livre manifestação das opiniões”, à avenida da capital da Província para homenagear o Visconde de Guarapuava. A fala de David Carneiro demonstra que ele compartilhava da escolha feita pelos antepassados, e que o “local de memória” escolhido deveria permanecer prestando homenagem ao Visconde Guarapuava. Com isso, deduz-se que o Visconde de Guarapuava atendia às características de um modelo valorizado pela elite local de Curitiba, Palmeira, Castro, Guarapuava, Palmas.

O conflito da troca de nome da avenida suscitou a lembrança de que já havia se passado um ano do cinqüentenário da morte de “tão ilustre paranaense”, completado em 1946.

Essa lembrança deu margem a várias comemorações e solenidades públicas de diversas naturezas: confecção de uma placa de bronze e um busto feito pelo artista plástico João Turim, afixada na Avenida Visconde de Guarapuava, em Curitiba (figura 2 e 3); em Guarapuava, na praça principal, colocou-se um busto feito também pelo mesmo artista; o casarão que serviu de residência do Visconde de Guarapuava foi adquirido pelo governo municipal e, nele, instalaram-se a biblioteca e o museu municipal; além das homenagens dos Institutos Histórico e Geográfico do Paraná e de São Paulo.

FIGURA 1 – AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA - CURITIBA-PR



FONTE – Arquivo particular Zelo Martins dos Santos -2004

FIGURA 2 -BUSTO VISCONDE DE GUARAPUAVA - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



FONTE – Arquivo particular de Zelo Martins dos Santos -2004

FIGURA 3 - BUSTO VISCONDE DE GUARAPUAVA - CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA.



FONTE - Arquivo particular de Zelo Martins dos Santos - 2004

1.4 VISCONDE DE GUARAPUAVA: “PROGRESSISTA ENTUSIASTA-DESTEMIDO BANDEIRANTE”.

Entre os vários indivíduos que nasceram no território paranaense, no século XIX, que participaram na construção da Província do Paraná, Antonio de Sá e Camargo foi um dos escolhidos pela sociedade paranaense no século XX porque suas ações estavam de acordo com as aspirações da coletividade, que buscou no passado o seu representante para ser valorizado, celebrado e comemorado. Evidenciando fragmentos do discurso construído pelos memorialistas a respeito da imagem do personagem pode-se identificar ações/características no núcleo familiar, na comunidade, na intermediação da política local com o regional, no universo dos negócios público e particular que tornaram um “homem de bem”, no século XIX.

Antônio de Sá e Camargo recebeu uma educação que seguia as normas e regras determinadas pela sociedade paranaense do século XIX, na qual o pai exercia o pátrio-poder. Ao tornar-se adulto, teve que assumir as responsabilidades de filho

primogênito, pautadas nas orientações paternas. Mas, suas ações, relatadas nos discursos, identificam-no como um homem atento às questões políticas e econômicas da sociedade da qual fez parte. Segundo Dulcídio Tavares LACERDA (1950, p.40),

rico de família, trabalhador insaciável, integrado numa aristocracia rural sã e patriótica, onde a base da sua prosperidade se firmava no braço escravo, e esse era o clímax geral do Brasil em fins do século XVIII e começo do XIX. Para o jovem bandeirante o modo de proceder era outro: pensava ele que a liberdade ao escravo dava-lhe novas energias, novas ambições, uma capacidade maior de produção e de escravo boçal e servil, poderia tornar-se comparativamente civilizado. Foi o que fez; deu alforria a todos os seus escravos e os conservou em suas propriedades pagando-lhes salários e sustentando seus filhos. Vê-se que, antes de 1840, a campanha abolicionista não havia começado; mas, o bandeirante Antônio de Sá Camargo já iniciava com a sua prova em pessoa.

Antonio de Sá e Camargo instalou-se em Guarapuava, por volta de 1828, tornando-se um “poderoso fazendeiro”. A ajuda que prestou à comunidade, quando tinha recém-chegado revelou, em sua “plena mocidade, as singulares qualidades de prudência e ativo espírito de iniciativas faces de sua personalidade a sagrá-lo, mais tarde, como excelente administrador e prudente conselheiro” (FERNANDES, 1950, p.18).

Para Eurico Branco RIBEIRO (1950, p.7-8), o Visconde de Guarapuava era um “progressista entusiasta”, que trabalhou muito pela comunidade de Guarapuava, no século XIX:

a prática do bem individual juntava a do bem coletivo. Foi um progressista entusiasta. A todos os melhoramentos emprestava o seu apoio moral e material, senão mesmo o de orientador e o de executor principal. Assim surgiram escolas, assim se beneficiaram as Santas Casas de Curitiba e de Paranaguá, assim se edificou a velha e a nova matriz de Guarapuava, assim se abriram novas estradas, assim se desbravaram sertões, assim se construíram a casa da Câmara e da Cadeia....

Participou ativamente da ocupação dos campos além de Guarapuava, organizando com os outros fazendeiros a sociedade do “Paiquerê”, dando continuidade à política de ocupação das terras no sul do Brasil. Esse tipo de negócio possibilitou o aumento do rebanho de gado, com a descoberta de novas pastagens, e agradava ao governo imperial.

Essas suas iniciativas, direcionadas para a ampliação comercial e de visão empreendedora para a região, foram classificadas como a de um “destemido bandeirante que deixou seu nome gravado nas páginas da história do Paraná” (RIBEIRO, 1950, p.8).

A fazenda de criar e invernar, no Paraná, constituiu-se na principal fonte de renda e, concomitantemente, formou-se uma classe de proprietários e criadores de gado composta por famílias que adquiriram o mais alto status na sociedade local e se tornaram responsáveis diretas pelas decisões políticas, culturais e econômicas, na região. Os familiares masculinos de Antonio de Sá e Camargo participaram da ocupação dos Campos Gerais como também dos Campos de Guarapuava, tornando-se homens de influência nessas regiões do Paraná.

Tratava-se de um homem “modesto”, segundo Eurico Branco RIBEIRO (1950, p.10), mas mesmo assim, com essa característica, foi um paranaense que recebeu dois títulos imperiais: primeiramente, o de Barão de Guarapuava e, no final da sua vida, o de Visconde de Guarapuava. “Modesto, retirado nos confins da sua longínqua cidade... Antônio de Sá Camargo não se preocupou com o desenho de um brasão nem com a confecção de louças ou outros objetos que recordassem o seu viscondado”.

Os discursos dos memorialistas revelam que a trajetória de vida do personagem se construiu dentro da idéia de progresso. Essa idéia de progresso está vinculada à civilização, que compreende, além de modos de ser, também produção da tecnologia:

o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1995).

Civilização opõe-se a selvagem, isto é, ao próximo da natureza – a natureza circundante ao homem - onde este se coloca como o que a domina. Portanto, da

oposição homem-natureza resultam a civilização e o progresso. Essa concepção, fortemente arraigada na cultura Ibérica, no século XVI, tem conseqüências no Brasil:

no sistema social ibérico, do qual o Brasil faz parte, o mundo natural e a sociedade se organizam por meio de relações complementares que vão do outro até os animais e as plantas, passando por uma hierarquia de homens. Neste sistema, a exploração da natureza se faz por meio do trabalho realizado por criados, subordinados e principalmente pelos escravos – seres que estariam mais próximos da natureza –, que, com seus superiores e senhores, formam uma comunidade fundada na desigualdade e na hierarquia. Natureza e sociedade não se compartimentalizam e se confrontam diretamente, através de limites claros e fronteiras irredutíveis, mas se ligam por meio de múltiplas mediações feitas por vários subordinados. ...No Brasil, quanto mais próximo da natureza, mais inferiorizado. Quem nada tinha, tirava da terra o que pudesse, e quem não tinha criados ou escravos ia atrás dos índios (DA MATTA, 1994, p.112-113).

Desse modo, “bandeirante e progressista” associam-se, pois indicam uma mesma visão de mundo. O bandeirante não é apenas o desbravador dos sertões, pois ao prear os índios e escravizá-los, está aproximando-os dos modelos da civilização e do progresso vividos pelos luso-brasileiros. Índio e sertão são uma única coisa, natureza pura, sem regras, normas, leis, conhecimento, isto é, mundo inferior. Esse mundo deve ser civilizado e dominado com os modelos ideais que tornaram os luso-brasileiros conquistadores do Brasil. Portanto, desbravar o sertão significava introduzir a civilização e o progresso onde reinava a ausência da humanidade. Os bandeirantes, nessa perspectiva, não são apenas homens corajosos, são a presença simultânea da própria sociedade e da cultura onde nada há, humanizando a natureza e também os que lá habitam.

Portanto, a referência a Antônio de Sá e Camargo como um “destemido bandeirante” faz-se principalmente em relação à sua presença na área até então denominada de “sertões de Guarapuava”. As incursões das expedições, em 1770, comandadas por Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, demonstraram claramente a região como hostil, tanto geograficamente, como em relação aos seus ocupantes índios. Estabelecer-se nela implicava ser corajoso para enfrentar o adverso mundo, mas também habilidoso para administrar as dificuldades, e solidário, pois, sozinho, não poderia ter êxito. Essas características, necessárias à organização das bandeiras, que compreendiam grandes grupos de pessoas, tornavam-se mais valorizadas, no caso

de Antonio de Sá e Camargo, pois esses grupos nada mais eram do que uma pequena família.

Antônio de Sá e Camargo, ao se estabelecer em Guarapuava, encontra-se de acordo com o “aventureirismo personalista”, como estilo de vida. DA MATTA (1994, p.108-109), ao analisar a obra de Gilberto Freire e Buarque de Holanda, acrescenta: “como padrão absoluto, exploraria a nova terra até o limite, aproveitando todas as oportunidades e tirando partido de tudo. Mas, ao realizar isso, não experimentava nenhum padrão novo, ou modificava as formas de relacionamento a que estava habituado”.

Detentor de terras recebidas por ser “homem de bem”, cabia a Antonio de Sá e Camargo implantar as determinações do império, fixar-se na área e fazê-la progredir, garantindo o território e expandindo a ocupação, mantendo a hierarquia social.

Entre a população, os “grandes proprietários” de terra eram os únicos que dispunham de capital para aplicar em benfeitorias públicas, pois os agregados, os escravos, os parceiros e pequenos proprietários não possuíam excedentes. Logo, as benfeitorias públicas, igreja, estradas, casa para a instalação da câmara e da cadeia, escolas, hospitais, ao serem financiados pelos “grandes proprietários”, atendiam não só aos interesses da comunidade, mas também aos seus. As estradas representavam, para Antônio de Sá e Camargo, a possibilidade de expansão do comércio a que se dedicava, pois, sem elas, não havia como transitar o gado, abrir novos campos de pastagem, aumentar a riqueza. As demais instituições garantiam a permanência da comunidade, dando-lhe segurança com a presença da lei, da ordem, da civilização e do progresso.

Na sua correspondência, evidenciam-se a visão ufanista, a preocupação demasiada com a Pátria, com seu progresso. Encarregado da construção da igreja matriz da Freguesia de Guarapuava, pediu ajuda ao governo provincial e colocou sua “boa vontade” para realizar tal obra: “esforçarei em proceder nesta empresa com aquela diligência e zelo correspondente a um tão importante edifício ⁷”.

⁷ CAMARGO, A de S. **Solicitação ao presidente da Província de São Paulo construção da igreja**. Guarapuava, 16 abr. 1841, Arquivo Estadual de São Paulo.

Em outra correspondência, como Diretor Geral dos índios de Guarapuava, informou suas ações e proposições ao presidente da Província de São Paulo, “que se estabeleça um aldeamento na campina denominada – Victorino...”, evidenciando que o objetivo maior era civilizar essa população, “...a fim de que chamando-se para o grêmio da civilização aos ditos índios, vão eles pouco a pouco desprezando o habito malfazejo em que atualmente se acham...⁸”.

Quando foi nomeado para a administração da estrada da mata, informou ao presidente da Província de São Paulo, em 1850, sobre o estado precário desse caminho e a necessidade de conservá-lo. Com essas informações, deixou transparecer que a população não estava contente com o estado desse caminho: “o mal estado dos pedaços acima apontados da referida entrada crescem de dia a dia, conjuntamente com o clamor público...” e argumenta, no seu discurso, que a melhoria do caminho traria benefício para ambas as partes, “sendo alias este território um dos primeiros que pode oferecer ao governo provincial um brilhante aspecto, coroando desta arte à administração de Vossa Excelência que com imparcialidade que o caracteriza se dignará a providenciar os males que ameaçam a este abençoado continente⁹”.

A preocupação direcionada para o progresso e civilização da comunidade ficou evidenciada quando pediu às autoridades provinciais a dispensa do cargo de membro da comissão inspetora das aulas de primeiras letras, da Vila, em 1850. Justificou seu pedido em razão do não cumprimento da função, pela falta de tempo¹⁰.

Ficou evidente a preocupação dos “homens de bem”, que habitavam a vila, em efetivar o poder local pela criação das instituições que legitimariam e garantiriam o poder e a lei na localidade, podendo-se percebê-la na documentação trabalhada. A carta do senhor Manoel Marcondes de Sá, juiz de paz, tio de Antônio de Sá e Camargo, informa que “tendo-se por Lei Provincial do presente ano elevado este lugar a categoria de Vila com obrigação de seus habitantes fazerem a sua custa casa de

⁸ CAMARGO, A de S. **Solicitação aldeamentos índios**. Guarapuava, 10 jun. 1848, Arquivo do Estado de São Paulo.

⁹ CAMARGO, A de S. **Administração estrada da Mata**. Guarapuava, 26 maio, 1850, Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁰ CAMARGO, A de S. **Dispensa da comissão inspetora das aulas de primeiras Letras**. Guarapuava, 2 fev, 1850, Arquivo do Estado de São Paulo.

Câmara, e cadeia, eu vendo que uma das grandes necessidades para promover a prosperidade desta terra, é a criação de Câmara Municipal...¹¹”.

A correspondência de Antônio de Sá e Camargo, e de seus próximos, revela as colocações dos autores citados anteriormente - Da Matta, Holanda – como sendo próprias do contexto da cultura e da sociedade brasileira do século XIX, presentes na região dos Campos de Guarapuava, representadas por um de seus personagens.

Portanto, “destemido bandeirante”, “progressista entusiasta”, “modesto-visconde”, “poderoso fazendeiro”, “excelente administrador”, “prudente conselheiro” são atributos que remetem ao coletivo e individual, numa região particular e, simultaneamente, aos padrões valorizados na sociedade nacional.

Os micro-historiadores realizam uma decupagem do seu objeto de estudo, segundo Alban Bensa (1998. p.53),

A micro-história reconstrói, em torno de alguns personagens precisos, aquilo que o seu espaço social foi e, dessa forma, dá conta das incertezas das suas escolhas diante da conjuntura do momento. As condições do presente tal como ele foi vivido tornam-se acessíveis para nós graças a uma decupagem da história em seqüências que correspondem às modalidades práticas de uso do tempo pelas pessoas do século XVI. Esse “presente histórico” não tem nada a ver com um instantâneo fotográfico, já que se decompõe em realidades sociais articuladas no tempo; assim são restituídas as situações no interior das quais os indivíduos reorganizaram suas experiências e fizeram valer suas estratégias próprias apesar da rigidez das estruturas sociais do Antigo Regime.

O Visconde de Guarapuava, na micro escala, apresenta a macro-dimensão vivida num espaço geográfico social específico. Utilizou-se de estratégias particulares para projetar-se na comunidade que o acolheu e, na sua posteridade, foi rememorado como o “ilustre paranaense”, “o bandeirante” e “o progressista”. As camadas superpostas da história podem ser reveladas no corte horizontal do sujeito Antônio de Sá e Camargo, ou no “detalhe”, como preferem os micro-historiadores, “O detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz” (Bensa, 1998, p.45).

¹¹ SÁ, M. M. **Criação da Câmara da Vila de Guarapuava**. Guarapuava, 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

Os contextos revelam os indivíduos como participantes da história, e o pesquisador, ao detalhá-los, é remetido aos diversos contextos vividos por esses indivíduos. Ou seja, o pesquisador efetua uma decupagem na história dos indivíduos, em cada situação de suas vidas que, analisada, já remete a outras situações, diferentes da anterior. Os textos escritos a respeito do Visconde de Guarapuava permitem outras abordagens sobre esse personagem e apontam indícios da sua vida, tendo sido escritos dentro de um modelo já explicitado. A partir das afirmações neles contidas e do retorno às fontes selecionadas, será possível realizar uma nova leitura do personagem, em questão.

O diferencial da leitura que se pretende realizar está na análise que a micro-história faz ao trabalhar com o indivíduo. Mostrando simultaneamente os contextos e as estratégias individuais, o indivíduo é revelado, mas evidenciado pelo modo particular como utiliza as regras do entorno social, o que o articula com o local, o regional e o nacional.

A leitura dos documentos revelou Antonio de Sá e Camargo como um homem vivendo em situações de enfrentamentos, devendo manter padrões e, concomitantemente, reelaborá-los, sem rompê-los, para não desfazer o “edifício social”. Os universos do homem público e da vida privada evidenciaram os mecanismos de manutenção e superação das regras que o tornaram um “excepcional normal”. Esses diferentes níveis de compreensão permitem igualmente entender sua articulação com o poder econômico e político que, por sua vez, o situam como individual e coletivo.

Estudar o Visconde de Guarapuava, rememorando a tradição, pressupõe pensá-lo como um ator que possui significação social, cujos atos individuais encontram-se fundamentados na cultura. Portanto, sua experiência traz a marca do individual e do coletivo, como de todos os humanos. Nesse sentido, qualquer indivíduo ou grupo pode ser objeto de análise quando se deseja observar a realidade. Tomada na perspectiva histórica, significa buscar nos quadros sociais da memória, e na memória coletiva, os elementos que lhes dão singularidade e os tornam semelhantes. Desse modo, a apreensão diacrônica, no tempo, de atores sociais que se

constroem na tradição e inventam novas tradições pressupõe elaborar recortes na memória coletiva, atribuindo-lhes lugares.

Ao se referir aos quadros sociais da memória, Maurice HALBWACHS (1990) enfatiza três áreas em que podemos tomá-la como coletiva e individual: a família, o grupo social em torno e a religião. Tais esferas marcam a trajetória de um grupo e de cada indivíduo.

A família é o núcleo ordenador dos valores sociais, pois contém, como um microcosmo, as regras desejáveis na formação do indivíduo na sociedade em que está inserido. O grupo social imediato representa os contatos com a sociedade mais complexa, interferindo na socialização do indivíduo, tornando-o simultaneamente individual e coletivo. A religião é o instrumento sagrado que, legitimando as ações, reforça os padrões estabelecidos. Todas as esferas implicam relações afetivas do sujeito e sua ética.

Ao se tratar de um personagem da história, realiza-se sempre um corte nesses quadros de referência, jamais o tomamos em sua totalidade, e é sempre com um objetivo definido, a partir da ótica do presente, que se selecionam os quadros, os elementos que serão priorizados e os que não serão lembrados. Isso não significa relegar as relações intrínsecas que ocorrem em todas as esferas da memória, pois o indivíduo encontra-se simultaneamente em todas elas, desempenhando inúmeros papéis que se articulam de acordo com os padrões culturais vigentes. Logo, embora único, é também coletivo, embora local, também o é regional e nacional. Mesmo reconhecendo os indivíduos como fragmentos da memória social, é possível realizar a leitura deles, pois suas trajetórias, embora particulares, são primeiramente sociais.

O pressuposto da realidade humana é o da construção da história repleta de inúmeros atores, pois os humanos nada produzem sozinhos. Necessitam da sociedade, para tornarem-se humanos, e de uma tradição, para tomar consciência de si e dos outros. E a tradição assenta-se na memória, a qual se revela na cultura, isto é, “um mapa, um receituário, um código, através do quais as pessoas de um determinado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (DA MATTA, 1986, p.123).

De que modo Antonio de Sá e Camargo e seu grupo parental e a sociedade local articularam-se, modificando o mundo circundante e a si mesmos, no território paranaense do século XIX, na região de Guarapuava? Isto é, como podemos entender a realidade e esse sujeito, na história do Paraná?

A documentação histórica reveste-se, nessa perspectiva, de um fragmento da memória que, se adequadamente garimpada, pode revelar a dinâmica daquele contexto.

2 O NÚCLEO PARENTAL DE ANTÔNIO DE SÁ E CAMARGO: A OCUPAÇÃO DE TERRAS NO PARANÁ

2.1 A FAMÍLIA SÁ E CAMARGO E A OCUPAÇÃO DE TERRAS NO PARANÁ.

Geograficamente, a Região Sul do Brasil é constituída por planaltos intercalados de campos limpos e pastagens naturais formadas por uma cobertura contínua de vegetação rasteira, a chamada gramínea. As florestas encontradas pelos desbravadores da região, no entanto, eram constituídas de matas de araucária. Esses campos propiciaram a criação de rebanhos, tanto de bovinos como de muares.

Auguste de SAINT-HILAIRE (1995, p.12) botânico que visitou a comarca de Curitiba, em 1820, deixou relatos de sua viagem, a respeito da região e de seus habitantes.

Esses campos são certamente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América; suas terras são menos planas, não tendo, pois a monotonia das nossas planícies de Beauce, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas que limitem o horizonte. Até onde a vista alcança, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões, onde sobressai a valiosa e imponente Araucária....

Esse viajante descreveu os cenários formados pela natureza no sul do Brasil, percorreu sobre a vida cotidiana dos colonizadores, fornecendo inúmeras informações

sobre as fazendas de criar, local onde ficou hospedado quando de sua viagem pela Comarca de Curitiba¹².

Os primeiros núcleos de moradores que se efetivaram na 5ª Comarca de São Paulo, em meados do século XVI, depois da descoberta das primeiras minas de ouro de Paranaguá, constituíam-se predominantemente de famílias luso-brasileiras que moravam na Capitania de São Paulo, entre elas, a família de Antonio de Sá e Camargo.¹³ Os historiadores paranaenses que analisaram a ocupação do território paranaense evidenciaram que, “nas informações sobre Curitiba de 1721, dizia o Ouvidor Pardinho que a comunidade vivia num raio de apenas sete léguas, ao redor da vila; que além desse limite existiam infinitos campos, que eram desconhecidos, para os lados de oeste e do sul, e que só para o norte da vila, ao longo da estrada que ligava Curitiba a S. Paulo, existiam algumas fazendas de criação de gado, de propriedade de habitantes de Paranaguá e de S. Paulo” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN; 1969 p.62).

A expansão para o oeste em direção aos sertões do Tibagi e Campos de Guarapuava¹⁴ intensificou-se na segunda metade do século XVIII, através de expedições militares (1768 e 1774), que tinham como objetivos reconhecer os

¹² O inventário dos bens rústicos, como é conhecido o arrolamento de terras, compõe-se, no caso do Paraná, da relação completa das propriedades de oito localidades e suas freguesias, ou seja, todas as que compunham a então denominada 5ª Comarca de São Paulo. O Paraná pertenceu administrativamente à Província de São Paulo até 1853, mas por reforma administrativa passara a constituir a sua 5ª comarca a partir de 1812. Nessa década, as principais localidades eram Curitiba, a vila mais populosa e sede da comarca; Castro, com alta importância no comércio de tropas e larga extensão territorial ocupada por fazendas de gado, e a cuja jurisdição estavam subordinadas algumas freguesias que posteriormente se emancipariam, como Ponta-Grossa; Lapa (Vila Nova do Príncipe), também com economia baseada na criação; e duas freguesias igualmente agropecuárias: São José dos Pinhais e Palmeira. Na costa, erguia-se a vila de Paranaguá, a mais antiga da região e principal porto de embarque e desembarque de mercadorias; Antonina, vila agrícola com destilarias de aguardente e à qual pertencia a Freguesia de Morretes, e uma pequena vila no litoral sul, Guaratuba (GALLARDO, D.H.G. **Terras e Gado no Paraná Tradicional**. 1996, p.34, Tese (doutorado), USP).

¹³ Francisco Negrão, *Genealogia Paranaense*, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Nobiliarquia Paulista.

¹⁴ “... uma vez que estava aquém da linha fronteiriça. O chamado “Sertão do Tibagi” e os Campos de Guarapuava aparecem freqüentemente juntos na documentação; são áreas contíguas. Pela primeira designação compreende-se todo o vale do Rio Tibagi, do Ivaí, a Serra de Apucarana, até os cursos do Rio Corumbataí e Mourão. Os Campos de Guarapuava ficam a sudoeste desta área atingindo o curso do Rio Iguaçu” (BELOTTO, L.H. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765 - 1750)**, 1974, p. 157).

territórios e dar posse daqueles que ainda não contavam com a presença dos colonizadores luso-brasileiros¹⁵.

As expedições militares faziam parte de um plano maior de defesa das fronteiras do Sul, ou seja, o rei de Portugal D. José, auxiliado pelo seu Primeiro Ministro, o Marquês de Pombal, tinha como objetivo defender o território destinado a Portugal e aumentar a expansão econômica da colônia para promover o fortalecimento do poder real.

O desenvolvimento das fazendas de criar em especial na região Sul do país colaborou para o desenvolvimento de um mercado interno. A descoberta de minas de ouro, nas regiões de Minas Gerais e Goiás ocasionou grande concentração de pessoas no território das ditas minas, acrescida de grandes levadas de aventureiros que emigraram de Portugal, na esperança de encontrar ouro. A carência de gêneros alimentícios para a população que se formou subitamente criou problemas para o governo. Abastecer a região mineradora com comida e transporte foi um dos problemas enfrentados pelo governo colonial, na primeira metade do século XVIII. Mas, tanto o Norte como o Sul do Brasil empenharam-se para solucionar o problema e, dessa maneira, encontraram, afinal, mercado para o produto de suas atividades econômicas.

¹⁵ A investida para descobrir a região dos “sertões de Guarapuava”, que ia desde os vales do Tibagi e do Ivaí até o rio Paraná, tendo como limite sul o Rio Grande do Registro (o Iguaçu), era antiga intenção do governador da capitania e já havia sido aprovada pela Coroa em 1766. Tanto é assim, que, antes da determinação de D. Luis Afonso Botelho, já havia ocorrido uma primeira bandeira, com 30 homens, partindo do porto de Nossa Senhora da Conceição do Registro, em dezembro de 1768, para a exploração do rio Iguaçu e seus arredores. Logo o ajudante de ordens do governador procurou dar cumprimento à incumbência que recebeu e, a 20 de junho de 1769, partiram com ele cem homens rumo ao Tibagi. Essa bandeira descobriu o Ivaí, dando-lhe o nome de Mourão, em honra ao governador. Embora a ordem fosse fazer marchar quatro bandeiras, elas chegaram ao número de onze – contando-se a primeira, de 1768. Afonso Botelho comandou pessoalmente a 10ª (1771) e a 11ª (1773). Foi na sexta bandeira, em julho de 1770, sob o comando do bravo tenente Cândido Xavier de Almeida e Sousa, que foram descobertos os “Campos de Guarapuava”. Para reconhecer os campos recém-descobertos, deliberou o tenente-coronel Afonso Botelho assumir pessoalmente o comando da que foi a décima bandeira. Esta, maior do que as anteriores, entra com cento e cinquenta homens pelo sítio do carrapato, no sertão do Tibagi, distrito de Curitiba, a partir de novembro de 1771. A expedição, entretanto, acabou tragicamente porquanto os índios, que habilmente haviam sido bem tratados e muito presenteados pela tropa incursora, atacaram-na depois, de surpresa” (GARCEZ, J.M.F. Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP Paribas, 2003, p.24-25).

As fazendas de criar dos campos gerais do Paraná desenvolveram-se com a venda de seu gado ao mercado mineiro, sendo o pagamento feito em ouro, mas a produção era insuficiente para abastecer esse mercado. Os fazendeiros, sabedores de que no Rio Grande do Sul existia quantidade de gado suficiente para abastecer a região mineradora, procuraram abrir caminho para transportar o gado da região. Segundo os historiadores BALHANA; MACHADO e WESTPHALEN (1969, p.64),

as campanhas e a região serrana do Rio Grande do Sul, estavam cheias de gado selvagem, que poderia suprir as regiões mineiras, se fôsse possível conduzi-lo para lá. Mas não havia ligação por terra entre o Rio Grande e Curitiba, separada por léguas de campos desconhecidos.

Foi nessa conjuntura que o governador de S. Paulo, Caldeira Pimentel, mandou abrir a estrada de Laguna, que, ligando os campos do Rio Grande com os de Curitiba, possibilitasse, a subida de tropas de gado. A estrada, cujos trabalhos, começaram em 1728 e continuaram com grandes dificuldades, foi afinal retificada, de Viamão, no Rio Grande, aos campos gerais do Paraná, e começou a ser usada em 1731.

Em 1731, sai do Rio Grande do Sul a primeira tropa, composta de cavalos, mulas e éguas, para ser revendida em São Paulo. Marcando a abertura do caminho do Viamão, deu início ao tropeirismo, atividade econômica praticada pelos paranaenses e pelos paulistas, que compreendia a compra de muares no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina, e sua condução em tropas, por um período aproximado de três meses, pela estrada do Viamão e seus ramais. Se a viagem ocorresse dentro da normalidade esperada, a seqüência da atividade era invernar a tropa por alguns meses nos campos do Paraná. Isso se fazia necessário para recuperar o peso dos animais. Dando continuidade à viagem, os tropeiros conduziam os animais para serem vendidos na feira de Sorocaba, onde os negócios eram realizados com paulistas, mineiros, e fluminenses. O avô materno de Antonio de Sá e Camargo, Manoel José de Araújo, com seus filhos e genros, foi tropeiro entre os muitos indivíduos desse período que conduziram tropas do Rio Grande do Sul para Sorocaba.

Com o estabelecimento das fazendas de criar, através da disposição de sesmarias, desenvolveram-se três áreas para a criação do gado: “os campos de Curitiba, de 1668 em diante, em pequenos currais; os campos Gerais, a partir de 1730, com a abertura do Caminho de Viamão; e os Campos de Guarapuava, a partir de 1810,

com sua expansão aos campos de Palmas, a partir de 1839” (PIERUCCINI, 1995, p.24). A expansão para os campos de Palmas foi realizada pelos fazendeiros de Guarapuava, entre eles, Antonio de Sá e Camargo e seus tios, Manoel Marcondes de Sá e Domingos Ignácio de Araújo, com o objetivo de desenvolverem a criação de gado. Domingos Ignácio era proprietário do maior rebanho de gado na região.

No século XVII foram requeridas 19 sesmarias e, no século XVIII, esse número aumentou, evidenciando-se uma explosão nos requerimentos de terra para a formação de fazendas de criar. Os fazendeiros, motivados pelo consumo nas regiões da mineração, interessaram-se ainda mais em possuir terras de campos limpos para o desenvolvimento da pecuária.

Carlos Roberto Antunes dos SANTOS (2001, p.61), ao se referir à vida econômica da Província do Paraná, esclarece:

durante grande parte do século XIX, a vida econômica dos Campos Gerais estava baseada na criação e no comércio de muares. A essas duas economias, acrescentaram-se os aluguéis das pastagens para o descanso e engorda das tropas, isto é, as invernadas. Muitos fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar, cada vez mais, um número de invernadas, em suas fazendas, a fim de arrendá-las aos tropeiros. A invernada propiciou ao fazendeiro uma renda mais fácil de ser alcançada do que através da criação do gado.

A criação do gado e de muares foi interessante porque não se tratava de uma atividade sujeita ao regime de monopólio por parte da Coroa e, além do mais, incentivou as concessões de sesmarias, ocasionando a fixação dos indivíduos nas localidades determinadas pelo governo. As regiões paranaenses, privilegiadas pela geografia de campos abertos, favoreceram a efetivação da fazenda de criar, recebendo uma quantidade razoável de povoadores.

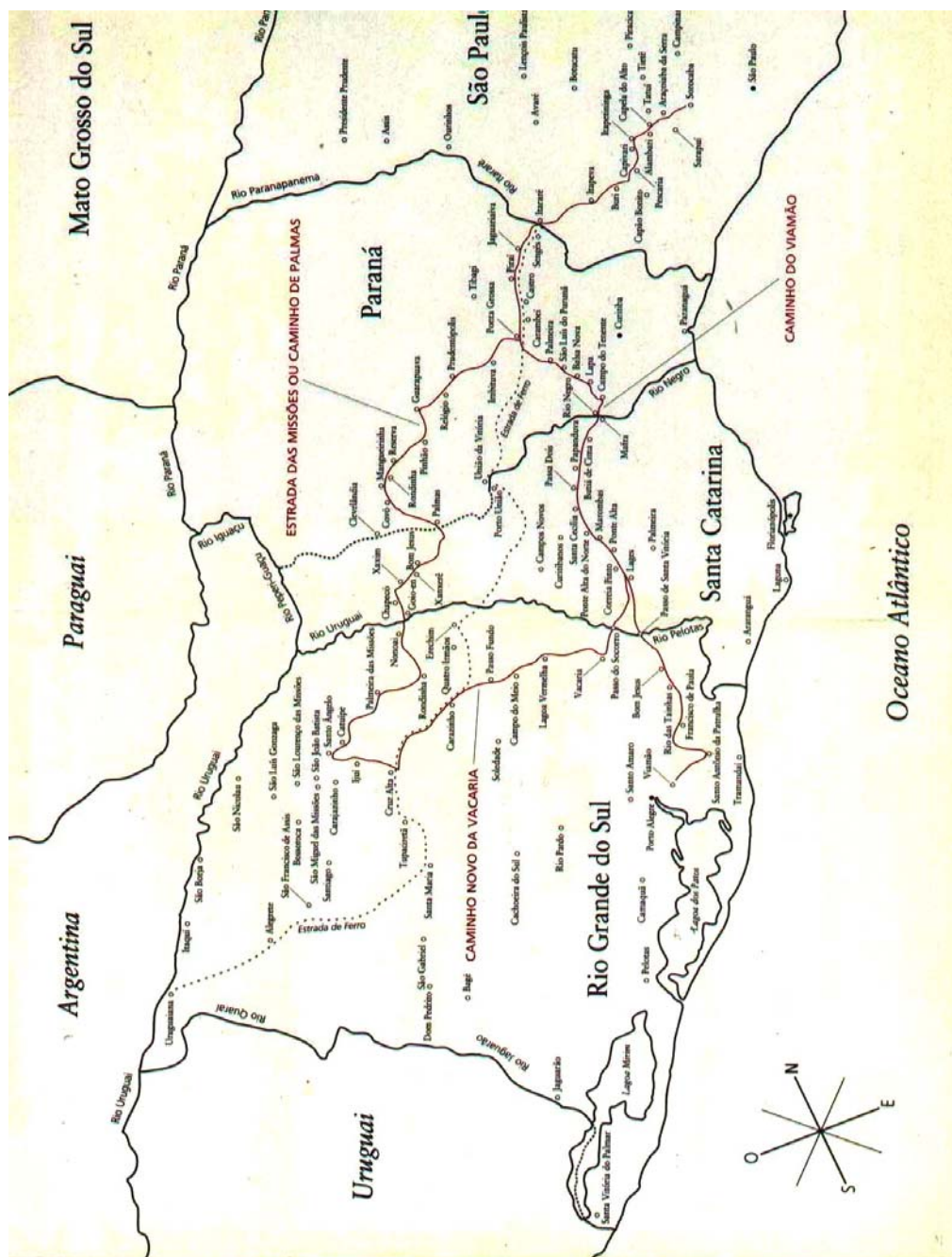
As fazendas de criar e invernagem de muares estendiam-se por todas as regiões de campos naturais do território paranaense, campos que começavam em Curitiba, Campos Gerais e, depois da posse efetiva pelos fazendeiros dos Campos de Guarapuava e de Palmas, estenderam-se até as fronteiras do Rio Grande do Sul e Argentina.

Segundo GALLARDO (1996, p.5),

O latifúndio, a escravidão e a pecuária foram os fundamentos da estrutura econômica no Brasil meridional durante o período colonial e imperial. O processo de constituição das classes sociais foi complexo e demorado, e deu origem a sociedades multirraciais, miscigenadas e altamente estratificadas, com os proprietários da terra, da força de trabalho e os rebanhos de um lado, e uma grande massa de despossuídos de outro, estando na base da pirâmide os escravos, inicialmente indígenas, e posteriormente africanos. A terra, com pouco valor comercial, foi no entanto um meio de produção essencial para o domínio econômico, social e político dos proprietários.

Sob a base da grande propriedade, fator determinante para a criação de gado, e também do tropeirismo e da invernagem, do trabalho dos índios, dos negros e agregados, constituiu-se, no século XIX, a comunidade dominante regional, caracterizada pelas famílias fazendeiras, vivendo em suas terras e detendo o poder político local e regional, por meio de oligarquias parentais. Vilas como Palmeira, Guarapuava e Palmas desenvolveram-se por estarem localizadas na rota das tropas. Dessas vilas, Palmeira será destacada por ser o local onde nasceu o personagem central deste estudo – Antonio de Sá e Camargo futuro Visconde de Guarapuava – tendo tido uma grande importância na trajetória de vida do Visconde.

FIGURA 4 - MAPA DAS PROVÍNCIAS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, SÃO PAULO SÉCULO XIX.



FONTE – TRINDADE, J. B. Tropeiros. São Paulo: Editora Publicações e comunicações, 1992.

No início do século XVIII, Antonio Luiz Tigre fez doação de meia légua de terra aos frades do convento de Nossa Senhora do Carmo para que construíssem uma capela, que foi denominada de Conceição de Tamanduá. Em 1813, o Príncipe Regente determinou sua elevação à Freguesia Curada de Tamanduá, e esta se desmembra de Curitiba. Por motivos alegados pelos moradores, de que a capela se encontrava num local de difícil acesso, ela foi transferida para a nova localidade, onde hoje fica a matriz de Palmeira.

Quando Saint-Hilaire visitou a 5^a comarca de São Paulo, localidade ainda chamada de Freguesia Nova, deixou registro em seus relatos que

A uma légua do Rincão da Cidade, parei num lugarejo que se compunha de apenas uma dúzia de casas, chamava-se então Freguesia Nova porque fazia apenas três anos, aproximadamente, que o lugar tinha sido transformado em sede de uma paróquia... (SAINT HILAIRE, 1995, p.60).

Moses MARCONDES (1926, p.13-14) descreve-a:

Esta freguesia, anteriormente Capela Curada de Tamanduá, ... era mal localizada, para poder congrega e fixar povoadores. Ocupava recanto destituído de bons mananciais, pouco abundante de lenha, mal abrigado contra o inverno; de modo que os habitantes viviam dispersos em grandes distâncias quase todos para além do rio dos Papagaios; rio que, nas enchentes, lhes vedava o passo,....Desses inconvenientes nasceram a idéia e o acordo para a transferência da freguesia, para sua sede atual na Palmeira.

A denominação de Palmeira estava relacionada à fazenda com o mesmo nome, que pertenceu aos fundadores da Vila, os avôs maternos de Antonio de Sá e Camargo, o tenente Manoel José de Araujo, natural da Campanha do Rio Verde de Santo Antonio do Val da Piedade, Bispado de Mariana Província de Minas Gerais, casado com Anna Maria da Conceição de Sá, em Curitiba, no ano de 1773. Depois do casamento, foram morar em Palmeira. Eles foram os doadores do terreno para a transferência da Freguesia (1823) e também auxiliaram, conjuntamente com outros moradores, o padre Antonio Duarte de Passos na construção da primeira igreja. O Alferes José Caetano de Oliveira genro de Manoel José de Araujo, comprou terras que pertenciam a Querubina Rosa do Carmo, curadora do seu marido, Veríssimo Aires de Araujo e também de Joaquim Leal e de sua esposa Ana Joaquina da Trindade em

1854, as quais, posteriormente, ele doou para o patrimônio da Freguesia da Palmeira. O Capitão Domingos Ignacio de Araújo, filho de Manoel José de Araujo e sua esposa Josefa Joaquina Pinheiro de França, fez doação de terras, localizadas nos campos de Dona Josefa, para o alargamento do rocio da nova Freguesia. Na planta feita em 1854 pelo juiz de paz da Freguesia da Palmeira (Figura 5) pode-se visualizar a localização dos campos referidos e também outras configurações, entre essas, o traçado da estrada que comunicava o Rio Grande do Sul e Paraná com São Paulo.

Anna Maria e Manoel José constituíram uma família numerosa, característica do século XIX. Geraram 12 filhos, entre homens e mulheres, os quais se casaram e, também seguindo a tradição, constituíram famílias com um grande número de filhos que, ao longo de suas existências, foram responsáveis pela formação de uma parcela da sociedade paranaense na região dos Campos Gerais, Guarapuava, Palmas e também na Província do Rio Grande do Sul. Os filhos:

- 1- Elias Ignácio de Araújo (01/11/1773), que se casou com Lucrécia Maria da Silva, e fixaram residência na Província do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo, onde deixaram descendentes, que participaram da formação da localidade. A presença de um membro da família facilitaria a organização de uma rede comercial para intervir diretamente nos negócios de compra e venda, nessa região.
- 2- Anna Joaquina de Araújo (13/03/1778), que se casou com Francisco de Oliveira Bueno, e se estabeleceram também no Rio Grande do Sul.
- 3- José Caetano (22/09/1779), portador de deficiência motora, faleceu em 1825.
- 4- Manoel Mendes de Araújo (01/07/1781), casado com Ana Joaquina dos Santos, se estabeleceram na vila de Guarapuava, pois recebera sesmaria na região por ter colaborado com a expedição que foi enviada pelo governo colonial de D. João VI, para povoar a região.
- 5- Mathilde Umbelina da Gloria (04/05/1783), casada com Antônio Joaquim de Camargo, se estabeleceram na Vila da Palmeira, na fazenda Conceição – Rincão do Manhoso. A residência na Vila estava localizada em um terreno que ficava nos fundos da igreja, e era conhecida como a Casa de Pedra. Foram os pais de Antônio de Sá e Camargo. Esse casal recebeu também sesmaria na região de Guarapuava.
- 6- Domingos Ignácio de Araújo (04/06/1786), casado com Josepha de França, e se estabeleceram na Vila de Palmeira. Depois do falecimento de seus pais, a fazenda Palmeira foi dividida entre os irmãos. Também recebeu sesmaria na região de Guarapuava.

- 7- Francisco José de Sá e Araújo (08/09/1787), desapareceu em viagem no Paraguai. Segundo Moysés Marcondes, seu bisavô sentiu muito o desaparecimento desse filho e a deficiência do filho José Caetano, “... nunca teve o Tenente Manoel José igual conformidade com a paralisia que lhe invalidara o filho José Caetano, desde a infância; e menos, ainda com o fatal desaparecimento do filho Francisco José que, aos dezoito anos, seguira para o Rio Grande, em companhia de um de seus irmãos (esse irmão era o Manoel Mendes), e empreendera dali viagem ao Paraguai, de onde nunca mais voltará, ...” (MARCONDES, 1926, p 17-18).
- 8- Maria Caetana de Sá (06/08/1789), casada com Manoel Martins de Araújo, seu primo, se estabeleceram na Vila da Palmeira. Recebeu como herança do pai terras e a Chácara Palmeira. Em 1837, essa chácara foi adquirida pelo capitão Domingos Ignácio que residiu nesse local até seu falecimento. Também receberam sesmaria na região de Guarapuava.
- 9- Cândida Flora de Sá (21/04/1794), casada com Joaquim Rodrigues Jacques, se estabeleceram no Rio Grande do Sul, na fazenda denominada Alegrete.
- 10- Cherubina Rosa Marcondes de Sá (24/01/1796), casada com José Caetano de Oliveira. Com relação a esse casal, observá-los com maior detalhe faz-se necessário, pois eram os tios de Antonio de Sá e Camargo e, posteriormente, tornaram-se seus sogros, por serem os pais de Zeferina, sua prima e futura esposa.
Cherubina Rosa Marcondes de Sá nasceu na cidade de Palmeira, em 1794, e José Caetano de Oliveira nasceu em Sorocaba, por volta de 1794, e veio residir nos Campos Gerais de Curitiba. Sendo José Caetano amigo de Antonio Joaquim de Camargo – pai do futuro Visconde de Guarapuava -, foi apresentado à cunhada deste, Cherubina Rosa Marcondes de Sá. Casaram-se em 27 de novembro de 1814 e foram morar no Sítio do Rincão da Cria, que receberam dos pais de Cherubina.

A atividade de José Caetano também era a criação de gado e muares. Tropeiro que percorria o caminho do Viamão para comprar tropas de muares e guiá-las até suas propriedades, localizadas na Província do Paraná, para comercializá-las na feira de Sorocaba, atividade que lhe garantiu a fortuna e o título de Barão de Tibagi.

Cherubina Rosa e José Caetano constituíram uma família com oito filhos. 1- Francisca Caetana, casada com Manoel da Cruz Carneiro; 2- Maria de Luz de França e Oliveira, casada com o tio, Comendador Antonio Caetano de Oliveira (Nhozinho); 3- Zeferina Marcondes de Sá, que se casou com o primo, Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava; 4- Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, casado com Domitilla Alves de Araujo (de Morretes); 5- Maria das Dores faleceu na infância; 6- José Matheos de Oliveira e Sá, casado com Luiza Marcondes de Oliveira; 7- Anna Marcondes Pacheco, casada com o Coronel Joaquim Pacheco da Silva Resende (da Lapa); 8- Maria Clara de Oliveira Martins, casada com o primo, Coronel Frederico Martins de Araujo.

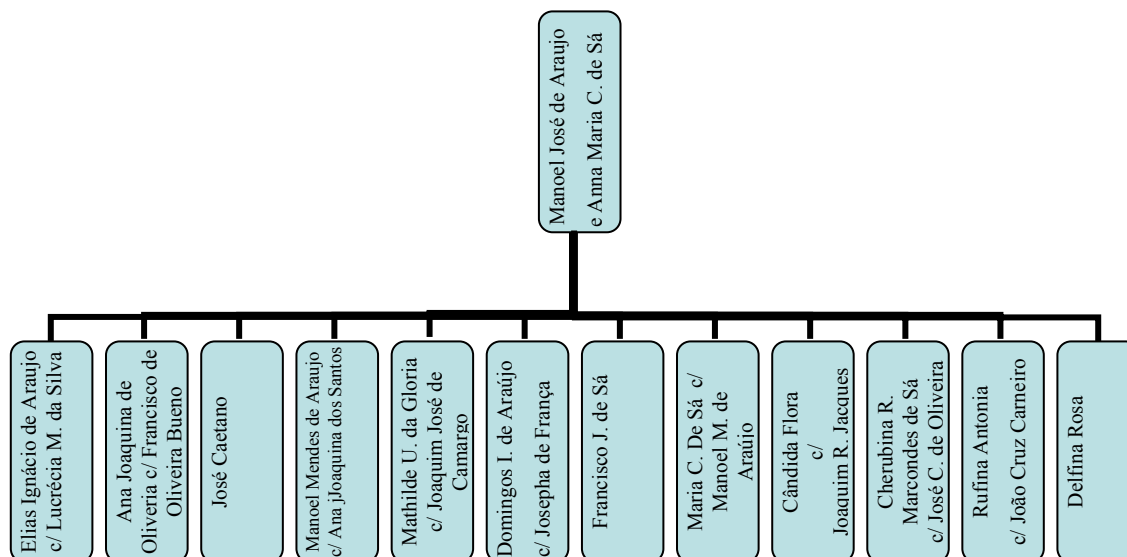
11- Rufina Antonia de Sá, que se casou com João da Cruz Carneiro, e se estabeleceram em Palmeira, na localidade chamada de Chacrinha.

12- Delphina Rosa, que faleceu ainda criança.

Alguns dos casamentos realizados na família de Ana Maria e Manoel José foram entre os primos e também com tios. Antonio de Sá e Camargo casou com Zeferina sua prima, Maria Clara de Oliveira Martins, casou com o primo, Coronel Frederico Martins de Araújo e Maria de Luz de França e Oliveira, casou com o tio, Comendador Antonio Caetano de Oliveira (Nhozinho), entre outros.

Era uma prática comum os casamentos no mesmo núcleo parental, casamentos preferenciais, que estavam, muitas vezes, relacionados à preocupação de manter o patrimônio da família: terras, gados, escravos. Casando-se na mesma família, não se corria o risco de dividir, e jogava-se com a possibilidade de aumentar esse patrimônio.

FIGURA 6 - ÁRVORE GENEALÓGICA DOS AVÔS MATERNOS DO VISCONDE DE GUARAPUAVA



FONTE: LEME, L. G. da S. **Genealogia paulista**. São Paulo: Duprat&Comp, 1903.

Depois do falecimento de Anna Maria, em 1816, e do tenente Manoel José, em 1825, a fazenda Palmeira foi dividida entre seus filhos. Segundo José Carlos Veiga LOPES (2000, p.62), o inventário de Manoel José de Araújo compunha-se dos seguintes bens:

O monte atingiu 7.653\$640, que dividido entre os nove herdeiros deu 853\$404 para cada um. Os imóveis foram assim partilhados: Manuel Martins de Araújo (genro) ficou com o sítio da Palmeira, casas, piquetes, arvoredos e campos na mesma, valor de 300\$00(ficou com um oratório com todas as imagens não descrito anteriormente, no valor de 12\$800); Manuel Mendes de Araújo ficou com uma sorte de campos que lhe tocara no rio da Areia, por 17\$400; Domingos Inácio de Araújo ficou com uma morada de casas na fazenda Palmeira por 40\$000 e as capoeiras do Pinheiral, e matos sitos no Pinheiral, valor de 25\$000; José Caetano de Oliveira com os campos da Palmeira denominado da Cria, valor de 729\$400; a sesmaria de Guarapuava foi dividida entre vários herdeiros.

Nesse período, a sociedade colonial vivia segundo as normas do pátrio-poder, que é uma herança da colonização portuguesa, que passou a fazer parte da organização da família brasileira, o poder de decisão formal nas mãos do homem, como provedor e

protetor da esposa e dos filhos. A incumbência da mulher, no casamento, orientava-se para o bom desempenho de cuidar do lar, educar os filhos e para a assistência moral dos seus familiares e demais participantes do quadro doméstico, em especial quando se tratava de uma residência localizada em uma fazenda, que envolvia escravos, agregados, parentes e vizinhos.

Para os memorialistas, que dissertaram sobre os povoadores dos Campos Gerais, Dona Ana Maria foi um exemplo para sua família, tanto pelo aspecto espiritual como pelo trabalho. A fé ardente da avó de Antonio de Sá e Camargo sempre a socorreu nos momentos mais difíceis da sua vida. Um, entre os vários relatos feitos pelo seu bisneto, no livro de memória a respeito da família, refere-se à passagem em que Anna Maria precisou assumir a frente dos negócios do marido, pois este comprara uma tropa, cujos animais estavam contaminados com a doença epizootia e, em consequência, o rebanho morreu, o que deixou Manoel José muito abalado, pois o negócio comprometeu grande parte de sua fortuna. Como a honra desse homem estava acima de qualquer coisa, sua esposa tomou para si a responsabilidade e o comando da fazenda. Com muita luta e ajuda dos filhos que estavam próximos, conseguiu saldar as dívidas e garantir a honra do seu marido que, depois de algum tempo, recuperou a saúde e retomou suas atividades de fazendeiro.

Segundo Eni Mesquita SAMARA (1988, p.101), as relações marido-esposa,

a par das poucas opções que restavam às mulheres na sociedade brasileira, desde o período colonial, a própria natureza do sistema patriarcal e a divisão de incumbências criaram condições para a afirmação da personalidade feminina, dada a sua influência direta junto à família. Antonio Candido sugere que a organização do sistema colonial desenvolveu aspectos viris na personalidade da mulher que favoreceram o aparecimento de características acentuadas de comando e iniciativa. Embora a conotação viril tenha sido usada impropriamente pelo autor, não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. Outras trabalharam na agricultura e nas pequenas manufaturas domésticas, contribuindo para o sustento da casa.

Anna Maria, uma mulher do século XVIII, diante das dificuldades que enfrentou, revelou-se capaz de levar em frente os negócios da família e de orientá-la enquanto o marido esteve doente. A luta dessa mulher serviu de exemplo de vida para seus descendentes.

Na maioria das vezes, era o filho mais velho que passava a gerenciar os negócios paternos. No caso de Anna Maria, o marido não havia morrido, mas somente adoecido, e seu filho mais velho acabara de se casar e se estabelecera na Província do Rio Grande do Sul, onde morava seu sogro. Ela teve que assumir o controle dos negócios e das dívidas e, conjuntamente, continuou com as lidas da casa: fiar e tecer a lã das ovelhas, coser para si e familiares, fazer o queijo, o sabão, as velas, o azeite, a farinha, as rendas de bilro para o vestidos das filhas e prestar cuidados e atenção aos filhos mais novos.

Dessa maneira, a busca de segurança e subsistência familiar fez com que ela ultrapassasse as regras de uma família patriarcal, modificando as normas estabelecidas na comunidade em que viveu, onde as mulheres deveriam voltar sua atenção para a educação dos filhos e afazeres domésticos. Segundo Giovanni LEVI (2000, p.105), “na medida em que foi a própria incerteza a dar lugar à criação de normas que tornassem previsível o comportamento de cada indivíduo em relação a todos os outros, essa mesma dificuldade de previsão fez com que essas normas fossem flexíveis e ambíguas, de forma a consentirem uma continua adaptação”.

2.2 A UNIÃO DOS MARCONDES DE SÁ COM OS CAMARGO: NASCIMENTO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA

Tudo já tinha voltado à normalidade, na fazenda Palmeira, no início do século XIX: Manoel José já estava recuperado e assumira novamente o comando dos negócios. Anna Maria há muito tempo pensava em acompanhar seu esposo em uma viagem, quando ele fosse levar o gado para vender na feira de Sorocaba. Falou da sua intenção, mas seu marido relutou em aceitar, porque levar a família seria muito difícil, mas sua mulher acabou convencendo-o. A comitiva, então, agregou outros participantes: Anna Maria, Manoel Mendes, José, Francisco, Domingos, Mathilde, Cândida, Cherubina, Ruffina e Delphina.

A feira de Sorocaba acontecia desde o primeiro quartel do século XVIII, e nela homens do sul negociavam suas tropas com os homens que vinham do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. As feiras aconteciam nos primeiros meses do ano, oscilando entre fevereiro e maio. Bastavam apenas dois meses para que as tropas fossem esgotadas das internadas localizadas nas proximidades da cidade. Segundo Luis Caetano de ALMEIDA (1952, p.142), que descreveu esse universo, “na rua de Passagem das Tropas ou do Comércio estavam os grandes negociantes, vultos também na política do país. Estes eram geralmente compradores e revendedores, fiadores, homens de tanta honradez quanto os tropeiros, gente já celebrada por essa virtude”.

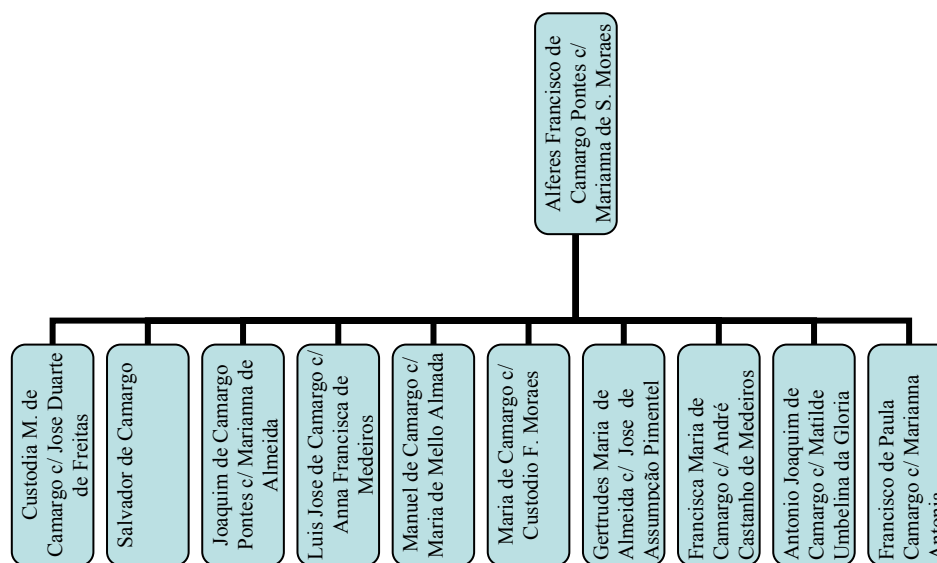
A feira era sempre uma festa, e muitas famílias, como a de Manoel José de Araujo, vinham a Sorocaba para participar das festividades que envolviam a cidade no período em que se realizava a feira. Do Rio de Janeiro e São Paulo, chegavam as novidades que eram revendidas pelos mascates, os espetáculos, os fotógrafos, um universo que deixou os filhos de Anna Maria encantados e enamorados porque, nessa festa, moças e moços acabavam trocando olhares.

Coincidiam quase sempre com a época das feiras as festas do Divino, com as admiráveis cavalhadas... À noite, os milhares de lanterninhas suspensas até a alta torre da matriz e penduradas pelo pátio afora aumentavam a alegria reinante, em meio do vozerio e linguajar de todos os matizes: vogais abertas, de paranistas, cantadas de catarinenses, fechadas, de mineiros, tuteamento de gaúchos e cariocas, exclamações espalhafatosas de castelhanos... Os tempos áureos da feira coincidiam com as saias de balão, botinas de cano alto, penteados muito altos, brincos enormes nas orelhas, e bailes tão respeitosos nos salões empapelados, onde nem faltavam pianos de cauda e, sobretudo, pianistas da terra, a executar as mais recentes novidades adquiridas na “lira de Apolo”, “armazém de músicas, pianos e águas mineiras da viúva CANÔNGLIA, rua do ouvidor, 11, ou do Imperial Estabelecimento de Pianos Narciso, rua dos Ourives”, principalmente valsas, quadrilhas, polcas e tangos... (ALMEIDA, 1952, p.161).

Nessa feira, aconteceu o encontro entre Mathilde e o tenente Antônio Joaquim de Camargo, “moço de família”, tudo que o pai da jovem poderia desejar. O jovem era filho de Francisco de Camargo Pontes, descendente dos Camargos da Província de São Paulo, casado com Mariana de Siqueira Moraes. Os dois jovens estavam dentro dos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em virtude da origem e da posição sócio-econômica, e por essa razão, tão logo se conheceram, puderam se

casar (186/1807), ainda durante a permanência da família de Mathilde na feira de Sorocaba.

FIGURA 7 - ÁRVORE GENEALÓGICA DOS AVÔS PATERNOS DO VISCONDE DE GUARAPUAVA



FONTE: LEME, L. G. da S. **Genealogia paulista**. São Paulo: Duprat&Comp, 1903.

Juntamente com os familiares da sua esposa, Antônio Joaquim de Camargo fixou sua nova residência na Freguesia de Palmeira, na localidade denominada Capão do Manhoso, na fazenda Nossa Senhora da Conceição, nome dado por Mathilde por ser devota da Santa. Tudo foi muito difícil para o novo casal: a construção da casa, na fazenda; as primeiras viagens de Antonio Joaquim para o longínquo Rio Grande do Sul, pois o moço tinha vindo de Sorocaba, não estando acostumado com a vida de tropeiro. Mas contou sempre com a orientação do sogro e de seus cunhados para a organização das comitivas para a viagem ao Rio Grande do Sul, onde adquiriam o gado para formar os rebanhos que invernavam em suas fazendas para posteriormente, serem revendidos nos campos de Curitiba ou Sorocaba. Mathilde, com muitos afazeres na sua casa, vinha se sentindo cansada, com enjôos constantes, mas nada disse ao marido, esperando uma visita à casa de sua mãe, para ter certeza do que estava desconfiada. A conversa com a mãe confirmou sua suspeita, estava grávida. A notícia

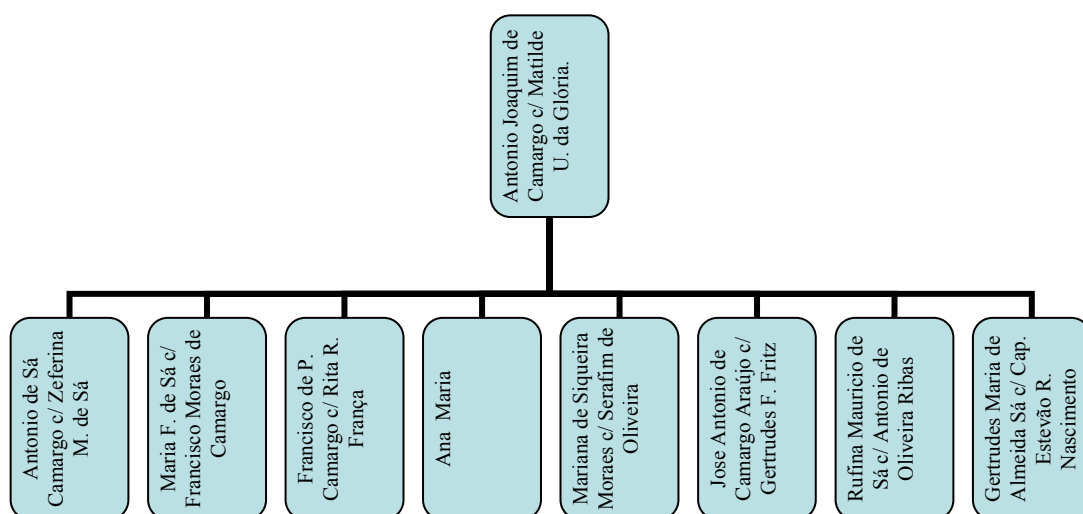
deixou Antonio Joaquim perplexo, mas também muito feliz, pois um filho traria mais alegria aos recém-casados.

Antônio de Sá e Camargo nasceu prematuro, em dezembro de 1807, na pequena Freguesia de Palmeira

Antônio Joaquim, um pouco assustado com o nascimento prematuro do filho, foi consolado pelo Sr. Manoel José, que explicava terem sido as notícias sobre José Francisco a causa de o garoto ter nascido antes do tempo. Afinal, uma boa notícia na família, depois de tantas ruínas. O natal e fim de ano seriam alegres. O neto quase nascera no mesmo dia em que nasceu Jesus. ... Os jovens pais combinaram com todos, para, no dia 25 de abril 1808, irem à capela do Tamanduá batizar o menino. O acontecimento foi uma bela festa (ROMAGUERRA, 2001, p.36).

O núcleo familiar de Antonio Joaquim de Camargo e Mathilde Umbelina da Glória constituiu-se de mais sete filhos: 1- Maria Francisca de Sá casada com Francisco Moraes Camargo; 2- Francisco de Paula Camargo casado com Rita R. França ; 3- Anna Maria; 4- Mariana de Siqueira Moraes casada com Serafim de Oliveira; 5- José Antonio de Camargo de Araujo (padre Camargo) casado com Gertrudes F. Fritz; 6- Rufina Mauricio de Sá casada com Antonio de Oliveira Ribas; 7- Gertrudes Maria de Almeida Sá casada com o Capitão Estevão do Nascimento.

FIGURA 8 - ÁRVORE GENEALÓGICA DO NÚCLEO FAMILIAR DO VISCONDE DE GUARAPUAVA



FONTE: LEME, L. G. da S. **Genealogia paulista**. São Paulo: Duprat&Comp, 1903.

Os meninos e meninas da família Sá e Camargo receberam de seus pais instrução e educação básica, já que na pequena Vila não existia uma escola e sequer um professor para ministrar as primeiras aulas. A existência e manutenção de um professor na Vila, para praticar um ensino coletivo, não foi prioridade dos fazendeiros, que consideravam oneroso manter tal profissional e, também, porque as fazendas não ficavam próximas da Vila, o que dificultava o acesso para seus filhos.

O dia-a-dia da família era marcado pelos cuidados com o gado, animais de montaria, carneiros, os quais possibilitavam a lã, preparada no tear doméstico, na qual se confeccionavam os baixeiros, coxonilhos, redes, cobertores, mantas, xales, etc.

O gado, além da engorda para a venda, principalmente na feira de Sorocaba, rendia outros afazeres, como ordenhar as vacas de leite para a confecção de queijos, manteiga e outros alimentos.

Os escravos plantavam as roças de milho, feijão, batata, mandioca e trigo para a subsistência da própria fazenda. Todos participavam dos afazeres domésticos conjuntamente e, no caso do personagem em questão, sua tarefa era maior por ser primogênito e, nessa condição, exemplo para os irmãos.

A brincadeira infantil preferida dos meninos era galopar, pois já pequeninos aprendiam a montar e a galopar pelos campos da fazenda. Também gostavam de ouvir as histórias que os velhos escravos contavam sobre as longas viagens realizadas pelo avô e pelo pai, para conduzir as tropas da Província do Rio Grande até a feira de Sorocaba. Entre essas histórias, a lembrança revivida pelo narrador a respeito do código do tropeiro era sempre positiva aos pequenos ouvintes.

Mas a família não parava de crescer, e a chegada de mais um irmãozinho veio alegrar a casa do menino Antônio.

A 7 de junho de 1818, nascia o sexto filho de Mathilde e Antonio Joaquim, completando assim três casais. Antônio, o primogênito, já com nove anos, parecia ser o mais compenetrado de todos os filhos do casal, chamando para si a responsabilidade de cuidar do novo nenê. Na verdade, Maria Francisca, a irmã logo abaixo dele, não gostava muito disso, pois também queria ficar com o gurizinho no colo como se fosse brincar de boneca. Sua mãe, sabiamente, para não criar atritos entre ambos, encarregava a menina de cuidar dele enquanto o filho cumpria obrigação diária que o pai lhe passava, relativa ao gado no curral e aos carneiros. Mesmo assim, Matilde notava que ele fazia todos os serviços com a maior presteza, sem se descuidar de fazê-los bem feitos, para logo estar com o irmãozinho mais novo. Já os outros irmãos, Francisco, Anna Maria e Mariana, ainda pequenos, não se

importavam com a criança, deixando os ciúmes e as brigas pelo garoto para os mais velhos (ROMAGUERRA, 2001, p.40).

Esse cotidiano era comum na vida familiar dos descendentes de Anna Maria e Manoel José. Seus filhos cresceram e foram orientados a cumprir esses afazeres domésticos, o que não foi muito diferente com seus netos.

A narrativa deixada por Auguste SAINT-HILAIRE dá indícios ao leitor do núcleo parental de Antonio de Sá Camargo. Antes de alcançar a Freguesia Nova em sua viagem pelos Campos Gerais, no retorno da viagem realizada ao distrito de Castro, em uma de suas paradas, pernitoitou na fazenda Rincão da Cidade, “tratava-se de uma pequena fazenda pertencente a pessoas pouco abastadas e com numerosa família. A dona da casa recebeu-me com extrema gentileza. Enquanto eu trabalhava ela veio sentar-se à soleira da porta do meu quarto e nos pusemos a conversar. “Por que o senhor se sacrifica dessa maneira viajando pelo mundo?”, falou-me ela. “o senhor tem mãe; não seria melhor que fosse para junto dela e a consolasse na sua velhice?”(1995, p.59). Palavras estas que fizeram o viajante lembrar sua pátria e sua família, deixando sem resposta sua interlocutora, pois a saudade e a emoção falaram mais alto e, segundo ele, “... meus olhos se encheram de lágrimas e eu supliquei a essa senhora que não continuasse a falar desse jeito. Uma senhora que demonstrava tanto respeito pelos direitos maternos devia ser, ela própria, mãe excelente, e terá sido abençoada – espero – por todos seus filhos” (1995, p.60). Auguste de SAINT-HILAIRE desabafou, na seqüência do relato, que não escutou o conselho dado pela senhora e pagou um preço amargo por isso.

Entretanto, essa conversa revela tanto o íntimo do viajante como o cotidiano dos moradores da Freguesia Nova, em especial dos Sá e Camargo. Não se pode precisar com exatidão, mas essa senhora poderia ser a mãe de Antonio de Sá e Camargo, Mathilde Umbelina da Gloria ou uma de suas irmãs: Cherubina Rosa Marcondes de Sá, Maria Caetana de Sá, Rufina Antonia de Sá ou talvez outra moradora mas, com certeza, parente de ambas. Elas moravam nas terras doadas pelo pai nas proximidades da Freguesia Nova.

O memorialista Astrogildo de FREITAS (1992, p.), ao argumentar sobre a localidade da fazenda onde o cientista ficou hospedado informa:

...mas se argumentarmos com outros dados descritos, veremos que a citação da distância – uma légua-entre o Rincão da Cidade e a povoação, nos dá a certeza de que entrada da Freguesia Nova da Palmeira pois a essa distância do Rincão da Cria, não existiu e não existe qualquer outra povoação. ... É motivo por outro lado, para a adoção dessas linhas contraditórias de raciocínio o fato de, no livro daquele cientista francês, encontra-se a denominação de Rincão da Cidade em vez de Rincão da Cria onde fixou residência José Caetano de Oliveira, futuro Barão de do Tibagi e sua mulher Cherubina Rosa Marcondes de Sá,... Neste particular há apenas divergência de nomes de Rincão da Cidade para Rincão da Cria, pois a citação de distâncias, após haver atravessado o rio Tibagi, nos dá precisamente a localização do Sítio da Baronesa, como local onde se hospedou Saint-Hilaire...

Depois de deixar a fazenda Rincão da Cidade ou Rincão da Cria, Saint-Hilaire seguiu para Freguesia Nova (Palmeira), que ficava à distância de uma légua. Seu contato foi especialmente com o padre Antonio Duarte de Passos. Em seus relatos sobre as conversas que teve com o vigário, a respeito da religião, ressaltou que:

Era uma das doze ou quinze casas de que se compunha o lugarejo que a missa era celebrada. De acordo com o estabelecido, as díximas iriam para as mãos do Rei e este forneceria verbas para a construção da igreja;... mas, até a época da minha viagem nada tinha sido conseguido. minha viagem nada tinha sido conseguido. Por outro lado, o vigário se queixava da pouca devoção de seus paroquianos, que não concordavam em fazer o menor sacrifício em favor de sua religião, eles não estavam habituados a cumprir qualquer ato religioso, e era a duras penas que o vigário os convencia a assistir á missa (SAINT-HILAIRE, 1995, p.60).

Dando seqüência à narrativa o viajante acrescentou:

Assisti à missa e, para grande espanto meu, notei entre os fiéis um número de brancos muito maior do que o de pessoas de cor - o oposto do que eu tinha visto em todos os outros lugares. Entre as mulheres, algumas eram muito bonitas, de pele rosada e feições extraordinariamente delicadas. De acordo com o costume, elas ficavam acoradas no chão e muitas delas traziam uma criança nos braços. Todas tinham vindo a cavalo e vestiam roupas apropriadas para isso, um traje de montaria azul com botões brancos de metal e um chapéu de feltro, que tiravam na hora da missa (SAINT-HILAIRE, 1995, p.60).

Partindo dos relatos de Saint-Hilaire, que ora afirma que a população da Freguesia Nova “não estava habituada a cumprir qualquer ato religioso”, essa sua colocação contrapõe-se ao modo de ser das pessoas da época, em especial da família de Anna Maria e Manoel José, que atendiam aos pedidos do vigário no trato da

questão religiosa. Mesmo porque a religião era um dos princípios a serem seguidos dentro da política determinada pelo rei.

Saint-Hilaire foi um viajante que não teve a oportunidade de conviver o suficiente com a comunidade da Freguesia Nova - Palmeira, entende-se que o tempo de sua permanência nessa Freguesia não foi razoavelmente longo para conhecê-la e julgá-la por si próprio. Atribuem-se, então, suas observações negativas a respeito das obrigações religiosa da comunidade, ao pouco tempo de convívio com as pessoas e às afirmativas, feitas a ele, pelo padre que foi a pessoa que transmitiu grande parte das informações ao narrador.

Mas o que chamou atenção, foi a observação à respeito das mulheres: “peles rosadas e feições extraordinariamente delicadas”. Entre essas mulheres estavam Mathilde Umbelina da Gloria, Cherubina Rosa Marcondes de Sá, Maria Caetana de Sá, Rufina Antonia de Sá, e entre as crianças encontravam-se o menino, ou melhor o mocinho, Antonio de Sá e Camargo, pois já tinha nesse período doze anos, e seus irmãos, Maria Francisca de Sá, Francisco de Paula Camargo, Anna Maria, Mariana de Siqueira Moraes e, no colo de sua mãe Mathilde, o irmão José Antonio (padre Camargo), que deveria ter em torno de um ano e meio de idade, além de seus primos e primas.

Dentro do universo descrito pelo viajante, este revela fragmentos do cotidiano dos moradores da Freguesia Nova.

As lembranças rememoradas na carta escrita por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, filho de Cherubina Rosa de Sá e neto de Anna Maria, revelam o cotidiano familiar dos Sá e Camargo.

Repassei em meu espírito aquela nobre vida, tão trabalhosa, tão valente e tão dura de dignidade em todas as suas fases. Quantos ensinamentos. Não conhecesse minha mãe senão em sua velhice, já viúva, gozando do respeito amor da família e do bem estar relativo de uma situação feita por incessantes esforços de seu marido e dela em dezenas de anos de trabalho, de economia e de ordem. A parte mais interessante de sua vida é aquela em foi (?). Seu marido ausente quase sempre em continuas viagens para o Rio Grande do Sul e Sorocaba, passando em casa 2 a 3 meses por ano. Ela tendo filho de 2 em 2 anos, só, naquele Sítio. Trabalhando com alguns escravos, ficando e tecendo a lã de suas ovelhas para fazer baixeiros e coxonilhos, cosendo para si e para os filhos, fazendo os torcidos para o grande candieiro de metal amarelo que iluminava a varanda e o da cozinha. Fazendo a roupa e poncho dos escravos, a farinha, o polvilho, as linguiças dos porcos que se criava no sítio para darem o tempero. As filhas logo que podiam, faziam renda para se vestirem. A grande

questão era viver sem dispendir dinheiro que diminuiria o capitalzinho que girava meu pai. Todas as noites, filhos e crioulos repetiam em torno dela as rezas que lhes ensinava, aos sábados, abria-se o oratório e rezava-se o terço, aos domingos, toda a família ia à missa, ela com os filhos e uma negra a cavalo; as outras a pé, algumas carregando crianças, outras balaies com o jantar que se faria na freguesia (Palmeira). Na ida e na volta, passava-se na Chácara da Palmeira, onde se reunia o nosso rancho a família de meu tio Domingos (Capitão Domingos Ignacio, de Araujo), o pai do Marcondes. Na freguesia, confabulávamos com a família dos tios Camargo (pais de Antonio de Sá Camargo) e outros parentes ¹⁶.

Na descrição do cenário, realizada por Auguste de Saint-Hilaire há mais de 184 anos, podem, ainda, ser visualizados fragmentos desse passado, como a paisagem dos Campos Gerais, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, a localidade onde nasceu Antonio de Sá e Camargo, a casa em que morou e os campos que cavalejou por muitas vezes em suas brincadeiras de menino.

Refazer o trajeto da fazenda Conceição, localidade onde Antonio de Sá e Camargo viveu sua infância, até a igreja de Nossa Senhora da Conceição, passando pela chácara Palmeira – onde se encontra a Casa Branca da Serra, residência que pertenceu ao avô materno, Manoel José de Araujo, a qual foi merecedora de um poema escrito por Sebastião Cícero Guimarães PASSOS, em 1894, com o título, “Na casa Branca da Serra”,

Embora tudo! Bendigo
Esta ditosa lembrança,
Que, sem me dar esperança,
Une-me ainda contigo...
Bendigo a Casa da Serra
Bendigo as horas fagueiras,
Bendigo aquelas Palmeiras,
Querida, da tua terra!¹⁷ (PASSOS, 1884).

¹⁶ SÁ, J. M. O. **Recordações familiares**. Suíça, 2 out. 1898, Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná. – Divisão Paranaense.

¹⁷ Esse poema foi feito em homenagem a uma jovem palmeirense filha do Coronel Henrique Alves de Araújo, parente de Antonio de Sá e Camargo. Sebastião Cícero Guimarães Passos participou do movimento revolucionário contra o Marechal Floriano, e em 1894, esse indivíduo alistou-se ao lado dos revoltosos, participando do governo revolucionário instalado no território paranaense. Com a vitória dos legalistas o poeta fugiu para a Argentina, foi nesse momento de fuga que passou por Palmeira, e conheceu a jovem na chácara da Palmeira pela qual ficou enamorado, e no seu exílio, prestou homenagem à sua enamorada reverenciando local onde a conheceu. (MAYER, T. W. **Coletânea, Memória de Palmeira**. Prefeitura Municipal de Palmeira, Departamento Municipal de Educação. Palmeira, 1992).

Ao refazer esse trajeto, atualmente, foi possível perceber ainda na localidade fragmentos do que foi deixado escrito a respeito do cenário, nas anotações de viagem de Auguste de Saint-Hilaire e nas recordações pessoais deixadas por Jesuíno Marcondes, na carta escrita a sua nora, em 1898, rememorando sua infância e convivência com sua parentela na Freguesia da Palmeira.

3 ANTONIO DE SÁ E CAMARGO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE BELÉM

3.1 O PODER FUNDIÁRIO NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

A ocupação dos sertões paranaenses apresentava-se, no início do século XIX, como uma nova oportunidade, pois há mais de 40 anos haviam sido visitados por Afonso Botelho, e na sequência abandonados, porque as sociedades tribais que habitavam esses sertões demonstraram resistência à presença do colonizador luso-brasileiro. Com o objetivo de ocupar o território, dominar os índios e encontrar uma passagem para as Missões, por determinação de D. João VI, foi organizada a expedição militar para os Campos de Guarapuava.

Para dar continuidade às ações que determinariam o sucesso da expedição militar, destinou-se o dinheiro vindo da arrecadação de tributos sobre animais enviados para Sorocaba, em cujo Registro se cobrava o imposto sobre as tropas de muares que vinham do Sul.

Criou-se, em São Paulo, uma Junta de Direção para Expedição, com poderes de determinar ao Regimento de Milícias de Curitiba que organizasse uma tropa de 200 soldados. As autoridades locais foram encarregadas de ordenar aos fazendeiros dos Campos de Curitiba e Campos Gerais a concorrerem com escravos, gado e mantimentos. Entre os vários fazendeiros, destacaram-se os senhores José Felix e Manoel José de Araujo, avô do Antonio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava.

José Felix, proprietário de fazenda na margem direita do Yapó, fez-se presente em todas as solicitações do comandante da expedição, Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Depois da abertura do caminho, a expedição seguiu para os Campos de Guarapuava. Esse fazendeiro, mais uma vez, fez uma oferta de 50 alqueires de feijão e 50 bestas arreadas para o transporte do trem real. O comandante informou aos seus superiores a ajuda desse senhor para com a expedição, desde o início da trajetória da Real Expedição.

Quando o comandante fez a solicitação, Manoel José de Araujo e seus familiares colaboraram com uma grande quantidade de sementes de milho, alguns sacos de farinha, 20 bois e 6 vacas, e mais 2 escravos. Isso rendeu mais tarde, para a família, uma quantidade expressiva de terras nos Campos de Guarapuava.

Esses homens compartilhavam das mesmas preocupações com a segurança dos caminhos que tinham que percorrer para dar conta de seus negócios, e até mesmo com a segurança da própria moradia. Articulavam-se entre si, com uma ampla fonte de favores, feitos ou recebidos, mediante os quais passavam informações e trocas, reciprocidades e proteções. Ajudar para o bom andamento da Real Expedição só traria lucros para os fazendeiros.

O comandante da expedição, Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, em junho de 1810, juntamente com seus comandados e as famílias que acompanharam a expedição, concretizou parte dos seus objetivos tomando posse dos Campos de Guarapuava. Os homens da expedição foram responsáveis pela abertura do caminho e defesa em relação aos ataques das comunidades tribais. Entretanto, a ocupação definitiva dos Campos de Guarapuava somente foi efetivada pelos fazendeiros dos Campos de Curitiba e Campos Gerais, que há muito tempo desejavam alcançar essa localidade para ampliar suas fazendas de criar.

A presença de moradores efetivos seria para o governo uma estratégia para ter o domínio da região. A ordem régia determinava a distribuição de sesmarias na localidade para os indivíduos que se dispusessem a povoar a região, pois existia um espaço geográfico imenso a ser ocupado. Matas virgens, capoeiras, campos de criar, terras férteis e bons pastos existiam em quantidade abundante. Faltavam pessoas para desbravá-los, conquistá-los e possuí-los.

O relato deixado pelo capitão Antonio da Rocha Loures dá a noção do tamanho das sesmarias que foram doadas nos sertões de Guarapuava: “Sobre a repartição dos terrenos desta conquista tenho a dizer que recebendo eu no ano de 1818

uma ordem para prescrever a oito sesmeiros dos quais dois não procuraram. A seguir sua diligência concede a cada um deles légua e meia em quadra...¹⁸”.

Desde a concessão das sesmarias, no início do século XIX, na região dos Campos de Guarapuava, os sesmeiros recebiam a terra através de uma determinação do governo colonial, e os posseiros tomavam posse das terras sem concessão real, pois, no imenso território “desocupado”, espaço era o que não faltava. Desse modo, foram delineando e definindo a estrutura fundiária do terceiro planalto paranaense.

A Freguesia de Nossa Senhora do Belém, localidade onde se desenvolveu parte importante da história do Paraná foi constituída em razão de uma determinação real. A Carta Régia de 1809, de D. João VI, informava que depois da ocupação dos Campos de Guarapuava, deveria ser fundada uma povoação, na região.

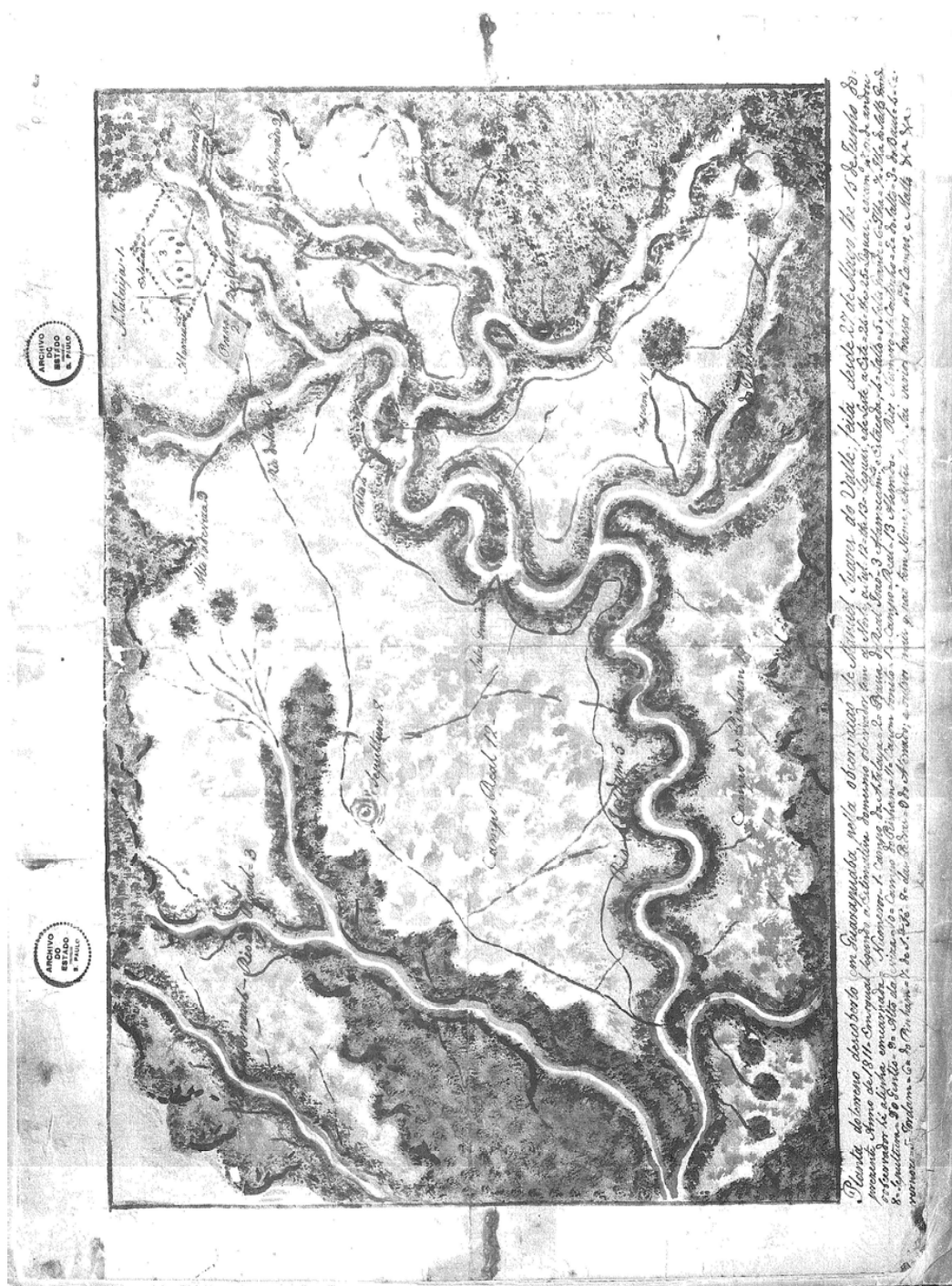
O desentendimento do comandante da Real Expedição para a ocupação dos campos de Guarapuava, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, com o padre Antonio das Chagas Lima, adiou a ordem real por um período de nove anos. A fundação de uma povoação efetiva somente aconteceu em 1819, através das articulações e argumentações do padre Chagas para convencer os representantes da Junta Real, encarregados pelas decisões a respeito da Real Expedição, que o melhor local para a fundação da Freguesia não era o escolhido pelo comandante da Real Expedição, no local chamado de Pontão das Estacadas, no Campo Real. O padre Chagas defendeu que a localidade ideal para a fundação da nova Freguesia era a planície localizada entre os rios Coutinho e Jordão (figura 9).

Para Eurico Branco RIBEIRO (1922. p.180),

ai havia água em profusão; a disposição do terreno era perfeitamente compatível com o futuro desenvolvimento da povoação; nas redondezas havia capões para o fornecimento de lenha; pouco distante à margem do Jordão, abundavam madeiras de lei, vegetando em um solo fértil, apto para a agricultura.

¹⁸ LOURES, A da R. **Carta ao presidente da Província de São Paulo**. Guarapuava, 8 mar, 1825. Arquivo Estado de São Paulo.

FIGURA 9 – MAPA DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA.



FONTE – Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo

Foi nessa localidade que o padre Chagas e o comandante interino da Real Expedição, Antônio da Rocha Loures, e demais pessoas que habitavam Atalaia demarcaram, no dia 9 de dezembro de 1819, os primeiros fundamentos para a construção da Freguesia e da Igreja de Nossa Senhora do Belém, hoje cidade de Guarapuava.

O documento redigido pelo padre Chagas em 1819 determinava as normas para a nova povoação, seguindo as orientações da Carta Régia, de 1809, denominado de o Formal da Criação da Povoação e Freguesia de Nossa Senhora do Belém, nos Campos de Guarapuava¹⁹.

A chegada dos familiares de Antonio de Sá e Camargo aconteceu antes da fundação da Freguesia. Os familiares seguiram para os Campos de Guarapuava, com a finalidade de efetivar a posse das sesmarias que receberam em troca da ajuda prestada à Real Expedição que ocupou esses campos. Uma petição do Alferes Manuel Mendes de Araujo, tio de Antonio de Sá e Camargo, ao comandante interino da expedição, Antonio da Rocha Loures, solicitando a demarcação da sesmaria que tinha recebido na região, revela a presença da família na região,

Senhor tenente comandante da conquista de Guarapuava. Diz o Alferes Manuel Mendes de Araujo que trazendo ele suplicante uma porção de gado vacuum e animais cavalares com que saiu nestes Campos de Guarapuava a primeiro de dezembro de 1818 VM foi servido em virtude das ordens que tinha consignar lhe para estabelecimento de sua fazenda légua e meia em quadra de terreno, nos campos que se acha entre o ribeirão dos porcos e os campos chamados da sepultura grande com a condição de tirar depois a competente sesmaria e porque ora o suplicante agora quer seguir esta diligencia. Pede a vossa mercê seja servido mandar-lhe passar suas confrontações para poder requerer onde compete a dita sesmaria e recebera merce. Como pede Quartel de Belém em Guarapuava trinta de novembro de 1821, Loures²⁰.

¹⁹ Como deveriam ser construídas as casas; solicitação para reservar campos e matas em comum para a população; informações detalhadas para preservar a mata nativa, principalmente a de Araucária; como deveria ser a conduta para com os índios; solicitação à Câmara de Castro, à qual a nova Freguesia estava administrativa e judicialmente atrelada, de abertura do caminho pelo campo do Cupim, para diminuir a distância da comunicação com as outras localidades. CORREIA, L., OLIVERO, M. F. **Guarapuava**. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928.

²⁰ ARAUJO, M. M. **Pedido Sesmaria pelo Alferes Manuel Mendes de Araujo**. Guarapuava. Tabelionato de Notas, Guarapuava. 16 nov., 1837 fls 41-42.

Como a sesmaria de Antonio Joaquim de Camargo, pai de Antonio de Sá e Camargo, não constava no mapa organizado pelo padre Chagas e pelo comandante, foi enviada correspondência para saber a seu respeito. Posteriormente, ele recebeu sua sesmaria na localidade do Pinhão, onde organizou a fazenda de criar Camargos, ou Boa Cria que, a partir de 1828 passou a ser gerenciada pelo seu filho primogênito.

Segundo o mapa elaborado pelo padre Chagas, a distribuição foi a seguinte:

1. Freguesia do Belém e do seu patrimônio.
2. Aldeia da Atalaia, terra aplicada aos índios.
3. Pequenas partes de terras aplicadas aos portugueses pobres.
4. Sesmaria do vigário. (Francisco das Chagas Lima)
5. Abarracamento do campo real demolido.

Campos de criar animais aplicados:

1. Ao capitão Francisco Teixeira de Azevedo (genro de Manoel Gonçalves Guimarães – Assentista da Expedição).
2. A Benedito Aires Araujo.
3. A Manoel Mendes Xavier.
4. A Manoel José de Lima.
5. Ao Alferes Domingos Ignácio de Araújo (tio de Antônio de Sá e Camargo).
6. A Francisco de Siqueira Côrtes. (Residente na Palmeira).
7. A Manoel Mendes de Sampaio.
8. Ao Alferes Manoel Mendes de Araújo. (tio de Antônio de Sá e Camargo).
9. Ao Tenente Manoel José de Araújo. (avô de Antônio de Sá e Camargo).
10. A José Gonçalves de Almeida.
11. A João Francisco Pinto.
12. A Francisco João Batista.
13. Ao Ten. Comandante Antonio da Rocha Loures.
14. A João Mendes de Araújo. (Figura 10)

Os vários textos que discutem a ocupação e povoação dos Campos de Guarapuava reproduzem a linguagem dos relatos deixados pelos componentes da Real

Expedição, entre esses, os escritos dos Comandantes Diogo Pinto e Antônio da Rocha Loures e do padre Chagas²¹.

Francisco das Chagas Lima, citado por Artur Martins FRANCO (1943, p.264-265), deixa as seguintes informações referentes aos moradores que fixaram sua residência nos Campos de Guarapuava:

os moradores pobres, que dos Campos-Gerais de Curitiba se passarão a Guarapuava, com toda a sua família; e estabelecerão seus domicílios nas pequenas porções de terrenos, que lhes foram concedidos, em virtude da Carta Regia,... neste mesmo sentido se fizeram úteis ao Publico, porque fundamentarão o aumento da População Portuguesa em Guarapuava; e úteis a si mesmos, porque em breves anos quais todos chegarão a ha melhor fortuna.

Porem os creadores de gados, que tendo seus domicílios nos mesmos Campos-Gerais de Curitiba um ou dois meses em cada ano, se para si fizeram alguma utilidades; ao Publico muito pouco tem feito.

Porque depois de haverem requerido mui amplas assinaturas, e consignações de terrenos, para estabelecimento de suas Fazendas, e serem-lhes aqueles terrenos concedidos, bem depressa mudarão de sistema; por que trazendo primeiramente, por anos, seus animais em montões, ou dispersos pelos contornos desta Povoação, prejudicando as criações e lavouras dos vizinhos...

Porquanto havendo presentemente em Guarapuava quatro mil e tantos animais dos portugueses,

não há em Guarapuava de Portugueses se não cem pessoas pouco mais ou menos, todas assistentes ou nesta Freguesia, ou nas suas circunvizinhanças...

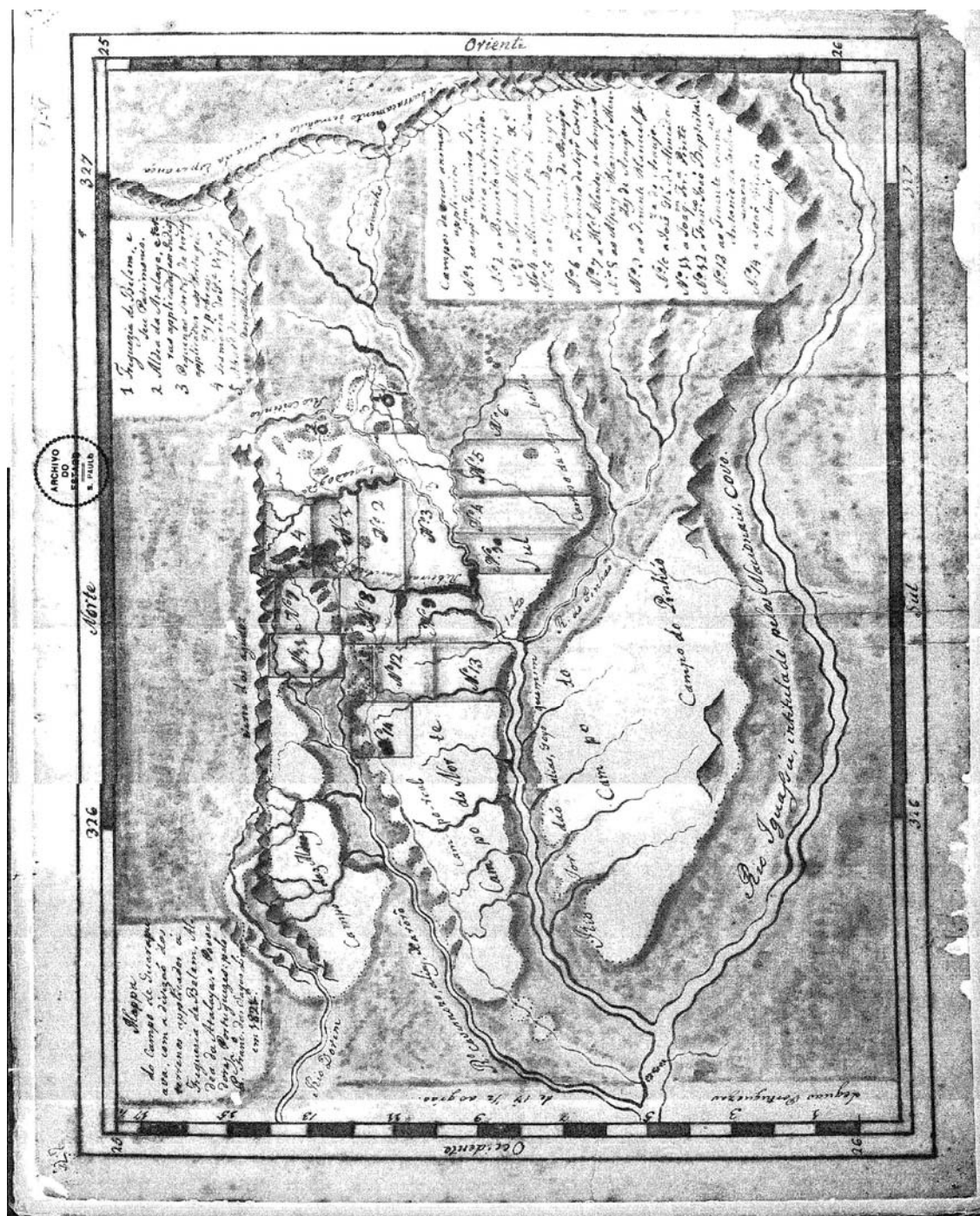
²¹ Para Azevedo Macedo,... se completou em menos de três meses o número de 200 soldados selecionados, componentes do Corpo de Cavalaria da Expedição... Também nesses poucos meses se enfileiraram para a Expedição, em número suficiente operários livres com suas famílias e seus animais...

De perto e de longe famílias abastadas, algumas grandes, outras pequenas, se apresentam a cavalo, com seus camaradas e seus escravos, e com suas tropas carregadas de bagagem, aderindo à Expedição com o propósito de ir estabelecer-se lá nos Campos de Guarapuava. E famílias operárias, para trabalhar na Expedição e fazer jus aos prometidos lotes de terras. Entre os operários, alguns portugueses ainda não radicados em Curitiba. E famílias de aventureiros, mineradores fanáticos, lá se vão à cata de ouro e outros minerais... Indo com a Expedição, todos se dispunham a prestar serviços durante a viagem, sob as ordens do comandante...

Irão mais de 200 homens só da força armada e mais a multidão de paisanos. Com as mulheres e crianças e a escravaria, bem mais de 300 pessoas, ao todo. Fazem parte da Expedição dois sacerdotes católicos que hão de vir de São Paulo (MACEDO, F. R. A. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p.117-118).

Para Alcioly T. Gruber de Abreu, inicialmente o efetivo da população constitui-se de 300 pessoas, aproximadamente; 200 eram militares e os restantes eram colonos e escravos, todos componentes da Real Expedição e conquista dos campos de Guarapuava (ABREU, A. T. G. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Curitiba: BPP/SECE, 1986, p.118-119).

FIGURA 10 - MAPA DA DIVISÃO DA SESMARIA PELO PADRE CHAGAS – 1821.



FONTE - Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

O padre Chagas deixa transparecer, no seu discurso, que a comunidade fora constituída por pessoas pobres, escravos, degredados e criadores de gado pertencentes à oligarquia dos Campos Gerais e de Curitiba.

Na busca de indícios para saber a respeito dessas pessoas, procurou-se realizar uma leitura mais específica para saber a quem o padre estava-se referindo. Parte da resposta pode ser evidenciada na lista nominativa²², elaborada pelo comandante da Real Expedição.

Ao trabalhar com os censos demográficos ou listas nominativas, devem-se tomar certos cuidados com as informações neles contidas, e ter sempre outras fontes para auxiliar na análise. Para Valter MARTINS (1995, p.26), “a presença de erros e distorções em documentos desse tipo não causam nenhuma surpresa... apesar da ‘imperfeição’ dos censos, seu estudo não é apenas válido, mas fundamental para novos progressos na história do período em questão”.

Alzira Lobo de Arruda CAMPOS (2003, p.30), ao comentar sobre os censos demográficos de São Paulo afirma que,

...realizados intermitentemente (ou assim conservados), a partir de 1765, que registram nome, naturalidade, idade, sexo, cor, estado civil, situação jurídica, e, em alguns anos, profissão e renda dos moradores de São Paulo. A organização das listas em “fogos” – pessoas em geral vivendo sob o mesmo teto. ...É possível conhecer o número de pessoas presentes em cada domicílio, encabeçado pela figura do chefe (homem, por regra; mulher, por exceção). Filhos, parentes (em linha reta ou colaterais), agregados e escravos, compunham constelações de notável diversidade.

Na sua crítica a essa tipologia de fonte, a autora evidencia os erros cometidos pelos recenseadores, erros como contagem de pessoas e até registro de morto entre vivos.

²² Valter Martins informa, no seu trabalho a respeito das listas nominativas, censos ou maços de população da Capitania de São Paulo, que a “a criação dos censos foi um reflexo das preocupações de fundo militar, da necessidade das autoridades coloniais saberem o número de habitantes da capitania, principalmente dos homens aptos a pegarem em armas” (MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos**: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado) UFPR, Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos).

Ressalta que se deve ter atenção dobrada e uma atitude crítica ao analisar uma documentação desse gênero.

A lista nominativa de 1832²³, elaborada pelo Capitão Comandante Antônio da Rocha Loures, seguiu uma unidade de organização por “fogo”. Cada fogo representava uma família, constituída pelo patriarca ou matriarca, juntamente relacionados aos seus escravos e agregados. O conteúdo da lista foi encabeçado com as informações do comandante da Freguesia e de seus familiares, na seqüência, as informações dos destacados: alferes, sargento, fiel do armazém, escrivão, tesoureiro, cabo, os empregados e os degredados enviados para a região. Dando continuidade, aparecem os fogos com a descrição dos nomes das pessoas que habitavam a Freguesia de Nossa Senhora do Belém, o estado civil, a cor, a idade, a profissão, o número de filhos, o número de escravos, o número de agregados.

Justifica-se a análise específica da lista de 1832 porque o indivíduo Antônio de Sá e Camargo apareceu como morador efetivo da Freguesia de Nossa Senhora do Belém²⁴. Através desses documentos, percebe-se, na comunidade, a diversidade dos indivíduos que faziam parte do universo em que Antonio de Sá e Camargo transitava.

Dessa lista constavam ainda 83 famílias, em 10 das quais eram mulheres que chefiavam o núcleo familiar, cuja soma totalizava 301 pessoas; faziam parte 18 soldados destacados; 24 pessoas nominadas como agregadas; 51 escravos; 11 degredados, entre eles 2 mulheres. A soma total de moradores que habitavam na Freguesia de Belém, no ano de 1832, era de 405 indivíduos. A lista nominativa informava também a ocupação de cada indivíduo, na Freguesia de Nossa Senhora do Belém.

Comandante	01
Destacados	18
Empregados - Real Expedição	02
Lavrador	20

²³ LOURES, A da R. **Lista nominativa 1832** Guarapuava, 2 abr. de 1832, Arquivo do Estado de São Paulo.

²⁴ Outra lista que apresenta as mesmas características é a do ano de 1833. LOURES, A da R. **Lista nominativa 1833**. Guarapuava, jan. 1833, Arquivo do Estado de São Paulo.

Jornaleiro	11
Negociante	09
Sapateiro	01
Estancieiro	22
Lombilheiro	01
Carpinteiro	02

Entre os 22 “estancieiros” de gado, identificou-se que 10 podem ser qualificados de flutuantes, porque constam como moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Belém e também dos Campos Gerais. A dupla moradia já tinha sido mencionada pelo padre Chagas, quando, em 1821, alertava as autoridades da Província de São Paulo que muitos dos senhores que realizaram pedido de sesmaria na região de Guarapuava, ao Príncipe Regente, somente enviaram gado e escravos para cuidarem dos rebanhos e passavam somente um período pequeno do seu tempo na fazenda de criar.

Os trabalhos que tratam da ocupação dos sertões do Brasil, no período colonial e meados do Brasil Imperial²⁵, informam que a maioria dos proprietários ficava ausente das sesmarias recebidas. Essa constatação passou a ser generalizada na história da ocupação. Mas, no caso de Guarapuava, essa realidade apresentou um diferencial, pois a maioria dos senhores efetivou moradia ou deixou um parente próximo em seu lugar, na sesmaria que recebeu do governo colonial.

²⁵ LIMA, C. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmaria e terras devolutas**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1954. PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. NOVAIS, F. Condições da privacidade na colônia. In: Laura de Mello e Souza (org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. Letras, 1997.

Muitos autores que discutem a temática da ocupação, nos campos do Paraná²⁶, construíram seus discursos pautados nas informações generalizadas com relação à ocupação.

Essas informações levantaram questionamentos, tais como: Se a ausência dos povoadores era constante, como se efetivaram as freguesias? Ou, mais especificamente, como se efetivou a Freguesia de Nossa Senhora de Belém?

Deve-se inverter a escala de observação, e a partir do particular procurar um número maior de informações sobre a ocupação na região dos Campos de Guarapuava. O fato de olhar bem de perto, como as pessoas se moviam, poderá ajudar a esclarecer esses questionamentos e a perceber configurações totalmente diferentes. Ao trabalhar com a diferença de escala, Simona CERUTTI (1998, p.196) afirma: “implicam informações diferentes, possibilidades diversas de interpretação e de ação”.

Ao deparar-se com as informações contidas nas listas nominativas, procurou-se evidenciar vestígios que apontassem algumas diferenças dos moradores dos Campos de Guarapuava em relação a questões que até então seguiam um padrão generalizado. A necessidade de interrogar essa documentação, para obter respostas, revelou novas perguntas, novos modos de experienciar a leitura dessa fonte, criando novas possibilidades de empreender sondagens antes não pensadas.

Voltou-se a atenção para os seguintes moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Belém: o Capitão Domingos Ignacio de Araujo, o senhor Antônio Joaquim

²⁶ “Nesse mesmo ano (1818) o governo Imperial mandou demarcar 3600 alqueires de terra para servidão dos moradores da Freguesia de N. S. de Belém, cuja notícia da criação havia tornado freqüentes os pedidos de sesmarias e aumentado o número de posses pela ocupação. Uns poucos pretendentes enviaram capatazes e gado, porém a maioria visava o aproveitamento futuro, prejudicando o desenvolvimento da região” (ABREU, 1986, p.60).

“A expedição militar tinha sido apenas a vanguarda da conquista daqueles campos. O grosso realmente estava na multidão de fazendeiros dos Campos Gerais, à procura de novas terras de campo limpo para a ampliação de suas criações de gado. Em 1821, segundo informações do Padre Chagas, só estavam ocupadas cinquenta léguas quadradas dos campos que mediam, no seu total, cento e trinta léguas quadradas. Moradores pobres dos Campos Gerais se mudaram para Guarapuava, com toda a sua família, e receberam pequenas porções de terras ao redor da vila. Mas os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de campo, levaram “seus animais aos montões”, mas continuaram com suas residências nos Campos Gerais, passando por ano uns dois meses em Guarapuava, para verificar suas criações soltas na imensa campanha” onde não fizeram mais outro benefício algum, nem currais nem lavouras, nem casa de vivenda” (PILATTI BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPHALEN; 1969, p.83).

de Camargo e o Alferes Manoel Mendes de Araujo. Essa escolha pode ser justificada por dois motivos: primeiramente, porque esses senhores são parentes de Antonio de Sá e Camargo e, também, porque estavam entre os 10 estancieiros que constam na lista nominativa de 1832, classificados, por meio da pesquisa, como moradores flutuantes.

O Capitão Domingos Ignacio de Araujo, tio do futuro Visconde de Guarapuava, possuía uma residência nos Campos Gerais e uma fazenda nos Campos de Guarapuava. Dono dos escravos: “Joaquim, solteiro, preto com idade de 20 anos; Vicente, solteiro, preto com idade de 16 anos, Escolástica, solteira, preta 12 anos” (LOURES, 1832). Além da presença dos escravos na fazenda de Domingos Ignacio de Araújo, dos Campos de Guarapuava, seu filho, Francisco Ignacio de Araujo Pimpão, aparece como morador da localidade e sua presença é evidenciada na documentação da Câmara: por volta de 1853, ele apareceu como candidato²⁷ na eleição de Juiz de Paz da Capela Curada de Palmas.

Antônio Joaquim de Camargo, pai de Antonio de Sá e Camargo, “estancieiro”, com residência nos Campos Gerais, dono da fazenda Conceição, na Palmeira e de uma fazenda nos Campos de Guarapuava, era dono dos escravos: Joaquim, solteiro, preto, 29 anos e José, solteiro, preto, 18 anos. Além dos escravos, moravam na fazenda seus dois filhos, Antônio de Sá e Camargo, solteiro, branco, 23 anos e Francisco, solteiro, branco, 18 anos.

²⁷“... numero de votos que obtiverão para Juizes de Paz desta Capella, e formando das taes relaçoens uma geral desta extra os nomes dos cidadãos seguintes Antonio de Oliveira Ribas, fazendeiro com quarenta e sete votos, Estevão Ribeiro do Nascimento, fazendeiro com quarenta votos, João Carneiro Marcondes, fazendeiro com trinta e nove votos, Francisco Ignacio de Araujo Pimpão, fazendeiro, com trinta e nove votos... (CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Cópia da ata da sessão realizada 2 jun. 1853.** Arquivo do Estado de São Paulo).

A descrição da sesmaria, realizada por Antonio Sá e Camargo, para revalidação por determinação da Lei de Terras 1850²⁸, dá a noção da propriedade, Fazenda Boa Cria (Figura 11), que tinha em sociedade com o pai. Essa descrição está documentada no registro nº 31, de 6 de outubro de 1855 - Registro do Vigário – que se encontra no Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém :

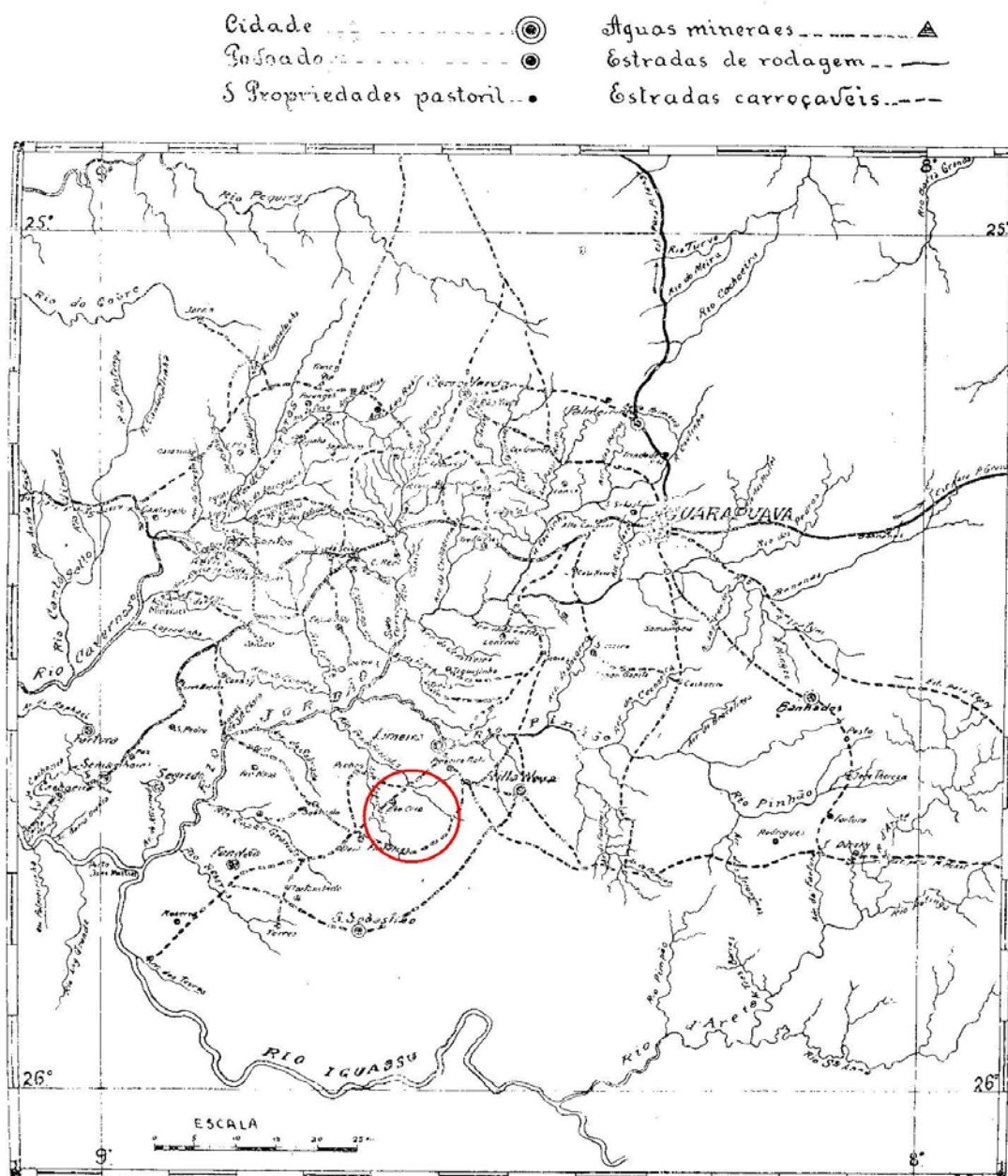
Começa de um marco de pedra junto ao capão da casa de morada de Manoel Ribeiro Coitinho, em rumo do norte dividindo 1º com o mesmo Coitinho, depois com os herdeiros do finado João Corr.º da Assumpção a tocar em um galho do rio Pinhãozinho e deste abaixo até entrar no rio Jordão. Do marco de pedra que a cima indiquei em rumo do oeste dividindo 1º com terrenos pertencentes só a abaixo assignado e depois com os de José de Siqueira Cortes, toca em um marco de pau que existe muito abaixo da casa do mesmo Siqueira, e passa unido ao capão Miranda e encosta no lageado grande (?) de Manoel Ferreira dos Santos e deste abaixo dividindo com D. Balbina Francisca de Siqueira até a barra do ribeirão cujas vertentes nascem nas proximidades da fazenda de denominada Sobradinho de Theodoro Ferreira Maciel. Da barra do ribeirão citado seguindo dele acima dividindo-se com Theodoro Ferreira Maciel até a cabeceira de um banhado que faz socar o monjolo do referido...,desta cabeceira vai bater na ponta de um valo da mesma fazenda, e dali um banhado, a esquerda do qual fica o potreiro do burro dessa mesma fazenda a desaguar no rio Jordão, e deste acima até a barra do rio Pinhãozinho...²⁹

²⁸ A Legislação fundiária, enquanto objeto de estudo, revela o pensar dos grupos dominantes e sua aplicação pelos órgãos afins, como instrumento do poder, para mediar os problemas das comunidades, atuando no sentido de modificar situações históricas. Na segunda metade do século XIX, o “Conselho de Estado” elaborou a legislação agrária genérica da história brasileira, a “Lei de Terras de 1850”, que tinha por objetivo normatizar a política de apropriação territorial. A historiadora Maria do Carmo Sampaio Dicredden, no seu livro “Terras e Índios: a propriedade da terra no vale do Paranapanema”, analisa a problemática em torno da Lei de Terras de 1850.

²⁹ ANTONIO DE SÁ E CAMARGO. **Declaração das terras possuídas**. Guarapuava, 6 out. 1855. Registro n.31. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém.

FIGURA 11 - MAPA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - FAZENDA BOA CRIA

*Planta da zona mais populosa do Município de Guarapuava,
extrahida do mappa geral do mesmo Município, que está sendo organizado
pelo Eng.^o Civil Eugenio Virmond*



FONTE - CORREIA, L, OLIVERO, M. F. **Guarapuava**. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928.

A declaração sob o nº 238, de 19 de maio de 1856³⁰, descreve o terreno localizado nas margens do rio Ivaí, divisa com a Colônia Tereza, pertencente a Antonio de Sá e Camargo em sociedade com Agostinho José de Almeida Queiros, Manoel Baptista Bello, Francisco José de Bitencourt, Francisco da Rocha Loures e Francisco José dos Santos.

O Alferes Manoel Mendes de Araujo, tio de Antonio de Sá e Camargo, estancieiro, residente nos Campos Gerais, também tinha uma fazenda nos Campos de Guarapuava e era dono dos escravos: Francisco, casado preto, 35; Francisco, solteiro, preto, 30; Manoel, solteiro, mulato, 25 anos; e Paulo, solteiro, preto, 16 anos. Sua assinatura consta em um abaixo-assinado, de 1841, no qual ele e outros representantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém solicitam melhoria do caminho de acesso a essa localidade, ao presidente da Província de São Paulo.

Outras informações da presença da parentela e da efetivação de membros ligados à família na região de Guarapuava foram evidenciadas na documentação de compra e venda, localizada no Tabelionato de Notas. Depois da morte de Ana Maria, esposa de Manoel José de Araújo, seus filhos negociaram entre si as partes que foram deixadas por herança.

“Dissemos nos abaixo assinados Domingos Ignacio de Araujo e Josefa Joaquina França que é de nossa livre vontade vendermos ao Alferes Manoel Mendes de Araujo uma parte de campo que por falecimento de minha mãe nos tocaram por herança...seis de janeiro de mil oitocentos e vinte e três...”³¹. Esse tipo de negócio permitiu que as terras permanecessem na família.

A observação detalhada desses três fazendeiros resultou no seguinte entendimento: para atender às determinações do governo colonial no que dizia respeito ao sistema de sesmarias, era necessária a permanência dos proprietários nas terras

³⁰ QUEIROZ, Agostinho José de Almeida e outros. **Declaração das terras possuídas**. Guarapuava, 19 mai. 1856, Registro n.238. Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém.

³¹ ABREU, Feliciano Francisco de. **Carta de venda do Capitão Domingos Ignácio de Araújo e esposa ao Alferes Manoel Mendes de Araújo**. Freguesia de Belém, 16 nov. 1837, p.42-43 livro 03, Tabelionato de Notas de Guarapuava.

recebidas para ocupação e cultivo, assim, esses lançaram mão da estratégia de deixar, nelas, um membro da família e também escravos. Essa observação só foi possível porque, ao questionar a documentação, procurou-se desenvolver uma sondagem ainda não experienciada com essa tipologia de fonte, qual seja a de perceber, por meio de uma leitura estratificada da realidade social ou detalhada, como os indivíduos já mencionados organizaram estratégias para permanecer como donos das terras que receberam na Freguesia de Nossa Senhora de Belém.

Para efetivar a ocupação das terras recebidas, seus donos abriram picadas nas matas virgens, rasgaram as plantas espinhosas e se rasgaram nelas, enfrentaram doenças e os perigos do sertão, tendo sido o maior deles o enfrentamento com os índios Kaingangue. À medida que os campos naturais das vastas planícies do terceiro planalto foram transformados em fazendas de criar, desencadearam-se vários conflitos entre índios e fazendeiros. Esses conflitos chegaram a assumir sérias proporções, pois os índios passaram a atacar os moradores em suas casas, roças e também nos caminhos de acesso às propriedades. Esses acontecimentos levaram os fazendeiros a buscar auxílio com as autoridades provincial e imperial, para a segurança da Vila e das fazendas.

Os moradores dos Campos de Guarapuava alcançaram bons pastos e novas perspectivas de vida. Deparam com muitas terras e realizaram nelas os devidos atos preparatórios para plantar e também para criar o gado. Arrancharam em habitações precárias e, a olho, delimitaram seus territórios. Nesse trabalho de demarcação, ergueram cruzeiros e cravaram ferros em troncos de árvores, e com a mão escrava fizeram construir muros de pedra, taipas, para delimitar suas fazendas, de uma forma simbólica, porque um território tão vasto era significativamente difícil de ser delimitado. Localizaram a água para seu consumo, plantaram suas roças. Com o passar do tempo, construíram casas com mais conforto e segurança, monjolos e demais benfeitorias necessárias para a vida e a atividade pastoril. Dessa maneira, institucionalizaram-se como senhores das terras. Cada família cultivava e criava à proporção de seus braços, escravos e riquezas. A maior parte da ocupação dos Campos de Guarapuava foi realizada por grupos familiares que vieram de São Paulo, de

Curitiba, dos Campos Gerais e Palmeira, tendo sido, sem dúvida, um movimento coletivo, visto que dele participaram conjuntos de famílias, das quais, ainda hoje, encontram-se descendentes na região. Desses, alguns mantêm antigas partes das terras recebidas pelos seus ancestrais: os Sá e Camargo, Marcondes, Martins, Ribas, Araújo, França, Rocha Loures, entre outros. Outros ingressaram em novas profissões, advindas a partir da diversidade e da modernização da sociedade local³².

A fixação dos indivíduos nas lidas do pastoreio de animais, nos Campos de Guarapuava, não significou, de forma alguma, vida sedentária. O aumento da aquisição de rebanhos, pelos mercados consumidores, fez com que os fazendeiros se transformassem em criadores e tropeiros, ao mesmo tempo, abrindo os caminhos para o Sul do Brasil, na busca de mais gado e muares para atender à demanda da feira de Sorocaba e ao próprio mercado interno, como a feira de cavalo³³ realizada na Vila.

Nas fazendas, os moradores dos Campos de Guarapuava viviam apenas partes das suas vidas, uma vez que, em outros muitos momentos das suas vidas, estavam em viagem ou comprando gado na Província do Rio Grande do Sul, ou negociando a tropa de muares ou o rebanho de gado, na feira de Sorocaba. As sedes localizavam-se onde

³² A crise do sistema tradicional campeiro, em Guarapuava, foi ocasionada por vários fatores, destacando-se: a falta de capital financeiro; a debilidade do processo de criação local, ocasionada pela falta de novas raças para o crescimento dos rebanhos; o alto preço do sal, a dificuldade de transporte do gado que ainda continuava sendo realizado de forma rudimentar; o péssimo estado de conservação dos caminhos; o isolamento da região por falta de boas estradas e via férrea.

A crise da pecuária fez com que outros empreendimentos se destacassem, o mercado da erva-mate, da extração da madeira, são alguns dos exemplos. Mas, somente a partir das décadas de 40 e 50, com a mudança do uso e posse da terra, a agropecuária apresentou sinais de mudanças. O capital para os investimentos passou a ser subsidiado pelo governo e a aplicação de novas tecnologias favoreceu o crescimento das lavouras. (ABREU, 1986, p.226) informa a respeito da modernização da sociedade local: “A presença de novos elementos no quadro da sociedade guarapuavana, a facilidade de obtenção de créditos, a mudança das relações de trabalho, a graduação de filhos de fazendeiros tradicionais em agronomia e veterinária, e outras variáveis, ocasionaram a mudança de mentalidade na sociedade tradicional campeira, da qual alguns membros, que ainda conservavam suas terras, passaram a ser agricultores, adotando também as modernas técnicas de plantio e aplicação de insumos. Outros, mesmo convencidos de que a agricultura é mais rendosa que a pecuária nos campos da região, à ela não se dedicaram, preferindo arrendar suas terras e explorar a criação de gado em lugares de clima mais quente”.

³³ Luis Caetano DE ALMEIDA (1944, p.157) informa a respeito da criação de cavalos nos Campos de Guarapuava, “Em 1814, passaram 7504 mulas e 5330 cavalos (informação de A. de Taunay). Em tão grande número de equinos é preciso lembrar a influência de Guarapuava, então recém-fundada, e cujos cavalos (guarapuavanos) tiveram quase tanto valor como os muares do sul”.

foram construídas as casas de moradas, as senzalas, os monjolos e os currais. Pelas descrições deixadas por esses fazendeiros, pode-se ter noção do seu modo de viver e do seu mundo.

Moveis ... um colar de ouro(32\$000), ...um lirante com seis oitavas (24\$000), ...um sinto de prata (8\$400), ...uma faca com trinta oitavas de prata (8\$400), ...uma serrilha de prata (7\$000), ...um par de boçais de prata (4\$200). Uma espingarda troxada em bom uso..., uma inchó chato ...Bens de raízes – ...uma morada de casa no rocio desta vila (300\$00), um campo da sepultura (3:500\$00), um campo do faxinal (2:000\$00), um potreiro denominado do burro (900\$000), a invernadinha (900\$000), terras de plantas... (250\$000) e mais os rebanhos de gado e muares.³⁴

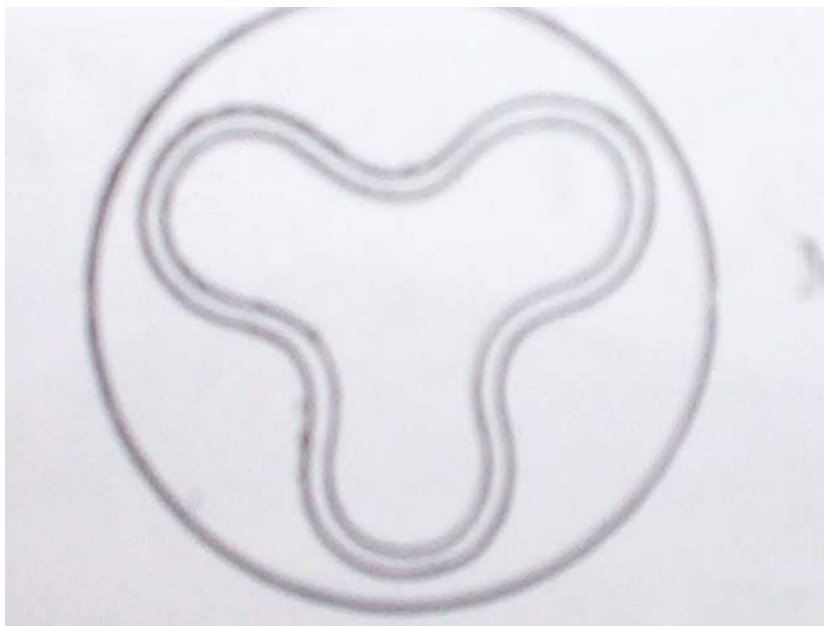
Movéis, uma mesa grande, uma mesa pequena, três catres bons, dois ditos inferiores, um banco grande, uma cadeira de pau, ... uma cuia pequena de cobre, um tacho de cobre, grande, furado, dois caldeirões de ferro, duas cassarolas grandes de ferro, uma dita pequena, uma chaleira de ferro, uma chocolateira. Imóveis, uma casa com quintal e mais benfeitorias, piquete. Uma parte de campo denominado maracujá, com faxinais, logradouros, terras de cultura, uma parte de terras além da serra de São João obtida por hora feita a casa do capitão Antonio de França Loures, um sítio de mato compreendendo terras de agricultura, Catanduvás e terras de portugueses, no lugar denominado Rio das Pedras – Covó. Ainda consta a descrição dos rebanhos e de mais 4 escravos...³⁵

O sertão do terceiro planalto paranaense ofereceu aos homens uma vida dura, e de certa forma rudimentar, levando esses homens a ter um comportamento áspero em todos os setores de suas vidas: eram homens duros, rudes, homens do sertão, habituados à derrubada das matas, às lidas no campo, a domar as bestas na espora, a derrubar o novilho ao chão para marcar com ferro em brasa a identidade do proprietário no animal (figura 12 e 13 e anexo 6), a gerenciar os escravos, peões e agregados no trabalho do dia-a-dia de uma fazenda de criar. A marca no animal tanto servia para identificar o rebanho de cada proprietário, porque as propriedades não eram devidamente delimitadas, como também representava o poder de cada proprietário. Esses homens prosperaram com a criação e comercialização do gado, formaram suas fazendas, aumentaram seus domínios tanto com relação à terra quanto ao poder político local, provincial e imperial.

³⁴ Autos do inventário de Manoel Mendes de Araújo. Guarapuava. Out. 1859. Cartório do 1ºVara civil.

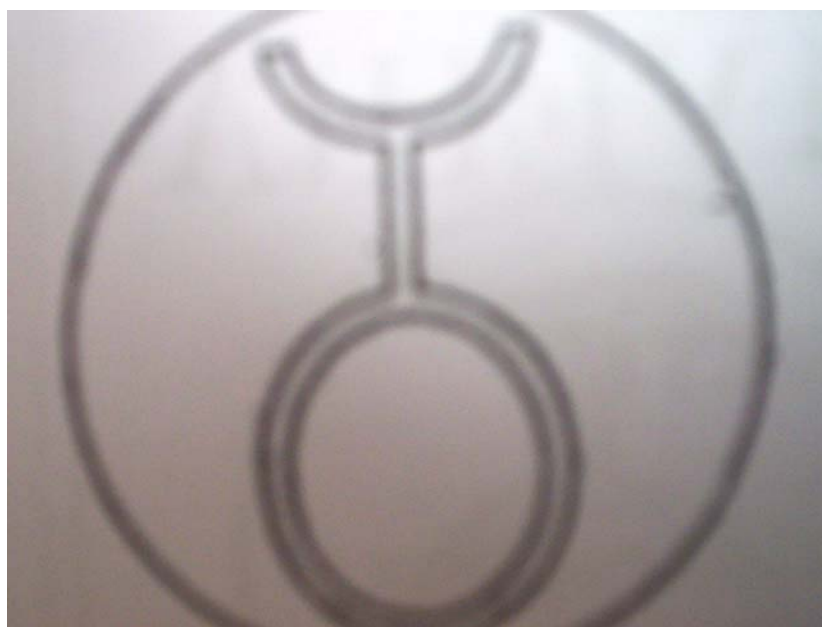
³⁵ Autos do inventário de Hermenegildo Alves de Araujo. Guarapuava. Abr. 1877. Cartório da 1ºVara civil.

FIGURA 12 – MARCA DE GADO DA FAZENDA RINCÃO COMPRIDO.



FONTE - CORREIA, L, OLIVERO, M. F. **Guarapuava**. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928.

FIGURA 13 – MARCA DE GADO DA FAZENDA BOA CRIA.



FONTE - CORREIA, L, OLIVERO, M. F. Guarapuava. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928.

Os notórios senhores paranaenses participaram da implantação do Estado brasileiro, tendo como base do seu crescimento as terras recebidas por concessões pelo governo. Desenvolveram suas atividades com base no trabalho escravo e na criação do gado para atender ao mercado interno, originando, desse modo, uma organização política eminentemente privatista e doméstica. A permanência dessa organização, ao longo do século do XIX, pode ser explicada pela extensão territorial, pela rarefação da população e pelas grandes distâncias que separavam o interior e a sede do governo, o que impossibilitava o exercício do controle administrativo e político, que passou a ser exercido, na maioria das vezes, pelo proprietário, o que aumentava o seu poder privado e o arbítrio desses senhores.

Com relação à questão do patrimônio estatal e propriedade privada, o estudo realizado por Maria Sylvia de Carvalho FRANCO (1983, p.122) demonstra como se deu a fusão do público e do privado.

A carência quase completa de fundos públicos, nesse, nível, encontrou uma forma de compensação que escapa de todo às medidas peculiares a uma ordem burocrática. A superação do impasse gerado pelas expropriações das agências locais ocorre através do apelo direto ao patrimônio particular do cidadão comum ou do próprio servidor público. Mesmo os precários remendos de ruas, calçadas e pontes, em que se resumiram as realizações municipais por mais de três quartos de século, ficaram várias vezes na dependência da boa vontade dos habitantes da cidade .(p.119) ... Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida; o homem que sustenta com recursos particulares as realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. Por que não o faria? Por que não satisfaria aos próprios objetivos com dinheiro do governo se, não raro, as dificuldades deste último eram resolvidas com haveres seus, pessoais? Acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de “bens comuns” cujos valores, indivisíveis entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente ora a um, ora a outro.

O poder dos senhores esteve sempre relacionado às esferas pública e privada; a apropriação dos cargos públicos e do seu monopólio estava diretamente ligada aos seus interesses. Ao buscar detalhar a prática de exercer o poder público conjuntamente com o poder privado, no universo que estamos propondo analisar, pode-se informar que, desde a fundação da comunidade, essa prática fez-se presente, pelos comandantes da Real Expedição, o padre Chagas e seus substitutos, os notórios senhores. Os comandantes, os padres e os fazendeiros, no seu universo determinado, exerceram a

prática do poder ao gerenciar os cargos públicos, ao executar funções político-administrativas na Freguesia, depois Vila, buscando a ajuda da comunidade, ou lançando mão de ajuda em dinheiro e escravos para a construção da igreja, da cadeia e do quartel, para a abertura dos caminhos, para a organização da Guarda Nacional e para a constituição da Câmara, entre outras questões que tinham que resolver na comunidade. A documentação revelou essa prática e esclareceu também que as verbas encaminhadas pelo governo provincial, muitas vezes, não eram suficientes para concluir os trabalhos iniciados. Esses senhores, com interesses no término das construções, ou dos reparos, ou na abertura dos caminhos, prestaram ajuda financeira. Dessa maneira, a distinção entre o público e o privado, segundo o que ressaltou Maria Sylvia de Carvalho FRANCO: “ficam fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador”.

Os fazendeiros paranaenses conseguiram viver e manter a família patriarcal, amparados nas relações hierárquicas, por meio do casamento, compadrio, negócios com todos seus componentes, criando oligarquias para o domínio do poder público, estadual e local. Os Sá e Camargo servem de exemplo, pois assumiram esferas do poder no Paraná, anteriormente ao período provincial, até meados do século XX³⁶.

As famílias que habitavam os Campos de Guarapuava se organizaram nas fazendas com certa autonomia, pois a distância entre as fazendas e a Freguesia e da Vila de Castro propiciava o isolamento. Em relação à distância do centro administrativo, as dificuldades agravavam-se em situações de emergência, como doenças, brigas, mortes, entre outras, e a população ficava desprovida da presença de autoridades para resolver questões como as relacionadas. E o isolamento em relação à

³⁶. Antonio de Sá e Camargo fez parte da primeira legislatura de deputado provincial, em 1854-1855, e em 1864-1865 foi eleito novamente deputado, sendo designado, em 1865, para vice-presidente da Província. O irmão, José Antonio de Camargo e Araújo (padre), foi eleito nove vezes deputado provincial, representando a região dos Campos Gerais. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, primo e cunhado do Visconde de Guarapuava, filho e de José Caetano de Oliveira (Barão do Tibagi) e Cherubina Rosa Marcondes de Sá, assumiu o poder da Província do Paraná cinco vezes, sendo o último presidente da Província, na passagem para o período republicano. Afonso Alves de Camargo, em 1908, fez parte do partido da coligação paranaense, foi eleito vice - presidente do Estado, nos quadriênios de 1908 – 1912 e 1912 – 1916, e presidente do Estado, no quadriênio de 1916 – 1920, e de 1928 – 1932. Filho de Francisca de Paula França (sobrinha do Visconde de Guarapuava) e Pedro Alves da Rocha Loures.

Província de São Paulo era muito mais agravante, pois para alcançá-la, eram necessários longos dias de viagem. Segundo os historiadores paranaenses,

...encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutavam sozinhas contra bugres que invadiam suas terras e incendiavam seus paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba e com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de suas roupas. Com a madeira de seus capões, construíam suas casas, suas mobílias, suas cercas, seus galpões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam os aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos,... (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN; 1969, p.88).

Os indivíduos que formaram a povoação de Nossa Senhora de Belém, e conviviam entre si, tinham histórias e experiências diferentes, tais como: comunidade composta pela população indígena; degredados enviados para cumprirem penas na região; escravos para cuidarem dos rebanhos de gado e muar e também dos serviços domésticos; soldados para a defesa da Vila; jornaleiros para trabalharem na abertura dos caminhos; carpinteiros para trabalharem na construção das casas; e os fazendeiros criadores de gado e tropeiros. Essa comunidade organizou-se na vida cotidiana, utilizando de múltiplas estratégias das normas sociais, pois no interior dessa comunidade, incertezas, escolhas, conflitos, negociações, transações provisórias, disputas, rixas foram experimentadas.

Pode-se dizer, contudo, que as relações dos moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Belém eram, também, de proximidade porque, devido à falta de segurança, parentela, negócios, laços de amizade, escravidão e trabalho exigiam solidariedade.

Os moradores da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, com interesses e capacidades diferentes, transformaram-se num grupo e conseguiram conviver, sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Entende-se que o desenvolvimento das relações dentro dessa comunidade somente foi possível porque o universo cultural lhes forneceu normas, o que lhes possibilitou interagirem diante dos acontecimentos: ataques dos índios; falta de autoridades na localidade, como juiz de paz, delegado; conservação dos caminhos; falta de professores para as primeiras letras; elaboração e execução do código de postura da Vila; construção do cemitério; ordenamento das

ruas; ordenamento dos terrenos para construção das casas na Vila; construção da igreja e casa da Câmara; construção das fontes de água; comércio interno, entre outros.

Para Clifford GEERTZ (1978, p.228), estudar a cultura é conseguir perceber por meio,

dos padrões culturais, amontoados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive. O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos num mundo que de outra forma seria obscuro.

Para Roberto Da MATTA (1986, p.123), cultura é entendida como:

... um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem, assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes fornece normas que dizem respeito aos modos mais (ou menos) apropriados de comportamentos diante de certas situações.

As colocações desses autores com relação ao conceito de cultura para a interpretação da vida social sugerem que, ao realizar uma leitura do social, deve-se observar que o indivíduo segue regras, o que permite o entendimento de determinadas situações dentro do grupo ou da comunidade, e também a ação particular de cada indivíduo.

Compreender que “as regras que formam a cultura ou a cultura como regra” (DA MATTA, 1986, p.124) auxiliam na observação de como se dá a interação do individual e do coletivo no contexto vivido. As regras indicam parâmetros, mas isso não exclui a possibilidade de sua atualização ou reelaboração. Para fazer parte de uma determinada comunidade, deve-se ter conhecimento das regras que a orientam.

Para solucionar seus problemas, os indivíduos da Freguesia de Nossa Senhora de Belém tiveram que lançar mão de estratégias individuais, familiares, comunitárias e de suas interações, para provocar mudanças nas diversas situações que enfrentavam.

O fazendeiro Antônio de Sá e Camargo pode ser tomado como modelo de uma sociedade particular em tempo determinado: o Brasil do século XIX, nos Campos de

Guarapuava, e que contribuiu, ora mais ora menos, para as mudanças ocorridas na Freguesia de Nossa Senhora de Belém. Sua trajetória insere-se na história local e regional, portanto, um homem que soube representar os papéis que lhe foram atribuídos, determinados e conquistados, correspondendo, assim, a um modelo coletivo valorizado. Mas, tornar-se um “ilustre paranaense” significava não apenas estar de acordo com padrões estabelecidos, isto é, reproduzir as normas. Implicava articulá-las e atualizá-las, pois “normas e regras gerais de conduta são traduzidas na prática, elas são manipuladas em última instância pelos indivíduos em situações particulares para servir a fins particulares” (VON VELSEN, 1967, p.136).

Antonio de Sá e Camargo, ao adentrar os sertões, foi, junto com seu grupo de parentes e outros fazendeiros, manter a estrutura organizacional da sociedade, baseada na hierarquia, atualizando simultaneamente as formas de relações sociais. O modo particular como realizou a intermediação entre o coletivo e o individual, o tradicional e o novo, levou-o a ser percebido pelos seus memorialistas como “destemido bandeirante” e “progressista entusiasta”.

3.2 ANTONIO DE SÁ E CAMARGO – LIDERANÇA, PRESTÍGIO E CARISMA.

Antônio de Sá e Camargo foi um entre os vários indivíduos que moravam na localidade da Palmeira e povoaram os Campos de Guarapuava. Entretanto, sua permanência efetiva, na localidade, propiciou o diferencial na sua trajetória de vida, fazendo com que a comunidade o elegeisse como um dos homens capazes de comandar o poder local, no decorrer do século XIX. “Ainda muito jovem, seu pai lhe confiou a administração do estabelecimento pastoril fundado em Guarapuava. Em 1827, com apenas 19 anos” (ROMAGUERA, 1992, p.22), fixou-se em Guarapuava, muito jovem, mas isso não atrapalhou sua conduta e habilidade para tratar das questões que afligiam a pequena comunidade.

A comitiva que partiu de Palmeira para os Campos de Guarapuava foi composta por fazendeiros e seus escravos, que conduziam os animais, carregando nas

cangalhas os mantimentos e objetos necessários para a longa viagem. A passagem pela serra da Esperança, com uma topografia acentuada, para chegar ao 3º planalto paranaense, requeria dos viajantes certos cuidados. Os componentes da comitiva tinham sido informados a respeito das dificuldades que deveriam enfrentar nesse trecho da viagem, pois a subida da serra fazia qualquer besta empacar ou escorregar ladeira abaixo, todo cuidado era pouco, qualquer descuido poderia ocasionar um acidente. O jovem Antonio de Sá e Camargo, ao tentar vencer a passagem pela serra, acompanhado de seu escravo José, ouviu, surpreso, gritos vindos do despenhadeiro. Com cuidado, procurou observar e viu um homem lá embaixo. Com ajuda do escravo tratou de socorrê-lo, lançando seu laço e conseguindo descer. Com muito esforço físico, conseguiu transportar para fora do buraco José Maria, que fora abandonado pelos companheiros, depois de um acidente que sofrera. O acidentado, depois de socorrido, não sabia como agradecer a ajuda prestada por Antonio para salvar sua vida e lhe seria grato por toda sua existência.

A viagem continuou até alcançar a Freguesia de Nossa Senhora de Belém e encontrar seu tio, Manoel Mendes de Araujo, que esperava pelo sobrinho. Para Antonio, que tinha ouvido tantas histórias contadas pelos tropeiros, que haviam pousado na fazenda Conceição, a respeito da região, dos ataques dos índios e das defesas realizadas pelo capitão comandante Antonio da Rocha Loures, estar presente na localidade e reviver, na sua memória, as histórias narradas pelos tropeiros, causavam-lhe saudades do seu cotidiano de menino, experienciado na fazenda Conceição.

Antonio seguiu viagem para a localidade do Pinhão³⁷, onde ficava a sesmaria que pertencia a seu pai, e onde, depois de instalar-se, deveria organizar o trabalho na fazenda, juntamente com os escravos que já vinham executando tal tarefa. Sua

³⁷ O território que constituiu a localidade denominada Pinhão tinha como limites, "...o rio Pinhão, Jordão, Iguassú, d'Areia, Concordia e pela Serra da Esperança, pertenceu a 9 grandes sesmarias, assim denominadas: 1ª Fazenda Velha - de Antonio Carvalho, 2ª Fazenda Boa Cria - do Visconde de Guarapuava, 3ª Fazenda Sobrado - do Cel. Polycarpo Ferreira Maciel, 4ª Fazenda Capão Grande - de Joaquim Ferreira, 5ª Fazenda Reserva de Cima - de João Lustosa, 6ª Fazenda Reserva de Baixo - do Alferes Elias, 7ª Fazenda Dos Caldas - de Jeronymo Caldas, 8ª Fazenda Dos Coutos - da Família Couto, 9ª Fazenda Silverio - de João Silverio. (CORREIA, L, OLIVERO, M.F.1928, p.).

responsabilidade era maior, pois era o dono do rebanho, e fazer crescer o rebanho aumentaria o capital da família Sá e Camargo. Também, tinha a responsabilidade de agir dentro dos padrões estabelecidos, para tornar-se uma pessoa respeitada na pequena comunidade, com o passar do tempo.

Alguns anos se passaram e Antonio de Sá e Camargo, já estabelecido em sua propriedade, ficou surpreso ao receber a visita de José Maria, na fazenda “Boa Cria” - Pinhão, pois há muito tempo não tinha notícias do homem que havia salvado na serra da Esperança. Grato pela ajuda que recebeu, foi alertar Antonio de que os índios hostis e degredados fugitivos, que não aceitavam a presença dos fazendeiros na região, pretendiam assaltar a pequena Freguesia de Nossa Senhora de Belém.

Esse episódio é lembrado sempre pelos memorialistas que escrevem sobre Antonio de Sá e Camargo: a ajuda prestada aos homens de bem da Freguesia, avisando a respeito do que José Maria tinha-lhe alertado, e também sua participação na defesa contra o ataque.

Localizou-se uma carta encaminhada ao Presidente da Província de São Paulo, o senhor José Cesário de Miranda Ribas, enviada pelo Capitão Comandante da Vila de Guarapuava, Antonio da Rocha Loures, relatando um ataque à Freguesia em maio de 1836. Possivelmente, esse documento pode ser o relato do ataque à povoação de Guarapuava. A defesa, realizada pelos moradores e soldados, teve a participação de Antonio de Sá e Camargo, que após ter sido informado por José Maria, alertou as autoridades para montar defesa.

Cumpre-me comunicar, a V. Ex. que o sossego público nesta povoação foi alterado dia 1º de maio corrente pelas oito horas da manhã, por um grupo considerável de indígenas que pretendia surpreender-nos graças ao todo poderoso que tão filantropicamente nos protegeu, os inimigos eram em numero de 54 indivíduos algumas mulheres e um recém nascido, a força que empreguei de comum acordo com o Juiz de Paz para a defesa desta Freguesia foi mais que suficiente para combater seus planos hostis, o ponto de vista que traziam os insurgentes era ganhar o âmago da povoação o que conhecemos perfeitamente? A dúvida pusemos em deixá-los seguir com a condição porem de deporem primeiramente as armas no que não aceitaram puseram-se? imediatamente em atitude de combate, flexão logo a um cidadão que fazia parte da guarda defensiva no braço direito, este insulto deu lugar a que a

mesma guarda se pusesse em movimento rompendo um vivo fogo contra tais malvados, o combate durou meia hora pouco mais ou menos, e a vitória foi nossa ...³⁸

O comandante não faz referência direta ao nome de Antonio de Sá e Camargo, mas ao Juiz de Paz da Freguesia de Belém. Em 1836³⁹ a Freguesia contava com dois juizes, os senhores Joaquim José de Lacerda e Antonio de Sá e Camargo.

O comandante deveria ter seus motivos para não evidenciar o nome, mas somente a providência divina não daria conta de deixá-lo em alerta para montar uma defesa contra o ataque. Como ele mesmo evidenciou queriam “surpreender-nos”, ele e mais o Juiz de Paz já aguardavam tal ataque. Isso dá indício que esse ataque à Freguesia pode ser o mesmo mencionado a Antonio de Sá e Camargo pelo amigo José Maria.

Antonio, com sua atitude, passou a ser visto pelos moradores e autoridades como um indivíduo de conduta exemplar para a comunidade. Sabendo do ocorrido, seu pai, Antonio Joaquim de Camargo, veio lhe fazer uma visita e saber mais sobre o ataque. Esse episódio pode ter marcado, na vida de Antonio, o início de sua liderança junto aos moradores dos Campos de Guarapuava. Foi escolhido posteriormente para desempenhar diversas funções na Vila: membro da Guarda Nacional, Inspetor das primeiras Letras, administrador de estradas, administrador dos índios, administrador das obras da Igreja, subdelegado de polícia.

Antônio de Sá e Camargo foi nomeado administrador da estrada que ligava a Vila de Guarapuava a Curitiba e, através da correspondência encaminhada às autoridades da Província, pode-se observar sua atuação. Informou às autoridades sobre a necessidade de recuperar vários trechos da estrada, que se encontravam em péssimo estado de conservação, “... que por ela transita as nossas tropas de gados, a vender-se

³⁸ LOURES, A. da R. **Informações ao presidente da Província do ataque de índios na Freguesia. Freguesia de Nossa Senhora de Belém.** 8 maio 1836. Arquivo do Estado de São Paulo, C 193, p 2, D 57, O 988.

³⁹ Na ata da sessão ordinária realizada em 23 de fevereiro de 1835 na Câmara de Castro, foram eleitos os juizes da Freguesia do Belém os senhores, Antonio de Sá e Camargo e Joaquim José de Lacerda.

pelas mediações da cidade de Curitiba, e se conduzem sal e mais precisas para as nossas fazendas, ...⁴⁰”.

As considerações do administrador da estrada evidenciam a preocupação de melhorar a estrada de acesso à capital da Província, justificando a sua melhoria para facilitar o comércio com as tropas de gado e muares. Observa-se, já nesse período, que o comércio de animais⁴¹ com a Província do Rio Grande do Sul, a cada dia, mostrava-se mais lucrativo, e a falta de uma estrada transitável estava prejudicando a efetivação dos negócios. Seu interesse era tanto público como também privado, pois tinha que trafegar com seu rebanho nesse caminho para vendê-lo nas proximidades de Curitiba ou na feira de Sorocaba.

As informações a respeito dos habitantes da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, no século XIX, são bastante volumosas e contêm notícias dos seus habitantes desde o início de sua ocupação. Exemplo são os manuscritos elaborados pelos padres (Francisco das Chagas Lima e Antonio Braga de Araújo) e pelos comandantes da expedição (Diogo Pinto de Azevedo Portugal e Antonio da Rocha Loures)⁴², para prestar esclarecimentos e informações às autoridades da Província de São Paulo. Existem também referências a essa população na documentação produzida pelos indivíduos que assumiram funções de poder local, anteriormente à criação da Câmara. Trata-se de uma diversidade de manuscritos feitos pelos indivíduos da comunidade, nomeados para administrar a abertura dos caminhos, e pelos juizes de paz, nomeados para representar a autoridade imperial na localidade. A partir da criação e instituição da Câmara, os conteúdos das atas do período de 1853 a 1889 registram informações referentes ao cotidiano da localidade. Pode-se também observar referências a respeito dos habitantes nos testamentos e nos inventários. A distribuição dos indivíduos na documentação é naturalmente muito desigual a respeito da relevância pública de cada

⁴⁰ CAMARGO, A de S. **Reparo das estradas**. Guarapuava, 24 jun. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

⁴¹ Com relação ao comércio de gado no sul do país, o trabalho de Maria Thereza Schorer PETRONE contextualiza esse comércio evidenciando os personagens e suas relações comerciais (PETRONE, M. S. T. **O barão de Iguape**: um empresário da época da independência. São Paulo: Nacional/INL. 1976).

⁴² Esses manuscritos encontram-se sob a guarda do Arquivo Estadual de São Paulo.

um. Os documentos conservados refletem comportamentos institucionais reconhecidos, como ser testemunha ou protagonista de atos paroquiais, como os registros de casamento, nascimento e morte. Atos de propriedades, carta de sesmaria, registro de revalidação das terras ou Registro do Vigário, cujo número perfaz um total de 396 registros, relatam o universo da divisão e da produção das propriedades, os registros de compra e venda de imóveis do Tabelionato de Notas. Essas fontes documentais mostram uma quantidade de personagens - escravos, agregados, índios, degredados, fazendeiros ou estancieiros, e dão condições para pesquisar a comunidade e seus comportamentos.

3.3 O CASAMENTO E O DRAMA NA VIDA DE ANTONIO DE SÁ E CAMARGO

Contudo, esse homem público, aos 28 anos de idade, não constituía ainda uma família nos moldes esperados pela sociedade da época para um “homem digno e de respeito”. Para continuar aumentando seu prestígio na localidade e também fora dela, Antonio deveria seguir as normas da sociedade, e assim o casamento era essencial, precisava constituir uma família, contar com a presença de uma esposa para ajudar nos afazeres domésticos e também para garantir sua descendência através dos filhos que deveriam ter. O trabalho na fazenda Boa Cria era muito árduo e a presença de uma mulher ajudaria a amenizar a vida desse homem rústico.

O matrimônio era considerado, no século XIX, assunto de interesse das famílias abastadas e deixava pouco espaço para escolhas baseadas em preferências individuais. A preservação e ampliação do patrimônio presidiam os critérios para a escolha dos cônjuges. Para Eni de Mesquita SAMARA (1983, p. 43),

na sociedade brasileira, especialmente no século XIX, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. Tal fato, entretanto, não chegou a eliminar a fusão dos grupos sociais e raciais, que ocorreu paralelamente através das uniões esporádicas e da concubinação.

Para determinada parcela da população -comerciantes, fazendeiros, empregadores - o casamento era visto como um ato social de grande importância, que polarizava vários interesses e se fazia, por isso, num meio muito limitado, sendo comuns as uniões entre parentes, que tinham, como finalidade, preservar a fortuna, mantendo a linhagem da família. Esses critérios e valores morais estavam reservados à “elite”, que buscava opções para um bom casamento de seus descendentes. Ao contrário, outras parcelas da população brasileira, na hora da escolha do cônjuge, obedeciam a critérios menos seletivos, muitas vezes, burlavam as recomendações da Igreja Católica, realizando uniões ilegítimas.

A Igreja Católica, desde o início da ocupação do território brasileiro, fez-se presente no processo disciplinador da população. O discurso de cunho normatizador, praticado pelos seus representantes, difundia padrões de comportamento nos sermões dominicais, no confessionário, nos sermões nas longínquas capelas, nos casamentos, e tinha um fim determinado: domesticar/civilizar os moradores no novo mundo.

Para a historiadora Mary DEL PRIORE (1995, p.29), a igreja

... regulamentava o cotidiano das pessoas pela ética, pela catequese, pela educação, pelo ritmo semanal recortado pelo domingo e pelo calendário anual marcado pelo Advento, o Natal, a Quaresma, a Páscoa e pelo ciclo santoral dos diferentes apóstolos, confessores e sobretudo pelas festas de Nossa Senhora. A Igreja fazia-se presente ainda em momentos da vida como o batismo, a eucaristia, o casamento, extrema-unção, os funerais, a penitência e os demais gestos que acompanhavam o dia-a-dia das pessoas, do nascimento à constituição da família, da reconciliação à morte, da reza doméstica às celebrações coletivas. E por último, mas não menos importante, a Igreja exercia severa vigilância doutrinal e de costumes pela confissão, pelo sermão e pelas devassas da Inquisição. Sua ação em relação à mulher fazia-se especialmente ativa no campo da organização familiar nas precárias condições da nascente sociedade colonial; para tanto, ela desdobrava-se em iniciativas e medidas que assegurassem o estabelecimento da sociedade familiar nos moldes vigentes da tradição européia.

A análise da autora privilegia o período colonial, mas as práticas da Igreja Católica ultrapassaram o período e estenderam-se ao século XIX. Os avôs, os pais, os irmãos e o próprio Antônio de Sá e Camargo, participaram como sujeitos desse universo descrito pela autora, na localidade da Palmeira. Receberam o ensinamento das normas determinadas pela igreja, através do padre Antonio Duarte de Passos.

Antônio de Sá e Camargo, depois de se transferir para a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, por volta de 1828, continuou seguindo as normas da igreja

presentes nos sermões ministrados pelo padre Antonio das Chagas Lima, depois pelo seu substituto, o padre Ponciano José de Araújo.

Seus familiares continuavam morando na fazenda Conceição, em Palmeira, e seu pai, quando possível, ia até à Freguesia de Nossa Senhora de Belém ver como estavam os filhos, Antonio e Joaquim, e a nova propriedade. Em uma dessas visitas, foi acompanhado pelo seu cunhado, José Caetano de Oliveira, que também possuía terras nos Campos de Guarapuava e demonstrava uma admiração especial pelos sobrinhos.

Quando do retorno do pai, Antonio decidiu seguir junto para fazer uma surpresa à sua mãe e, em seguida, deveria ir a Curitiba e Paranaguá, para cuidar de seus negócios. Ficou surpreso ao rever seus familiares em Palmeira, mais ainda quando encontrou sua prima Zeferina, a filha dos tios José Caetano e Cherubina. Como tinha que seguir viagem foi logo oferecendo seus préstimos aos familiares, que lhes solicitaram várias encomendas da capital.

Ao retornar, já tinha pretexto para ir à casa do tio, e rever Zeferina, pela qual ficara enamorado. Tratou de cortejá-la. O reencontro com a prima fez com que Antonio tomasse uma decisão antes de seguir viagem para a fazenda Camargo. Foi logo contando aos pais sua intenção de pedir a prima em casamento, o que foi do agrado de todos. Na visita que fez aos tios, antes do seu retorno, pediu a mão da prima Zeferina, que contava apenas com quatorze anos de idade⁴³, em casamento, o que foi aceito pelos tios, com muito gosto.

Pode-se evidenciar com o pedido de casamento feito por Antonio de Sá e Camargo e sua aceitação, pela família de Zeferina, o que Eni Mesquita SAMARA e outros teóricos, que discutem a questão do casamento, colocam: ambas as famílias tinham grande extensão de terras, escravos, cavalos, lavouras e praticavam o comércio de gado. A preservação da fortuna e a manutenção da linhagem familiar seriam garantidas com essa união entre primos,

⁴³ Localizou-se o registro de batismo de Zeferina Marcondes de Sá no livro de assentos de batizados do Termo de Tamanduá da Palmeira, aberto em 28 de janeiro de 1820 pelo vigário Antonio Duarte Passos. Servindo de padrinho o senhor Manoel Mendes de Araújo, irmão de sua mãe, seu batizado foi realizado no dia 13 de janeiro de 1822.

os preparativos seriam feitos para que dali a oito meses o casamento fosse realizado, tempo mais do que o necessário para que também ele, montasse uma casa adequada para receber a esposa. Casaram-se com muita pompa, festas e alegria, na matriz da Palmeira, recentemente inaugurada, o que foi motivo de orgulho para toda a família. Seus avós, já falecidos, certamente ficariam felizes com aquela união na igreja que tinham sonhado construir, e que naquele dia recebia os netos para os votos do matrimônio (ROMAGUERRA, 2001, p.75).

O casamento de Zeferina, com apenas quatorze anos de idade e Antonio, com vinte e oito anos, aconteceu no dia 3 de dezembro de 1836, na igreja matriz de Nossa

Senhora da Conceição de Palmeira, depois de terem corrido os proclames exigidos na época e da dispensa dada pelo vigário Antonio Joaquim, em razão do 2º grau de consangüinidade em linha parental entre os noivos⁴⁴. Estiveram presentes a família Marcondes de Sá e Camargo e demais moradores da pequena Vila de Palmeira, servindo de testemunhas dos noivos o senhor Antonio Joaquim de Camargo, pai do noivo, e o Major Domingos Ignácio de Araújo, tio de ambos.

Para surpresa de Zeferina, sua viagem de núpcias seguiu com um cortejo para a Freguesia de Nossa Senhora de Belém. Acompanharam o casal: o pai da noiva, o tio de ambos, Domingos Ignácio de Araújo e seus dois filhos, João Carneiro Marcondes e Veríssimo Marcondes, que seguiram para também fixar residência nos Campos de Guarapuava.

Zeferina passaria a assumir o universo feminino de dona de casa, mulher prestativa e submissa ao seu marido, porque estaria longe da casa e dos olhos paternos e maternos, mas deveria exercer as recomendações recebidas, ser boa esposa e uma mãe dedicada aos futuros filhos, que deveriam nascer dessa união. Deveria estar sempre ligada à igreja da nova localidade em que iria morar, a qual continuaria a repassar os ensinamentos necessários para que pudesse cumprir as normas para a condução da nova vida de mulher casada.

As mulheres eram uma parte importante do universo de adestramento dos indivíduos, por parte da Igreja Católica, e faziam parte do “processo civilizatório”,

⁴⁴ Livro de assentos de casamentos do Termo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira, de 28 de janeiro de 1820, aberto pelo vigário Antonio Duarte Passos, folha 23.

segundo o conceito de Norbert ELIAS, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho.

Sua ação em relação à mulher fazia-se especialmente ativa no campo da organização familiar... Explorou as relações de dominação que presidiam o encontro de homem e mulher, incentivando a última a ser exemplarmente obediente e submissa. A relação de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe da família com seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo como modelo para a sociedade familiar com que sonhava a igreja (DEL PRIORE, 1995, p.29).

A vida a dois dos recém-casados seguia a normalidade aparente de um matrimônio do século XIX: o casal era valorizado pela comunidade pela divisão de suas tarefas. A divisão de encargos da vida doméstica e privada do casal delimitava os papéis sociais do gênero. Zeferina deveria dar conta de seus afazeres domésticos, pois ela fora educada para servir aos pais, e depois do casamento, ao marido. Segundo Alzira Lobo de Arruda CAMPOS (2003, p.447-448), “as noções de escrita e leitura, apanágio da minoria, articulava-se à arte do bordado, da costura, das rendas... Quietas, modestas, prendadas. Prendadas para o lar, para servir aos futuros maridos e filhos deveriam desenvolver suas funções de esposa adequadamente”.

O marido continuou com seus afazeres na fazenda, dividindo o tempo com serviços prestados fora do espaço privado, desenvolvendo funções públicas na Vila.

A chegada do primeiro filho era aguardada com bastante expectativa porque, para que a descendência fosse assegurada, o primeiro filho deveria ser homem. Para a mulher-mãe, a tarefa doméstica aumentaria, caber-lhe-ia educar sua prole seguindo os ensinamentos da igreja, ensinar-lhe as primeiras letras e as primeiras atividades, amamentar ou providenciar seu sustento e, também, os cuidados com sua higiene e saúde.

O nascimento do menino Firmino, em 18 de junho de 1838⁴⁵, foi muito bem recebido pelo pai, principalmente porque era seu primogênito e perpetuaria o nome da família Sá e Camargo no território paranaense, especificamente na região de

⁴⁵ O registro do batismo foi localizado no Livro n.3 de assentos de batizados da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira, efetuado pelo padre Generoso Alexandre Vieira.

Guarapuava. A notícia do nascimento espalhou-se pelas duas vilas, Palmeira e Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, sendo provável que a criança tenha nascido em Palmeira, porque foi batizada na Matriz de Palmeira, em 29 de junho de 1838, com apenas 11 dias de vida e sua mãe ainda, encontrava-se em resguardo do parto. No período, os batizados eram realizados posteriormente à quarentena da mãe. Realizava-se um batismo em casa e depois, na igreja, era feita sua confirmação pelo padre.

Momentos de felicidade foram evidenciados na família dos Sá e Camargo: o nascimento de mais um descendente e o retorno de José Antonio de Camargo e Araujo, irmão de Antonio de Sá e Camargo, do seminário episcopal de São Paulo (1839/1840), como Reverendíssimo Coadjutor Vigário, para estagiar na paróquia de Castro. Estava longe de casa há dois anos e achou por bem permanecer um tempo na Freguesia de Palmeira.

Para Anna Maria, avó do padre Camargo, se estivesse viva, receber seu neto como padre na igreja que ela tanto lutou para que fosse edificada seria com certeza um momento de extrema alegria. Ainda em vida, fez um pedido aos familiares para que a igreja fosse construída mais próxima da fazenda Palmeira, a fim de que pudesse orar e assistir às missas sem o incômodo de ter que se deslocar para a localidade de Tamanduá. Seu pedido, contudo, somente foi concretizado depois de sua morte, pela interferência do marido, filhos, genros e de outros moradores da Freguesia da Palmeira.

A família conservou as tradições de veneração constante pela padroeira Nossa Senhora da Conceição, realizando as festas em sua homenagem e na sua organização sempre figurava um representante da família como festeiro. Também eram realizadas doações em grande quantidade, por vários membros da família. Para exemplificar esse ato, no jornal **Dezenove de Dezembro** (1856, Curitiba), encontra-se um anúncio da festa em homenagem à padroeira da cidade de Palmeira, cujo festeiro era o senhor José Antônio Camargo, juntamente com a senhora Anna e também a lista das pessoas que realizaram doação para as obras da igreja, entre elas, Antônio de Sá e Camargo e sua esposa, Zeferina.

O padre Camargo passou a auxiliar o padre Generoso Alexandre Vieira nos trabalhos da paróquia, o que muitas vezes lhe trouxe decepção, porque o padre não o deixava executar tarefas como officiar missas, realizar casamentos e batizados. Entretanto, sabia que tinha que ter humildade e paciência e aguardar uma oportunidade, ou melhor, ganhar a confiança do padre Generoso, para que ele concordasse em dividir suas ovelhas com o jovem vigário. Isso não demorou a acontecer, sua dedicação para com a igreja e os fiéis fez com que o padre Generoso se mostrasse generoso e convidasse José Antonio a ministrar o sermão de domingo para a comunidade, composta, na maioria, por seus parentes.

Toda a família estava reunida para ouvir o sermão de domingo ministrado pelo padre Camargo. Seus pais não cabiam em si de contentamento, os tios, os primos, vizinhos, todos ansiosos para ouvir o padre conterrâneo ministrar o primeiro sermão na igreja da Palmeira, a qual assumiria como pároco local somente em 1848.

Mas, no meio da missa, uma agitação fez com que as pessoas voltassem sua atenção para o tumulto que acontecia fora da igreja. Ao término da missa, o padre Camargo tratou de saber o que estava acontecendo. Nesse momento, seu pai e sua mãe aparecem para dar-lhe a triste notícia. Contaram que a chegada do seu irmão Francisco de Paula Camargo foi a causa da agitação fora da igreja, pois chegou a galope para trazer a triste notícia a mando de Antonio de Sá e Camargo. Acontecera uma tragédia: seu sobrinho Firmino morrera, todos estavam perplexos com o acontecido. Não paravam de perguntar como, em um momento de celebração, uma notícia dessa chegou para entristecer a pequena Palmeira. Francisco solicitou que a família se reunisse na Casa de Pedra, localizada nos fundos da igreja, propriedade de seu pai, Antonio Joaquim de Camargo, para que pudesse relatar o acontecido.

Começou sua narrativa explicando que sua cunhada, Zeferina, mandou duas escravas prepararem o banho do bebê. As duas escravas começaram a preparar a bacia, colocando primeiro a água quente e retornaram para apanhar a água fria para temperar o banho, mas Zeferina, que estava em outro cômodo da casa, entra com a criança no quarto e, achando que o banho já estava pronto, despiu Firmino, pegou o filho nos braços e o colocou na bacia, para banhá-lo. Que triste percepção, ao sentir suas mãos

queimarem com a água fervente. Acabou deixando o menino debater-se na bacia por alguns instantes, mas logo agarrou a criança, que chorava desenfreadamente, retirando-a da bacia. Quando as criadas ouviram os gritos de desespero da patroa, correram para o quarto, encontrando mãe e filho desmaiados.

Nesse momento, uma das escravas pediu para que o escravo José fosse às pressas chamar Antonio de Sá e Camargo, que se encontrava na estância de Francisco Ayres de Araujo. Quando recebeu a notícia, Antonio saiu em disparada para chegar o mais breve possível em sua residência, em gritos pediu para ver seu filho, que não acreditava estivesse morto, mas nada mais poderia fazer. Nesse momento de desespero, culpou Zeferina pela morte do menino. Todos os que se achavam presentes ficaram calados vendo a triste tragédia que destruiu o lar de Antonio e Zeferina. O escravo Constantino saiu às pressas para chamar o padre Ponciano José de Araujo para ajudar a família nesse triste momento. Depois do enterro do pequeno Firmino, Antonio pediu a Francisco que levasse a notícia até Palmeira e, também, solicitasse aos seus tios, José Caetano e Cherubina Rosa, que viessem buscar Zeferina, porque ele tinha tomado a decisão de não mais viver junto dela.

Depois da partida de Francisco, Antonio decidiu que ele mesmo deveria devolver Zeferina para os tios, e pediu para as escravas que preparassem a bagagem de sua mulher e partiu para Palmeira, ao encontro dos parentes. A chegada do casal causou muita surpresa, ninguém esperava essa atitude de Antonio. Chegando à casa de José Caetano, relatou aos familiares a tragédia e pediu aos tios que recebessem Zeferina em sua casa, de volta. José Caetano recebeu sua filha e seu genro, deixando claro que receberia sua filha de volta, mas aceitar o acontecido, somente o tempo poderia dizer. Zeferina precisava do apoio do pai e da mãe que, com uma atitude de carinho, acolheram sua filha e também não desamparam seu sobrinho e genro.

O relato narrado acima a respeito da morte de Firmino foi o que permaneceu na memória coletiva a respeito do acidente, tanto em Guarapuava como em Palmeira, morte essa que marcou profundamente a vida de seus pais e comoveu a população de ambas as vilas. A fronteira entre o vivido e o transmitido, o dizível e o indizível, o

confessável e o inconfessável sobre a tragédia aponta uma memória subterrânea de lembranças proibidas, o “não-dito”⁴⁶ do acontecido.

Ao buscar indícios a respeito da trágica morte de Firmino, localizou-se o registro de óbito da criança, o qual evidencia que a queimadura com água quente foi o que ocasionou sua morte.

Aos vinte e tres de agosto do ano de mil oitocentos e sessenta e sete, em virtude da autorização que me foi conferida, e a pedido do Coronel Antonio de Sá e Camargo faço o seguinte lançamento do assento de óbito.

Firmino inocente, aos 26 de janeiro do ano de mil oitocentos e sessenta e sete, digo aos vinte e seis de janeiro do ano de mil oitocentos e quarenta e um, nesta vila de Guarapuava faleceu da vida presente, queimado-se em água quente, Firmino, inocente, de dois anos de idade, mais ou menos, filho legítimo do mesmo Coronel Antonio de Sá e Camargo, e de Zeferina Marcondes de Sá. Seu corpo foi sepultado no cemitério desta mesma vila. Para constar faço este assento. Cônego Antonio Braga de Araujo⁴⁷ (Anexo 2).

Outro documento em que se localizaram indícios sobre o menino foi a lista nominativa de 1840, dos moradores de Vila de Guarapuava, onde consta que o fazendeiro Antonio de Sá e Camargo morava no 4º quarteirão, casado com Zeferina de dezessete anos, e um filho de nome Firmino de um ano de idade e mais nove escravos.

As informações deixadas pelo cônego Braga, ao registrar o óbito de Firmino, de que a criança tinha “dois anos de idade mais ou menos”, deixaram equivocada a narrativa construída a respeito da tragédia, de que Zeferina teria colocado seu filho na bacia com água quente. Isso só seria aceitável para um recém-nascido, não para uma criança com quase três anos de idade que, com certeza, já andava e falava. Outra constatação foi a de que a criança teria “queimado-se em água quente”, com isso, pode-se entender que o acidente teria sido provocado pela própria criança e não pela sua mãe.

Outra observação feita foi relativa à forma como o registro foi assentado no livro de óbito. Observa-se que a página foi deixada em branco, tem-se o último registro de

⁴⁶ Michael Pollak, 1989, p. 7.

⁴⁷ ARAUJO, Antonio Braga de. **Registro de óbito de Firmino**. Livro de assentos de óbitos. Guarapuava, 23 ago., 1867, livro n.1B, p.8 verso.

morte na página 7, anterior à morte do menino, a página 8 foi deixada em branco até 1867, quando o padre teve a autorização da igreja para realizar o registro que se encontra escrito na posição lateral, ocupando toda a página. Na outra folha, página 9, encontram-se os registros posteriores à sua morte. O próprio padre esclareceu que o registro foi feito posteriormente ao acontecimento.

O que teria levado o padre Braga a não efetuar o registro de óbito antes do sepultamento? A possibilidade que se apresenta seria a descrição da “causa mortis”, a vergonha do registro da “causa mortis”, na qual ficaria evidenciada a negligência de Zeferina em relação aos cuidados com seu filho, e isso afetaria negativamente sua condição de esposa e mãe. Tal circunstância revelou a importância ou o significado do drama não apenas para o indivíduo Antonio de Sá e Camargo e sua esposa como também para a comunidade, e no jogo das relações sociais, haveria o questionamento dos papéis de pai e mãe.

O que seria da vida de Zeferina depois do episódio vivido pela perda de seu filho? O que essa moça/mulher esperaria da vida, perdendo seu filho e seu marido? Uma vida de confinamento e recato, o recolhimento à casa paterna foi o que o futuro reservou a essa mulher, que na opinião do marido fora negligente com os cuidados que deveria ter para com o filho. Ao procurar notícias a respeito de como Zeferina sobreviveu à tragédia, foram encontradas as cartas do Barão do Tibagi, seu pai, ao filho Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e ao genro, o Comendador Antonio Caetano de Oliveira. Relata ao filho o estado de saúde da irmã, “chegaram do Rio Sá, e Pacheco, seguindo aquele para a Lapa com a mulher para usar dos remédios na presença do Correia por mais quatro meses, que diz o médico do Rio será bastante para a Zeferina restabelecer-se”⁴⁸. “A Nhasinha esta sofrendo com resignação os remédios furiosos de que esta usando, e seu marido em Guarapuava.... Isto fez logo que chegou do Rio, deixando entregue aos cuidados do médico e da Anninha (irmã de Zeferina)...”⁴⁹. Em outra carta, informa também a respeito do mal estar ocasionado

⁴⁸ OLIVEIRA, J. C. **Paranaguá**, 2 out. 1861. Arquivo da Biblioteca do Paraná – Divisão Paranaense.

⁴⁹ OLIVEIRA, J. C. Palmeira, 25 fev, 1862. Arquivo da Biblioteca Publica do Paraná – Divisão Paranaense.

pelos remédios e a falta de atenção do marido, “a pobre Zeferina ficou só usando de remédios muito forte, e seu marido a 3 meses em Guarapuava fazendo jus a suas pretensões, Deus ajude a minha filha em seus sofrimentos...”⁵⁰. Zeferina nasceu em 1822 e faleceu no início do século XX com oitenta e quatro anos de idade⁵¹.

A relação de proximidade de Antonio de Sá e Camargo com Zeferina, depois da tragédia, deu-se especialmente para o cumprimento das obrigações religiosas como a festa da padroeira e os batizados. Em 27 de abril de 1846, Antonio e Zeferina batizaram Fortunata, filha do Capitão Agostinho José de Almeida Queiroz e sua esposa Carolina. Batizaram Theofilo, filho de Francisco J. Bitencourt e Bibiana Maria B. Bitencourt⁵².

“É batizado na paróquia de Palmeira – Misael Damásio de Camargo, nascido a 11 de dezembro de 1852. Foram seus padrinhos: Major Antonio de Sá e Camargo e sua mulher Zeferina Marcondes de Sá” (TEIXEIRA, 2002, p.32). Manter as relações de compadrio era necessário porque implicava articulações do poder e mando na região e, nesse período, o futuro Visconde de Guarapuava já se tinha tornado um notório senhor com prestígio.

Outro momento de proximidade do casal foi nas assinaturas de compra e venda de imóveis, terrenos e subestabelecimento de procuração⁵³ para o marido ou parentes próximos como o pai, tios e cunhados, o que revela, mais uma vez, a importância das relações parentais. Observou-se nessa tipologia de documentos que depois do recebimento da titulação dada a Antonio de Sá e Camargo, pelo Imperador, Zeferina passaria a utilizá-la também. Num primeiro momento, foi reverenciada como Baronesa de Guarapuava e posteriormente de Viscondessa de Guarapuava.

⁵⁰ OLIVEIRA, J. C. Palmeira, 28 fev. 1862. Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná – Divisão Paranaense.

⁵¹ Zeferina Marcondes de Sá faleceu em 27 de junho de 1905 com idade de 84 anos. Cartório de Registro Civil da Palmeira, registro n. 252, livro 5, folha 73 verso.

⁵² Livro de Assento de Batizado da Matriz de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

⁵³ “Neste cartório comparecerão presentes, o Major Antonio de Sá e Camargo, e sua mulher dona Zeferina Marcondes de Sá, moradores desta sobre dita Freguesia...” (CAMARGO, A. de S. **Subestabelecimento de procuração**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 27 fev. 1849, Livro n.01, p.107/108).

Dentro do universo privado, nas negociações e transações que Antonio de Sá e Camargo realizou ao longo de sua existência, a presença de Zeferina de forma alguma foi dispensada, mesmo que isso fosse mediante procuração dada por ela ao marido. Em 19 de junho de 1850, ela esteve presente na venda da fazenda Floresta, em Palmas, cuja propriedade era uma sociedade com Antonio de Oliveira Ribas.

...senhores legítimos proprietários de uma fazenda de criar denominada floresta que tinham em Palmas em sociedade, essa composta de dois mil animais de produção vacuns e cavalaes, porção de cavalos mansos, bestas arreadas, burros?, tres escravos de nomes Luiz, Geraldo, Benedito, campos e logradouros, aquém e além do rio Chapecó...⁵⁴.

Essas terras, adquiridas na região dos Campos de Palmas, estão relacionadas à ocupação determinada pelo governo imperial. Antonio, com outros fazendeiros organizou bandeiras para a região e tomaram posse desses campos.

Em abril 1859, Antonio vendeu parte dos campos da fazenda Boa Cria a seu irmão Francisco de Paula Camargo⁵⁵, e nessa negociação ele apareceu como procurador de Zeferina.

O major Antonio de Sá e Camargo comprou a casa localizada na praça da Matriz, em outubro de 1860⁵⁶, da senhora Raquel Marcolina Perpetua, pagando o valor de seiscentos mil reis. Vendeu essa residência em outubro de 1891 ao tenente Gabriel Lopes Branco pelo valor de três contos de reis. Na escritura de venda, foi feita a seguinte observação: “... reservando-se o primeiro vendedor o usufruto da propriedade vendida durante sua vida, e somente depois de sua morte poderá o comprador entrar no gozo e domínio desta propriedade, como de sua mobília e seus anexos que fazem parte integral da presente venda⁵⁷”. Consta procuração de Zeferina dando poderes para o marido realizar a venda da propriedade. O pedido para

⁵⁴ CAMARGO, A. de S. **Venda da fazenda Floresta em Palmas**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 19 jun. 1850, livro 03, folha 13.

⁵⁵ CAMARGO, A. de S. **Venda de parte de campo da Fazenda Boa Cria**. Guarapuava. Tabelionato de notas de Guarapuava, 8 abr. 1859, livro 05 folha 20.

⁵⁶ CAMARGO, A. de S. **Compra da Casa na Vila. Guarapuava**. Tabelionato de notas de Guarapuava, 18 out, 1860, livro 06, folha 15.

⁵⁷ CAMARGO, A. de S. **Venda da casa na Vila**. Tabelionato de Notas de Guarapuava, 15 out. 1891, livro 33, folha 04.

permanecer na casa até sua morte revelou que Antonio de Sá e Camargo já não estava bem de saúde, vindo a falecer cinco anos depois da venda do seu casarão.

No inventário de Antonio de Sá e Camargo (Anexo 3), segundo seu testamenteiro e inventariante, Major Manoel de França Camargo, os bens deixados pelo falecido Visconde revelaram que o patrimônio era composto por oitenta apólices da dívida pública, vinte ações do Banco do Paraná, dinheiro em conta corrente com os senhores Oliveira do Valle & Companhia, no Rio de Janeiro, dinheiro em conta corrente no Banco do Paraná, dinheiro a título de empréstimo ao Tesouro Nacional, 97 ações da Sociedade (?) Amigos do Progresso, em Guarapuava, dinheiro a juros para terceiros. Não existe referência a terras, o que levou a entender que Antonio de Sá e Camargo já tinha transformado boa parte das suas terras em capital financeiro, tendo feito doações do restante aos sobrinhos, em período anterior à sua morte, pois como o único filho que teve faleceu em 1841, não deixou herdeiro direto para transferir suas terras. Por ter-se tornado um homem solitário, sem descendentes, a fortuna que edificou através da compra e venda do gado na feira de Sorocaba e de outros negócios foi aplicada em ações, títulos, empréstimos a terceiros⁵⁸, a partir de um determinado período de sua vida. Do seu patrimônio referente ao imóvel edificado, consta no inventário somente uma casa com mobília, na cidade de Palmeira, a qual ficou para sua esposa.

As transações referentes à venda e à compra de terras foram realizadas ao longo do tempo, quando Antonio de Sá e Camargo procurou concentrar suas propriedades na região do Pinhão. Comprou de sua irmã, Getrudes Maria de Almeida Sá e do cunhado Capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, em 1868, os campos, matas

⁵⁸ Segunda Zélia Maria Cardoso de Mello, que analisou a passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista de São Paulo, de 1845-1895, a respeito das dívidas ativas e passivas descritas nos inventários esclarece, “o primeiro item refere-se aos créditos dos proprietários; na maioria dos casos declara-se que “deve a herança, ou ao monte, fulano de tal, por crédito passado em tal data, vencendo o prêmio de x% ao mês ou ao ano”. Como veremos, este item participava significativamente da riqueza. Relaciona-se tal fato com a ausência de sistema creditício desenvolvido, o que tornava muitos indivíduos emprestadores particulares” (1985, p.81). No inventário de Antonio de Sá e Camargo, encontrou-se uma relação considerável de devedores, o que o qualifica como um emprestador particular da província do Paraná. MELLO, Z. M. C. de. **Metamorfoses da riqueza de São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

e benfeitorias da invernada grande na fazenda Boa Cria⁵⁹, que haviam adquirido por herança pelo falecimento de sua mãe, Mathilde Umbelina da Gloria. Tais terras faziam divisas com as do seu irmão.

Também tinha parte da fazenda Boa Cria em sociedade com seus pais. Depois do falecimento deles, adquiriu a parte das terras que pertenciam aos seus irmãos tornando-se o principal dono dessa propriedade. Em dezembro de 1869, fez doação de parte dessas terras aos sobrinhos menores, José Antonio de Camargo, Antonio Joaquim de Camargo, Diogo de França Camargo, Francisco de Paula Camargo e Mathilde Umbelina da Gloria, filhos do seu irmão, Capitão Francisco de Paula Camargo e de Rita Rosa de França. Zeferina compartilhou da doação feita pelo Barão de Guarapuava aos sobrinhos. Localizou-se a procuração de Zeferina ao seu marido, a qual trata especificamente de tal doação: “pela presente nomeio meu bastante procurador com poderes especiais meu marido o Barão de Guarapuava, para que por mim faça competentemente confirmar a doação... a seus sobrinhos menores... ⁶⁰”.

Em 1873⁶¹, Antonio de Sá e Camargo realizou uma troca de terrenos com José Antonio de Almeida França e sua esposa. Trocou os terrenos que possuía em Guarapuava, nos Campos da Sepultura, denominados Capão Rico, com os terrenos localizados na Fazenda Boa Cria deixados por herança pelo sogro de José Antonio de Almeida França, o senhor Francisco de Paula Camargo, irmão de Antonio de Sá e Camargo.

Em janeiro 1887, vendeu a invernada São Pedro, no Pinhão, para Vicente Ferres de Camargo, com a seguinte observação: “com a condição de continuar o vendedor Exmº Visconde de Guarapuava no usufruto da mesma invernada até seu falecimento... ⁶²”.

⁵⁹ CAMARGO, A. de S. **Compra da Invernada Grande Boa Cria**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 7 dez. 1868, livro 12, folha 20.

⁶⁰ ZEFERINA, M. S. **Procuração doação sobrinhos**. Guarapuava. Tabelionato de Notas, 20 dez, 1896, livro 16, fls.14.

⁶¹ CAMARGO, A. de S. **Troca de terrenos em Guarapuava**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 4 ago. 1873, livro 16, folha 26.

⁶² CAMARGO, A. de S. **Venda da invernada São Pedro**. Guarapuava. Tabelionato de Notas de Guarapuava, 24 jan. 1887, livro 29, folha 40.

Logo em seguida, em setembro de 1888, vendeu outra parte dos campos da fazenda Boa Cria⁶³ para José Manuel de Camargo. Em outubro de 1890, vendeu os campos e matas do potreiro em frente da casa de morada da fazenda Boa Cria⁶⁴, para o capitão Ildefonso de Paula Camargo, seu sobrinho. Em todas essas transações, ele consta como procurador de sua esposa a Baronesa e depois Viscondessa de Guarapuava.

Depois do falecimento de Antonio de Sá e Camargo, Zeferina passou a ser proprietária da metade dos bens deixados pelo falecido, sendo o monte mor declarado em inventário a quantia de 146:173,173 (cento e quarenta e seis contos, cento e setenta e três mil cento e setenta e três reis) tendo uma dívida de 1:191,880 (um conto cento e noventa e um mil oitocentos e oitenta reis), restando líquido para dividir entre sua esposa e suas duas sobrinhas, Maria José de Camargo e Maria Rita de Camargo, mediante testamento (essa crianças eram filhas de Mathilde Umberlina de Camargo, sobrinha do Visconde de Guarapuava), o valor de 144:981.293 (cento e quarenta e quatro contos novecentos e oitenta e um mil duzentos e noventa e três reis). Da parte das sobrinhas, o valor de 4124,782 foi deixado para pagamento de bens da alma (Anexo 3).

Dos bens pessoais que lhe pertenciam foram arrolados a montaria, de uso pessoal, “um par de estribos de prata pesando sessenta e cinco gramas digo, seiscentos e cinqüenta gramas, um par de esporas de prata, pesando trezentos e setenta gramas, um freio de prata pesando quatrocentos e oitenta cinco gramas, ...um selim homem para montaria usado, por trinta e cinco mil reis⁶⁵”.

A trajetória de vida de Antonio de Sá e Camargo, marcada pela trágica morte do filho, leva o historiador a pensar em questões como racionalidade, paixões, neuroses, condições para compreender sua atitude de abandonar a esposa após a tragédia.

⁶³ CAMARGO, A. de S. **Venda de Campos Boa Cria**. Guarapuava. Tabelionato de Notas de Guarapuava. 3 set, 1888, livro ?, folha 28.

⁶⁴ CAMARGO, A. de S. **Venda de campos e matas da Fazenda Boa Cria**. Guarapuava. Tabelionato de Notas de Guarapuava, 6 de out. 1890, livro 32, folha 42.

⁶⁵ Autos do inventário e partilha de bens deixados pelo Visconde de Guarapuava. Guarapuava, 1º dez, 1896, n.463. Inventariante major Manoel de França Camargo.

Para tentar entender sua atitude, deve-se pensar nas normas, nas práticas, nas regras da sociedade e da família, no século XIX, pelas quais foi educado e sob as quais viveu, e que eram o pano de fundo de suas ações.

Perceber as questões em torno das potencialidades e possibilidades, como isso funcionou com o futuro Visconde de Guarapuava, qual a verdadeira dimensão das escolhas e atitudes na sua vida? Como tomou a decisão de separar-se de Zeferina em um momento de muita tristeza para ambas as vidas? Pode-se tentar uma justificativa para sua decisão em razão dos seus sentimentos ou de comportamentos que lhe foram impostos pela educação, religião, meio social. Era o que deveria fazer na época, porém trata-se de um universo muito grande de possíveis respostas.

Vavy Pacheco BORGES (2001, p.306), que pesquisa a trajetória de vida de Gabrielle Brune-Sieler, ao buscar entender as escolhas realizadas pelo seu personagem de pesquisa expressa que

como isso funcionou em particular para Gabrielle? Qual a “verdadeira amplitude de escolha” que ela teve em sua vida? Este é o nó central. Como tomou as decisões para os atos que praticou: evidentemente se decidiu em função do que sabia na época, do que sentia, do que podia fazer no momento das decisões; assim, percebo que tenho que pensar muito, a cada momento da sua vida que parece mais decisivo, que determine certa ruptura, sobre quais eram os problemas e as opções que precederam seus atos. Os atores históricos (nós todos) não são modelos de coerência, continuidade, racionalidade; as tensões entre o vivido e o imaginado e desejado são fundamentais.

Norbert ELIAS (1995, p.13) analisou a tragédia do compositor Mozart em sua dualidade, sem separar o artista do homem.

Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos claros, passíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos impossíveis de ser satisfeitos, pelo menos no presente estágio de conhecimento.

O autor dá a pista de que, para estudar um indivíduo,

é preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo”. Informa que seu trabalho não se trata de “uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa – neste caso, um artista do século XVIII – formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época (ELIAS, 1995, p.18).

O modelo teórico elaborado pelo sociólogo para estudar o indivíduo despertou novas possibilidades de empreender sondagens para pensar no modelo das estruturas sociais do século XIX, para compreender o que o sujeito Antonio de Sá e Camargo – futuro Visconde de Guarapuava, “envolvido por tal sociedade, era capaz de fazer enquanto indivíduo, e o que – não importa sua força, grandeza ou singularidade - não era capaz de fazer” (ELIAS, 1995, p.19). Deve-se levar em consideração que o futuro Visconde de Guarapuava foi um representante com poderes na sociedade em que estava envolvido. Mas, isso não anula a idéia do texto para entender as coerções inevitáveis que agiam sobre Antonio de Sá e Camargo e como se “comportou em relação a elas - se cedeu à sua pressão e foi assim influenciado” (ELIAS, 1995, p.19) em suas decisões no jogo social.

As colocações desses dois autores auxiliam na reflexão sobre o personagem Antonio de Sá e Camargo, no que diz respeito às ações praticadas por ele. Tais reflexões devem procurar mostrar a amplitude da sua trajetória como um indivíduo que viveu em conflitos, teve decepções, perdas, sofrimentos, solidão, e também, experienciou paixões, alegrias, encantamentos, entender que a reconstrução da sua trajetória estará imbricada nos universos indissociáveis - íntimo, privado e público -, que se articularam em toda sua existência.

A narrativa do episódio da morte do filho de Antonio de Sá e Camargo e Zeferina demonstra tratar-se de uma estrutura narrativa interessante e com apelo dramático a qual deveria ser investigada com maior profundidade.

A perda inusitada do filho desfaz o projeto familiar de Antonio de Sá e Camargo, que contava então com trinta e dois anos mais ou menos. Até a sua morte, em 1896, não refez formalmente o casamento com Zeferina, nem construiu outra unidade familiar. A documentação existente não sugere outros filhos fora do

casamento consagrado na igreja com Zeferina. Ela permanece como sua única esposa, em todos os atos formais em que sua presença era requisitada. Encontrou-se somente no registro de óbito de Antonio de Sá e Camargo, realizado pelo vigário Domingos Vicente, a referência à sua separação: “Antonio de Sá e Camargo, Visconde de Guarapuava, 89 anos, casado, separado, aos sete de novembro de mil oitocentos e noventa e seis nesta paróquia faleceu de morte natural...⁶⁶”.

Antonio de Sá e Camargo viveu 60 anos depois do seu casamento como um homem casado, sem esposa e filhos. Interessante observar neste universo paradoxal para o século XIX, como este “homem de bem” experienciou os conflitos e aspirações pessoais. A comunidade como um todo foi tomada de uma comoção pelo drama pessoal que sofreram Antonio e Zeferina. A estranha morte de Firmino apresenta-se como um acidente, algo inusitado, não previsto, isto é, excepcional. Torna-se inquietante e ameaçador, porque ocorreu fora do controle e “denunciam a precariedade da condição humana” (RODRIGUES, 1986, p 16)⁶⁷.

Esses elementos desafiadores, embora presentes nas sociedades, são pensados como anômalos, e significam alterações profundas na vida dos envolvidos. Não afetam porém só o grupo imediato, “a morte insólita ocorrida fora da rotina, longe das previsões, colhendo de surpresa os sentimentos sociais. Provocam uma comoção especial: ferem incisivamente. Devem ser seguidas das mais cristalinas reiterações dos símbolos de solidariedade” (RODRIGUES, 1986, p.59).

O projeto de vida de Antonio de Sá e Camargo encontrava-se respaldado pelos demais membros da comunidade local, em iguais condições à sua: grandes proprietários de terra, gado, riqueza e detentores do poder econômico e político; isto é, ter uma família com descendentes. A ruptura do projeto cria um conflito e leva a situação de drama social que, de acordo com Victor TURNER⁶⁸ (1974, p.39), implica

⁶⁶ VICENTE, Domingos. **Registro de óbito de Antonio de Sá e Camargo**. Livro de assentos de óbitos pessoas livres nesta paróquia, Guarapuava. 07 nov. 1896, registro n. 33.

⁶⁷ RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986.

⁶⁸ TURNER, Victor. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Cornell University Press. USA: Ithaca and London, 1974. [Printed in the United States of America by Vail-Ballou Press, inc.] Texto traduzido por Ana Maria Rufino Gillies, Mestre em História contemporânea. UFPR. Novembro, 2004.

renegociar a realidade em confronto com outros sujeitos ou grupos, manipulando e dando sentido ao conjunto de valores existentes na sociedade. Significa estabelecer estratégias particulares para depois da crise, manter-se integrado, utilizando uma ação reparadora.

No caso do indivíduo Antonio de Sá e Camargo, ao devolver a esposa aos pais, não se separando oficialmente, atribuiu uma nova visão dos valores estabelecidos sobre a família conjugal, porém manteve as alianças com o grupo da parentela. Desse modo, permaneceu no grupo, recebendo solidariedade de todos que poderiam, em princípio, ter sofrido o mesmo infortúnio, pois foi essa possibilidade que a tragédia com o filho revelou.

Com o passar do tempo, o drama pessoal vivido por Antonio de Sá e Camargo deu-lhe credibilidade na comunidade que passou a vê-lo como um homem capaz de enfrentar suas perdas, romper com as regras institucionalizadas, tomar decisões, um indivíduo capaz de liderar pessoas acima de seus vínculos pessoais.

O infortúnio da morte do filho e o casamento desfeito reforçam a concepção e a imagem que a população da Freguesia de Nossa Senhora de Belém elaborou a seu respeito, pois simultaneamente ao trágico episódio da vida privada, Antonio de Sá e Camargo é indicado como membro da Guarda Nacional.

Para ingressar na Guarda Nacional e assumir funções na hierarquia dessa corporação, o distinto senhor precisava gozar da condição política de ser um homem-livre, ter independência econômica e o direito conquistado de participar autonomamente na comunidade local. Do outro lado, o Estado deveria ser generoso com esses senhores, oferecendo distinções honoríficas pelos serviços prestados, comendas militares e os títulos de nobreza, sem remuneração salarial.

Antonio de Sá e Camargo estava dentro dos padrões exigidos para alcançar o posto de oficial na hierarquia da Guarda Nacional: riqueza, propriedade de terra e de escravos, status social e berço “fidalgo” (tanto seu pai quanto seus avôs - paterno e materno – foram alferes).

4 VISCONDE DE GUARAPUAVA: UM HOMEM DE PRESTÍGIO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

4.1 O PODER LOCAL, REGIONAL E NACIONAL: A ARTE DAS ARTICULAÇÕES.

Visando controlar as agitações e revoltas, o governo regencial (1831 - 1840) criou a Guarda Nacional, em 1831, composta por milícias civis organizadas pelos proprietários de terra. Os coronéis e majores da Guarda Nacional foram os chefes políticos regionais e tiveram, assim, seu poder local reforçado⁶⁹. Antonio de Sá e Camargo foi o escolhido para Comandante Superior da Guarda Nacional, na Freguesia de Nossa Senhora de Belém.

A discussão em torno das relações entre o Estado e os grupos privados no processo de formação do Estado, ocorrida durante o século XIX, já foi analisada por Oliveira VIANA, Raymundo FAORO, Nelson Werneck SODRÉ, Sérgio Buarque de HOLANDA, Fernando URICOECHEA⁷⁰, entre outros. As versões interpretativas trabalham a questão administração/dominação do poder público e sua relação com o poder privado. Para Fernando URICOECHEA (1976, p.109), a relação entre o Estado e os grupos privados foi concebida da seguinte forma:

⁶⁹ A descentralização foi determinada pelo do “Ato Adicional de 1831”, e pelo “Código de Processos do ano seguinte, os órgãos centrais se desmembraram para se reconstituírem ao nível municipal. ... as legislaturas provinciais conquistaram a faculdade de definir as políticas mais essenciais – orçamento, recrutamento das forças policiais, etc.”(Uricoechea, 1976, p.110). Mas toda essa política de descentralização encontrou um sério problema com a nomeação do presidente de província pelo governo imperial, porque, na maioria das vezes, o presidente da província nomeado era de outra localidade e não atendia os problemas internos. Na década de 40, essa descentralização foi revista, os chefes locais perderam o poder de nomear o vice-presidente e a decisão de nomear o juiz de paz e o delegado.

⁷⁰ VIANA, O . **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. _____. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1958. SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962. BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

... à interpretação dessa questão durante o Império é aquele que concebe a interação da autoridade central com o poder local como um processo complexo, composto de antagonismos relativos, identidades relativas, e autonomias relativas entre os dois atores. O estado gozava de uma relativa autonomia que lhe permitia eventualmente antagonizar grupos privados e vice-versa. Simultaneamente, compartilhava-se de algum grau de identidade com grupos privados que tornaram possível a esse poder antagonizar outras facções, e assim sucessivamente. Nem um monismo administrativo, nem um monismo agrário podem capturar dialeticamente todos esses aspectos do processo histórico. Era da essência do processo certo dualismo que se manifestava, por um lado, num governo relativamente centralizado e, por outro, numa oligarquia agrária relativamente poderosa, sendo que a eficiência daquele - dada a natureza patrimonial e dileitante do governo local - dependia da cooperação litúrgica angariada desta última. Cada um deles era fraco sem o outro.

A partir do momento em que o governo central deixou os homens livres e notáveis que habitavam o interior do Brasil resolverem as questões de regulação do poder local, eles passaram a gerenciar a comunidade, e mesmo em certas situações, o governo ficou de fora das decisões e articulações. Nem a presença do presidente de província conseguiu coibir os mandos e os desmandos dos notórios senhores locais.

A Guarda Nacional tinha por objetivo, segundo a Lei de 18-08-1831, art.10, citado por URICOECHEA (1976, p.133), “defender a Constituição, a liberdade, independência, e integridade do Império, para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem, e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas.” A Guarda Nacional foi dividida em três armas: infantaria, cavalaria e artilharia⁷¹.

Os moradores da Freguesia de Nossa Senhora de Belém encontraram dificuldades para a organização da sua Guarda Nacional, e a falta de um juiz de paz, na localidade, contribuiu para o aumento das dificuldades. Os homens de bem da Freguesia, há tempo, solicitavam aos vereadores de Castro a nomeação de tal

⁷¹ “A unidade organizacional básica da infantaria e da cavalaria era a companhia, um corpo que consistia de até 140 e 100 homens, respectivamente, sob o comando de um capitão. Os distritos com menos de 60 ou 70 milicianos, respectivamente, tinham apenas seções de companhia. Quatro a oito companhias de infantaria, i.e., de 240 a 1120 homens, formavam um batalhão de infantaria, comandado por um tenente-coronel. Duas companhias de cavalaria, i.e., de 140 a 200 guardas, formavam um esquadrão de cavalaria. Um corpo de cavalaria, por sua vez, era composto de no mínimo dois e no máximo quatro esquadrões. Finalmente, a unidade maior era a legião, para aquelas comarcas que dispunham de mais de 1000 guardas, sob o comando de um coronel” (URICOECHEA, 1976, 139). O Comando Superior das Legiões da Guarda Nacional do Sul da Província de São Paulo foi dado para o notório senhor João da Silva Machado (MACHADO, J. da S. São Paulo, 27 de maio de 1841, Arquivo do Estado de São Paulo).

autoridade, mas a desculpa era que não existiam, na localidade, pessoas para ocupar o cargo:

...sabe a Câmara ali não existirem as pessoas aptas para ocupar os cargos de juiz de paz em conformidade do Código de Processo, porém todavia a vista de tais requisições a maioria da Câmara mandou que o juiz de paz desta, ser um homem daquela Freguesia e depois de juramentado como delegado, voltasse a criar e elegeisse interinamente um juiz de paz de que recebemos ordem eficazes de v. Ex.⁷²

Entretanto, os senhores da Freguesia de Belém buscavam soluções para resolver os problemas locais, com brevidade, e encaminharam um parecer expondo a situação da localidade e a imediata necessidade de eleger um juiz de paz. A lista de assinaturas do documento deixa claro que a localidade tinha condições de eleger seu juiz de paz⁷³.

Mas, os vereadores de Castro, em 1836, alegaram que a Freguesia não tinha eleitores de paróquia para a organização do conselho local para qualificação dos membros para a Guarda Nacional. “A cada ano, um Conselho de Qualificação local, formado pelos eleitores vitoriosos e presidido pelo juiz de paz local, elaborava a lista de matrícula de todos os membros qualificados da paróquia ou do distrito” (URICOECHEA, 1976, p.138).

⁷² CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO. **Offício dos vereadores**. Castro, abr. 1833. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷³ A lista conta com a assinatura de: Antonio da Rocha Loures, Benjamim José Gonçalves, Antonio Joaquim de Lacerda, João Carvalho da Assunção, Elias de Araujo, Francisco Manuel de Assis França, José Antonio Loures, Manoel Antonio Villa Nova, A rogo de Silverio Antonio da Silva – Francisco Manuel de Assis França, João José de Almeida, Elias José Santos, Francisco A. Santos, Manuel Eugênio, Salvador Ignasio, Pedro José Leite, João José Mendes, Florentino Francisco França, Antonio Nunes de Santiago, Angelo Fernandes, Manuel Mendes de Araujo, José de Almeida, Manoel L. de Almeida, Verissimo Ignasio Marcondes, Francisco da Rocha loures, Antonio de Sá e Camargo, a rogo de José de Almeida de Fiusa, Antonio de Sá e Camargo, a rogo de Antonio de José de Souza, Francisco de Ferreira da Rocha Loures, a rogo de Ignasio Antonio de Oliveira, Verissimo Ignasio de Marcondes, Ignacio Gonçalves da Costa, Manoel Antonio, a rogo Francisco Antonio de Oliveira, Ignacio Gonçalves da Costa, Salvador da Silveira Caldas, Francisco Ayres de Araujo, Francisco de Paula. (Carta moradores Guarapuava, 2 abr. 1833, officio aos vereadores de Castro, Arquivo do Estado de São Paulo).

Os notórios senhores da localidade apresentaram, no ano seguinte, as condições para organizar o conselho de qualificação para elaborar a matrícula dos membros aptos para fazer parte da Guarda Nacional. Antonio de Sá e Camargo foi um dos qualificados, em 20 de março de 1838⁷⁴. Tinha 31 anos de idade.

No início de 1843, foi nomeado pelo senhor José Carlos Pereira de Almeida Torres, presidente da Província de São Paulo, para ocupar o posto de sargento-mor comandante do esquadrão da cavalaria de guardas nacionais da Freguesia de Guarapuava⁷⁵. Nesse período, a Freguesia de Guarapuava estava ainda sob administração da Vila de Castro.

A atuação do sargento-mor Antonio de Sá e Camargo pode ser evidenciada por meio da solicitação ao presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Motta, para criação de um instrutor para o esquadrão sob seu comando, a qual foi negada por falta de verba: “havendo-se consignado muito diminuta a quota para as despesas com a Guarda Nacional, não poderia por conseguinte se providenciar a medida indicada da criação de um instrutor para o esquadrão de cavalaria sob meu comando”⁷⁶. Na continuidade da solicitação, pediu ao presidente que considerasse as indicações dos nomes para oficiais da 2ª e 3ª Companhia, assegurando que se tratava de pessoas com “merecimento e consideração”⁷⁷, homens que colaboravam nas decisões locais.

⁷⁴ CAMARGO, A. S. **Ofício informação da guarda nacional**. Guarapuava, 1858. Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

⁷⁵ TORRES, J.C.P. de A. . Nomeação de Antonio de Sá Camargo para Posto de Sargento Mor da Guarda Nacional. São Paulo, 12 jan. 1843. Arquivo particular de João Carlos Prestes Taques Junior.

⁷⁶ CAMARGO, A de S. **Solicitação instrutor para esquadrão**. Guarapuava, 10 fev, 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷⁷ Em 1847, foram nomeados o “alferes porta estandarte, João Abreu e Araujo, sargento quartel mestre, Salvador da Silveira Caldas e para o Clarim do mesmo Esquadrão, Felix da Silva. Em 1848, na lista de Organização das Guardas Nacionais, deste Município, aparece a 1ª Companhia com 100 praças de serviço ordinário e 10 de reserva, tem no total 110 praças e sua parada é na praça da Matriz em Guarapuava. A 2ª Companhia com 96 praças de serviço ordinário e 18 na reserva, totalizando 114,... e a 1ª Seção de Cavalaria com 43 praças de serviço ordinário...”. (PEREIRA, J. de S. M. Guarda Nacional – Síntese. In: Revista Monjolo, Guarapuava: ano II, n.7, p.25-29, 2001).

A correspondência encaminhada pelo alferes João Nepomuceno Carneiro⁷⁸, da 1ª secção da cavalaria de Guarapuava, em 30 de abril de 1849, ao presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Motta, informa que,

havendo sido demitido o cidadão Antônio de Sá e Camargo do lugar de Major Comandante do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional desta Freguesia, lembro-me também de pedir a V. Ex. a minha demissão de Alferes da Secção do mesmo Esquadrão, em que tenho servido, pois não tendo sacado da secretaria em tempo competente o meu título, e além disso pertencendo eu ao partido oposicionista, entendo que também devo ser contemplado no mesmo numero dos demitidos.

Ao se reportar à questão política, o alferes dá pistas de que a demissão de Antonio de Sá e Camargo estava relacionada à sua opção de pertencer ao Partido Liberal, na Província do Paraná, e de defender os ideais do partido. O retorno de um Gabinete Conservador, em 1848, implicava tomar medidas para desarticular a rede de poder organizada pelo partido opositor para se manter no poder central. Para o fortalecimento do poder, era necessário desfazer os núcleos de micropoderes, nas províncias. Antônio de Sá e Camargo detinha uma base local de aliados fiéis ao Partido Liberal.

O fortalecimento do poder central foi difícil e complexo, e conseguir o apoio das forças dominantes do vasto território brasileiro não foi tarefa fácil. Uma das dificuldades foi a de controlar as revoltas que tiveram início no período regencial e se estenderam ao segundo reinado⁷⁹.

Os moradores da Freguesia de Nossa Senhora de Belém tiveram que se defender do ataque, em junho de 1839, dos revoltosos ligados à revolta Farroupilha. “O quartel da polícia foi atacado por 21 indivíduos... Os assaltantes ali surgiram com altos brados de Viva a República! Dos 36 homens que defendiam o Quartel saiu ferido

⁷⁸ CARNEIRO, J. N. **Demissão do Alferes da 1ª Secção**. Guarapuava, 30 abr, 1849. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁷⁹ Cabanos, 1832-5, Pernambuco/Alagoas; Cabanagem, 1835-40, Pará; Farroupilha, 1835-45, R. G. do Sul; Sabinada, 1837-38, Salvador, Balaiada; 1835-1841, Maranhão; Revolução Liberal, 1842, São Paulo/Rio de Janeiro/Minas Gerais; Praieira, 1848-49, Pernambuco (CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras, Rio de Janeiro, Relumê Dumará, 1996, p. 231).

Joaquim Alves Ribeiro. Os assaltantes deixaram 3 cavalos encilhados, sendo um baleado e duas armas de fogo” (TEIXEIRA, 2002, p.116).

O juiz de paz Antonio de Sá e Camargo abriu processo crime contra os revoltosos que atacaram a Freguesia para captura e prisão dos réus. A revolta Farroupilha foi um movimento que teve origem no Rio Grande do Sul e durou de 1835 a 1845. Em 1836, foi proclamada a República do Piratini, por Bento Gonçalves. A posição estratégica dessa Província ocasionou preocupação para o governo central, que buscou, de todas as formas, acabar com a força constituída pelos farrapos.

Evidenciar a Revolução Liberal de 1842, em São Paulo, justifica-se pelo envolvimento direto dos fazendeiros e tropeiros da 5ª Comarca. A Revolução Liberal, motivada pelas medidas centralizadoras⁸⁰ do Segundo Reinado, envolveu os proprietários das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, contrários a tais medidas. Para José Murilo de CARVALHO (1996, p.234),

...as revoltas de proprietários mostravam que o problema de consolidar um sistema de poder não passava apenas pelo controle da população urbana e do campesinato, sem falar dos escravos. A tarefa complicava-se pelo fato de não haver consenso entre as camadas dominantes sobre a qual seria o arranjo institucional que melhor servisse a seus interesses. Em parte, a falta de acordo se devia ao fato de que tais interesses nem sempre coincidiam. Em parte, advinha do fato de que muitos dos membros dessas camadas, sobretudo os proprietários rurais, não estavam preparados para conceber a dominação por via da mediação do Estado.

Dentro do universo da Revolução Liberal de São Paulo, encontravam-se personagens próximos do mundo de Antonio de Sá e Camargo: seu sogro e tio, José Caetano de Oliveira – Barão do Tibagi, que ajudou na fuga de Rafael Tobias de Aguiar, um dos líderes do movimento, para a Província do Rio Grande do Sul. Compartilharam também dos ideais desse movimento outros fazendeiros das regiões dos Campos Gerais e Campos de Guarapuava, entre os quais, Antonio de Sá e

⁸⁰ O regresso do Partido Conservador, em março 1841, determinou modificações no Código do Processo Criminal. “...as assembléias estaduais deixariam de ter jurisdição sobre funcionários do governo central; todo o funcionalismo da Justiça e da política passou a ser controlado pelo Ministro da Justiça; o único juiz eleito, o juiz de paz, perdeu boa parte de suas atribuições em benefício dos delegados e subdelegados de polícia. O ministro da Justiça ganhou o poder de nomear e demitir, por meios diretos ou indiretos, desde o desembargador até o guarda de prisão” (CARVALHO, J. M. 1996, p.235).

Camargo e José Antonio de Camargo e Araújo, ligados ao Partido Liberal, sendo Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá o chefe maior na 5ª Comarca de São Paulo. Defender os ideais do seu grupo de convívio fazia parte das regras, pois as medidas do governo central afetaram o poder desses notórios senhores. Entretanto a Revolução Liberal foi controlada pelo governo central, com medidas enérgicas. Entre os adeptos, alguns foram perseguidos, outros foram presos e outros conseguiram fugir. O retorno do Partido Liberal ao poder dois anos depois da Revolta Liberal, em 1844, “demonstrou aos revoltosos da véspera que podiam chegar ao governo e que havia, portanto, lugar para a divergência oligárquica dentro sistema” (CARVALHO, 1996, p. 235). Esse retorno ao poder revelou aos oposicionistas que a alternância do poder, entre as facções políticas do Império, era importante para a Coroa, pois, dessa forma, estaria evitando o monopólio do poder. Através desse jogo político, o imperador procurava manipular o poder para manter a ordem no interior das províncias e na Corte, tornando-se, em algumas ocasiões decisivas, o árbitro das desavenças entre os grupos dominantes. Na fala do trono, em 1844, Pedro II “anunciou que tinham sido anistiados todos os comprometidos nos movimentos revolucionários de S. Paulo e Minas” (FLEIUSS, 1922, p.249).

Em setembro de 1848, o Partido Conservador retornou ao poder, permanecendo nele até maio de 1852, e a demissão de Antonio de Sá e Camargo está relacionada à atuação dos conservadores para a manutenção do poder. Depois da sua demissão do comando da Guarda Nacional, na localidade, continuou a atuar em outras funções na Vila: administração da abertura e conservação da estrada da mata; pela criação da Câmara Municipal; cuidados com a construção da igreja; e luta pela emancipação política da Província ocupavam seu tempo, além dos negócios com a compra e venda de gados e muare.

Depois da emancipação política e administrativa da Província do Paraná, em dezembro 1853, o presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, seguindo as orientações imperiais⁸¹ transmitidas pelo ministro do Império, Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, tomou as devidas medidas para pôr em prática as instruções imperiais: nomeação dos funcionários que iriam formar o corpo administrativo para dar andamento nos trabalhos políticos e administrativos na nova Província.

Com relação à organização da Guarda Nacional, somente a partir de 1855, por meio de um decreto imperial, foi determinada a nomeação dos comandantes para organizarem seus corpos de comandados na nova Província. O comando superior de Castro e o de Guarapuava ficou a cargo do coronel Manoel Inácio do Canto e Silva, que deu o encaminhamento para organizar a corporação sob seu comando, e Antonio de Sá e Camargo foi chamado para reassumir seu cargo na Guarda Nacional.

O pedido de Antonio de Sá e Camargo⁸², encaminhado ao presidente da Província do Paraná, solicitando sua demissão do cargo de diretor dos índios da extinta

⁸¹ De uma maneira geral seguiam orientações para: 1º A instalação da sede administrativa do governo, com nomeação dos funcionários para desenvolvimento dos trabalhos; e organização das eleições para constituição da assembléia provincial; 2º. Nomeação para o cargo de administrador geral dos correios e organização das agências para o interior da província; 3º. Nomeação do provedor da Saúde dos Portos da Província; 4º. Promover a eleição para um senador e um deputado à assembléia Geral e dos membros da Assembléia Legislativa Provincial; 5º. Promover levantamento detalhado sobre o estado em que se encontra a instrução pública, o comércio, a mineração e a indústria em geral; 6º a 10º instrução: ambas tratavam de melhorias nas vias de comunicação terrestres e fluvial da província, da abertura de uma estrada para o litoral e instalação de barreiras nas principais vias, para arrecadação de rendimentos para conservação das ditas vias; 11º. Recomendação para promover o aumento da população livre, através do incentivo à colonização estrangeira e da fundação de presídios e colônias militares, repassando a informação das localidades mais apropriadas; pede também para informar a respeito da catequese e civilização dos indígenas, para finalizar essa instrução pede informações a respeito da colônia alemã do Rio Negro e de Santa Tereza no rio Ivaí, dirigida pelo Dr. Faivre. 12º. Informações a respeito da colônia militar do Jataí e da navegabilidade do rio Tibagi. 13º. Solicita informações sobre o estado dos aldeamentos dos indígenas nos campos de Guarapuava e de Palmas, lembrando as providências que lhe parecerem mais acertadas para aumentar o número destes aldeamentos, restabelecer os abandonados e velar na conservação dos que ainda existam na Província, quando por circunstâncias especiais não sejam suficientes, ou não convenham algumas disposições do Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845. 14º. Após conhecer as necessidades da província deverá prestar informações ao governo imperial para este poder atender por meio eficaz ou através de ato do poder legislativo geral. 15º. Solicitação para que o presidente atendesse aos aldeamentos do Ivinheima e Varadouro localizados na província do Mato Grosso, mas de proximidade e acesso mais fácil pela província do Paraná e estando os mesmos sob a direção do Barão de Antonina, pede ao presidente que forneça os recursos necessários para o seu desenvolvimento (MOREIRA, J., 1974, p.9).

⁸² CAMARGO, A de S. **Pedido de demissão do cargo de diretor dos índios**. Guarapuava, 23 jul. de 1855. Arquivo Público Paraná. A P.017, p.7.

aldeia de Guarapuava, por ter sido nomeado major comandante do esquadrão da Vila de Guarapuava, deixa claro que reassumiu o cargo na Guarda Nacional, depois da emancipação política da Província.

Júlia de Santa Maria PEREIRA (2001.p.28) informa que

...o governo da Província no ano de 1857, faz as nomeações para a Guarda Nacional de Guarapuava e Palmas. Para o 4º Esquadrão de Cavalaria, na 1ª Companhia: Capitão Francisco Ferreira da Rocha Loures, Tenente José Francisco dos Santos e Alferes Cândido Ayres de Araújo.

Na 2ª Companhia o Capitão Manoel Marcondes de Sá, Tenente Frederico Guilherme Virmond Júnior, Alferes Joaquim Tavares de Miranda Lacerda e para a Seção de Companhia, o Tenente Francisco Antônio Alves Rocha e Alferes João Simão Gonçalves de Andrade.

Para o Estado Maior: Alferes Porta Estandarte Manoel José Moreira, e cirurgião com graduação de Alferes, Pedro de Siqueira Côrtes.

Para a Seção de Companhia do Distrito de Palmas: Tenente Antônio Caetano de Oliveira Nhozinho e Alferes Joaquim Manoel d'Oliveira Ribas.

Entre esses senhores, a presença do núcleo parental de Antonio de Sá e Camargo pode ser percebida: seu primo, Capitão Manoel Marcondes de Sá e, no distrito de Palmas, seu cunhado, o tenente Antônio Caetano de Oliveira, o Nhozinho.

O pedido de informações do comandante superior de Castro ao major Antonio de Sá e Camargo (anexo 5), e as informações prestadas, na nota abaixo, revelam indícios da sua vida pessoal e atuação na Guarda Nacional, em Guarapuava:

Major Antonio de Camargo, comandante do 4º Esquadrão, Filho de Antonio Francisco de Camargo, Natural do Paraná, Casado, Negociante proprietário rendimento 8:000\$ anuais, idade 50 anos, foi qualificado guarda a 20 de março de 1838, foi nomeado Major Comandante do Esquadrão da Guarda Nacional por portaria do Presidente da Província de São Paulo em 1842, demitido em 1849, nomeado por Decreto Imperial de 21 de fevereiro de 1855. Licenças, tem pelo comando superior 3 meses de licença contadas do dia 20 de abril a 20 de julho de 1858 para tratar de seus negócios dentro da Província⁸³.

Prestar serviço na Guarda Nacional e demais cargos que assumiu, conjuntamente, deu condições para Antonio de Sá e Camargo tornar-se um homem de influência. Na prática, a função da Guarda Nacional era a de atender à insuficiência de funcionários burocráticos, realizando as seguintes atividades: fornecimento de

⁸³ CAMARGO, A . de S. **Ofício informação ao Comando Superior da guarda nacional.** Guarapuava, 12 set, 1858. Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

milicianos para as solicitações dos juizes e delegados para auxiliarem na captura de criminosos ou transferência de presos; policiamento da Vila; patrulhamento dos sertões e captura dos “bugres”; abertura e reparos dos caminhos; e, também, as frentes de guerra, em especial os confrontos no sul do Brasil e a Guerra do Paraguai, deram condições a Antonio de Sá e Camargo de demonstrar aos seus superiores na hierarquia da corporação, e ao próprio imperador D. Pedro II, o “prestígio local” que tinha alcançado na região de Guarapuava.

Sua nomeação, em abril de 1864, para comandar a nova unidade composta pelo 7º corpo de cavalaria, pelo 7º batalhão de infantaria e pelo 6º esquadrão, em Guarapuava e Palmas juntamente com seu tio, para chefe do Estado Maior, o Major Manoel Marcondes de Sá, são indícios claros do seu prestígio na localidade.

Em 1865, o então presidente da Província, André Augusto de Pádua Fleury, encaminha, a todas as províncias, o decreto Imperial nº 3371, de 7 de janeiro de 1865, apelando a todos os brasileiros para prestarem serviço na defesa da pátria. O coronel Antonio de Sá e Camargo, depois de tomar conhecimento, repassou as informações à tropa sob seu comando e, também, solicitou o auxílio da comunidade. “...Cumpre-me em resposta significar a V.Ex, que já estão dadas as providências necessárias no sentido de ser satisfeita a sua recomendação e muito estimorei que a leitura do mesmo Decreto, despertando na Guarda Nacional o patriótico entusiasmo, produza o resultado desejado com a apresentação de muitos voluntários para defesa da Pátria”⁸⁴.

Para Lilia Moritz SCHWARCZ (1999, p.314), o Império brasileiro tinha como força principal, no início da guerra, a Guarda Nacional: “A sua força fundamental era constituída pela Guarda Nacional, diretamente formada por latifundiários, comerciantes e políticos”.

⁸⁴ CAMARGO, A .S. **Ofício ao Presidente da Província do Paraná**. Guarapuava, 5 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

O coronel Antonio de Sá e Camargo passou o comando da Guarda Nacional e as determinações encaminhadas pelo presidente da Província para Francisco Ferreira da Rocha Loures, para este seguir para os Campos Gerais, em cumprimento do Decreto n.3383 de 16 de janeiro 1865, para o “fim de ser cumprido neste comando a parte em que toca lhe dar 40 guarda nacional (sic) para a formação dos corpos destacados...⁸⁵”.

O 1º conselho de qualificação composto no período contou com os senhores Francisco Ferreira da Rocha Loures, como presidente, Pedro de Siqueira Cortes, juiz municipal e José Tavares de Miranda Lacerda, presidente da Câmara. Selecionaram 25 guardas nacionais da paróquia de Guarapuava e ficaram faltando 15 guardas nacionais para serem recrutados na paróquia de Palmas. A lista foi encaminhada ao presidente da Província do Paraná⁸⁶.

O presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, na sessão em 8 de março de 1865, realizou a leitura do Decreto Imperial, que fazia apelo aos cidadãos brasileiros para “pegarem armas” em defesa do Império brasileiro, motivado pelo confronto no sul do país, com o Paraguai.

O Governo Imperial... em que chama as armas para defender a integridade do Império, todos os cidadãos que quiserem se alistar nas fileiras dos Voluntários da Pátria, aclamado por esta Câmara o Decreto depois de lido e publicado, a Câmara responde ao governo da Província que (?) todos os seus esforços para nas emergências atuais mostrar-se digna (?) seus munícipes dos valentes Paulistas de que são descendentes, e para que os seus concidadãos se (?) seus deveres.⁸⁷

As providências dos vereadores para atender à solicitação do imperador D. Pedro II foram imediatas. Medidas foram tomadas para que o alistamento fosse realizado com a maior brevidade, para encaminhar para a capital da Província os

⁸⁵ LOURES, F. F. R. **Informações sobre qualificação de corpos destacados para Guarapuava.** Guarapuava, 24 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁸⁶ LOURES, F. F. da R. **Ofício sobre informações de corpos destacados.** Guarapuava. 25 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁸⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 8 mar. 1865.** Livro 02.

cidadãos da Vila de Guarapuava que se disponibilizaram a atender ao chamado do imperador do Brasil.

No largo da matriz de Nossa Senhora de Belém, em abril de 1865, os 23 voluntários de Guarapuava foram homenageados pela comunidade e pelo brigadeiro Francisco da Rocha Loures, o qual fez um discurso saudando seus conterrâneos que seguiriam para Curitiba para fazer parte dos batalhões que seriam encaminhados para o sul do país.

Em período posterior, os vereadores receberam os agradecimentos transmitidos por correspondência pelo presidente da Província: “Agradecendo os esforços dos cidadãos patrióticos do município de Guarapuava pelo envio de 23 homens que se alistaram para Voluntários da Pátria”⁸⁸.

Entretanto o clima de confraternizações logo foi desfeito, pois o confronto no sul exigia um número maior de homens para enfrentar o “teatro da guerra”⁸⁹. As exigências dos comandos superiores do Império brasileiro pressionavam os presidentes das províncias que, por sua vez, pressionavam os comandantes das Guardas Nacionais nas localidades em que existiam. Isso pode ser evidenciado no que diz respeito ao comando interino da Guarda Nacional de Guarapuava, que não dava conta de atender às solicitações superiores de encaminhar os guardas destacados para fazer frente ao confronto. Vários problemas apresentaram-se nesse momento: falta de organização interna do novo comando ocasionada pela falta de nomeações dos comandantes das companhias e mais oficiais subalternos; falta de pagamento aos destacados; fuga dos destacados para não irem para a guerra. Essas questões foram evidenciadas na resposta dada ao presidente da Província, pelo comando interino:

Havendo-me sido ordenado pela Presidência em circular reservada... para enviar presos a V.S. os Guardas Nacionais designados deste comando que depois de avisados por edital não se apresentarem no prazo de dez dias prontos a seguirem para essa capital, tenho a ponderar a V. S. que nesta data apresento a mesma Presidência as dificuldades se não impossíveis da ida de todos esses guardas, quer presos, quer voluntários, em consequência, não só por ter sido feito as designações em corpos ainda não organizados, como pela má qualificação que

⁸⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 26 jun. 1865**. Livro 02.

⁸⁹ Expressão do romancista Machado de Assis, em Iaiá Garcia, citado por Lilia Moritz SCHWARCZ, **As barbas do imperador**; D. Pedro II, um monarca nos trópicos. p. 304.

encontrarão os respectivos conselhos de designação, V. S. deve saber que os Guarapuavanos não foram indiferentes aos reclames da Pátria, concorrendo com voluntários e donativos para a guerra. Porém quanto aos guardas designados só se poderá preencher o numero com nova designação. Pelo exposto espero também ser por V. S, relevado de alguma falta que por ventura houver na remessa dos oito designados⁹⁰.

Agrava essa situação a ausência do coronel Antonio de Sá e Camargo do comando direto da Guarda Nacional de Guarapuava, motivada pela própria guerra, porque foi chamado pelo Comando Superior aos Campos Gerais e, também, por estar com a saúde debilitada. A falta de determinação dos seus substitutos, para fazer cumprir as ordens do presidente da Província, revelou o poder de comando que Antonio de Sá e Camargo detinha em relação ao grupo que estava sob seu comando.

“Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que em data de hoje assumi o Comando Superior da Guarda Nacional desta Comarca, não o tendo feito antes em razão de inconvenientes que hei sofrido⁹¹.” Reassumindo seu cargo, passou as informações aos seus subalternos, comandante do 7º Batalhão, comandante do 7º Corpo de Cavalaria, comandante do 6º Esquadrão e para o comandante da força aquartelada na Vila, conclamando a ajuda de todos para que pudessem desempenhar bem os deveres de seu cargo. Solicitou aos comandantes: “Para cumprimento dos meus deveres convém, que com urgência V. S. declare-me, se os oficiais nomeados para o corpo da cavalaria sob seu comando se acham todos juramentados e no exercício dos seus respectivos postos, declarando igualmente o nome daqueles que tal juramento ainda não prestarão”⁹²

Atendendo às solicitações do presidente da Província, passou a executar as funções que seu cargo determinava: encaminhamento do mapa da Guarda Nacional de Guarapuava, dando noção ao presidente do número de guardas qualificados no município. Tomou medidas para atender ao pedido do envio de indivíduos para o

⁹⁰ LOURES, F. F. da R. **Informações sobre problemas internos do comando**. Guarapuava. 10 jul. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁹¹ CAMARGO, A de S. e. **Comunicado ao Presidente da Província**. Guarapuava. 14 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁹² CAMARGO, A de S. e. **Solicitação aos seus comandados**. Guarapuava. 21 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava

corpo de destacados para a guerra. Essa questão vinha causando constrangimento para o comandante anterior, que tinha comunicado ao presidente, em correspondência, que já se encontravam aquartelados os guardas nacionais para o serviço da fronteira, num total de 78 homens, e mais 5 oficiais voluntários, faltando apenas 17 para atender ao número de 100 homens que fora exigido da localidade.

O coronel Antonio de Sá e Camargo realizou inspeção junto aos homens destacados para o serviço e relatou ao presidente da Província que “Nessa lista figurão guardas em que servem de amparos as suas mães viúvas, pobres e afamiliadas, outros que socorrem a seus velhos pais, e outros reconhecidamente doentes, que não podem fazer o serviço que lhes esta destinado e finalmente outros reconhecidos ter mais de 40 anos⁹³”. Apontou as falhas na qualificação dos guardas e sugeriu dispensar os indivíduos não aptos ao serviço. A solução seria chamar outros indivíduos ao quartel, em condições mais adequadas. Exercendo seu poder de comandante superior, tomou providências para que os praças dispensados fossem substituídos com brevidade, passando determinações aos seus subalternos:

Sendo justo e razoável dispensar-se algumas praças que o corpo de cavalaria sob o comando de V. S. forneceu para o serviço de corpos destacados, por esse motivo convém que V. S. expeça suas ordens de modo que dentro do prazo de 8 dias, a contar-se desta data, apresentem-se nesta vila para o dito destacamento 6 praças incluso as duas que a mais de quinze dias lhe foram requisitadas. ... Espero que V. S. fará tudo quanto estiver da sua parte para que o serviço da guarda nacional fique o mais fácil que for possível⁹⁴.

Na comunicação de 20 de dezembro 1866 informou que o número de indivíduos aquartelados na Vila já era de 93 praças e mais 12 em Palmas, esclarecendo que estava cumprindo com as solicitações do governo provincial para organizar o corpo de destacados para serviço na guerra. Ponderou que o número de praças

⁹³ CAMARGO, A de S. e. **Informação a respeito dos guardas para o serviço da guerra.** Guarapuava. 25 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁹⁴ CAMARGO, A de S. e. **Ordens para seus comandados.** Guarapuava. 19 dez. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

destacados já era suficiente para a região, e diz serem constantes as reclamações e súplicas a seu comando pelos familiares:

As famílias moradores nos longe desta vila querem os seus filhos como apoio ao não abandono de suas casas pelo temor dos índios – outros falam em falta de meios para pagarem a quem cuide na lavoura⁹⁵...” acrescenta ainda que a comunidade já tinha prestado ajuda financeira, doação de armas, munições e escravos. Nesse momento, eram seus filhos que estavam sendo chamados para a defesa da fronteira com o sul, e isso estava causando clamores na localidade. Por isso, o apelo por parte do comandante para o presidente atender ao pedido de aceitar a proposta de Guarapuava colaborar com 100 indivíduos para fazer parte dos corpos de destacados para a guerra contra o Paraguai: Se V. ex. resolver-se a atender a que tenho exposto fará um grande benefício aos que dele precisam, e este município terá isso em muita conta⁹⁶.

A falta de pagamento dos praças destacados foi um das questões que causaram mal-estar na vila,

... alguns dias depois que assumi o comando superior da Guarda Nacional desta, deu-se, com efeito, o fato de uma fração dos guardas aquartelados virem a minha casa exigir o pagamento dos seus vencimentos,... Não se daria o fato referido se por ventura aqueles que mais interesse devem ter pela disciplina da Guarda Nacional, fossem (?) em fazer ver a ela o cumprimento de seus deveres⁹⁷.

Outro problema estava relacionado com a fuga dos guardas destacados. Para trazer de volta esses indivíduos ao quartel, realizou vários pedidos às autoridades de Ponta Grossa, Palmeira, Campo-Largo e até da Província de São Paulo, através de correspondências, solicitando a captura se, por ventura, essas pessoas estivessem escondidas nessas localidades. Através desses pedidos, deixou transparecer as articulações entre os municípios e o poder que cada indivíduo tinha na localidade.

O apelo realizado por Antonio de Sá e Camargo ao capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, seu cunhado, casado com sua irmã, Gertrudes, expõe suas questões particulares relacionadas com sua doença e o pedido de licença que lhe foi negado pelo

⁹⁵ CAMARGO, A de S. e. **Reclamações familiares guardas destacados**. Guarapuava. 20 dez. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁹⁶ Id.

⁹⁷ CAMARGO, A de S. e. **Reclamações com o pagamento dos praças destacados**. Guarapuava. 02 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

presidente da Província, esclarecendo que, “supondo que na presente conjuntura os meus serviços poderiam alguma coisa valer, não só negou-me a licença pedida, como tão bem a mim positivamente ordenou-me que para cá viesse⁹⁸”.

A partir desse pedido do presidente da Província, deixou de lado seus interesses particulares e tratou de desempenhar seu serviço na Guarda Nacional para “além da causa que advogamos contra o Paraguai”. Fez um pedido ao seu cunhado, solicitando que este enviasse seu sobrinho para fazer parte do corpo de destacados.

...Estevão - assim, certo de que V.m. pode prestar um bom contingente, eu solicito de V.m. não só o envio de seu filho e meu sobrinho Alípio a reunir-se ao destacamento que tem de fazer parte de corpos destacados, mas tão bem intervir para que todos os mais de boa mente se prestem. É deste modo que os homens adquirem direitos necessários para os atos da vida⁹⁹.

A presença nos corpos dos destacados do próprio sobrinho do comandante superior demonstrava sua conduta perante as autoridades e, também, da comunidade e de seus valores para com a pátria nesse momento de guerra.

Mesmo com muitos problemas, o comandante demonstrou que cumpriu as funções na Guarda Nacional que o governo imperial lhe atribuiu. Defendeu a fronteira sudoeste do território paranaense com o Paraguai em conjunto com a comunidade, que atendia a seus apelos tanto de ajuda financeira como de alistamento dos jovens para fazer parte do corpo de destacados. Para o bom desempenho das funções, contou com o auxílio de seus comandados, sendo alguns dos postos de comando ocupados por seus parentes.

Levo as mãos de V.Ex. o mapa incluso, de toda a força da guarda nacional deste município sob meu comando com declaração dos oficiais que se acham fardados e armados, assim como as informações dos guardas que se acham na campanha do sul e serviços prestados

⁹⁸ CAMARGO, A de S. e. **Pedido ao capitão Estevão Ribeiro do Nascimento**. Guarapuava. 24 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

⁹⁹ CAMARGO, A de S. e. **Pedido ao capitão Estevão Ribeiro do Nascimento**. Guarapuava. 24 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

pela mesma guarda dentro do município especificando as diversas naturezas dos serviços que prestaram...¹⁰⁰.

Antonio de Sá e Camargo agradeceu ao vice-presidente da Província, Agostinho Ermilino de Leão, a comunicação que este encaminhou, informando a respeito das homenagens prestadas pela Câmara dos Deputados aos guardas nacionais, com o pedido que fosse repassado aos seus comandados, “um voto de louvor e gratidão aos comandantes em chefe, generais, oficiais, voluntários, guardas nacionais e praças de terra e mar, pelos serviços prestados durante a guerra...¹⁰¹”.

A atuação do coronel Antonio de Sá e Camargo como comandante superior da Guarda Nacional, em Guarapuava, foi intercalada por pedidos de licença para cuidar de sua saúde. Os pedidos para seu retorno, feitos pelo presidente da Província, aconteciam nos momentos em que seus substitutos não conseguiam atender às solicitações do governo. Observou-se que, ao retornar ao comando, suas ordens são executadas e atendidas com maior rapidez. O coronel fez seu último pedido de licença no ano de 1871, depois do término da guerra: “cumpre-me levar ao conhecimento de V.Ex. que entrei hoje no gozo da licença que V. Ex. me concedeu por despacho de 8 de maio...¹⁰²”.

Sua atuação na Guarda Nacional, desde os trinta e um anos de idade, deu-lhe condições para criar estratégias para atuar como um homem público. A Freguesia de Nossa Senhora de Belém era uma sociedade em formação. O crescimento econômico com base na fazenda de criar e no comércio de gado e muares esteve subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais, sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência. Foi nesse contexto que as formas de entrelaçamento

¹⁰⁰ CAMARGO, A de S. e. **Informações dos guardas nacionais de Guarapuava**. Guarapuava. 06 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

¹⁰¹ CAMARGO, A de S. e. **Agradecimento ao presidente da Província homenagem guarda nacional**. Guarapuava. 12 jul. 1870. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

¹⁰² CAMARGO, A de S. e. **Comunicado de licença**. Guarapuava. 05 jun. 1871. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

entre famílias tornaram-se significativas como um dos elementos estratégicos para o desenvolvimento da região. A guerra com o Paraguai trouxe insegurança para a sociedade brasileira como um todo. Entretanto o território que compreendia Guarapuava, na segunda metade do século XIX, fazia fronteira com o país em confronto. A defesa dessa fronteira representava também proteger seus rebanhos, suas lavouras e os próprios indivíduos que habitavam essa região. A atuação dos notórios senhores da comunidade tinha objetivos patrióticos, mas também particulares: a defesa de suas propriedades e da própria vida.

Antonio de Sá e Camargo soube tirar proveito da proximidade com a comunidade, do domínio das informações para se impor como um mediador nesse momento de dificuldades no âmbito local, regional e nacional. Fazendeiro de posses, dono de escravos, fazia parte de uma grande família com ramificações dentro e fora da Província do Paraná, o que lhe deu garantias para articulações. O comando superior da Guarda Nacional de Guarapuava deu-lhe condições de firmar sua posição para gerir, da melhor maneira possível, os interesses da Vila.

Durante o confronto, foi homenageado em 9 de março de 1867 pelo Império brasileiro com a graça honorífica de Cavaleiro da Ordem de Cristo: “Atendendo aos relevantes serviços que na Província do Paraná prestarão, a bem da integridade do Império, honra nacional, o Coronel Antonio de Sá e Camargo, ... Hei por bem nomeá-los Cavaleiros da Ordem de Cristo¹⁰³” (Figura 14).

Depois do término da guerra, recebeu o título de Barão de Guarapuava, por decreto de 14 de julho de 1870. Esse título era tradicionalmente dado aos grandes proprietários rurais que se destacavam por seu poder local e pelos bens materiais que detinham. Barão carregava o significado de ser um homem poderoso.

Para Janne Berrance de CASTRO (1971, p.290),

o Império do Brasil, na sua fase nacional independente, tendeu a estimular a prestigiar a formação de uma elite ligada ao trono e ao Imperador, instituindo a sua nobreza. Para substituir uma aristocracia de linhagem criou-se outra, baseada em um prestígio social. Da

¹⁰³ ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. **Título honorífico a Antonio de Sá e Camargo.** Cx.787-D, Pac.3, doc.19.

mesma forma, na concessão de títulos, aos novos titulares do Império, os Bragança deram preferência àqueles menos importantes de barão e de visconde....

Pedro II foi muito generoso com a distribuição dos títulos nobiliárquicos, em especial aos oficiais da Guarda Nacional.

Antonio de Sá e Camargo recebeu o título de Visconde Guarapuava (anexo 7), por decreto de 31 de agosto de 1880¹⁰⁴, por indicação do ministério presidido pelo liberal João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, período em que já se encontrava reformado na Guarda Nacional.

Anteriormente, já havia recebido a Comenda Imperial da Ordem da Rosa (figura 7) em 30 de outubro de 1861¹⁰⁵. Essa ordem servia para agraciar militares e civis que se destacaram por sua fidelidade à pessoa do imperador e por serviços prestados ao Estado, o que foi o caso de Antonio de Sá e Camargo, que se manteve fiel à monarquia até sua queda, tendo sido um representante local do poder do imperador.

¹⁰⁴ VASCONCELLOS, B. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. 1917. p.169.

¹⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. **Título honorífico a Antonio de Sá e Camargo**. Cx.789, Oficialato da Ordem da Rosa – RJ. 30/10/1861, doc.3 anx- 4fls, Doc.1 – Doc. 50.

FIGURA 14 – MEDALHA DA ORDEM DE CRISTO



FONTE - Acervo Museu Paranaense.

FIGURA 15 – MEDALHA DA ORDEM DA ROSA



FONTE – Acervo Museu Paranaense.

4.2 A POLÍTICA LOCAL E A INTERMEDIÇÃO COM O NACIONAL: “O MOÇO REPUBLICANO E O VELHINHO MONARQUISTA”.

Antônio de Sá e Camargo, Pedro de Siqueira Cortes, Francisco José dos Santos, Hermenegildo Alves de Araújo, Joaquim José de Lacerda, Francisco Ferreira da Rocha Loures, Luiz da Silva Gomes, Bernardino José de Lacerda, entre outros, foram homens que estabeleceram suas atividades na Freguesia de Nossa Senhora de Belém e que, a partir dessa rede de relações, passaram a constituir o poder local. Esses indivíduos, com o aval de outros moradores, articularam a elevação da Freguesia para Vila de Guarapuava.

Observa-se que as solicitações dos moradores foram encaminhadas às autoridades da Província de São Paulo. O pedido de elevação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém para Vila de Guarapuava foi anterior à emancipação política administrativa da 5ª Comarca. As solicitações encaminhadas ao governo provincial, pedindo a elevação, alegavam vários motivos, entre eles, a longa distância que tinham que percorrer para chegar à Vila de Castro.

O padre Antonio Braga de Araújo relatou:

Tendo sido por Lei Provincial do presente ano declarado esta Povoação a Categoria de Vila, atenta a imensa extensão de seu Distrito, sua numerosa população, e finalmente porque distando 37 léguas da Vila de Castro... Cumpre observar à V.Excia que a Matriz acha-se em tal adiantamento, que já pode-se nela celebrar missas...¹⁰⁶.

Manoel Marcondes de Sá, juiz de paz, informou:

Tendo-se por Lei Provincial do presente ano elevado este lugar a categoria de Vila com obrigação de seus habitantes fazerem a sua custa casa de Câmara, e cadeia, eu vendo que uma das grandes necessidades para promover a prosperidade desta terra, é a criação de Câmara Municipal...¹⁰⁷.

¹⁰⁶ ARAUJO, A B. **Informações a respeito da Vila**. Guarapuava, 15 set, 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁰⁷ SÁ, M. M. **Criação da Câmara da Vila de Guarapuava**. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

Observou-se que, nesse período, a Freguesia de Nossa Senhora de Belém já possuía seu quadro urbano planejado pelo primeiro vigário, o padre Chagas, com as ruas, longitudinalmente, Guayra, Chagas, Direita, Matriz, Boa vista, e transversalmente, Paulistas, Carioca, Sacristia, Bela, Cadeia, do Loures, Palha. A denominação simples das ruas foi dada pela população que habitava a Vila¹⁰⁸.

Por determinação do vice-presidente da Província de São Paulo, o bacharel Hypolito José Soares, no ano de 1852, pela Lei Provincial n. 12 de 17 de julho, foi elevada à categoria de Vila a Freguesia de Nossa Senhora de Belém, que passou a se denominar Vila de Guarapuava¹⁰⁹.

A instalação da Câmara de Guarapuava¹¹⁰ deu-se em 9 de abril de 1853, sob a presidência de Manoel Marcondes de Sá, primo do Visconde de Guarapuava. Foram eleitos para ocupar o cargo de vereadores, para o quadriênio 1853-1856, os senhores Francisco Ferreira da Rocha Loures, Antonio de Sá e Camargo, Joaquim José de Lacerda; para suplentes, Hermenegildo Alves de Araújo, Francisco José dos Santos e Pedro de Siqueira Cortes; para a função de juizes de paz, os senhores Luiz Jorge da Silva Gomes e Bernardino José de Lacerda; e para procurador, Antonio Antunes de Lima¹¹¹.

A Câmara de Guarapuava, no período compreendido de 1853 a 1889, teve nove legislaturas, assumindo o cargo de vereadores indivíduos que faziam parte das

¹⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ata da sessão realizada no dia 10 nov. 1853.** Livro 01, p.13/14.

¹⁰⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ata da sessão de posse realizada no dia 9 abr. 1853.** Livro 1, p.1.

¹¹⁰ Somente nas localidades que tivesse pelo menos a categoria de vila, concedida por ato régio, podiam instalar-se as câmaras municipais, cuja estrutura foi transplantada de Portugal, a princípio, na conformidade das Ordenações Manuelinas e, mais tarde, das Filipinas. A Câmara propriamente dita compunha-se dos dois juizes ordinários, servindo um de cada vez, ou do juiz de fora (onde houvesse) e dos três vereadores. Eram também oficiais da câmara com funções especificadas, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, investidos por eleição, da mesma forma que os juizes ordinários e os vereadores. A própria câmara é que nomeava os juizes de vintena, almotacés, depositário, quadrilheiros e outros funcionários. Os oficiais da câmara, especialmente os vereadores em suas deliberações conjuntas com o juiz, e os funcionários subordinados incumbiam-se, no limite de suas atribuições, de todos os assuntos de ordem local, não importando que fossem de natureza administrativa, policial ou judiciária. LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p.81.

¹¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Ata da sessão realizada no dia 10 abr. 1853.** Livro 01.

famílias proprietárias que procuravam, dessa forma, a manutenção do poder local. Isso permitiu a construção de uma rede de poder dessas famílias, na Vila de Guarapuava, na segunda metade do século XIX. Para as questões abordadas neste estudo, foi selecionado o período compreendido entre 1ª a 4ª legislaturas da Câmara da Vila de Guarapuava¹¹². Essa seleção foi realizada em razão de os documentos, utilizados para a análise, evidenciarem ações direta ou indiretamente praticadas pelo personagem Antônio de Sá e Camargo, dentro dos contextos vividos na localidade.

No discurso de posse, Manoel Marcondes de Sá deixou transparecer sua proximidade com os outros senhores vereadores e juízes eleitos - evidenciando a rede de relações estabelecida com a elite local.

Senhores vereadores cheio de prazer e de honra, e possuído de nobre orgulho pela primeira vez levanto minha débil voz, no recinto de uma corporação, tão respeitável como a que se acha hoje reunida para começar os trabalhos inerentes ao alto papel que representa na forma do governo que nos rege: sim levanto minha voz não para isortar-vos ao cumprimento de seus deveres, mas sim para congratular-me com vossa excelência...¹¹³.

Na fala do presidente da Câmara, pode-se ressaltar a preocupação de transmitir a importância da instituição que ora passaria a presidir. Ao comparar outros discursos de posses, foram constatadas semelhanças de pensamentos com relação à existência das câmaras para a administração política do Brasil.

Manoel Marcondes de Sá procurou justificar a importância das câmaras - “Senhores as câmaras municipais na história dos povos tem ocupado um grande capítulo pelo fato de terem elas concorrido muitíssimo para o seu bem estar ¹¹⁴” - relacionando as funções da Instituição, sendo a principal atender à comunidade. Mas, percebe-se, no seu discurso, que a comunidade que representava estava restrita aos seus pares, pois outros indivíduos parecem não fazer parte da mesma comunidade, ou, pelo contrário, eram vistos como intrusos na comunidade, como foi o caso da relação desses senhores com os índios habitantes da região.

¹¹² 1ª legislatura (1853-1856), 2ª legislatura (1857-1860), 3ª legislatura (1861-1864), 4ª legislatura (1865-1868).

¹¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 9 abr. 1853**. Livro 01.

¹¹⁴ Id.

Os problemas que afligiam a comunidade de Guarapuava foram os seguintes: os conflitos com as tribos indígenas contrárias à presença dos fazendeiros (os índios praticavam assaltos às fazendas e também nos caminhos que cortavam a extensa região) a abertura e a manutenção dos caminhos que ligavam a Vila a outras localidades; e a questão religiosa. Esses problemas foram priorizados nas discussões dos vereadores, sendo o objetivo resolver essas questões, mesmo que em longo prazo.

A solicitação de verbas e nomeação de um diretor para o aldeamento, localizado na povoação de Palmas¹¹⁵, bem como a construção de uma capela com condições mais adequadas para a pregação dos ensinamentos religiosos, tão necessários à comunidade dos ditos “selvagens”, para poder civilizá-los, são exemplos da preocupação desses senhores¹¹⁶. Os índios que moravam no aldeamento de Atalaia-Guarapuava, em 1828, deixaram essa localidade e se transferiram para os Campos de Palmas, ainda incultos. Com o povoamento desses campos, a partir de 1839, pelos fazendeiros de Guarapuava, tanto índios como fazendeiros partiram para novos enfrentamentos, novas alianças tiveram que ser estabelecidas, e a catequese foi o meio mais eficaz para deter os “bugres”¹¹⁷.

A Câmara constituiu uma comissão para elaborar o código de posturas da Vila, sendo composta pelos membros “Antonio de Sá e Camargo e Francisco da Rocha Loures e Pedro de Siqueira Cortes e Francisco da Rocha Loures¹¹⁸”. A organização das normas e regras para o bom andamento do convívio fazia-se necessária, e os vereadores encarregados de elaborar o código de posturas da Vila apresentaram, em uma primeira fase, 38 artigos que, em períodos posteriores, foram sendo reelaborados

¹¹⁵ Em 1859 a Vila de Guarapuava foi elevada a comarca, dividida em três distritos, Guarapuava, Palmas e colônia Tereza, com uma população de sete mil e duzentos e noventa e sete habitantes e a população indígena era discriminada não entrando nessa estatística, sendo estimada em torno de dez mil índios existentes nos sertões de Guarapuava (Relatório encaminhado pelos vereadores, em de 8 de janeiro de 1862, ao presidente da Província Antonio Barbosa Gomes Nogueira, p.83/87).

¹¹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 13 abr. 1853**. Livro 01.

¹¹⁷ PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, Antonio Barbosa Gomes Nogueirana na abertura da Assembléia Provincial de 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Typ. Do Correio Oficial, p.79-80.

¹¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 10 abr. 1853**.

e, conforme os problemas da comunidade, outros foram criados¹¹⁹, sendo aprovados primeiramente na Câmara e, depois, encaminhados ao governo provincial, para apreciação. Porém, por determinação do presidente da Câmara, foram publicados os 38 primeiros artigos do código de posturas, antes mesmo de serem enviados ao “excelentíssimo governo provincial¹²⁰”. Entende-se que esses senhores atuavam na Vila com plenos poderes no que diz respeito às normas locais. O presidente da Câmara determinou o cumprimento das posturas, que foram publicadas no Jornal Dezenove de Dezembro, veículo de divulgação oficial do presidente da Província. O presidente da Câmara solicitou que fossem afixadas cópias em lugares públicos para que a comunidade tomasse conhecimento. Determinou também ao fiscal e ao procurador sua execução: “Arrolamento de todas as casas, deste rocio e o número de animais de criar de cada proprietário¹²¹...”.

As regras auxiliam na observação de como se dá a interação do individual e do coletivo no contexto vivido. As regras indicam parâmetros, mas isso não quer dizer que não exista a possibilidade de sua atualização ou reelaboração. Para fazer parte de uma determinada comunidade, deve-se ter conhecimento das regras que a orientam. E no caso da comunidade em questão, lançar mão da “maquinaria”, segundo GEERTZ (1978, p.228), para efetivação do poder local, no momento, era de extrema necessidade.

A Câmara Municipal de Guarapuava, para atender à 5ª instrução, encaminhou um ofício ao presidente da Província relatando a situação em que se encontrava a Vila no que dizia respeito à instrução pública, agricultura, comércio, mineração, indústria, índios. E demonstrou a intenção de que a Vila de Guarapuava fosse escolhida para a capital da Província, evidenciando várias razões para tanto:

¹¹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 20 maio. 1853.** Livro 01.

¹²⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 21 maio. 1853.** Livro 01.

¹²¹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 3 fev. 1855.** Livro 01. E também, CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 23 fev. 1855.** Livro 01.

Este país sendo auxiliado oferece vantagens para um crescimento rápido, pela fertilidade do solo, pela navegação dos rios que se vão lançar no Paraná, e finalmente pela comunicação, que deve ser aberta com o Paraguai, Corrientes, província do Rio Grande e Cuiabá. Finalmente esta câmara pensando todas estas circunstâncias e conhecendo as boas intenções de V.E., atreve-se a dizer que esta vila será o lugar mais conveniente da província para ser assentada sua capital...¹²²

Através dessas informações prestadas ao presidente da Província, a Câmara direcionou suas ações para as necessidades que exigiam soluções imediatas na Vila de Guarapuava.

O presidente da Província deu início ao seu governo sem a Assembléia Legislativa Provincial¹²³. Para que fossem eleitos os representantes para o cargo de deputado provincial, as eleições deveriam ser convocadas pelo governo. Essa Instituição deveria ser composta por 20 deputados.

No início do ano 1854 os vereadores da Vila de Guarapuava receberam as devidas informações do presidente da Província, no que dizia respeito às eleições do representante da localidade para deputado provincial. O presidente da Câmara determinou que fossem tomadas as medidas necessárias para a eleição na paróquia de Guarapuava e na capela de Palmas¹²⁴. As circulares do presidente da Província determinavam o dia 26 de fevereiro de 1854 para a eleição primária de um senador, e o dia 28 de março para a eleição secundária dos membros das Assembléias Geral e Provincial. Determinou aos candidatos eleitos a data de 15 de maio para a reunião de instalação do poder legislativo Provincial, mas foi adiada para o dia 15 de julho. Os trabalhos da Assembléia Provincial ocorriam durante dois a três meses na capital da Província.

¹²² CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada em 10 de fev. 1854**. Livro 01.

¹²³ “A 4ª Instrução dizia: “Assim que V.Exa. entrar em exercício expedirá as convenientes ordens para que, na conformidade da Lei nº387, de 18 de agosto de 1846, se proceda à eleição de um senador e um deputado à Assembléia Geral e bem assim dos membros da Assembléia Legislativa Provincial, designando o dia e lugar em que deverá esta reunir-se pela primeira vez e dando para este fim as providências necessárias” (COSTA, S. G. História política da Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba: Assembléia Legislativa, 2.v. 1994, p.89).

¹²⁴ LOURES, R. **Ata com informações a respeito de eleições**. Guarapuava, 14 jan. 1854. Arquivo Câmara Municipal de Guarapuava.

O representante da região dos Campos de Guarapuava foi o senhor Antonio de Sá e Camargo, que recebeu 80 votos, sendo o décimo sexto deputado votado para exercer o cargo no biênio de 1854-1855. Ele fez parte da comissão encarregada de recepcionar o presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos e convidados na sessão solene de instalação da Poder Legislativo da Província do Paraná. Antônio de Sá e Camargo, Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (primo e cunhado), com os demais eleitos¹²⁵, debateram e decretaram as leis¹²⁶ necessárias para organização administrativa da Província recém-instalada, como também inúmeros atos sancionados pelo presidente da Província. O período de trabalho dos deputados estendeu-se de 15 de julho a 15 de setembro, na legislatura de 1854. Antonio de Sá e Camargo foi eleito novamente para o cargo de deputado provincial para o biênio de 1864-1865. Foi indicado para vice-presidente da província, em 1865.

De acordo com o sistema eleitoral vigente no Império, o acúmulo de cargos era tolerado e, assim, Antonio de Sá e Camargo continuava atuando como vereador, administrador da estrada da mata, major da Guarda Nacional, participação na comissão para demarcação do aldeamento e da colônia militar na localidade do Chagú. Desenvolvendo essas funções, continuava atuando próximo da comunidade.

O crescimento da Vila pode ser observado pelos requerimentos de “cartas de datas” para “construção de prédios urbanos nesta vila¹²⁷”. Presume-se que alguns

¹²⁵ José Matias Gonçalves Guimarães (Curitiba), Manoel Leocádio de Oliveira (Paranaguá e Guaratuba), Antonio José de Faria, Francisco José Corrêa (Lapa), Joaquim José Pinto Bandeira (Curitiba), presidente da Assembléia Legislativa, (1854-1855), Manoel Ignácio do Canto e Silva (Jaguariaíva), Manoel Gonçalves de Moraes Roseira (Curitiba), Manoel de Oliveira Franco (Curitiba), Francisco de Paula Ferreira Ribas, Modesto Gonçalves Cordeiro (Morretes), Dr. José Lourenço de Sá Ribas (Curitiba), Manoel Gonçalves Marques (Morretes e Porto de Cima), Manoel Antonio Guimarães (Paranaguá), José Joaquim Marques de Souza (Paranaguá), Manoel Antonio Ferreira (Curitiba), David dos Santos Pacheco (Lapa), Fernando Antonio de Miranda, Manoel Francisco Correia Júnior (Paranaguá). O irmão de Antonio de Sá e Camargo, o padre José Antonio de Camargo Araújo, foi eleito suplente com 52 votos.

¹²⁶ A organização judiciária, divisão da Província em comarcas e escolha da capital que recaiu sobre Curitiba. Castro e Guarapuava passaram a formar uma Comarca separada de Curitiba. Organização do registro do Rio Negro para cobrança do imposto sobre os animais que transitavam pelo caminho das tropas. Construção da estrada da Graciosa. Instrução pública. Orçamento provincial. Agricultura e colonização. Questões de limites. Criação do arquivo público.

¹²⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 6 de nov. 1853**. Livro 01. E também, CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 12 nov. 1854**. Livro 01.

pedidos foram de novos moradores e outros dos que já estavam estabelecidos nas fazendas e que pretendiam construir casa na Vila de Guarapuava.

A preocupação com a questão levou o vereador Francisco da Rocha Loures a encaminhar aos moradores, que ainda não tinham a documentação de seus terrenos, o pedido para que a providenciassem, com brevidade: “Solicitou que esta câmara marcasse em tempo razoável para todos que tinham lugares marcados nesta vila para edificarem casas tirassem suas competentes cartas de datas findo o qual se tornará devoluto os ditos lugares... podendo-se dar a outro que o requerer¹²⁸”.

O pedido do vereador Agostinho José de Almeida Queiroz, para determinação das ruas da Vila, fornece indícios da estruturação da pequena Vila:

A primeira onde morou o primeiro missionário e fundador desta mesma vila, rua das chagas, a segunda, rua direita, a terceira, rua da matriz, a quarta, rua das flores, a quinta rua boa vista, foram denominadas as ruas travessas pela maneira seguinte, a primeira principiando pelo lado da estrada, rua dos paulistas, a segunda, rua da carioca, a terceira, rua da sacristia, a quarta rua bela, a quinta, rua da cadeia, a sesta, rua do Loures, sétima, rua da palha. Mandou a câmara que se lavrasse edital desta sua última deliberação para que os habitantes desta vila tivessem conhecimento¹²⁹.

Foi nomeada uma comissão para escolher o local mais apropriado para o cemitério da Vila, composta por Joaquim de José Lacerda, Pedro de Siqueira Cortes, administrador da obra e Francisco da Rocha Loures, tesoureiro, juntamente com o vigário Antonio Braga de Araujo, “e mais pessoas gradas do lugar indicassem o local mais apropriado para esse fim¹³⁰”. A questão do cemitério provocou discórdia na tomada de decisão pelos senhores vereadores, mas decidiu-se por cercar com muro de pedra o velho cemitério, caso a verba enviada pelo governo provincial cobrisse a construção do muro. Com o saldo, dar-se-ia início à construção do novo cemitério, no

¹²⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 12 dez. 1854.** Livro 01.

¹²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava **Ata da sessão realizada no dia 10 nov. 1853.** Livro 01.

¹³⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 16 dez. 1854.** Livro 01.

local escolhido pela comissão, “ficando marcado para o lugar do novo cemitério o primeiro alto a direita da estrada que vai para Cascavel, saindo desta vila¹³¹”.

Os ensinamentos religiosos proferidos pelo vigário local serviam de base de conduta dos moradores da Vila de Guarapuava. Percebe-se que a prática de participar das missas com uma certa frequência não era uma norma observada rigorosamente pelos moradores. Mas, a construção da igreja era um desejo de toda a comunidade e para que isso fosse possível, deveriam eleger um de seus representantes para administrar a construção da igreja e Antonio de Sá e Camargo foi o escolhido para exercer a função. Enfrentou dificuldades para desenvolver o novo trabalho, a falta de verbas para tal empreendimento local demandou ao administrador arrecadar o dinheiro com os fiéis, solicitar as verbas ao governo provincial e até mesmo ao governo imperial. Além de que não existia na vila mão-de-obra para o tipo de construção que se pretendia realizar. O relato dos vereadores ao presidente da província evidencia a questão religiosa.

A religião do estado é aqui observada regularmente, o reverendo cônego Braga de Araujo vigário desta paróquia, tem exercido este cargo há mais de vinte anos e por sua moralidade, bons costumes dedicação fervorosa a igreja no desempenho dos sagrados atos de nossa religião, prestando-se para tudo e a todos sem distinção de posição social, ...O povo, se em geral não é possuído de uma devoção assídua, concorrendo ao templo diariamente é ao menos de uma devoção irregular, freqüentando a igreja com decência e respeito e mostrando sobre tudo bastante zelo e dedicação pelo asseio e pelas obras da igreja matriz, ...O povo em geral tem morigeração e sujeitos as leis, do que é uma irrefragável prova o fato não se ter cometido muitos crimes ¹³².

A instrução pública da Vila contava com uma escola de primeiras letras, para pessoas do sexo masculino, e também de uma para as pessoas do sexo feminino. Também existiam escolas localizadas nos sítios, porque muitos pais não tinham condições de manter seus filhos na Vila. Existiam aulas particulares de música, língua francesa e latim.

¹³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada em 29 mar. 1855**. Livro 01.

¹³² CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Relatório apresentado ao Presidente da Província Antonio Barbosa Gomes Nogueira**. Dez, 1862, p.83-87.

A segurança dos habitantes por muitas vezes esteve ameaçada. A frequência dos ataques dos índios às fazendas e à Vila amedrontava os moradores, e a falta de “tropa de linha¹³³”, para realizar a vigilância na localidade, fez com que os vereadores lançassem mão de estratégias para buscar uma certa segurança.

Esses vereadores sugeriram ao governo provincial a criação de um corpo de polícia ambulante, composto pelos índios já “catequizados”, para realizar patrulhas nos sertões. A estratégia era utilizar os próprios índios já catequizados para a segurança da comunidade.

O delegado de polícia desta vila não tem podido até hoje tomar uma medida que de alguma maneira remediasse estes males, esta câmara julga-se no rigoroso dever de comunicar o seu pensamento, ousando propor uma medida, não profícua, ... Existe hoje nos campos do Goynhoem um cacique já velho chamado Vitorino, nascido e criado no antigo aldeamento de Guarapuava, do qual era diretor o reverendo padre Chagas, este cacique e conhecido nos sertões desde Paraná até o Goynhoem, e respeitado pelas tribos selvagens dessas paragens, não só pelo seu nome como por contar com grande número de indivíduos pertencentes ao seu toldo, sem mencionar o cacique Viry que é pertencente a sua comunhão. Engajar este cacique e sua gente a fim de manter nestes lugares um corpo de polícia ambulante destinado a percorrer continuamente as costas das matas do Paiquerê, será presentemente a única medida a tomar, este índio pode prestar valiosos serviços, pois que é dotado de muita visão e talvez aliviasse muito o país reduzindo a muitos selvagens e afugentado a outros¹³⁴.

Os índios que aceitaram conviver ‘pacificamente’ com os povoadores, submetendo-se às suas ordens, ao longo do processo de ocupação dos Campos de Guarapuava, foram utilizados como força de trabalho pelos fazendeiros, na conquista de novas terras. E aqueles que não aceitaram a submissão, por se considerarem os verdadeiros donos do território, foram dizimados. Mas a cultura indígena sucumbiu de

¹³³ Segundo a décima quarta Instrução que permitia ao presidente da Província tratar de questões pertinentes à segurança, pela Lei n.07, de 10 de agosto de 1854, foi sancionada e criada a Companhia de Força Policial, através da qual “fica o Governo autorizado a organizar uma Companhia de Força Policial com um total de sessenta e sete praças e soldo constante do planejamento junto; assim como dispende o que for necessário para armamento, equipamento, expediente, luzes, aluguel de casas para Quartéis da Companhia e Destacamentos ...” (BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ, ano V, n.06, 1980, p.25)

O presidente da Província, Zacarias de Goes e Vasconcellos, constituiu uma força militar que auxiliaria a solucionar os problemas de segurança na capital, e aqueles referentes ao interior da Província, quando solicitada pelas pessoas que habitavam os sertões paranaenses, para ajudar na defesa de suas propriedades, contra os ataques dos ‘bugres’. Muitas vezes, esses proprietários agiam por conta própria, sendo contrários às determinações da Província e mesmo da Corte.

¹³⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 23 mar. 1855.** Livro 01.

qualquer forma, pois (os índios) que se submeteram ao domínio dos povoadores tiveram que modificar seus hábitos culturais e os que lutaram, não venceram, perdendo também o espaço e seus traços culturais¹³⁵.

Outra questão para ser resolvida pelos vereadores foi a das estradas. Esteve sempre em primeiro plano, primeiramente, por se tratar do acesso dos moradores e, também, por estar ligada diretamente ao comércio de gado, responsável principal pelo desenvolvimento financeiro dos fazendeiros. A estrada da mata, que ligava a Vila aos Campos Gerais, e seguia para a Província do Rio Grande do Sul, estava, segundo os vereadores, em um estado lastimável, a ponto de interromper o trânsito das bestas que vinham da Província do Rio Grande do Sul para serem comercializadas na feira de Sorocaba. A estrada que fazia a ligação da Vila de Guarapuava à Colônia Tereza¹³⁶, também precisava passar por reparos, “apesar dos esforços do ilustríssimo senhor Doutor Faivre”, diretor da Colônia Tereza, fundada às margens do Rio Ivaí. O diretor encaminhou representação à Câmara de Guarapuava, pedindo aos vereadores que solicitassem ao governo provincial a anexação da Colônia Tereza ao município de Guarapuava¹³⁷.

Os presidentes da Província que atuaram no período solicitavam informações detalhadas a respeito das estradas,

A câmara prestou informação que só está em obra a estrada que desta vila segue para os campos gerais, e que é diretor dela o major Antonio de Sá e Camargo, e que é necessário

¹³⁵ SANTOS Z. M. dos. Os campos de Guarapuava na política indígena do estado provincial do Paraná, 1854-1889. Guarapuava, 1999. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientador: Maria do Carmo S. Di Creddo.

¹³⁶ A chegada dos imigrantes no Paraná ocorreu em torno de 1829, quando o Barão de Antonina conseguiu autorização do Império para instalar as margens do Rio Negro o primeiro núcleo de imigrantes do Paraná, constituído por alemães (WACHOWICZ, 1988, p.142). Orientados por João Maurício Faivre, colonos franceses fundaram a colônia Teresa, em 1847, às margens do rio Ivaí. A política de imigração intensificou-se na Província do Paraná, durante o Governo do Presidente Lamenha Lins, em 1875.

¹³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 22 jan. 1855.** Livro 01.

para esta obra a quantia de oito contos de reis, ...a estrada que desta segue para o Goynhoem achando-se em mau estado e precisa de ... a quantia de seis contos de reis¹³⁸.

A falta de manutenção dos caminhos foi um problema enfrentado tanto pelos moradores dos Campos de Guarapuava, como por viajantes e tropeiros. Esse assunto foi discutido ao longo do período de 1853 a 1889, com os vereadores da Câmara de Guarapuava insistindo com o governo provincial pela melhoria e exigindo ações mais eficazes, já que eram feitas cobranças de impostos dos animais que trafegavam por tais estradas. Entendiam que a obrigação do governo era de mantê-las em condições de uso.

A estrada que dos campos gerais passando por esta vila segue em direção a província do Rio Grande do Sul, com quanto tenha recebido auxílios do governo ainda longe de ser uma perfeita estrada, devido isto a não podido o mesmo governo consignar uma quantia competente para o término dela, sendo de suma importância pois que passam por ali anualmente mais de vinte mil animais, muares, e outro tanto de animais de diversas natureza, os quais com efetivamente pagão tributo aos cofres da província¹³⁹ ...

As transações comerciais da Vila de Guarapuava estabeleceram-se em torno da compra e venda do gado, cavalos e muares. Os animais que vinham da Província do Rio Grande do Sul invernavam nos Campos de Guarapuava para recuperar o peso e melhorar a qualidade, para serem comercializados na feira de Sorocaba,

Calcula-se em mais de trinta mil os animais que anualmente passam por esta comarca e vão para feira de Sorocaba ... e tendo este município grande parte de campos de criar neles ficam uma boa parte dos animais esperando o tempo da feira o que resulta ao comércio grande vantagem incrementado bastante o estado monetário¹⁴⁰....

Além desse comércio, os habitantes ocupavam-se com a fabricação de queijos, tijolos, telhas e tecidos de lã. Cultivavam, nos vales dos rios Ivaí e Iguaçu, cana-de-açúcar, algodão e arroz. Na Colônia Tereza, fabricavam-se pequena quantidade de cal,

¹³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 5 jul. 1855**. Livro 01

¹³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Relatório ao Presidente da Província Augusto de Padua Fleury**. Dez. 1865.

¹⁴⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava **Relatório ao Vice-presidente da Província Agostinho Emilianio de Leão**. Dez. 1870.

aguardente, rapadura, melado, fumo. A erva-mate era extraída na região adjacente ao rio Goyo-en (Uruguai).

O arroz e o algodão beneficiado para o que possui o laborioso agricultor capitão Frederico Virmond Junior um excelente engenho de descaroçar a soque na margem esquerda do Iguaçu. ... a cultura de trigo, cevada, centeio e linho para os quais o solo se presta admiravelmente aplicam-se a maior parte dos agricultores na plantação do milho, feijão, batata e mandioca que abundantemente produz de cujos gêneros não faz grande exportação por serem feitas as plantações em pequenas escalas e isto devido a escassez de braços¹⁴¹.

Juntamente com o comércio do gado, existiu um comércio paralelo de itens produzidos na Vila e dos produtos de primeiras necessidades inexistentes na localidade. Do litoral da Província do Paraná chegava o sal, produto de extrema necessidade para o trato dos animais e preparo dos alimentos. A carne - seca (charque) era preparada com o sal e utilizada na principal alimentação degustada pelos tropeiros.

A aguardente chegava de Morretes, São Paulo e Colônia Tereza. As manufaturas como chapéus, selins e todos os instrumentos de montaria, redes para dormir, foices, machados eram importados de São Paulo. A Vila fornecia crinas extraídas dos animais e chapéus confeccionados com esse produto, couro, queijos, carne - seca e erva-mate, mas essa troca comercial não era realizada em grande escala, e a razão apresentada era o mau estado de conservação dos caminhos, e os tropeiros que transportavam gêneros do litoral, da capital e de São Paulo muitas vezes preferiam conduzir seus animais sem carga, para que, no retorno, carregados, os animais tivessem condições de resistir às dificuldades das estradas. Dessa forma, o comércio desenvolveu-se na região, e as mercadorias acabavam chegando ao seu destino, porque os homens que enfrentaram essa realidade souberam utilizar suas estratégias para a melhoria dos caminhos.

Observar através do comércio paralelo a política cotidiana dos moradores e intermediadores de mercadorias na Vila de Guarapuava, propicia visualizar situações específicas, cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais, já que no interior

¹⁴¹ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava **Relatório ao Vice-presidente da Província Agostinho Emílio de Leão**. Dez. 1870.

das comunidades existiram incertezas, escolhas, conflitos, negociações, transações provisórias experienciadas no cotidiano das relações sociais.

O Visconde de Guarapuava, mesmo já estando afastado das funções de vereador da Câmara da Vila de Guarapuava e de deputado provincial, continuava prestando serviços para a comunidade. Os vereadores da década de 70 e 80 fizeram referências às suas ações “na estrada desta cidade ao Chapecó tem havido alguns feitos pelos particulares e com especialidade pelo Exmo Barão de Guarapuava, sobre o rio Pinhão de ambos os lados...”¹⁴².

“A igreja matriz graças ao benemérito de vossa senhoria”. “Visconde de Guarapuava” e muitos outros patrióticos habitantes deste município esta com a torre concluída, envidraçada, forrada e assoalhada...”. o governo provincial determinou uma quantia para a obra de 3:000\$00. “o prédio que esta mandando construir esta câmara para a cadeia, e casa da câmara ajudada com o valioso donativo de 800\$000 que fez o Exmo senhor Visconde de Guarapuava...”¹⁴³.

Mesmo que em longo prazo, os moradores conseguiram terminar a igreja, construir a cadeia, a Casa da Câmara, melhorar os traçados das estradas, verba para calçar a serra da Esperança, e outras melhorias para a região, e o notório senhor Antonio de Sá e Camargo participou ora mais ora menos para que o discurso civilizador se transformasse em ações reais na Vila de Guarapuava.

O conjunto de ações desenvolvidas na Vila de Guarapuava permite perceber uma modulação particular da história do Paraná provincial, evidenciando a experiência local e sua interligação com o nacional, a relação do micro com o macro. Segundo Jacques Revel, é possível uma versão diferente da história através da diminuição da escala do observador. Pode-se destacar, entre estas ações, as seguintes: a abertura do caminho que ligava a Vila à Colônia Tereza, localidade determinada pelo Império para o desenvolvimento da experiência com colonos franceses no Brasil; os reparos e a ampliação nas estradas tão necessárias para o desenvolvimento econômico das

¹⁴² CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Relatório apresentado ao Presidente Joaquim Bento de Oliveira Junior**. Dez. 1877.

¹⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Relatório apresentado ao Presidente da Província Luiz Alves de Oliveira Belo**. Dez. 1883.

províncias do sul do Brasil; efetivação de força policial para garantir segurança nos momentos de incertezas provocados pelos conflitos com os índios; a criação de normas através da elaboração e reelaboração do código de postura no desenrolar da política da vida cotidiana dos moradores da Vila de Guarapuava. Através das solicitações, argumentações, reclamações individuais e comunitárias, os moradores da Vila de Guarapuava lançaram mão dessa interatividade e provocaram as mudanças nas diversas situações que afligiam essa comunidade.

Contudo, a idade bastante avançada de Antonio de Sá e Camargo e o fato de ser morador efetivo na cidade de Guarapuava não impediram o velho senhor de participar do acontecimento da passagem do governo provincial para o republicano que deixou marcas na comunidade.

No discurso do deputado Francisco Peixoto de Lacerda WERNECK (1950, p.56 e 58), rememorou-se a trajetória de vida de Antonio de Sá e Camargo, e entre as lembranças recuperadas nesse discurso foram evidenciadas as divergências políticas do Visconde de Guarapuava na localidade:

Bem a propósito, quero lembrar, neste momento, uma passagem da vida do Visconde de Guarapuava, que ficou de forma indelével vinculada à de minha família que formava, sempre, em oposição à facção política dirigida pelo Visconde de Guarapuava... Coube à nós, bisneto de Frederico Guilherme Virmond – irreconciliável adversário político do Visconde – neto do Juiz republicano – seu companheiro na Revolução 93 – a honra de falar nesta cerimônia.

O Visconde esteve sempre ligado ao grupo do Partido Liberal, do qual faziam parte seu pai, Antonio Joaquim de Camargo, o sogro, José Caetano de Oliveira e o cunhado, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, entre outros parentes. Os dois partidos políticos do período imperial eram o Liberal formado pela coalizão de profissionais liberais e de donos de terras, e o Conservador, formado por burocratas e também por donos de terra. José Murilo de CARVALHO (1996, p.192-193), ao analisar a composição dos partidos, no período imperial, informa que os proprietários rurais,

se compunha de elementos que se consideravam liberais por defenderem a descentralização do poder em benefício de interesses locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos. Dentro do Partido Conservador estavam os burocratas, defensores constantes do fortalecimento do poder central, esteios da formação do Estado Imperial.

Para entender o diferencial entre os proprietários de terra que faziam parte do Partido Liberal e os que estavam ligados ao Partido Conservador, é preciso localizá-los geograficamente. Os conservadores concentravam-se, em maior número, nas regiões de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, cujos interesses comerciais eram voltados para a exportação, e preocupavam-se em manter a estabilidade do sistema. Já os liberais estavam localizados nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e não tinham interesse em manter a centralização do governo imperial. No Paraná, a composição dos partidos, depois da emancipação política e administrativa, em 1853, era a seguinte: os proprietários de terras das regiões de Campos Gerais, Palmeira, Guarapuava, Castro e Lapa estavam ligados ao Partido Liberal. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, cunhado e primo do futuro Visconde de Guarapuava, era o chefe e mentor desse partido na Província e, com ajuda da sua parentela, constituiu a mais poderosa oligarquia regional. Os representantes do Partido Conservador foram as famílias que detinham o poder no litoral e controlavam o comércio importador e exportador, em especial da erva-mate. Seus representantes eram os senhores Manuel Antônio Guimarães e Manuel Francisco Correia.

O Partido Republicano foi fundado por volta de 1870, por elementos com uma posição mais radical, que não compartilhavam da ideologia dos conservadores como também não apoiavam os liberais.

Nos tempos conturbados da consolidação da República, o jovem juiz Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, formado na Faculdade de Direito de Recife, que durante sua vida acadêmica teve contato com os ideais abolicionistas e republicanos, depois de formado, veio atuar como juiz, em Guarapuava. Casou-se com a Filha de Frederico Guilherme Virmond, a senhorita Eponina Virmond de Lacerda. Seu pai chefiava o grupo político local contrário ao de Antonio de Sá e Camargo.

Lacerda Werneck, contrário à forma de governar do marechal Floriano Peixoto, resolveu romper com seus familiares, que davam apoio ao governo do Marechal, e montar um batalhão armado para defender seus ideais republicanos. Seu sogro era o presidente da Câmara de Vereadores de Guarapuava. “A presente sessão tem por fim esta Câmara telegrafar ao Governo Provisório dos Estados Unidos do

Brasil e ao Governo do Estado do Paraná aderindo ao Governo republicano e oferecendo a ele o seu franco apoio¹⁴⁴...”.

Forças contrárias ao marechal Floriano Peixoto formavam-se nas diversas localidades do território brasileiro e em Guarapuava Lacerda Werneck foi o responsável pela organização de um Batalhão. Foi nesse momento que procurou o velho Visconde, para pedir ajuda para a aquisição dos recursos materiais.

Procura-os com o Visconde de Guarapuava que, não obstante alquebrado pelas lutas, pelos trabalhos, pelos 86 anos que lhe pesem, empresta o apoio moral, o auxílio material para armar o batalhão, para guerrear contra uma situação que o Juiz declarava inconstitucional, ilegal, que não condizia com os ideais cristalinos da República que, nos bancos acadêmicos, com Silva Jardim e com Seabra, ele sonhara e que também ajudara a construir.

O Visconde de Guarapuava estende sua mão dadivosa ao irrequieto Juiz – e o moço republicano e o velhinho monarquista – se apertam as mãos num cumprimento que simboliza a união de duas eras – as mais distintas – as mais antagônicas. A Monarquia que fora, - a República que nascera - numa instabilidade muito própria de uma infância mal dirigida e um tanto desambientada (WERNECK, 1950, p.57).

O Visconde de Guarapuava, velho monarquista ligado ao Partido Liberal da Província do Paraná, colaborou com o jovem republicano, que tinha sonhado e idealizado uma república diferente, e esse encontro, na história do Brasil, entre dois indivíduos tão diferentes, deixou marcas na trajetória de vida do personagem estudado.

Esse jovem forasteiro era neto de um grande fazendeiro de café do Rio de Janeiro - o Barão de Pati do Alferes, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, homem de influência no seu meio. Luiz Francisco trouxe com ele, para a Província do Paraná, seus ideais, mas foi traído pelos representantes do governo republicano.

¹⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava. **Ata da sessão extraordinária dos vereadores no dia 23 nov, 1889.** Livro.

A imprensa local, através do jornal **O Guayra**, deixou registradas notícias do Batalhão Visconde de Guarapuava¹⁴⁵ (Anexo 4), incentivado e criado por Luiz Francisco Peixoto de Lacerda Werneck,

Advertidos pelo enérgico apelo que, no último numero desta folha, o Coronel Dr. Lacerda Werneck e a redação desta folha dirigiram ao povo guarapuavano despertou este sono profundo em que adormecera seus mais vitais e sagrados interesses. O Batalhão V. de Guarapuava está em formação!

Conta grande número de voluntários; tem a oficialidade quase completa e muitas pessoas tem corrido a fazer ofertas de animais cavaleiros, gado, armas e dinheiro para sua organização e manutenção enquanto aqui estiver¹⁴⁶.

No artigo escrito por Honorina Martins de Araujo, ela fez referência à ajuda prestada por Antonio de Sá e Camargo para a formação do Batalhão de Guarapuava.

Após longos e trabalhosos dias, conseguiu finalmente coadjuvado pelo benemérito Visconde de Guarapuava, o incansável e digno patriota Coronel Dr. Lacerda Werneck, convencer os dignos filhos de Guarapuava, de que acima do amor devido a família... esta o sagrado dever do patriotismo¹⁴⁷...

Outra forma de solicitação e pedido de apoio utilizado pelos defensores da República para convencimento da população foi a poesia. O poeta guarapuavano Antonio Martins de Araujo, através de seus versos, exaltou o Exército Libertador,

Avante pois, defensores
Da República adorada,
Da Pátria a imagem sagrada
Bem alto erguendo de pé;
Provai ao mundo que o povo
Não é rebanho de escravos,

¹⁴⁵ O corpo oficial foi composto por Estado Maior: D. Lacerda Werneck. Tenente Coronel: José Fagundes Serrano. Major Fiscal: Raphael Marcondes de Araujo. Capitão ajudante: Luis Miguel Schleder. Tenente secretário: Francisco de Paula Alves. Tenente quartel-mestre: Nestor Martins de Araujo. 1ª Companhia, Capitão: Miguel Stresser. Tenente: Paulino Ayres de Aguirra. Alferes: Rodrigo Antonio Perreira. 2ª Companhia, Capitão: Rodolpho Boese. Tenente: José de Moraes Camargo. Alferes: Paulino Mattoso do Nascimento e Tiburcio Cardoso Marques. 3ª Companhia, Capitão: Diogo Ferreira de Siqueira. 4ª Companhia, capitão; Pedro Ayres de Araujo Lima. Tenente: Coriolano de Sá Ribas. Alferes: Augusto Bastos Marcondes e Diocleciano Lino da Silva. Instrutores: Francisco de Paula Pletz, Chistiano Pletz e Francisco de Almeida. (O Guayra, 13 de março de 1894, ano 1, nº49).

¹⁴⁶ **O Guayra**. Guarapuava, 18 de mar, 1894, n. 49, Redator, Luiz D. Cleve, proprietário Serafim Ribas.

¹⁴⁷ **O Guayra**. Guarapuava, 18 de mar, 1894, n. 49, Redator, Luiz D. Cleve, proprietário Serafim Ribas.

Mas, sim, punhados de bravos,
Das liberdades na fé!¹⁴⁸
(ARAUJO, 1894, p.1)

O batalhão Visconde de Guarapuava foi treinado pelos guarapuavanos que participam da Guerra do Paraguai: Francisco de Paula Pletz e Christiano Pletz. Mas, não chegou a participar de nenhuma frente de combate, porque Gumercindo Saraiva recuou e os legalistas conseguiram recuperar terreno. Ao terminar a revolta, Lacerda Werneck e seus companheiros precisaram fugir de Guarapuava e rumaram para o sertão do Iguaçu para refugiarem-se na Argentina. Mas, as forças legalistas alcançaram o jovem idealista republicano Lacerda Werneck e seus companheiros. O que restou aos revolucionários, inimigos políticos, foi o fuzilamento, procedimento adotado pelos legalistas.

Já o velho Visconde, morador há muitas décadas na Província do Paraná, líder político da cidade, aguardou a chegada do Coronel Braz Abrantes, apresentando-se como seu prisioneiro, deixando de lado seu passado monarquista de comendador, Major, Coronel, Barão e Visconde. Mas, suas ações, atitudes e serviços prestados em nível local, regional e nacional deram-lhe garantia para enfrentar Braz Abrantes, que nada fez ao velho monarquista.

O Visconde, em sua trajetória de vida, para historiadores e memorialistas, pautou sua conduta com um “natural entusiasmo suscitado pelo espírito de ‘provincialismo’” (FERNANDES, 1950, p.18), que lutou juntamente com os liberais contrerrôneos para a emancipação administrativa da Província do Paraná, em 1853, e em período posterior representou sua comunidade como deputado na primeira Assembléia Legislativa Estadual. Retornou ao cargo de deputado provincial em 1864-1865. Atendendo aos apelos do imperador Pedro II, para que todos os brasileiros ajudassem a pátria, que estava em guerra contra o Paraguai, o Visconde participou, com ajuda em dinheiro, para auxiliar nas despesas causadas pela guerra, e libertou seus escravos para fazerem parte do corpo de Voluntários da Pátria. Foi o chefe e

¹⁴⁸ **O Guayra**. Guarapuava, 18 de mar, 1894, n. 49, Redator, Luiz D. Cleve, proprietário Serafim Ribas.

comandante do 7º Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional, tornando-se o responsável pela defesa da fronteira sudoeste do território paranaense com o Paraguai, “serviu sempre, com dedicação, a causa do Império do Brasil”. Seguindo seus princípios, o velho Visconde entendeu que a manutenção da ordem, naquele momento, era necessária para garantir a manutenção do Estado, do território paranaense e da identidade de brasileiro.

Nesse período de sua vida, os sertões que ajudara a conquistar já estavam desbravados e ocupados; os grupos indígenas que administrara já não representavam ameaça; o tropeirismo que lhe dera poder econômico encontrava-se retraído; os caminhos que administrara não eram mais vitais, pois a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá tornara-se mais importante; a erva - mate era agora o produto dominante nas exportações e trazia os grandes dividendos para o Estado; os escravos encontravam-se libertos, substituídos pela mão-de-obra livre, que avançava com a economia cafeeira ao norte e com a imigração européia no território paranaense; a religião católica não estava mais atrelada ao Estado, convivendo com as diversas religiões dos imigrantes; a Guarda Nacional já não existia, e os coronéis e comandantes pertenciam ao Exército Nacional; a capital do Estado detinha o controle do poder político e as relações com o Estado eram impessoais e burocratizadas. O cidadão guarapuavano, Antonio de Sá e Camargo, político e representante de sua comunidade no governo monarquista, aceitou a nova ordem e manteve-se como respeitável conselheiro, sintetizando a memória coletiva de sua região.

FIGURA 16 – RETRATO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.



Fonte - Acervo Museu Paranaense

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da micro-história, ao reduzir a escala de observação do macro-social, aprofundando a do micro-social, introduz o historiador em situações pouco vivenciadas na produção da história, seu objeto assume proporções incomensuráveis, ao se adentrar nas múltiplas facetas que passam a ser reveladas. Desse modo o indivíduo - o micro do social – torna-se um fenômeno social complexo, onde se encontram todos os elementos da cultura e da sociedade. As determinações do político e da economia se sujeitam as regras, as normas, as sensibilidades, indicando os indivíduos como personagens do teatro da vida, conforme já demonstramos através do estudo do estado da arte, cujos autores foram citados.

Pensar sobre estas variáveis é possível, utilizando a metodologia científica. Evidenciá-las, eis a questão da micro-história. Tomando Antonio de Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava como objeto numa perspectiva histórico-biográfica, pode-se estudar um período histórico pela perspectiva de um indivíduo, de sua sensibilidade, de suas reações registradas em diferentes domínios sociais. Dependendo do contexto, o personagem pode ser desde um “ator genial” até o “espectador desolado”, evidenciando o indivíduo nos diferentes papéis que ocupou durante sua trajetória de vida.

Certamente a leitura da documentação oficial, pública e privada, passou por um crivo e um olhar no qual a restituição do indivíduo é fundamental. Desse modo percebe-se que a discussão da memória como instrumento da análise histórica deve concebê-la como um fenômeno simultaneamente coletivo e individual, tomado do presente com recortes e seleção sobre o passado.

A reconstrução da trajetória do indivíduo Antonio de Sá e Camargo – Visconde de Guarapuava foi escrita pautada nas literaturas teóricas e metodológicas e na interpretação das fontes selecionadas, como os registros a respeito da administração e da abertura dos caminhos para a região sul do Brasil, da administração do aldeamento indígena nos Campos de Guarapuava e da construção da igreja, as atas do

período de 1853 a 1889 que registraram informações referentes ao cotidiano da localidade e de sua atuação como vereador, o registro de revalidação das terras ou Registro do Vigário, registros de compra e venda de imóveis, procurações, testamentos, inventários, cartas particulares, registros de batizados, registros de óbitos entre outras fontes, como a viagem à cidade de Palmeira, onde se visualizam os belos campos descritos pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire, as habitações do avô materno, a casa branca da serra, a casa da fazenda Conceição, onde o personagem viveu a sua infância e a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira. O olhar do viajante do passado, o olhar do pesquisador do presente, captura ou seduz despertando suposições sobre os sentimentos do personagem analisado.

Procurou-se na interseção das fontes esclarecer lacunas, ausências e imprecisões, fazendo o máximo para seguir o rastro do personagem na perspectiva do presente para o passado e compreender o mundo vivido pelo Visconde de Guarapuava.

Seu comportamento, sua personalidade e a influência do meio circundante o tornaram um homem do século XIX, um “homem de bem”. Detentor dessa característica, teve condições de implantar, na localidade, as determinações do imperador, de fazê-la progredir, garantindo a posse do território, e expandir a ocupação dos Campos de Guarapuava, mantendo a hierarquia social. Construiu sua trajetória de vida pautada na honra, no autoritarismo, na caridade, nas idéias progressistas e civilizadoras, entre outras. Essas características o qualificaram como um modelo ideal de indivíduo atendendo às necessidades e às aspirações da sociedade paranaense, no final do século XIX e meados do XX, ao ser eleito como um dos seus representantes da memória histórica paranaense para ser rememorado e celebrado.

A imagem do Visconde de Guarapuava, nos meados do século XX, foi construída pelas manifestações que celebraram o cinquentenário da sua morte. Expressões como “Ilustre paranaense”, “Progressista entusiasta - destemido bandeirante”, “Poderoso fazendeiro”, “natural entusiasmo suscitado pelo espírito de provincialismo”, “Modesto Visconde” e “Velhinho monarquista” são alguns exemplos de aclamações que Antonio de Sá e Camargo recebeu.

Ao reconstruir a trajetória de Antonio de Sá e Camargo, buscando uma alternativa para entender a microconflitualidade local, desvendaram-se outros personagens que compartilharam de sua história. A rede de parentela, reforçada com os casamentos no grupo familiar, evidencia as conexões entre a política, a riqueza e a administração em níveis que se articulam do local ao nacional. Seus parentes desempenharam cargos na ocupação dos sertões da 5ª Comarca de São Paulo, depois de 1853, Província do Paraná; nas igrejas, o irmão e também os primos atuaram como vigários em Palmeira, Castro, Guarapuava e Palmas; como membros da Guarda Nacional o irmão, cunhado, primos, sobrinhos, exerceram funções; na direção política e administrativa da província do Paraná, o primo e cunhado; na Assembléia Legislativa o irmão, primo e cunhado; no comércio das tropas na Província do Paraná em especial nas cidades de Palmeira; Palmas, Castro, Guarapuava, Curitiba e também nas províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul, os avôs, pai, irmãos, tios e primos; na política do império, o seu primo e cunhado, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi nomeado pelo imperador Pedro II, como ministro da Agricultura, Comércio e obras públicas.

Na releitura do seu passado, o detalhamento e o cruzamento da documentação selecionada permitiram percebê-lo na prática de suas funções públicas: como administrador dos caminhos da Vila de Guarapuava, administrador das obras da igreja matriz, diretor do aldeamento dos índios Kaingangue que habitavam a região, membro da comissão inspetora das primeiras letras, juiz de paz, delegado, comandante da Guarda Nacional de Guarapuava, chefe local do Partido Liberal, vereador da Câmara, deputado provincial, vice-presidente da Província do Paraná, e já no final de sua existência um velho conselheiro local que atendia à população com conselhos, empréstimos de dinheiro e financista de idéias, entre estas, a navegação do rio Iguaçu e a ajuda prestada ao juiz Francisco Peixoto de Lacerda Werneck para montar o batalhão revolucionário em defesa dos ideais de republicano que ousou defender.

No universo privado, sofreu as coerções inevitáveis do meio, como a decisão de romper seu casamento, mas manter o vínculo religioso, não se separar judicialmente e respeitar o jogo social, comparecendo acompanhado da esposa nas festas religiosas e

nos batizados. A esposa mesmo não vivendo junto, participava da continuidade dos seus negócios. A decisão tomada ultrapassou qualquer sentimento que porventura tivesse existido entre ele e sua mulher. Essas questões evidenciam a relação intrínseca dos universos - íntimo, privado e o público -, que se articularam, na trajetória do personagem.

Não conseguiu seguir a norma de constituir uma família, de deixar descendentes para perpetuar seu nome, regra básica do período para um “homem de bem”. Seus irmãos e irmãs deixaram muitos descendentes, e até o irmão que, seguindo as regras familiares tornou-se padre, posteriormente abandonou a batina para se casar e constituir família.

A interdependência com os parentes garantiu aos filhos menores de seu irmão Francisco de Paula Camargo parte de suas terras e, após sua morte, as duas filhas de Mathilde Umberlina de Camargo, sobrinha do Visconde, mediante testamento tiveram direito à metade da sua riqueza, a outra de direito foi para Zeferina, esposa. Talvez a tragédia de perder seu único filho tenha feito com que passasse a se dedicar à caridade, fazendo inúmeras doações para asilos, Santa Casa de Misericórdia e orfanatos, nas Províncias do Paraná e São Paulo e mesmo na Corte ou para manter sua imagem de “homem de bem”.

Após a queda do Império Brasileiro e o advento da República, o velho Visconde de Guarapuava, político e representante de sua comunidade no governo monarquista, aceitou a nova ordem e manteve-se como respeitável conselheiro, sintetizando a memória coletiva de sua região.

Do exposto ao longo desta tese, conclui-se que, entre os paranaenses que nasceram e viveram no século XIX, Antonio de Sá e Camargo, Barão e Visconde de Guarapuava, foi neste universo de geração um dos escolhidos por essa sociedade para ser lembrado. Seu contemporâneo Taunay deu-lhe a credibilidade de “um brasileiro que honra o Brasil inteiro”. Essa escolha permaneceu no século XX, como indivíduo que continuou atendendo às aspirações coletivas de modelo de homem a ser celebrado como representante da memória e da identidade paranaense. Exemplificando esse permanente retorno ao modelo de homem criado em torno da imagem de Antonio de

Sá e Camargo - Visconde de Guarapuava em 2004, o memorialista Luiz Romaguerra Netto em artigo no jornal Gazeta do Povo, colocou-o como “O maior homem do Paraná”, e em Guarapuava o 26º Grupo da Artilharia e Campanha atribuiu-lhe o nome a sua corporação.

A abordagem da micro-história apresenta-se como procedimento prático, capaz de revelar a trama do jogo das relações sociais em que os personagens são inseridos. Permite evidenciar as múltiplas relações entre íntimo, privado e público num constante entrelaçamento onde os limites são praticamente indemarcáveis. Essas amplas estruturas encontram-se articuladas, construindo e sendo construídas pelos personagens que não fazem uma leitura mecânica das suas vidas, porque representam papéis, em constante mudança. A micro-história coloca, portanto, os personagens como atores e espectadores, tanto na atualização das regras como na sua superação, conforme se demonstra no estudo histórico-biográfico, sustentado teoricamente pela micro-história, do personagem Visconde de Guarapuava.

Em relação à reconstrução da trajetória de Antonio de Sá e Camargo – ator histórico – pode-se concluir que a sua participação simultaneamente nos universos econômico, do social, do político, do religioso, do cultural e familiar, intermediando os contextos que variaram do local ao nacional, revelou uma modulação particular e diferente da História do Paraná, que em grande parte deve ser atribuída à história do Visconde de Guarapuava.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

OLIVEIRA, J. C. **Doença Zeferina**. Paranaguá, 2 de out. 1861. Arquivo da Biblioteca do Paraná – Divisão Paranaense.

_____. **Doença Zeferina**. Palmeira, 25 fev. 1862. Arquivo da Biblioteca Publica do Paraná – Divisão Paranaense.

_____. **Doença Zeferina**. Palmeira, 28 fev. 1862. Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná – Divisão Paranaense.

SÁ, J. M. O. **Recordações familiares**. Suíça, 2 out. 1898. Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná – Divisão Paranaense.

ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO. **Sessão extraordinária de 13 set. 1852**. Castro. Livro n.5, p.128-129.

_____. **Sessão extraordinária de 18 out. 1834**. Castro. Livro n.5, p.97-98.

_____. **Sessão ordinária de 4 maio 1836**. Castro. Livro n.5, p.105.

_____. **Sessão ordinária de 23 fev. 1835**. Castro. Livro n.5, p.111 v.

_____. **Ofício dos vereadores**. Castro, abr.1833. Arquivo do Estado de São Paulo.

ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Guarapuava, **Ata da sessão de posse realizada no dia 9 de abr. de 1853**. Livro 01, p.1 verso.

_____. Guarapuava, **Ata da sessão realizada no dia 10 de nov de 1853**. Livro 01, p.13/14.

_____. Guarapuava, **Ata da sessão realizada 13 abr. 1853**. Livro 01.

_____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 20 mai. 1853**. Livro 01.

- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 21 mai. 1853.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 06 nov. 1853.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 10 fev. 1854.** Livro 01
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 12 nov, 1854.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 16 nov, 1854.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 22 jan, 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 3 fev. 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 23 fev. 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 23 mar, 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 29 mar, 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 5 jul. 1855.** Livro 01.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão realizada no dia 8 mar. 1865.** Livro 02..
- _____. Guarapuava, **Ata da sessão realizada no dia 26 jun. 1865.** Livro 02.
- _____. Guarapuava. **Ata da sessão extraordinária dos vereadores no dia 23 nov. 1889.**
- _____. **Relatório dos vereadores ao presidente da Província Antonio Barbosa de Oliveira.** Guarapuava, 8 jan. 1862.
- _____. **Relatório dos vereadores ao presidente da Província Augusto de Padua Fleury.** Guarapuava, dez, 1865.
- _____. **Relatório dos vereadores ao vice - presidente da Província Agostinho de Emiliano de Leão.** Guarapuava, dez, 1870.
- _____. **Relatório dos vereadores ao presidente da Província Joaquim Bento de Oliveira Junior.** Guarapuava, dez, 1877.
- _____. **Relatório dos vereadores ao presidente da Província Luiz Alves de Oliveira Belo.** Guarapuava, dez, 1883.

CAMARGO, A de S. e. **Agradecimento ao presidente da província homenagem guarda nacional.** Guarapuava. 12 jul. 1870. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Comunicado de licença.** Guarapuava. 05 jun. 1871. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Comunicado ao Presidente da Província.** Guarapuava. 14 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Informações a respeito dos guardas para o serviço da guerra.** Guarapuava, 25 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Informações dos guardas nacionais de Guarapuava.** Guarapuava. 06 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Ofício ao Presidente da Província do Paraná.** Guarapuava, 5 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal, Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Ordens para seus comandados.** Guarapuava. 19 dez. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Pedido ao capitão Estevão Ribeiro do Nascimento.** Guarapuava. 24 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Reclamações familiares guardas destacados.** Guarapuava. 20 dez. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Reclamações com o pagamento dos praças destacados.** Guarapuava. 02 jan. 1866. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Solicitação aos seus comandados.** Guarapuava. 21 nov. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

LOURES, F. F. da R. **Ata com informações a respeito de eleições.** Guarapuava, 14 jan. 1854. Arquivo Câmara Municipal de Guarapuava. Livro 01, p.22-23.

_____. **Informações qualificação corpos destacados Guarapuava.** Guarapuava, 24 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Informações sobre problemas internos do comando.** Guarapuava. 10 jul. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

_____. **Ofício informações corpos destacados.** Guarapuava. 25 fev. 1865. Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Expediente da Guarda Nacional de Guarapuava.

ARQUIVO DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA.

ARAUJO, Antonio Braga de. **Registro de óbito de Firmino.** Livro de assentos de óbitos. Guarapuava, 23 ago. 1867, livro n.1B, p.8 verso.

CAMARGO, Antonio de Sá. **Declaração das terras possuídas.** Guarapuava, 6 out. 1855. Registro n. 31, p.14/15.

QUEIROZ, Agostinho José de Almeida. **Declaração das terras possuídas.** Guarapuava, 19 maio. 1856, Registro n. 238, p.93.

VICENTE, Domingos. **Registro de óbito de Antonio de Sá e Camargo.** Livro de assentos de óbitos pessoas livres nesta paróquia, Guarapuava. 07 nov. 1896, registro n. 33.

ARQUIVO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA PALMEIRA

ZEFERINA, Marcondes de Sá. **Óbito.** Palmeira, 27 jun.1905, n.252, livro 5, folha 73 verso.

ARQUIVO CARTÓRIO DA 1ª VARA CIVIL DO FÓRUM DE PALMEIRA

Autos de inventário dos bens deixados por falecimento de Zeferina Marcondes de Sá, Viscondessa de Guarapuava, Inventariante Dr. Affonso Alves de Camargo. Palmeira, 16 jul. 1905.

ARQUIVO CARTÓRIO DA 1ª VARA CIVIL DO FÓRUM DE GUARAPUAVA

Autos de inventário dos bens deixados por falecimento de Manoel Mendes de Araujo. Guarapuava, Out. 1859.

Autos de inventário dos bens deixados por falecimento de Hermenegildo Alves de Araujo. Guarapuava, abr. 1877.

Autos do inventário e partilha de bens deixados pelo Visconde de Guarapuava. Guarapuava, 1 dez. 1896, n.463. Inventariante major Manoel de França Camargo.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

CAMARGO, A. S. **Ofício informação da guarda nacional**. Guarapuava, 12 set. 1858. Arquivo Histórico Municipal de Guarapuava.

ARQUIVO DA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA PALMEIRA

PASSOS, Antonio Duarte. **Registro de casamento de Antonio de Sá e Camargo com Zeferina Marcondes de Sá**. Livro de assentos de casamentos do Termo da Freguesia de Nossa Senhora da conceição da Palmeira. Palmeira 3 dez, 1836, folha 23.

VIEIRA, Generoso Alexandre. **Registro de batismo de Firmino**. Livro n.3 de assentos de batizados da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira. Palmeira, 29 jun, 1839.

_____. **Registro batismo de Zeferina Marcondes de Sá**. Livro n. 3 de assentos de batizados da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Palmeira. Palmeira, 13 jan. 1822.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. **Título honorífico a Antonio de Sá e Camargo** Cx.789, Oficialato da Ordem da Rosa – RJ. 30/10/1861, doc.3 anx- 4fls, Doc.1 – Doc. 50.

_____. Rio de Janeiro. **Título honorífico a Antonio de Sá e Camargo**. Cx.787–D, Pac. 3. doc.19.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

CAMARGO, A de S. **Pedido de demissão do cargo de diretor dos índios.** Guarapuava, 23 jul. 1855. Arquivo Público Paraná. A P.017, p.7.

ARQUIVO PARTICULAR DE JOÃO CARLOS PRESTES TAQUES JUNIOR

TORRES, J.C.P. de A. Nomeação de Antonio de Sá Camargo para Posto de Sargento Mor da Guarda Nacional. São Paulo, 12 jan. 1843.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ARAUJO, A. B. **Informações a respeito da Vila.** Guarapuava, 15 de set. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO. **Ofício dos vereadores.** Castro, abr. 1833. Arquivo do Estado de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA, **Cópia da Ata da sessão realizada 2 jun. 1853.** Arquivo Estado de São Paulo.

CAMARGO, A de S. **Administração estrada da Mata.** Guarapuava, 26 maio. 1850, Arquivo Estado de São Paulo.

_____. **Dispensa da comissão inspetora das aulas de primeiras Letras.** Guarapuava, 2 fev. 1850, Arquivo Estado de São Paulo.

_____. **Reparo das estradas,** Guarapuava, 24 jun. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

_____. **Solicitação aldeamentos índios.** Guarapuava, 10 jun. 1848, Arquivo Estado de São Paulo.

_____. **Solicitação instrutor para esquadrão.** Guarapuava, 10 fev. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

_____. **Solicitação ao presidente da Província construção da igreja.** Guarapuava, 16 abr. 1841, Arquivo Estado de São Paulo.

CARNEIRO, J. N. **Demissão do alferes da 1ªsecção.** Guarapuava, 30 abr. 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

_____. 30 abr. 1846, Arquivo do Estado de São Paulo.

LOURES, A da R. **Carta ao presidente da Província de São Paulo**. Guarapuava, 8 mar. 1825. Arquivo Estado de São Paulo.

_____. **Informações ao presidente da Província do ataque de índios na Freguesia. Freguesia de Nossa Senhora de Belém**. 8 de maio. 1836. Arquivo do Estado de São Paulo, C 193, p 2, D 57, O 988.

_____. **Lista nominativa 1832**. Guarapuava, 2 abr. 1832, Arquivo do Estado de São Paulo.

_____. **Lista nominativa 1833**. Guarapuava, jan. 1833, Arquivo do Estado de São Paulo.

MACHADO, J. da S. São Paulo, 27 maio. 1841, Arquivo do Estado de São Paulo.

OFÍCIO dos moradores da Freguesia do Belém aos vereadores de Castro. Guarapuava, 2 abr. 1833. Arquivo do Estado de São Paulo.

SÁ, M.M. **Criação da Câmara da Vila de Guarapuava**. Guarapuava, 1849, Arquivo do Estado de São Paulo.

ARQUIVO DO TABELIONATO DE NOTAS DE GUARAPUAVA

ABREU, Feliciano Francisco de. **Carta de venda do Capitão Domingos Ignasio de Araújo e esposa ao Alferes Manoel Mendes de Araújo**. Freguesia de Belém, 16 nov. 1837, p.42-43 livro 03, Tabelionato de Notas de Guarapuava.

ARAÚJO, M. M. **Pedido Sesmaria pelo Alferes Manuel Mendes de Araujo**. Guarapuava. Tabelionato de Notas, Guarapuava, 16 nov. 1837 fls 41-42.

CAMARGO, A. de S. **Compra da casa na vila. Guarapuava**. Tabelionato de Notas de Guarapuava, 18 out. 1860, livro 06, folha 15.

_____. **Compra da internada Grande Boa Cria**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 7 dez 1868, livro 12, folha 20.

_____. **Substabelecimento de procuração**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 27 fev. 1849, Livro n.01, p.107/108.

_____. **Troca de terrenos em Guarapuava**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 4 ago. 1873, livro 16, folha 26.

_____. **Venda da casa na Vila**. Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 15 out.1891, livro 33, folha 04.

_____. **Venda dos Campos Boa Cria.** Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava. 3 set. 1888, livro , folha 28.

_____. **Venda de campos e matas da Fazenda Boa Cria.** Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 6 out. 1890, livro 32, folha 42.

_____. **Venda da fazenda Floresta em Palmas.** Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 19 jun. 1850, livro 03, folha 13.

_____. **Venda da internada São Pedro.** Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 24 jan. 1887, livro 29, folha 40.

_____. **Venda de parte de campo da Fazenda Boa Cria.** Guarapuava, Tabelionato de Notas de Guarapuava, 8 abr. 1859, livro 05 folha 20.

ZEFERINA, M. S. **Procuração de doação aos sobrinhos.** Guarapuava, Tabelionato de Notas, 20 dez. 1896, livro 16, fls.14.

LIVROS, ARTIGOS E TESES.

ABREU, A. T. G. **A posse e o uso da terra:** modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: BPP/SECE, 1986.

ABREU, R. **A fabricação do imortal:** memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALMEIDA, L. C. Tropeiros do Brasil na feira de Sorocaba. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Anais ...** Rio de Janeiro: 7 a 16 set. 1944. Publicação 1952. Vol. II, Conselho Nacional de Geografia.

ARAUJO, A. M. Ao exército libertador. **O Guayra.** Guarapuava, 13 mar. 1894.

ARAUJO, H. M. de. O batalhão Visconde de Guarapuava. **O Guayra.** Guarapuava, 13 mar. 1894.

BALHANA; A P. MACHADO; B. P.; WESTPHALEN C. M. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar. 1969.

BELLOTTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo 1765 - 1775. São Paulo: Conselho de Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1974.

BENSA, A. Da Micro-História a uma antropologia crítica. In: REVEL, J.(org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BIOGRAFIA, biografias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Unijui, v.17, n. 33, 1997.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE. Vol. IV, abril 1950.

BORGES, V. P. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940) In: BRESCIANI; S. NAXARA, M. **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2001.

BOUTIER, J.; DOMINIQUE, J. (Org) **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. ; MORAES, M. **Usos & abusos da história oral**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. **Coisas ditas**, São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **L'illusion biographique, actes de la recherche en ciences sociales** (62-63): 69, 1986.

BURKE, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica**. Difel.

BURMESTER, A M. MAGALHÃES, M. & PAZ, F. M O paranismo em questão: In: SILVA, M. A (org.) **República em migalhas**. São Paulo: ANPUH, marco zero, 1990.

BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2001.

CALDEIRA, G. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, A. L. de A. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CARDOSO, C., VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, D. O Visconde de Guarapuava. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: v.IV, 1950.

CARNEIRO, D. **História do período provincial do Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, J.M. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, J. M. **Formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CARVALHO, J.M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, J. B. de. A guarda nacional. In: (Org.) HOLANDA, S. B. de.; CAMPOS, P. M. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão, 1971, t.2. v.4.

CERUTTI, S. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CORREIA, L; OLIVERO, M. F. **Guarapuava**. 2. ed. Curitiba: Olivero, 1928.

COSTA, S. G. **História política da Assembléia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

COSTA, O.R.G. **A reforma agrária no Paraná**. Curitiba: 1977. Tese (Doutorado, UFPR).

CLEVE, L. D. Batalhão V. de Guarapuava. **O Guairá**. Guarapuava, 13 mar. 1894.

Da MATTA, R. **Conta de mentiroso**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL Priore, M. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. **Revisão do paraíso:** os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DI CREDDO, M. do C. S. **Terras e Índios:** a propriedade da terra no Vale do Paranapanema. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica:** memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DUBY, G. **Guilherme Marechal:** o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

ELIAS, N. **Mozart, sociologia de um gênio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.

FAORO, R. **Os donos do poder:** a formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FERNANDES, L. O cinquentenário do visconde de Guarapuava. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba: v.IV, 1950.

FERNANDES, F. R. **Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa:** dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa. Curitiba: UFPR, 2003.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos & abusos da história oral.** 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FRANCO, A. M. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava.** Curitiba: Tip. João Haupt, 1943.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREYRE, G. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 2.ed. Rio de Janeiro/Recife, Artenova/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, 1979.

FREITAS, Astrogildo. In: WAYER, T. W. **Coletânea, memória de Palmeira**. Palmeira: Prefeitura Municipal de Palmeira. 1992.

FLEIUSS, M. **História administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

GALLARDO, D. H. G. **Terras e gado no Paraná tradicional**. São Paulo: 1996. Tese (mestrado) USP.

GARCEZ, J.M.F. Notas biográficas sobre Afonso Botelho de Sampaio e Sousa. In: **Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII**. São Paulo: BNP, Paribas, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, C; CASTELNUOVO, E; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel-Bertrand, 1989.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Microstoria: due e tre cose cue so di lei. **Quaderni Storici**, v.86, p.511-39, 1994.

_____. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil/Difel-Lisboa, 1989.

_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhias das Letras, 1989.

GOMES, P. F. **Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-colono condenado pela inquisição 1680-1744**. São Paulo: Companhias das letras. 1997.

GOULART, J. A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. **Quaderni Storici**, v.35, 506-20, 1977.

_____. Famiglia e communita, **Quaderni Storici**, v.33, 881-91, 1976.

_____. Repensar a micro-história? In: REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, S. B. de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira II**. O Brasil monárquico. 2. Dispersão e Unidade. 3.ed. São Paulo: D. Européia de Livros, 1972.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhias das Letras, 1998.

HUNT, L.(org.) **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LACERDA, D. T. Visconde de Guarapuava – Bandeirante d'Oeste. In: **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: v.IV, 1950.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J.(org). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: Unicamp, 1998.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, J. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? **Le Débat**, 1989, p. 49-50.

LE GOFF, J.; PIERRE, N. **História**: novos problemas. 2.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

LE GOFF, J. **História e memória**. 3.ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

_____. **São Luiz, biografia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEME, L. G. da S. **Genealogia paulista**. São Paulo: Duprat&Comp, 1903.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

LEVI, G. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, G. Les usages de la biographie. **Annales ESC**, v.44, n.6, p.325-336, 1989.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, J; e MORAES, M. **Usos & abusos da história oral**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LINHARES, M. Y. História agrária. In: CARDOSO, C. F. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, T. **Paraná vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LINHARES, M Y. e SILVA, F. C. T. de. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, J.(org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LOPES, J. C. V. **Raízes de Palmeira**. Curitiba: Cidade Clima, 2000.

MACHADO, B. P. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História**, n.3, p.4-77, jun. 1963.

MACHADO, B. P. **Sinopse da história regional do Paraná**. Curitiba: IHGEP, 1951.

MACEDO, F. R. A. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

MARCONDES, M. **Pae e patrono**. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1926.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, V. **Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX**. Curitiba: 1995, (Dissertação mestrado, Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos).

MARTINS, W. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955.

MAYER, T. W. **Coletânea, Memória de Palmeira**. Prefeitura Municipal de Palmeira, Departamento Municipal de Educação. Palmeira: mimeografado, 1992.

MAXWEL, K. **A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil- Portugal, 1750 - 1808**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO, E. C. **O nome e o sangue:** uma fraude genealógica no Pernambuco colonial. São Paulo: Companhias das letras. 1989.

MELLO, Z. M. C. de. **Metamorfoses da riqueza de São Paulo, 1845-1895.** São Paulo: HUCITEC, 1985.

NEVES, E. F. **História regional e local:** fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Salvador: Arcádia. 2002.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. **História da vida privada no Brasil:** império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NORA, P. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto história. São Paulo: 1993.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores:** genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

ORIEUX, J. A arte do biógrafo. In: DUBY, G. **História e nova história.** Lisboa: Teorema, 1986.

PASSERON, J.C. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie.** Paris: V.31 n.1 p.4, 1990.

PASSOS, S. C. G. Na casa branca da Serra. In: **Coletânea, Memória de Palmeira.** Prefeitura Municipal de Palmeira, Departamento Municipal de Educação. Palmeira: mimeografado, 1992.

PAZ, F. M. **Cenários de economia e política:** Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

_____. **História como arte:** ensaio sobre historiografia contemporânea. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PEREIRA, L. F. L. **Paranismo:** o Paraná inventado, cultura e imaginário no Paraná da I república. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: UFPR, 1996.

PEREIRA, J. de S. M. Guarda nacional – Síntese. **Revista Monjolo,** Guarapuava: v.2, n.7, 2001.

PETRONE, M. T. S. **O barão de Iguape:** um empresário da época da independência. São Paulo: nacional/INL, 1976.

PIERUCCINI, M. C. **Os Rochas Loures: uma família paranaense em 300 anos de história.** Curitiba: Posigraf, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REVEL, J. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **A invenção da sociedade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. (Org.). **Jogos de escalas: experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, E. B. O Visconde de Guarapuava. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba: v.4, 1950.

RODERJAN, R. V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX).** Curitiba: Works Informática, 1992.

RODRIGUES, J. C. **O tabu do corpo.** 4.ed., Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pela Comarca de Curitiba.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba: 1995.

SAMARA, E. de M. **A família brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: v.8, n.15, p.91-105, st1987/fev.1988.

SANTOS, C. R. A. As ciências humanas e a multidisciplinariedade: o lugar da História. **Revista da SBPH,** Curitiba, n.13, p.79-85, 1997.

_____. **Vida material e econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Z. M. **Os campos de Guarapuava na política indígena do Paraná 1854-1889.** Guarapuava, 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em História), UNICENTRO-UNESP.

SILVA, E. **Dom Obá II D´africa, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhias das Letras, 1997.

SILVA, H. R. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, p.425-438, 2002.

SILVA, L, O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. São Paulo: UNICAMP, 1996.

SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1981.

SZESZ, Christiane Marques. **O conceito de região**: discursos e representações do Paraná. Cultura e cidadania. ANPUH-PR. v.1, p.292-321, 1996.

SZVARÇA, D. R. **O forjador, ruínas de um mito**. Romário Martins, 1893-1944. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

TAUNAY, V. **Curiosidades naturaes do Paraná, excursão no rio Iguassu**. Rio de Janeiro: typ.Universal de Lae MMert & C. 1890.

TEIXEIRA, B. C. **Efemérides Guarapuavas**. Guarapuava: 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, J. B. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

TURNER, V. **Dramas, Feilds and Metaphors**: Symbolic Action in Human Society. Cornell University Press. USA: Ithaca and London, 1974. [Printed in the United States of America by Vail-Balloi Press, Inc.].

RIBEIRO, E. B. O Visconde de Guarapuava. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: v.4, 1950.

_____. **O amor além da sacristia**. Curitiba: Santa Mônica, 2001.

ROMAGUERA NETTO, L. **Gertrudes e o padre Camargo**. Curitiba: Reproset, 1992.

_____. O maior homem do Paraná. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 2 abr. 2004.

URICOECHEA, F. **O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VASCONCELLOS, J. M. P. **Livros das Terras ou Collecção da Leis Regulamentos e Ordens.** 2.ed. Rio de Janeiro, 1860.

VASCONCELLOS, B. **Archivo nobiliarchico brasileiro.** 1917.

VON VELSEN, J. **The sctended caso method and setuatinal analysis.** Londres: Epstein Tawistock pub, 1967.

WAYER, T. W. **Coletânea, memória de Palmeira.** Palmeira: Prefeitura Municipal de Palmeira. 1992.

WERNECK, F. P. L. O Visconde de Guarapuava. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba: v.4, 1950.

ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DE PARTICIPANTES DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTÁRIO DE MORTE DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.	184
ANEXO 2 REGISTRO DE ÓBITO DE FIRMINO.....	187 7
ANEXO 3 – TESTAMENTO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.....	188 8
ANEXO 4 – JORNAL <i>O GUAYRA</i> DE GUARAPUAVA.	192 2
ANEXO 5 – OFÍCIO AO COMANDO SUPERIOR DA GUARDA NACIONAL DA COMARCA DE CASTRO – ENCAMINHADO PELO MAJOR ANTONIO DE SÁ CAMARGO, COMANDANTE DO 4º ESQUADRÃO DA GUARDA NACIONAL DE GUARAPUAVA.	194 4
ANEXO 6 – MARCA DE GADO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.	196 6
ANEXO 7 TÍTULOS IMPERIAIS DE ANTONIO DE SÁ E CAMARGO	197 7

ANEXO 1 – LISTA DE PARTICIPANTES DAS COMEMORAÇÕES DO CINQUENTÁRIO DE MORTE DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.

Exmo. Senhor PRESIDENTE E MAIS MEMBROS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ.

A Comissão de Constituição e Justiça. Em 20/10/47).

(a) João Chéde — Presidente.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossas Excelências que com o justo intuito de se comemorar a 7 de Novembro próximo o Cinquentenário do falecimento do benemérito paranaense ANTONIO DE SA CAMARGO, Visconde de Guarapuava, foi criada nesta Capital uma COMISSÃO realizadora, da qual sou o Presidente por caber este posto ao Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Essa Comissão resolveu interessar o povo do Paraná nessa Comemoração, que consistirá na elevação nesta Capital de um busto do inolvidável colaborador da civilização paranaense, para o que não somente tem reunido a quantia precisa, como também já tem em S. Paulo, para ser fundido, o trabalho de arte confiado ao escultor João Turim.

Tratando agora da escolha do local onde se erigir o busto, sugiero o Senhor Doutor Angelo Lopes, Prefeito Municipal, que seria muito apropriado o recanto do jardim do Palácio da Assembléia Legislativa que dá para a Avenida que tem o nome do homenageado, porém, que somente essa Assembléia poderá decidir sobre a devida autorização para isso. Parecendo á Comissão não haver inconveniente algum, antes ser mais uma homenagem ao grande vulto paranaense, a Comissão que presido vem solicitar a Vossas Excelências, Senhores Deputados, a cessão do indicado local para nele se erguer não somente uma obra de arte, como o dignificante preito de reconhecimento público.

Valendo-me da oportunidade apresento a Vossas Excelências, Senhores Deputados, os protestos de minha mais alta consideração.

Em 17 de Outubro de 1947.

(a) Romário Martins.

— 70 —

Lista de contribuintes ao Monumento do Visconde de Guarapuava e à placa da Avenida que tem o seu nome, em Curitiba

Dr. Afonso Alves de Camargo
Dez. L. Albuquerque Maranhão
Dr. Loureiro Fernandes
Tte. Cel. José Schleder
Dr. David Carneiro
Dr. F. P. Lacerda Werneck
Dr. Marins Alves de Camargo
Dr. Antonio Batista Ribas
Dr. Arnaldo Alves de Camargo
Dr. Pedro Alípio A. de Camargo
Dr. Paulo A. de Camargo
Dr. José Mendes de Araújo
Dulcides T. de Lacerda
Jacome Schettini
Dr. Eduardo Virmond de Lima
Dr. Afonso Alves de Camargo Filho
Dr. Fernando Alve sde Camargo
Dr. Rui Alevis de Camargo
Dr. Carlos A. de Camargo
Dr. Mario A. de Camargo
Luiz Sá
Viuva Dr. Romualdo A. Barauna
Viuva Dr. Afonso Moreira
Dr. Altino Terra Franco
Dr. Lauro Schleder
Aurival Sprenger
Laurival Camargo Mello
José Romani

— 71 —

Cel. Rutilio de Sá Ribas
 Dr. Nelson de Sá Ribas
 Ademar L. Sprenger
 Alípio Camargo Melo
 João Carago Melo
 Ildelfonso Camargo Mello
 Tte. Luiz Schleder
 Julio Conforto
 Nestor Ericson Guimarães
 Dr. Piragibe de Araujo
 Dr. Edison de Lacerda
 Dr. Sinke Ferreira
 Dr. Antonio Melo Feitosa
 Dr. Sylvano Rocha Loures
 Dr. João Rocha Lordes
 Humberto Saporiti
 Dr. Iraci Queiroz
 Hildebrando de Araujo
 Dr. Hostilio de Araujo
 Major Lino Queiros
 Dr. João Moreira Garcez
 Cel. Feliciano Ribeiro
 Flavio Ribeiro
 Dr. Carlos Stellfeld
 Alípio Maciel
 Francisco de França Camargo
 José Servulo de Camargo
 Antonio Carlos Camargo e Gomes
 Dr. Oswaldo Costa
 Dona Sophia Queiroz
 Dr. Alvir Riesenbergh
 Dr. Anizio Mueller
 Guataçara Borba
 José Narciso de Azevedo
 José Maria Branco
 Orestes Alves
 Erasmo Maeder

Eduardo Xavier da Silva
 Walter Camargo
 Olímpic de Assis Martins
 Ossian Correia Madureira
 Dr. Celso Ferreira
 General Mario Tourinho
 Cel. Plínio Tourinho
 Dr. João Candido Ferreira
 Antonio de França Camargo
 Dr. João Atila da Rocha
 Dr. Teodorico Franco
 Cel. Joaquim Pereira de Macedo
 Dr. Othon Maeder
 Dr. Odilon Maeder
 Dr. Cid Campelo
 Dr. Lacerda Pinto
 Dr. Aristochenes C. Bittencourt
 Dr. Izaias Bevilacqua
 Solano Alves de Camargo
 Dr. Mario de Barros
 Julio Petrich da Costa
 Alfredo Vicente de Castro
 Dr. Flavio Suplici de Lacerda
 Dr. Oscar Virmond de Arruda
 Edgard Virmond de Arruda
 João Tavi res de Arruda
 Dr. Guilherme Eppinghaus
 Dr. Camillo Stellfeld
 Deputado João Chede
 Deputado Atilio Barbosa
 Deputado Dr. Fredericino M. Souza
 Dr. Nagib Chede
 Seraphin de Oliveira Ribas
 Ernesto Saboia
 Dr. Carlos Heller
 Dr. Linneu Novais
 Durval Sebrão

Oswaldo Milla França
 Olegario Ribas Marcondes
 José Macedo Sobrinho
 Hayton da Silva Pereira
 Flavio Macedo
 Braulio Virmond de Lima
 Dr. Leonidas Taborda Ribas
 Dr. Vitor do Amaral
 Dr. Vitor do Amaral Filho
 Dr. João Estevão dos Santos
 Dr. Euripedes Garcez do Nascimento
 Dr. Raul Pericles
 Sebastião Pacheco
 Guilherme Lacerda Braga
 Dr. Dirceu Lacerda
 Dr. Aresio Xavier de Miranda
 Major Feinto Braga
 Dr. Pedro A. Barauna
 Dr. Heracilio Mendes de Camargo
 Mario Afonso da Costa
 Juvenal de Assis Machado
 Julio Garmatter & Cia
 Dr. André Kloss Netto
 Nemesio Gouveia
 Luiz Valente
 Deputado Antonio Lustosa de Oliveira
 Dr. José Braga Pires
 João Turim
 Terezio de Paula Xavier
 Langue de Morretes
 Sylvio Lacerda
 Dona Sizinia Ribas Camargo
 Olimpio Ribas Camargo
 Joaquim de Andrade
 Seraphim de Oliveira Ribas
 Dulcideo Caldeira
 Abilio de Abreu

— 74 —

Dr. Moacyr Pacheco
 Dr. Pedro Luiz de Souza
 Arnaldo R. do Amaral
 Otavio Marcondes
 Sergio Navarro
 Plinio Schleider de Araujo
 General Djalma Poli Coelho
 Ismael Ribas Camargo
 Maximo Kopp
 Dr. José Luiz Guerra Rego
 Dr. Flavio Fontana
 Dr. Arlindo Camargo
 Dr. Laertes Munhoz
 General Raul Munhoz
 Homery do Amaral
 Dr. Antonio Gomes Junior
 Dr. Giocendo Vilanova
 Arthur Suplici de Lacerda
 Major Lino Queiroz (Lista L. Queiroz) S. Paulo)
 Dr. Eurico Ribeiro Branco
 Chefick Curi
 José Saldanha Sobrinho
 Luiz Branco Ribeiro
 José Maria Branco Ribeiro
 Diogo Branco Ribeiro de Azevedo
 Antonio Saldanha Loures
 Alcides Estevão de Carvalho
 Mario Estevão de Carvalho
 Adão Roth
 Dez. Antonio Leopoldo dos Santos
 Afilhado (entregue pelo Dr. Alvir)
 Dr. Henrique Giublin
 Lista Rio (Dr. Decio Coimbra)
 Comte. Didio I. A. da Costa
 Senador Arthur Santos
 Senador Flavio Guimarães
 Dep. Bento Munhoz da Rocha

— 75 —

ANEXO 2 - REGISTRO DE ÓBITO DE FIRMINO.

Aos vinte e tres de obito do anno de mil oitocentos e sessenta e sete, em virtude de authorisa-
 ção que me foi confidencia, e a pedido do Coronel Antonio de Sá berrango Jaco, o seguinte la-
 camento de assento de obito:
 Firmino -
 Aos vinte e tres de janeiro do anno de mil oitocentos e sessenta e sete, dia
 dos vinte e tres de janeiro do anno de mil oitocentos e quarenta e um, metida
 de quaraginta e quatro da vida presente, parimenando-se em agua quente
 Firmino, imbecile, de dois annos de idade, mais ou menos, filha legitima
 do mesmo Coronel Antonio de Sá berrango, e de Dona Desiréa de Almeida
 de Sá. O seu corpo foi sepultado no Cemiterio desta nobre villa. E para
 constar fago este assento - O Coronel berrango Antonio Braga e berrango.

FONTE: ARAUJO, Antonio Braga de. **Registro de obito de Firmino**. Livro de assentos de obitos. Guarapuava,
 23 ago. 1867, livro n.1B, p.8 verso.

ANEXO 3 – TESTAMENTO DO VISCONDE DE GUARAPUAVA.

Declaro. Em nome de Deus. Amém.
 Eu Antonio de S. Camargo, Visconde
 de Guarapuava. Este é meu testamento.
 Declaro que sou casado com
 Ysabelina Albarran de S. Viscondessa
 de Guarapuava, e soui matrimônio
 nos termos pichos alguns e uns em o
 termo natural. Com os pichos uns
 pais Antonio Joaquim de Camargo
 e Mathilde Humbelina de Gloria. De
 titos meus irmãos e irmãs
 dois filhos digo os dois meus filhos
 do matrimônio e uns filhos solteiros
 João Ildefonso de Santa Camargo, e
 outros irmãos de nome Maria
 José de Camargo e Maria Rita de Camargo
 e no caso de alguma filha
 antes que eu, já sei pertencendo o
 quinto para a herdeira que estiver
 viva. Declaro que posso e tenho
 lica de dizer e fazer o que eu
 digo, e valor de um conto e seis mil
 e quatro e que os títulos de meus
 presentes em nome de Luiz Guedes
 de Moron Saminto. Declaro que tenho
 mais alguns irmãos em diversos
 e que eu apresento nos meus
 alguma. Declaro os meus
 que o meu inteiro se dá
 simpli e que se digas
 meus por minha alma, e meus
 irmãos e filhos e pessoas
 que eu quiser. Declaro que

e os testamentos, em primeiro de
 que, e em segundo de terceiro de
 Francisco Camargo, em terceiro de
 terceiro de Galeão de Aguiar de Aguiar e
 José Antonio de Almeida Francisco. E
 por este forma de por este feito e sei-
 lendo este meu testamento, fizemos
 revogado todos quaisquer testamentos
 que por esta aprouverem com esta an-
 teira. E este, visto por meus filhos e
 assignados. Eigo, visto este feito e an-
 signado por mim. Obediente de Gue-
 rra, visto de Outeiro de mil eito an-
 tos e noventa e um. Obediente de
 Guerra. Approuveo o testamento
 de todos os que este publico instrumento vi-
 mos, que no anno de mil eito e noventa
 e um, em Necessidade de Outeiro, no este vi-
 do de Guerra, em arjo de Outeiro de
 Guerra. Onde em tabelião de Outeiro de
 Outeiro, ali presente o mesmo Outeiro
 de Guerra, e se e em em por por
 to, e em arjo de Outeiro de Outeiro de
 to e de se, e por este e por meus
 de Outeiro, perante as testemunhas no fim
 assignados, em por entugem este papel que
 meil em em testamento assignado e assignado
 por ali, e qual papel em Outeiro e no
 achando nullo, leu-se, entrelinha em arjo
 que meil por se, entrelinha de Outeiro em
 este assignado, com meu assignado e Outeiro de
 Outeiro, e por Outeiro de Outeiro de Outeiro de
 Outeiro em em testamento e o Outeiro de

e parente, e ois Respos do Santo Pa-
chao. E o qm se tem este testa-
mento qm tem a fidelidade para
aquem sellado ao qual um respeito e
em J. Guarapuava. Ainda mais
bom e o qual este Santo e mes-
ta e ois. In Respos do Santo
Pachao. E os seus interiores e se-
es e mesquias.

Respos do Santo Pachao

Selle J. e
Respos

Justada.
Aos J. e ois do mes e Pagamento do
vindo este Santo e mes e ois, pri-
eto e este Santo a justada a pro-
prios em Justada, do qm faz este
testamento. In Respos do Santo Pachao.
E os seus interiores e se-
es.

ANEXO 4 – JORNAL O GUAYRA DE GUARAPUAVA.

O GUAYRA

Publicação Semanal

GUARAPUAVA PARANA

REDACTOR — LUIZ D. CLEVE PROPRIETARIO — SERAFIM RIBAS.

ANNO Iº GUARAPUAVA, 13 de Março de 1894. Nº 49

<p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <p style="text-align: center;">ASSIGNATURAS</p> <p>Município «Anno» 8\$000 Para fora 8\$000</p> <p>Todos os artigos enviados a Redacção, serão publicados sob a responsabilidade do auctor, uma vez que não offendam a moral e o decoro publico. Não se aceita artigos anonymos.</p> <p>Todas as assignaturas serão pagas dentro dos dois primeiros mezes.</p> <p>Enderço Telegraphico —Guayra—</p> <p style="text-align: center;">Guarapuava, 13 de Março de 1894</p> <p style="text-align: center;">AO EXERCITO LIBERTADOR</p> <p>Legião de bravos guerreiros, Já tão coberta de gloria, Sê vive! O anjo da victoria Não guia os passos em vão; Tereis justiça na historia E os brasileiros vindouros Cingidas de verdes louros, As nossas fronteiras verão.</p> <p>De longe vindes marchando, De leão no peito a coragem E n'alma a dolente imagem Da Patria em luto e na dôr; Por guia — o branco estandarte, Por tecto — os astros dos céos, Divisa em vossos chapéus — Morrer ou ser vencedor. —</p> <p>Contentes tudo deixastes, Os lindos pampas floridos, Mulher, filhinho queridos, A paz tão mansa do lar,</p>	<p>E vossos baguás ginetes O patrio chão escarvando, E vos sem medo lutando, Para o Brazil libertar:</p> <p>Eia, bravos Gumercindo, Piragibê e Laurentino, Que é bem sagrado divino, O amor da patria dos leões; Sobejas provas ja deram Por essas vastas campanhas, Soffrendo agruras tamanhas Vossos nobres corações.</p> <p>Agora que victoriosos Em dous Estados floristes, Sereis aos outros clementes, Por serdes bons cidadãos: O heróe é forte na luta, Da victoria na pujança Despreza o odio, a vingança, Por sermos todos irmãos.</p> <p>Avante, pois, defensores Da Republica adorada, Da Patria a imagem sagrada Bem alto erguendo de pé; Provai ao mundo que o povo Não é rebanho de escravos, Mas, sim, punhado de bravos, Das liberdades na fé!</p> <p style="text-align: center;">Guarapuava, 1º de Março de 1894. Antonio Martins de Araujo.</p> <p style="text-align: center;">BATALHÃO V. DE GUARAPUAVA</p> <p>Advertidos pelo energico appello que, no ultimo numero desta folha, o Coronel Dr. Lacerda Werneck e a redacção desta folha dirigiram ao povo Guarapuavano despertou este do sono profundo em que adormecera seus mais vitais e sagrados interesses.</p>	<p>O Batahão V. de Guarapuava está em formação. Conta grande numero de voluntarios; tem a officialidade quasi completa e muitas pessoas tem corrido a fazer offertas de animaes cavallares, gado, armas e dinheiro para a sua organização e manutenção enquanto aqui estiver.</p> <p>A officialidade ficará assim composta:</p> <p style="text-align: center;">—ESTADO MAIOR—</p> <p>Coronel commandante—Doutor Lacerda Werneck.</p> <p>Tenente Coronel— José Fagundes Serano. Major fiscal— Raphael Marcondes de Araujo. Capitão ajudante— Luis Miguel Schleder. Tenente secretario— Francisco de Paula Alves.</p> <p>Tenente quartel-mestre— Nestor Martins de Araujo.</p> <p style="text-align: center;">1ª Companhia</p> <p>Capitão—Miguel Stresser. Tenente — Paulino Ayres de Aguirra. Alferes— Rodrigo Antonio Perreira.</p> <p style="text-align: center;">2ª Companhia</p> <p>Capitão— Rodolpho Boese. — Tenente José de Moraes Camargo. Alferes— Paulino Mattoso do Nascimento e Tiburcio Cadoso Marques.</p> <p style="text-align: center;">3ª Companhia:</p> <p>Capitão—Diogo Ferreira de Siqueira. (Estão comprometidos os outros lugares)</p> <p style="text-align: center;">4ª Companhia:</p> <p>Capitão— Pedro Ayres de Araujo Lima. Tenente—Coriolano de Sá Ribas. Alferes—Augusto Bastos Marcondes e Diocleciano Lino da Silva.</p> <p>Aos exercicios da tarde tem acudido grande numero de espectadores.</p> <p>Instructores:</p> <p>Francisco de Paula Pletz Christiano Pletz Francisco de Almeida.</p>
--	--	---

O Batalhão Visconde de Guarapuava

Após longos e trabalhosos dias, conseguiu finalmente, coadjuvado pelo benemerito Visconde de Guarapuava, o incansavel e digno patriota Coronel Dr Lacerda Werneck, convencer os dignos filhos de Guarapuava, de que acima do amor devido á familia que a si proprio, está o sagrado dever do patriotismo e o amor que devem tributar á cara patria, para cuja honra e gloria devem todos os bons cidadãos pelejar até o ultimo alento.

Guarapuavancas, avante! Honrai a tradição do vosso passado, e corraí de bom exito os inolvidaveis esforços do vosso desinteressado chefe.

Mostrai-vos a peito descoberto, a vossos irmãos de armas, e á patria afflicta, provando que sois fortes, e que estais promptos a defender palmo a palmo, o seu solo florido; que as lavas da tyrannia juncaram de cadaveres de heróis, que, pela paz e felicidade de sua patria, abandonaram alegremente o lar querido e seus interesses pessoais.

Marchai Guarapuavancas, que a patria aneia por vós! O anjo da victoria vos guiará e vos restituirá incolumes aos carinhos de vossas extremidades mãis e esposas, engrinaldadas de verdes louros, e para sempre cobertos de gloria.

E na nossa marcha triumphal, direis como Napoleão, que as vossas aguias voarão de campanario em campanario até ao palacete de Stamaraty. Carinhosas e desveladas mãis, não choreis por vossos filhos, sim, pela infelicidade de vossa patria!

Mães, não, achais tão bella e nobre a accção d'aquelle digno mancebo, que não hesita um momento, para correr em demanda da liberdade ultrajada?

Sim, separai-vos um momento dos vossos queridos filhos! Animai-os com vossas palavras santas e consoladoras concitando-os a cumprirem seu dever como bons filhos e bons patriotas, porque para elles está reservado um lo-

gar na historia brasileira.

Esposas lacrimosas, confiai na bondade infinita d'aquelle que creou o céu e a terra, e deixai secar as vossas ternas lagrimas, para dar espanção ao jubilo que sentins, vendo transbordar do peito amigo dos vossos caros esposos, sublimes sentimentos de patriotismo, e ardentes desejos de derramar seu sangue, pela felicidade da patria adorada.

Viva a Republica
Viva o Estado do Paraná
Viva o Povo Guarapuavano.

Guarapuava, 6 de Março de 1894.

HONORINA MARTINS DE ARAUJO

BATALHÃO V. DE GUARAPUAVA

Para conhecimento da população deste Municipio faço publico que nenhuma pessoa pertencente a este Batalhão pôde receber qualquer donativo, sem auctorisação expressa deste Commando, o que será feito por meio de ordem rubricada pelo Commandante á baixo assignado, ou por ordem de qualquer official, visada pelo Commando.

Igualmente nada pôde ser requizitado ou retirado por conta do Batalhão sem expressa auctorisação do Commando.

Para facilitar, porem, a reunião de voluntarios e a agencia e recebimento de donativos, nomeei as Comissões abaixo, cujos membros deverão dar recibo dos objectos doados, especificados: quanto ao gado, o numero das rezes recebidos, com declaração das respectivas marcas; e quanto aos animais cavallares e mulares, as cores e marcas respectivas: Fica expressamente prohibido as Comissões nomeadas autorizarem outras pessoas a receber e dar recibos de donativos.

COMISSÕES:

S. João do Capanema:

Manoel Correa da Luz. João Pedro Martins, Henrique Ferreira de Mello e Damaso Corrêa da Luz.

RIO D'ARRE

José Francisco das Chagas e Domingos Alves de Brito.

MARRECCAS: Francisco Antunes de Barros e José Antunes Maciel.

CANDÓY: T. Gregório Damasceno de Oliveira e T. Domingos de Amaral e Araujo.

CAMPO REAL: João Gabriel de Oliveira Lima e Venceslau Antonio da Rosa.

CAVERNOSO: Cap. Mizael Damaso de Camargo e T. Francisco Ayres de Araujo.

ATALAYA e TREZ CAPÕES:

T. Gabriel Lopes Branco e Al. Francisco Loures de Almeida França.

PINHÃO: Francisco Ferreira de Almeida e Al. Antonio Joaquim de Camargo.

VASSOURAL: Pedro Gonçalves Ferreira e José Alves de Brito.

IRATIM: Francisco Damaso Portella e Manoel Ferreira dos Santos Nunes.

CHARQUINHO: Antonio Rodrigues Fernandes e João Baptista de Araujo.

MORRO-ALTO: Josino Bahls de Campos e Vicente de Paula Marinho.

SERTÃO: Pedro Elias dos Santos Joaquim Elias dos Santos e João Pedro de Góes.

Guarapuava 11 de Março de 1894

F. P. de Lacerda Werneck
Coronel commandante.

CORPOS DE VOLUNTARIOS

«Por Decreto de 14 de Fevereiro o Dr. Governador do Estado [garantiu] aos voluntarios que aquartelarem e servirem até a completa pacificação do Estado as seguintes vantagens:

I - A cada uma das praças e officiaes, que o quizerem, o governo concederá um prazo de 250,000 metros quadrados de terras devolutas no lugar que preferirem,

II - As familias dos que não tiverem meios de subsistencia, o governo abonará uma diaria para sua alimentação.

III - Os voluntarios terão preferencia a quaesquer outros individuos, em igualdade de habilitações, no provimento dos empregos publicos.

IV - As officiaes serão mantidas as honras dos respectivos postos».

Foi de ab. to por. de Camargo
 e Latoral de Carana.

Le asado

esiguentate proprietario
 Rendim. 8: 0000 amman
 J. de 50 amman

Foi qualificando guarda
 a 20 de outubro de 1838

Foi nomeado elcayor de am
 de do b. guardião de J. da
 es. Pal. por Portaria de Pov. de
 de Pov. de d. Pov. de

em 1842: de am de do

em 1849 ~~de am~~ amman-
 de por Decreto Imperial

de 21 de Fevereiro de 1855

de amcos

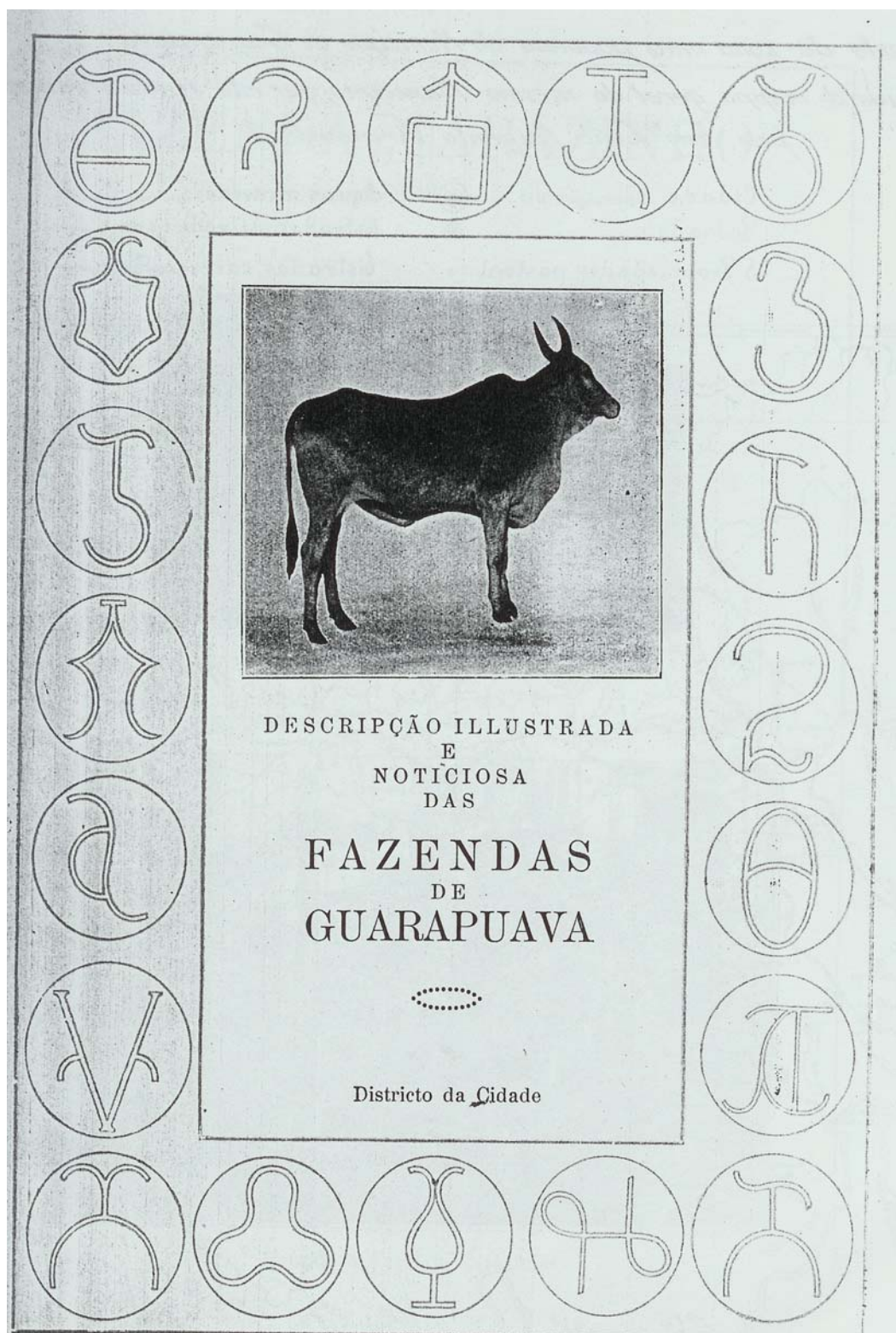
Foi pelo Coman

Superior Zambes
 de amca em todos
 o de am 20 de outubro

de 20 de outubro de 1858

de Pov. de am
 de Pov. de am
 de Pov. de am

ANEXO 6 – MARCA DE GADO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.



FONTE: CORREIA, L; OLIVERO, M. F. **Guarapuava**. 2.ed. Curitiba: Olivero, 1928.

ANEXO 7 - TÍTULOS IMPERIAIS DE ANTONIO DE SÁ E CAMARGO



GUARAPUAVA. (Barão e Visconde de) Antonio de Sá Camargo.
Natural da Província do Paraná.

Filho de Antonio Joaquim de Camargo, casado em 1807 com D. Mathilde Umbelina.

Casou na Villa da Palmeira, na Província de Paraná, com D. Zeferina Marcondes de Sá, filha dos Barões de Tibagy.

Era Coronel Chefe Superior da Guarda Nacional da Província do Paraná, e fazendeiro nessa Província.

CREAÇÃO DOS TÍTULOS : Barão por decreto de 14 de Julho de 1870. Visconde por decreto de 31 de Agosto de 1880.

FONTE: RHEINGANTZ, G. C. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: 1960.